MARIA LUISA HOFFMANN

Fragmentos da história

O uso da fotografia para a recuperação e a preservação
da memória de Londrina

São Paulo

2015

MARIA LUISA HOFFMANN

Fragmentos da história

O uso da fotografia para a recuperação e a preservação
da memória de Londrina

Tese apresentada à Escola de Comunicação
e Artes da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Ciências
da Comunicação

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa
em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Boris Kossoy

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Hoffmann, Maria Luisa

Fragmentos da história: o uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina / Maria Luisa Hoffmann. -- São Paulo: M. Hoffmann, 2015.
451 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Orientador: Boris Kossoy
Bibliografia

1. fotografia 2. fotografia e memória 3. história oral 4. História de Londrina 5. norte do Paraná I. Kossoy, Boris
II. Título.

CDD 21.ed. - 770

HOFFMANN, Maria Luisa. **Fragments da história:** o uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Boris Kossoy (Orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao Pedro, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, que me ensinou a traçar objetivos e mostrou que somente seriam alcançados com muita dedicação.

À minha mãe, que me ensinou a lutar por aquilo que acredito, sem me deixar abater pelos obstáculos.

Às minhas irmãs e sobrinha, presentes em todos os momentos.

Ao meu marido, pelo amor, dedicação e, sobretudo, pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao amigo e Prof. Dr. Paulo César Boni, pela atenção e apoio durante todas as etapas deste estudo.

Ao Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, por toda a ajuda, atenção e disponibilização das fotografias.

Aos entrevistados, que me receberam e se dispuseram a compartilhar suas memórias.

Às professoras Dra. Alice Mitika e Dra. Ana Luiza Martins, pelas leituras e contribuições preciosas.

À Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo investimento e suporte ao meu trabalho.

Em especial, ao Prof. Dr. Boris Kossoy, orientador do estudo, pela confiança e pelos ensinamentos valiosos, que levo para toda a vida.

*“Pensar é mais interessante que saber,
mas é menos interessante que olhar.”*

Johann Wolfgang von Goëthe

RESUMO

Esta pesquisa recuperou aspectos pouco conhecidos da história de Londrina (PR) entre 1929 e 1948, por meio de fotografias, pesquisa bibliográfica e de campo realizada junto aos primeiros habitantes da região. As entrevistas com 15 fontes selecionadas foram intermediadas por registros fotográficos do período recortado, num total de 50. Pretendeu-se, nessa tese, investir no procedimento metodológico que alia fotografias aos relatos de fontes orais, de forma a contribuir para a sua sistematização e eventual utilização em futuras pesquisas da mesma natureza. Nesta linha, pretendeu-se decifrar – segundo metodologia de desmontagem das imagens fotográficas, proposta por Boris Kossoy – as múltiplas realidades implícitas nos documentos iconográficos de forma a produzirem sentido. Na reunião dessas interpretações e dos relatos e histórias individuais e coletivas – intermediadas por imagens–, foi possível obter dados relevantes e ainda desconhecidos sobre a cidade, preencher lacunas em sua história assim como contribuir para fixação de sua memória no período assinalado.

Palavras-chave: fotografia; fotografia e memória; história oral; História de Londrina; norte do Paraná.

ABSTRACT

This research recovered little-known aspects of the history of Londrina (PR), between 1929 and 1948, through photographs, literature review and field study with interviews with the first inhabitants of the region. Interviews with 15 sources selected were mediated by photographic records of the specific period of time, a total of 50. It was intended, in this thesis, to invest in the methodological procedure that combines photographs with the testimony of oral sources in order to contribute to its systematization and eventual use in future studies of the same nature. In this line, we intended to decipher – according with photographic images dismantling methodology, proposed by Boris Kossoy – the multiple realities implied in the iconographic documents in order to produce meaning. In meeting these interpretations and reports and individual and collective histories through pictures, it was possible to obtain relevant and still unknown facts about the town and fill gaps in its history during the indicated period.

Keywords: photography; photography and memory; oral history; History of Londrina; northern Paraná.

LISTA DE DOCUMENTOS ESCRITOS E VISUAIS

1. Herculano Bandeira de Mello e Ana Joaquina.....	51
2. Área destacada (escura) foi comprada pela CTNP/CMNT de 1925 a 1944.....	105
3. Recibo de compra de sua propriedade na Gleba Cafezal.....	107
4. Edição do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , de 28 jun. 1936, p.2.....	108
5. Última página da edição do jornal <i>Paraná-Norte</i> , de 28 jul. 1935.....	109
6. Cartão enviado por Eugênio Brugin a seus conterrâneos na Itália.....	111
7. Capa da edição do jornal <i>Paraná-Norte</i> , de 28 jul. 1935.....	112
8. Edição do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> de 31 dez. 1933, p.2.....	113
9. Planta Parcial n. 1 de 26 de janeiro de 1932.....	115
10. “Planta Azul”, de novembro de 1932.....	116
11. A primeira fotografia de Londrina e os ranchos de palmito que abrigaram a primeira caravana.....	120
12. Mapa do estado do Paraná em 1940, Londrina está assinalada em vermelho.....	126
13. Mapa do estado do Paraná em 1951, Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambé, Mandaguari e Maringá estão assinaladas em laranja.....	127
14. Localização de e divisão administrativa do município de Londrina.....	128
15. Mapa da região central de Londrina, com nome de ruas.....	130
16. Bilhete de entrada do Cine Teatro Municipal.....	136
17. Anúncios reproduzidos no jornal <i>Paraná-Norte</i>	138
18. Mapeamento da região apta (verde) e inapta (branco) para cultivo do café.....	149
19. Amábile Thibes Cordeiro.....	158
20. Amélia Tozzetti.....	159
21. Arailde Ideriha.....	160
22. Áurea Hadich de Souza.....	162
23. Enezila de Lima.....	163
24. Geir Rodrigues da Silva.....	164
25. José Leite de Carvalho Filho.....	165
26. Luiz Vicentini.....	166
27. Maria Alice Brugin de Arruda Leite.....	168
28. Maria de Lourdes Piccinin.....	169
29. Odília Aparecida Negro Bergoc.....	170
30. Omeletino Benatto.....	171
31. Sebastião Carmagnani.....	172

32. Susanne Stern Behrend.....	173
33. Toshihiko Tan.....	174
34. Passaporte de Carlos Stenders	180
35. Divino Bortolotti.....	181
36. George Craig Smith na Fazenda Santa Emília, da Brazil Plantations Syndicate Ltd.....	183
37. Juliani manuseia um de seus equipamentos.....	184
38. Autorretrato de Haruo Ohara.....	186
39. Theodor Preising com uma de suas câmeras.....	188
40. Mineso Matsuo e a esposa Yotsu.....	190
41. Caravana de Japoneses, dezembro de 1929.....	193
42. Chegada de um grupo de imigrantes de Danzig, 17 de maio de 1932.....	199
43. Racho dos Vicentini, década de 1930.....	203
44. Jardineira transportando compradores, sem data.....	207
45. Churrascada no bosque, 4 de fevereiro de 1936.....	211
46. Avenida Paraná, 1938.....	215
47. Automóveis de aluguel esperando compradores, sem data.....	219
48. Antiga estação ferroviária de Londrina, década de 1930.....	223
49. Moradores da Casa Sete e Funcionários da Companhia de Terras, década de 1930.....	227
50. Amigos de George Craig Smith em passeio ao Hotel Rolândia, década de 1930.....	231
51. Máquina de arroz na Rua Quintino Bocaiúva, por volta de 1935.....	235
52. Aviões no campo de aviação, 11 de maio de 1937.....	239
53. Desfile de Sete de Setembro na avenida Paraná, em 1937.....	245
54. Posto de Gasolina na rua Minas Gerais, sem data.....	251
55. Alguns congregados marianos tirando tora para cobrir a matriz de Londrina, 1º de maio de 1942.....	255
56. Benção solene do grande cruzeiro, em frente à futura igreja matriz, 11 de março de 1934.....	259
57. Igreja matriz, final da década de 1930.....	263
58. Alunos da Escola Alemã com o professor Richard Blumberg, década de 1930.....	267
59. Alunos do Colégio Mãe de Deus, 6 de março de 1936.....	271
60. Quadra de tênis dos funcionários da Companhia, década de 1930.....	275
61. Vista da Casa Sete, década de 1930.....	279
62. Escola Japonesa, 29 de abril de 1938.....	283

63. Escolha da Rainha da Primavera em Londrina, 24 de setembro de 1938	289
64. Cine Theatro Municipal, sem data.....	293
65. Gymnasio Londrinense, 1943.....	297
66. Passageiros embarcam para atravessar o rio Tibagi, década de 1930.....	303
67. Hotel Luxemburgo, 1932.....	307
68. Hotel Rolândia, 4 de novembro de 1934.....	311
69. Hospitalzinho, primeiro hospital de Londrina, 29 de março de 1935.....	315
70. Anúncio reproduzido no <i>Álbum de 1939</i>	317
71. Inauguração do Banco Noroeste do Estado de São Paulo, 1º de fevereiro de 1938..	321
72. Anúncio reproduzido no <i>Álbum de 1939</i>	322
73. Instalação da luz elétrica em Londrina, 11 de julho de 1938.....	325
74. Fachada da Santa Casa após ampliação, sem data.....	329
75. Inauguração das Casas Pernambucanas, 3 de fevereiro de 1935.....	337
76. Casas Catharinenses, 1936.....	341
77. Frota de carros da Concessionária Chevrolet, final da década de 1930.....	347
78. Vista da Cerâmica do Mortari, à esquerda a casa em que morávamos, 1942.....	351
79. Anúncio reproduzido no <i>Álbum de 1939</i>	353
80. Fachada do Photo Studio, sem data.....	357
81. João e Aírlide Ideriha no interior da farmácia União, década de 1940.....	361
82. Interior da sapataria de Pedro Fertoni, novembro 1945.....	363
83. Interior da farmácia União, 1948.....	365
84. Anúncio reproduzido no <i>Álbum de 1939</i>	366
85. Colheita de uva na propriedade da família Brugin, sem data.....	369
86. Anúncio reproduzido no <i>Álbum de 1939</i>	370
87. Cafezal após a geada, cerca de 1940.....	373
88. Anúncio da CTNP na edição de 1º de abril de 1934.....	375
89. Hideomi abanando café durante a colheita, 1948.....	377
90. Fila para tirar açúcar, 1943.....	383
91. Alcides Melo, motorista da Companhia de Terras Norte do Paraná, sem data.....	387
92. Autorretrato, 1945.....	391
93. Visita do Interventor Manoel Ribas, década de 1930.....	395
94. Posse do prefeito de Londrina, 21 de janeiro de 1936.....	399
95. Carreata da visita de Ademar de Barros e Moisés Lupion, 10 de maio de 1947.....	403
96. Visita do presidente da República Gaspar Dutra a Londrina, fevereiro de 1948.....	407

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 PARTE I – INSTRUMENTOS DE PESQUISA	
 1. HISTÓRIA.....	 21
1.1. A NOVA HISTÓRIA.....	22
1.1.1 Micro-história	27
1.1.2. História Oral.....	29
1.1.3. Memória Individual e Memória Coletiva.....	34
1.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	39
1.3. ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA.....	41
1.4. PARA O OBSERVADOR DA IMAGEM.....	45
 2. FOTOGRAFIA, SUPORTE DE MEMÓRIAS.....	 49
2.1. O ADVENTO DA FOTOGRAFIA.....	49
2.2. FOTOGRAFIA DOCUMENTAL.....	53
2.2.1. A Fotografia e a Percepção da Cidade.....	58
 3. METODOLOGIA.....	 62
3.1. O EMPREGO DE FONTES ORAIS E ICONOGRÁFICAS.....	62
3.1.1. John Collier Junior.....	62
3.1.2. Maria Christina de Souza Campos.....	65
3.1.3. Miriam Moreira Leite e Olga Rodrigues de Moraes von Simson.....	66
3.1.4. Armando Silva: Álbuns e Oralidade.....	68
3.1.5. Fabiana Bruno: Percursos da Memória.....	70
3.1.6. Outros Pesquisadores.....	73
3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UMA PROPOSTA.....	76
3.2.1. Metodologia da Pesquisa.....	77
3.2.1.1. Fontes orais.....	80
3.2.1.2. Fontes iconográficas.....	86
3.2.2. Metodologia da Abordagem.....	90

3.3. AVANCOS E DIFICULDADES.....	91
3.4. VELHICE, MEMÓRIA, IDENTIDADE E ESQUECIMENTO.....	93
3.5. REPENSANDO A HISTÓRIA.....	98

PARTE II – HISTÓRICO

4. TEMPOS HISTÓRICOS: ANTECEDENTES E COLONIZAÇÃO (1929-1950)...	102
4.1. O NORTE DO PARANÁ: ANTECEDENTES.....	102
4.2. COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ	104
4.2.1. Campanhas Publicitárias.....	106
4.2.2. Loteamento e Urbanização.....	114
4.3. A CHEGADA DA PRIMEIRA CARAVANA.....	119
4.4. ATIVIDADE POLÍTICA.....	123
4.4.1. Regulamentar para organizar.....	124
4.5. DIVISÃO DO MUNICÍPIO.....	126
4.6. INFRAESTRUTURA E ECONOMIA.....	129
4.6.1. Educação e Lazer.....	134
4.6.2. Religião e Saúde.....	137
4.7. CENÁRIO MUNDIAL.....	139
4.7.1. Enquanto isso, no Brasil.....	141
4.7.2. Restrições aos imigrantes.....	143
4.8. O “OURO VERDE” E A BUSCA PELO ELDORADO.....	147
4.9. O PAPEL DOS BRITÂNICOS NA COLONIZAÇÃO.....	154
4.10. A CHEGADA DOS PRIMEIROS MORADORES.....	157
4.10.1. Amábile Thibes Cordeiro.....	158
4.10.2. Amélia Tozzetti.....	159
4.10.3. Arailde Ideriha.....	160
4.10.4. Áurea Hadich de Souza.....	161
4.10.5. Enezila de Lima.....	162
4.10.6. Geir Rodrigues da Silva.....	163
4.10.7. José Leite de Carvalho Filho.....	165
4.10.8. Luiz Vicentini.....	166
4.10.9. Maria Alice Brugin de Arruda Leite.....	167
4.10.10. Maria de Lourdes Piccinin.....	168

4.10.11. Odília Aparecida Negro Bergoc.....	169
4.10.12. Omeletino Benatto.....	170
4.10.13. Sebastião Carmagnani.....	172
4.10.14. Susanne Stern Behrend.....	173
4.10.15. Toshihiko Tan.....	174

PARTE III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

5. IMAGENS NUCLEARES.....	178
5.1. FOTÓGRAFOS PIONEIROS.....	179
5.1.1. Carlos Stenders.....	179
5.1.2. Divino Bortolotto.....	181
5.1.3. George Craig Smith.....	182
5.1.4. José Juliani.....	184
5.1.5. Haruo Ohara.....	186
5.1.6. Theodor Preising.....	188
5.1.7. Mineso Matsuo.....	189
5.2. FOTOGRAFIAS, GATILHO DE MEMÓRIAS.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	411
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	416
APÊNDICES.....	435
ANEXOS.....	449

INTRODUÇÃO

A proposta central da pesquisa nasceu em 2008 na Universidade Estadual de Londrina (PR), quando professores e alunos do curso de Comunicação Social observaram, ao entrevistar pioneiros¹ da cidade para seus estudos, que uma fotografia apresentada ao depoente enriquecia sobremaneira a narrativa. A partir de então, foi elaborada uma busca bibliográfica sobre a utilização dos registros fotográficos aliados às fontes orais, por meio da qual foi possível observar que a proposta era citada por alguns autores das áreas de Comunicação, História e Antropologia, que já a aplicavam em seus projetos.

Em 1967, John Collier Jr. dedicou um capítulo de sua obra “Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa” ao uso de imagens fotográficas durante entrevistas com indivíduos dos grupos pesquisados, focando as contribuições que poderiam trazer para os estudos antropológicos.

A historiadora Miriam Moreira Leite (2001), assinalou em sua obra que ao olhar uma imagem não é ela que se vê, mas sim outras que se desencadeiam na memória. A também historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (1996), observou que nem sempre as palavras dizem tudo e que as imagens se fazem necessárias para ativar lembranças adormecidas. Já a cientista social Olga Rodrigues von Simson (2005) constatou que, durante uma entrevista, uma fotografia timidamente tirada do bolso enriquecia a narrativa e dava mais segurança ao processo de rememoração.

Mais recentemente, o colombiano Armando Silva (2008), que escreve sobre o pensamento visual, trabalhou em seu livro a ideia de que álbuns familiares contam histórias, confirmadas por meio de entrevistas.

Em sua tese defendida em 2009, a pesquisadora Fabiana Bruno utilizou fotografias de depoentes selecionados para construir o que chamou de Fotobiografias. O trabalho, organizando numa vertente de cunho antropológico, comunicacional, visual e estético, consiste em uma proposta metodológica que busca investigar a memória das pessoas idosas por meio de registros fotográficos e entrevistas.

¹ O termo pioneiro, utilizado neste trabalho, não tem nenhuma conotação de exaltação. Segue orientação do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, que estipulou que o termo só pode ser atribuído a quem nasceu ou chegou a Londrina até o dia 31 de dezembro de 1939.

Estes e outros pesquisadores, a partir de suas experiências, já sinalizavam para a possibilidade enriquecedora de aliar registros imagéticos às fontes orais, mas a temática não foi aprofundada, não foram formulados conceitos e diretrizes norteadoras. Ademais, partiram, na maioria dos casos, de sua metodologia – antropologia, história oral – considerada seu foco principal. Nessa tese, partimos da fotografia, objeto principal, e buscamos reafirmá-la como fonte e documento históricos.

Pretende-se, nesse estudo, investir no procedimento metodológico que alia fotografias aos depoimentos de fontes orais, de forma a contribuir para a sua sistematização e eventual utilização em futuras pesquisas da mesma natureza. Para tanto, decidimos aplicar a mencionada abordagem na própria cidade de Londrina, onde vimos desenvolvendo estudos nesta direção.

A tese aqui apresentada é a de que as fotografias são fontes de conhecimento da cena passada, em dois sentidos: por meio das informações que trazem explícita ou implicitamente, e como elemento ativador da memória, trazendo à tona lembranças naqueles que vivenciaram a cidade do passado. Acreditamos ser necessária a sistematização da proposta metodológica, para que futuros pesquisadores, que tenham interesse em desenvolver estudos aliando fontes imagéticas e orais, possam contar com algumas diretrizes para desenvolvê-los, contribuindo com o aprimoramento do procedimento e construindo novos conhecimentos.

O problema que se buscou responder foi: de que forma a fotografia contribui para a construção da memória da cidade e para uma melhor compreensão de sua história quando aliada a fontes orais? Busca-se, com essa pesquisa interdisciplinar, aprofundar conhecimentos em três áreas: Fotografia, Memória e História.

Delinearam-se, assim, os objetivos dessa tese, primeiro, utilizar a imagem fotográfica - associada à técnica da história oral -, como acionadora de lembranças individuais e coletivas. Desta forma foram recuperadas micro-histórias, construindo um mosaico de memórias sobre o surgimento e o desenvolvimento da cidade. Segundo, constatar a eficiência do método, por outro lado, se mostrará nos resultados que pretendemos alcançar, ou seja, na medida em que possamos preencher lacunas na história da cidade e região.

Por ser de recente colonização (a região foi desbravada e povoada a partir de 1929), é ainda possível chegar até as fontes e dialogar com elas. Seleccionamos 15 nomes, que chegaram à região até 1945, para os quais foram apresentadas imagens do período de 1929 a 1948, no total de 50, obtidas em sua maioria no Museu Histórico Padre Carlos Weiss².

É necessário destacar, aqui, que memória não é história, mas sim como os indivíduos lembram informações sobre seu passado, lembranças determinadas muitas vezes pelos grupos dos quais fazem parte, carregadas de emoções e subjetividade. Por isso, as informações obtidas nas entrevistas com o apoio de imagens, foram cruzadas entre os depoentes e checadas na documentação oficial e bibliografia disponíveis. Buscamos com essas fontes, recuperar lembranças sobre a cidade que se construiu sob a sua presença, de forma a contribuir para a descoberta de dados ainda pouco conhecidos da história de Londrina, levando em consideração que imaginário, memória e identidade são conceitos essencialmente históricos, devendo ser inseridos em seu próprio espaço e tempo.

A análise e interpretação dos registros imagéticos são apresentadas no último capítulo da tese, nos moldes do método empregado por Boris Kossoy, por meio do qual, a cada imagem corresponde informações de identificação e texto de contextualização³. Essas fotografias não são concebidas como meras ilustrações, mas fontes documentais que proporcionam novos olhares, descobertas e reflexões sobre o passado.

A análise técnico-iconográfica⁴ e a interpretação iconológica⁵ levantam informações imprescindíveis para a compreensão histórica e são enriquecidas quando confrontadas e relacionadas com as narrativas. E, se por um lado a pesquisa trata apenas de temas citadinos que foram “fotografáveis”, ou seja, aquilo que se deu a ver, por outro lado as memórias dos personagens entrevistados vão além do visível na imagem fotográfica. “As imagens ardem de vida, de memória e de futuro. Reavivadas guardam em parte lembranças, de até de outras imagens, e de outras memórias.” (BRUNO, 2009, p. 172)

² A própria instituição, que detém grande parte da documentação da época, ainda não tem conhecimento de personagens e locais retratados em muitas de suas imagens.

³ Sobre a proposição teórica acerca do método mencionado de apresentação de imagens e textos ver, KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2012, p. 104-106. Sobre a aplicação em trabalhos históricos ver, do mesmo autor: **São Paulo, 1900**; Imagens de Guilherme Gaensly. São Paulo: Kosmos, 1988.

⁴ Segundo conceito de Kossoy, trata-se da investigação sobre o artefato fotográfico ou sua imagem reproduzida, o visível da representação.

⁵ Esclarece o mesmo autor que se trata da busca da realidade interior do documento, o oculto da representação, onde encontramos seu significado.

Os documentos - imagéticos, escritos ou orais - são trabalhados na pesquisa pelo viés sociocultural. Portanto, no primeiro capítulo da tese, são apresentadas ao leitor as linhas de abordagem e questões epistemológicas desta pesquisa, e são indicados os caminhos percorridos e os conceitos utilizados para a concepção da proposta. Desta maneira, são apresentados os conceitos de História Social, Nova História, micro-história, abordando suas propostas de análise e suas concepções de documento histórico, que romperam com o paradigma positivista vigente até então.

Ainda no primeiro capítulo, é realizado um breve histórico da técnica da história oral e como se consolidou no Brasil, seguido por um panorama dos pensadores que estudaram a memória - individual e coletiva - e os instrumentos da pesquisa: entrevistas e registros fotográficos. É descrito também, nesse ponto da tese, como essas fontes são expostas à crítica histórica e como são analisadas e interpretadas, com destaque para a iconografia e a iconologia.

O segundo capítulo é dedicado à fotografia, principal objeto da pesquisa. São destacados seus usos e funções ao longo de sua história, assim como a popularização de suas técnicas e equipamentos. Destaca-se o surgimento da fotografia documental, empregada para o registro das cidades em transformação/construção no fim do século XIX e no início do século XX.

Na segunda parte do trabalho, mais precisamente no terceiro capítulo, são apresentados autores que utilizaram fontes imagéticas e orais em diferentes estudos e são desenvolvidas as diretrizes da proposta contributiva. Nessa parte, são feitas considerações sobre velhice, esquecimento e memória, e descritos avanços e dificuldades encontradas. A maior das dificuldades esteve ligada à saúde e à idade avançada dos entrevistados, em torno de 70 a 95 anos. Muitos apresentam lapsos de memória e em outros é possível observar a degradação progressiva das lembranças, o que reafirma a urgência do estudo. Ainda nesse capítulo são apresentados os critérios de escolha dessas fontes.

Para a compreensão e contextualização das informações levantadas, foi necessário ter, diante de nós, um conhecimento histórico sobre a colonização de Londrina, seus primeiros anos, para então localizar temporalmente as informações obtidas com os depoentes assim como decifrar os elementos icônicos que compõe as fontes fotográficas selecionadas. Para tanto, o capítulo quatro descreve o surgimento da cidade e o

desbravamento da região, que consistia até então em mata densa, suas primeiras obras de infraestrutura e como se desenvolveu sua política e economia. Nesse momento do texto, são relacionados os entrevistados selecionados como fontes para a pesquisa, alguns dos primeiros moradores da região.

A última parte da tese consiste na contribuição do estudo para a história da cidade, na qual são apresentadas as análises e interpretações, resultado do cruzamento de informações levantadas ao longo do estudo. Também são apresentados os fotografos de grande parte das imagens escolhidas, sua vida e obra, já que os cenários registrados foram por eles selecionados.

Acreditamos, assim como o faz Le Goff (1990, p. 467), que a fotografia revoluciona a memória, multiplica-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. Ao final da pesquisa, assim como foi feito ao longo dela, pretende-se publicar e disseminar os resultados obtidos, descobertas ainda não mencionadas na história oficial (em construção), para democratizar as informações inéditas sobre a história de Londrina. Dessa forma, buscamos contribuir na consolidação de sua memória e estimular a associação entre fontes orais e imagéticas – difundindo, assim, a proposta metodológica.

Parte I

Instrumentos de Pesquisa

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.”

Sérgio Buarque de Holanda

1. HISTÓRIA

Muitas são as definições do termo história. O historiador Marc Bloch a definiu como a ciência dos homens no transcurso do tempo; para Lucien Febvre seria o processo de mudança contínua da sociedade humana. Nietzsche, no século XIX, indicou que a história não passaria de um jogo de interpretações, no qual jamais seria realmente “alcançada”.

Rodrigues (1978, p. 45) busca na origem da palavra seu entendimento. Segundo ele, o termo origina-se do grego (*istoria*), e tem duplo sentido: “às vezes, considerada objetivamente como o que sucede ou o que sucedeu, e outras vezes subjetivamente, como o conhecimento do sucedido [...]. Expressaria, assim, portanto, não só o sucesso como o inquérito ou investigação sobre o sucesso”, ou sucedido. Variados os seus entendimentos, a história trata do passado e do homem, e sua concepção e estrutura como ciência se transformou ao longo dos anos.

Segundo Bloch (2002, p. 51), a história, que surgiu há mais de dois mil anos, tem em suas origens analistas que narravam desordenadamente acontecimentos “cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento. [...] Mas nessa primeira memória da humanidade, confusa como a percepção de um bebê, um esforço constante de análise pouco a pouco operou a classificação necessária”.

No século XIX, o pensador Augusto Comte passou a defender a ideia do homem como ser social, propondo um estudo científico da sociedade através de métodos e técnicas específicos. Suas concepções e a de outros filósofos deram origem ao Positivismo, corrente de pensamento que privilegiava a ciência e a análise objetiva dos fatos. Esse pensamento teve grande influência em diferentes áreas, como na Medicina, na Matemática, na Biologia etc.

De acordo com Nova (2000, p. 142), até o início do século XIX, a história ainda não se constituía em uma ciência de tipo clássico, com corpo teórico e métodos de investigação claramente definidos. “Ela existia como simples relatos históricos ou como filosofia da história [...]. Foi apenas no século XIX, com a afirmação do Positivismo nas ciências do homem [...] que ascendeu ao *estatuto de ciência*.” (NOVA, 2000, p. 142, grifo do autor).

A corrente positivista influenciou sobremaneira a história, como era até então concebida, e nesse momento, segundo Fustel de Coulanges (1965, s/p), o historiador não

deveria ter outra ambição que a de ver bem os fatos e compreendê-los com exatidão. “Não é em sua imaginação ou lógica que ele os procura, mas sim na observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas.”

A compreensão dos fatos pela ciência estaria baseada, dessa maneira, na sua observação e não em sua análise, e o papel do historiador era de apenas recuperá-los da possibilidade do esquecimento. A história tradicional passou a se atribuir a função de relatar o passado dos homens, e suas técnicas e levantamentos documentais foram aperfeiçoados tendo como premissa a imparcialidade, principalmente do documento escrito.

No início do século XX, porém, um constante debate entre historiadores e sociólogos apontou aproximações e distinções entre as duas disciplinas. Alguns pensadores acreditavam, inclusive, que seria possível uma unidade metodológica para as Ciências Sociais, e aos poucos, o homem passou de sujeito a objeto das investigações.

De acordo com Nova (2000, p. 143), a história positivista seguiu hegemônica até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), quando “um movimento de renovação teórico-metodológico tomou corpo em todo o mundo, embora os primeiros marcos dessa reformulação já tenham sido dados na década de 1930, com as propostas dos pioneiros da Escola dos Annales”.

1.1. A NOVA HISTÓRIA

O movimento da nova história, que teria sua base na Escola dos *Annales*, teve influência emblemática sobre a historiografia. Em 1928, Marc Bloch deu vida a seu antigo projeto de criar uma revista histórica e junto a Febvre tornou-se editor da revista dos *Annales*, que defendia uma produção voltada para todas as atividades do homem, para as estruturas e para a interdisciplinaridade e diálogo entre as Ciências Sociais, em oposição ao paradigma tradicional de análise histórica. Este novo pensamento deu origem a um movimento de renovação da historiografia ocidental.

Segundo os estudiosos da Escola dos *Annales*, os fatos deveriam ser encarados como construções culturais, com variações no tempo e no espaço, ou seja, a realidade

deveria ser entendida como socialmente constituída. Com essa nova concepção, os historiadores passaram, aos poucos, a considerar movimentos coletivos e ações individuais, voltando suas preocupações para o homem comum e sua experiência, que ficavam à margem da história oficial.

A partir deste marco, os relatos orais passaram a ser valorizados e novas correntes como a da nova história e da micro-história foram desenvolvidas. Originalmente, segundo Burke (1992), *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo francês Jacques Le Goff, que também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Na nova história:

tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão “história total”, tão cara aos historiadores dos *Annales*. A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das idéias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima [...]. (BURKE, 1992, p. 11)

Bloch (2002, p. 67) enfatiza que o papel do historiador, a partir dessa nova concepção, é o de buscar a história total e afirma:

Aqui como em todo lugar, essa é uma mudança que o historiador quer captar. Mas, no filme por ele considerado, apenas a última película está intacta. Para reconstituir os vestígios quebrados das outras, tem a obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências.

Segundo Burke (1992), a objetividade na descrição dos fatos históricos, tão cara à História no momento do Positivismo, seria um ideal irrealista, pois não é possível evitar olhar o passado de um ponto de vista particular.

O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. (BURKE, 1992, p. 15)

O historiador José Honório Rodrigues (1978, p. 28) compartilha desse pensamento quando afirma que a historiografia é um espelho no qual se refletem os

problemas da própria nação e da humanidade. As revisões históricas, nesse sentido, não nascem de noções históricas concretas, mas da análise e da crítica dos elementos ideológicos determinativos.

É um realismo ingênuo acreditar que se possa conhecer o objeto histórico em si próprio, como numa fotografia. A realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador. Mas o “historiador só pode ver o fato através de si mesmo”, como homem do seu século, comparando com o tempo em que vive. Sem fatos não há história, mas sem historiador os fatos não têm sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, como ele muda a história. (RODRIGUES, 1978, p. 28)

Burke alerta porém, para os possíveis problemas que algumas ideias ligadas à nova história podem gerar, como, por exemplo, a noção de “história vista de baixo”, que muda seu significado em contextos diferentes. “Uma história política vista de baixo deveria discutir os pontos de vista e as ações de todos que estão excluídos do poder, ou deveria lidar com a política em um nível local ou popular?” (BURKE, 1992, p. 22). Esses e outros problemas são decorrentes do fato de que, esta e outras abordagens, têm uma preocupação com a experiência comum, de mostrar comportamentos e valores em determinados períodos, e que mudam de acordo com a sociedade abordada.

Segundo Le Goff (1990, p. 473), a história dita “nova” se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva.

Pode ser interpretada como ‘uma revolução da memória’ fazendo-a cumprir uma ‘rotação’ em torno de alguns eixos fundamentais: ‘Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva’, ‘a renúncia a uma temporalidade linear’ em proveito dos tempos vividos múltiplos ‘nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo’

Nesse mesmo período de renovação epistemológica, surge outra corrente: a história da vida cotidiana. Através dessa abordagem, o historiador busca compreender a experiência humana, os fatos, a partir da perspectiva da pessoa comum e de sua prática, hábitos e rituais, entendendo que a história humana não ocorre apenas nos grandes acontecimentos, mas também na vida do homem comum. Entende-se por cotidiano a esfera da vida onde se desenvolvem as relações interpessoais, a relação do sujeito histórico com o mundo e suas práticas culturais.

A expressão em si não é nova: *la vie quotidienne* era o título de uma série lançada pelos editores franceses Hachette nos anos 30. O novo é a importância dada à vida cotidiana nos escritos históricos contemporâneos, especialmente desde a publicação do famoso estudo de Braudel da “civilização material” em 1967. (BURKE, 1992, p. 23)

De um ponto de vista analítico, as relações e estruturas do cotidiano são relacionadas aos grandes acontecimentos. O homem e como ele se apropria do mundo de maneira particular é um dos pontos investigados. “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro [...]. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.” (HELLER, 1970, p. 17)

Para Heller (1970, p. 20), a vida cotidiana não está fora da história, “mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. É no cotidiano que o homem é simultaneamente particular, com suas escolhas individuais, e genérico, ou seja, produto de suas relações sociais. Não seria completa a análise do historiador que não abrangesse ambos os aspectos da vida humana.

Le Goff (1986) defendeu que o “cotidiano” é válido como objeto de estudo desde que integrado a uma análise dos sistemas históricos, ou seja, o cotidiano do homem deve ser entendido inserido na vida social, o micro e o macro devem ser relacionados; o cotidiano só tem valor histórico e científico no interior de uma análise de sistemas históricos que contribuam para explicar seu funcionamento.

Pelo viés sociológico, Michel de Certeau (1998) em “A invenção do cotidiano”, concebe a vida cotidiana como uma esfera onde ocorrem transformações e na qual a “massa anônima” age, a partir de ações microscópicas, em relação à ordem estabelecida. Ele dedica o ensaio ao homem ordinário, que:

nas representações escritas vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonaram os atores donos dos nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público. Sociologização e antropologização da pesquisa privilegiam o anônimo e o cotidiano onde zooms destacam detalhes metonímicos – partes tomadas pelo todo. (CERTEAU, 1998, p. 57)

Ele propõe que “os modos de fazer cotidianos” sejam passíveis de serem analisados, confrontando a ideia de passividade do indivíduo. Essa e outras abordagens da

fenomenologia, por exemplo, têm a preocupação com o universo da experiência comum e têm:

como seu ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, no sentido de mostrar que o comportamento ou os valores, que são tacitamente aceitos em uma sociedade, são rejeitados como intrinsecamente absurdos em outra. (BURKE, 1992, p. 23)

Burke esclarece, porém, que a abordagem gerou problemas de definição a princípio, e que o impacto do relativismo cultural sobre o escrito histórico parece ser inevitável. Segundo ele (BURKE, 1992), o desafio para o historiador social é mostrar como o cotidiano de fato faz parte da História, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos [...] ou às tendências de longo prazo.

As novas práticas da nova história pressupõem uma interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais, e alteraram a noção de fonte histórica. As abordagens metodológicas se ampliaram, “permitindo uma maior aproximação da história com territórios antes inexplorados (a oralidade, as imagens, o imaginário) [...]”; Assim, pouco a pouco, os historiadores vão percebendo que as possibilidades de construir discursos sobre o passado ultrapassam os limites impostos pela escrita.” (NOVA, 2000, p. 143)

A quebra do paradigma positivista e tradicional fez que os historiadores passassem a pensar a História sob outras perspectivas, uma nova história cultural, na qual os interesses se voltam para a história dos anônimos, seus modos de viver e experiências individuais.

Nova porque põe em causa o próprio lugar do observador, do historiador, que, como explica muitíssimo bem Pierre Nora, já deixou de falar sob um ponto de vista absoluto [...]. Nova também porque os objetos da História – Foucault é, a esse respeito, um exemplo bem marcante – mudaram. Da História dos grandes homens e das grandes sínteses, passou-se à História dos povos e das mentalidades, rica mas menos fácil de delimitar. (LE GOFF et al, 1977, p. 11)

O conhecimento do homem e de seu passado, a partir do presente, passa a ser levantado e analisado através de diferentes tipos de vestígios e indícios do homem. A discussão em torno da interpretação das fontes é ampliada.

[...] a velha ideia de transgredir as tácitas proibições da disciplina, alargando seus limites, voltou a se apresentar de maneira diferente. Agora tratava-se de reconduzir ao conhecimento histórico não mais fenômenos aparentemente atemporais, mas fenômenos aparentemente negligenciáveis. [...] Mas, para demonstrar a relevância de fenômenos aparentemente negligenciáveis, era indispensável recorrer a instrumentos de observação e escalas de investigação diferentes dos usuais. De uma reflexão sobre a análise de perto, de tipo microscópico [...]. (GINZBURG, 1991, p. 10)

Em sua obra, Ginzburg defende que os historiadores, assim como ele, não escrevem história, mas sim histórias (cultural, das mentalidades, do cotidiano) de forma fragmentada e de modo subjetivo, a partir de um ponto de vista, de uma cultura. A verdade da história, dessa maneira, jamais será alcançada, porque é escrita pelos homens, e é constantemente revista e revisada. Além disso, o conhecimento que o homem tem do passado é “um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e de incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas”. (GINZBURG, 1991, p. 232)

A função social do historiador, para ele, é fazer ligações entre o presente e o passado, apontar as relações entre os homens e seu entorno social, em diferentes tempos e espaços, buscando interpretar as fontes, valorizar a narrativa, os estudos de caso, o procedimento por indícios, o cruzamento da análise “morfológica” - dos elementos da imagem independentemente, com a análise histórica.

Na década de 1980, na Itália, Ginzburg e outros pesquisadores dirigiram uma coleção de estudos denominada *Microstorie*, na qual propuseram uma mudança na escala de abordagem da pesquisa histórica. Surge assim a micro-história, que trabalha com o microsocial, com um recorte que valoriza o indivíduo e as comunidades que sofrem consequências de acontecimentos e processos mais amplos, macrosociais, e que assim passam a fazer parte da escrita da história.

1.1.1 Micro-história

Em sua obra “O queijo e os vermes”, Ginzburg (1998) parte dos documentos processuais e relatórios da Inquisição para descrever o cotidiano, a vida e o julgamento do moleiro Domenico Scandella. A partir de uma única fonte documental, ao mesmo tempo em que desenvolve a narrativa de um personagem em escala microanalítica, abordando a vida

camponesa, os costumes e tradições que faziam parte da cultura popular, a relaciona com o macro, tratando de um aspecto que afetou toda a sociedade naquele período: a Inquisição. Ou seja, Ginzburg desenvolve um estudo da história cultural e das mentalidades, de uma época da qual se tem poucos vestígios.

Essa análise, que reduz a escala de observação dos objetos do macro para o micro, consiste em uma diferente abordagem da sociedade que propicia um conhecimento mais amplo e profundo do todo. Uma nova forma de trabalhar com o objeto de pesquisa, que trata de modo mais realista o comportamento do homem, sem deixar de considerar as estruturas estabelecidas pela história geral. A corrente procura fugir das generalizações, buscando em uma microanálise, investigativa e criteriosa, a apreensão de aspectos que passariam despercebidos em escalas macroanalíticas ou nas formulações gerais, mais abstratas. As fontes são exaustivamente exploradas para a construção da narrativa, que muitas vezes dá voz ao homem comum.

Levi (1992, p. 136) defende que a micro-história tem uma posição específica na nova história: seu papel seria o de refutar o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica deve dialogar com outras áreas do conhecimento, para gerar uma compreensão mais abrangente, utilizando outras fontes além dos documentos oficiais, como imagens, escritos, relatos, dados e fenômenos aparentemente marginais, que muitas vezes no desenrolar do processo acabam por ter sua importância demonstrada.

Os monumentos constituem, tal como todos os produtos objetivos ou institucionalizados da atividade dos homens, testemunhos múltiplos, ambivalentes. Eles nos dão indícios para reconstituir a rede infinitamente delicada das inter-relações humanas. Falar de história como se uma única forma de realidade tivesse comandado as outras é, parece, deixar escapar a história. A finalidade da história é justamente reconstituir condutas humanas em sua interação e mobilidade. Para consegui-lo é também importante dar lugar a todos os elementos que registram permanências e a todos os que deixam apreender o instante em que um fato novo se produz. (FRANSCASTEL, 1970, p. 77-78)

O entendimento do que seriam objetos históricos se amplia, e Ginzburg (1989, p. 57) defende que até mesmo uma pintura, por exemplo, pode ser “significativa para o

historiador, por testemunhar determinadas relações culturais”, isso porque, através da arte, é possível analisar um clima mental que permeia um período. Ele defende ainda que o historiador deve estabelecer conexões, relações, “paralelismos que nem sempre são *diretamente* documentados, isto é, são na medida em que se referem a fenômenos surgidos num contexto econômico, social, político, cultural, mental”. (GINZBURG, 1989, p. 73)

As narrativas dos personagens e a revelação de fatos que até então passariam despercebidos, permitem complexificar o aspecto social, contextualizar e reconstituir a visão da época, e situa o sujeito como protagonista do processo, sem perder de vista outros dados que se relacionam e compõem uma trama histórica.

1.1.2. História Oral

Nesse mesmo período de renovação epistemológica, mais precisamente a partir da década de 1940, o testemunho oral daqueles que vivenciaram os fatos começou a ser reconhecido no meio acadêmico. A moderna história oral surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com os sociólogos da Escola de Chicago. A partir desse marco, diferentes tendências se delinearam, como as pesquisas que se restringiam a área da ciência política, com o estudo dos “notáveis”, e a história dos excluídos, com o lançamento do livro “A voz do Passado” de Paul Thompson.

De toda forma, a idéia da história oral como história dos excluídos expandiu-se para outros países, ganhando adeptos na Inglaterra. [...] A história oral deveria se afirmar como uma contra-história, operando uma inversão radical nos métodos e objetos consagrados. [...] A penetração da história oral na comunidade dos historiadores, apesar de alguns pontos de afinidade com a nova história, que valorizava o estudo dos excluídos, continuou porém enfrentando fortes resistências. É verdade que nos EUA e na Inglaterra o uso das fontes orais encontrou maior aceitação, propiciando o desenvolvimento de uma linha expressiva de trabalho voltada para o estudo da classe trabalhadora e das minorias. (FERREIRA, 2002, p. 324)

Na Itália, uma das origens da história oral contemporânea se deu com a criação de centros para estudo de guerrilheiros antifascistas do tempo da guerra. No Brasil, a moderna história oral ganhou definição a partir de 1979, tendo maior desenvolvimento a partir de 1983, com a redemocratização do país.

A primeira tentativa, de acordo com Meihy, um dos idealizadores da Associação Brasileira e História Oral (ABHO), ocorreu em 1973 e foi patrocinada pela Fundação Ford em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV). “Nessa ocasião, reuniam-se no Rio de Janeiro acadêmicos preocupados com a questão documental para as ciências sociais. Essa investida teve como característica o incentivo e a cooperação entre centros de estudo do país e do exterior”. (MEIHY, 2000, p. 89). É dessa época a instalação dos dois primeiros programas de História Oral do país, no CPDOC e na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1975.

Segundo o historiador (MEIHY, 2000, p. 94), entre os programas pioneiros e mais importantes desenvolvidos no Brasil, destaca-se o desenvolvido pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Entre 1980 e 1983, período em que a instituição esteve sob a direção do pesquisador Boris Kossoy, foram desenvolvidos uma série de projetos considerando manifestações de arte e cultura popular brasileiras. Um desses programas, coordenado pelo Professor José Carlos Sebe Bom Meihy, buscava coletar e registrar depoimentos, tendo como atividade a documentação da história oral.

Ainda na década de 80, muitas universidades passaram a desenvolver projetos envolvendo depoimentos gravados. “Entre as instituições mais ativas nesta linha, destacam-se o laboratório de História Oral e Iconografia, da Universidade Federal Fluminense, e o Centro de Documentação Iconográfica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ambos em 1982.” (MEIHY, 2000, p. 94)

Por História Oral entende-se registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem.

Desde seu surgimento, a história oral recebe críticas, principalmente dos historiadores tradicionais, que apontam que a memória é construção, distorcida pela velhice, por isso não é digna de crédito como fonte histórica. Em sua defesa, os historiadores orais argumentam que as fontes documentais escritas não são menos seletivas ou tendenciosas. Para Bosi (2003, p. 15) a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. Burke (1992, p. 26) coloca, porém, que “é apenas razoável admitir que a crítica das

testemunhas orais ainda não atingiu a sofisticação da crítica de um documento, que os historiadores têm praticado durante séculos”.

Hutton (apud FERREIRA, 2002, p. 320) salienta que o interesse dos historiadores pela memória foi em grande medida inspirado pela historiografia francesa, sobretudo a história das mentalidades coletivas. “Nesses estudos, que focalizavam principalmente a cultura popular, a vida familiar, os hábitos locais, a religiosidade etc., a questão da memória coletiva já estava implícita, embora não fosse abordada diretamente.” Ferreira (2002) indica ainda que o verdadeiro *boom* teve lugar apenas nos anos 60, principalmente nos Estados Unidos.

Apesar de intimamente ligada ao passado, a história é interpretada e compreendida no presente. “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (BLOCH, 2002, p. 75). O autor acrescenta:

quando os fenômenos estudados pertencem ao presente ou ao passado muito recente, o observador, por mais incapaz que seja de forçá-lo a repetir ou de infletir, a seu bel-prazer, seu desenrolar não se encontra do mesmo modo desarmado em relação a suas pistas. Ele pode, literalmente, dar vida a algumas delas. São os relatos das testemunhas. (BLOCH, 2002, p. 70)

É porque “se ocupa dos vivos e serve à vida é que uma revisão da história se impõe em certos momentos, para restabelecer a conexão entre o passado e o presente”. (RODRIGUES, 1978, p. 28). Sendo assim, toda história é contemporânea, e o relato oral pode ser confrontado com a documentação existente, e muitas vezes, pode suprir suas lacunas. O testemunho do acontecimento permite esclarecer dúvidas, comprovar evidências únicas, verificar discrepâncias entre fontes e fazer conferências. Porém, Meihy (1996, p.24) defende que:

Ainda que muitas vezes a produção de depoimentos seja usada como alternativa para preencher vazios documentais ou lacunas de informações e complementar ou mesmo articular o diálogo com outras fontes conhecidas, é importante ressaltar que se pode assumi-la isoladamente a partir da análise das narrativas para observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos.

Os testemunhos apontam para uma realidade fruto da experiência, uma criação de sentimento e pensamento do sujeito, e por isso a memória individual narrativa deve ser

encarada como uma seleção de impressões e acontecimentos. “Toda narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si.” (MEIHY, 1996, p. 50)

Muitas vezes, mesmo carregados de incertezas e imprecisões, esses relatos auxiliam o pesquisador na compreensão de determinadas representações e do porquê de algumas seleções, que se mostram importantes como recursos para a pesquisa. No trabalho de Ecléa Bosi, por exemplo, “Memória e sociedade: lembrança de velhos”, sem questionar a veracidade das informações obtidas, a pesquisadora ressalta a importância atribuída pelos entrevistados ao trabalho na construção da memória e no processo de rememoração.

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades. (BOSI, 2003, p. 15)

Nos depoimentos, as pausas e esquecimentos também podem ser representativos e indicar a existência de dados e informações pertinentes e passíveis de serem analisadas. “Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como o gesto, a lágrima, o riso ou as expressões faciais [...] pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar sentido ao que foi expresso numa entrevista de história oral.” (MEIHY, 1996, p. 17)

Thompson (2002, p. 153) salienta que o processo da memória depende não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. “Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social”. O principal mérito da história oral, segundo ele, é que permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista, sobre uma realidade complexa e multifacetada. Além disso, por meio de depoimentos é possível “descobrir documentos escritos e fotografias que de outro modo não seriam localizadas”. (THOMPSON, 2002, p. 25-26)

A história oral segue duas correntes: a norte-americana, abordada por Meihy (1996) e a corrente inglesa, trabalhada por Thompson (2002). Para Meihy (1996, p. 13), “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento

e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”. Pode ser utilizada como técnica, dependendo do tratamento que o pesquisador dá às informações obtidas por fontes orais. “É método quando os depoimentos são o foco principal do trabalho”, e é técnica quando “[...] articula diálogos com outros documentos.” (MEIHY, 1996, p. 145)

Thompson (2002, p. 41) afirma que o uso da história oral insufla vida na História e reafirma a sua importância quando garante que algumas perguntas não são passíveis de resposta por meio das fontes históricas convencionais.

Mais criticamente ainda, a escola documental enfrenta uma alteração de seus próprios fundamentos, pois o próprio documento vem tendo mudanças em sua função social de duas maneiras. Primeiro, as comunicações mais importantes entre as pessoas não se fazem mais por meio de documentos (se é que algum dia se fizeram) mas sim oralmente, em contato direto ou por telefone. Em segundo lugar, os registros perderam sua inocência (se é que algum dia tiveram). (THOMPSON, 2002, p. 82)

Diante das mudanças epistemológicas da História nos últimos cem anos, a nova concepção de fonte inclui materiais e vestígios por meio dos quais é possível compreender a vida histórica. Para uma história “tão informada quanto possível”, é necessário levar em consideração “todas as obras do homem” (FRANSCASTEL, 1970, p. 78), incluindo registros imagéticos e depoimentos orais.

Nesse sentido, Pollak (1992) ressalta a importância de trazer à luz as memórias marginalizadas, o que abre novas possibilidades no fértil terreno da história oral. Ele ainda a defende de possíveis críticas, apontando que se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é. “Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo.” (POLLAK, 1992, p. 207). O autor sublinha, dessa forma, o problema da subjetividade das fontes, e acrescenta que a crítica aumenta a exigência técnica e metodológica, fazendo que o pesquisador perca a ingenuidade positivista.

As lembranças, rememoradas nos depoimentos, são, para Halbwachs (2004, p. 71), reconstruções do passado com ajuda de dados emprestados do presente, que sofreram influências ao longo do tempo. “Na maior parte das vezes lembrar não é reviver, mas

refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI, 2007, p.55)

Para obter informações relevantes para a pesquisa por meio de depoimento oral, o papel do historiador é, segundo Bloch (2002, p. 79), de tencionar as testemunhas a falar, impondo questionamentos, necessidade primeira para que a pesquisa histórica seja bem conduzida. “Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas.”

Novos tópicos, objetos e novas fontes. Pollak (1992, p. 208) esclarece que a história pode ser extremamente rica como produtora de novos temas e interpretações. “A história está se transformando em histórias, histórias parciais e plurais.” Quando recorda e revisita sua história, o sujeito a reinterpreta, e as mudanças do mundo e do homem exigem novas investigações.

1.1.3. Memória Individual e Memória Coletiva

Em sua obra intitulada “Memória Coletiva”, Maurice Halbwachs observa que a memória é uma construção social e que, embora sejam os indivíduos que lembrem, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”. Quando recordam, os homens se colocam no ponto de vista de um ou mais grupos e se situam em uma ou mais correntes de pensamento coletivo. Mesmo sem perceber, as imagens e noções tomadas nos meios sociais de que fazem parte intervêm na memória, e recobrem as lembranças individuais.

Se essas duas memórias se penetram frequentemente; em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à substância. A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 2004, p. 57-58)

A memória individual, dessa maneira, não está isolada, e para evocar seu próprio passado, o indivíduo tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. “Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade.” (HALBWACHS, 2004, p. 58)

Para que as lembranças construídas no interior desses grupos sejam rememoradas, é necessário que os grupos dos quais o homem participou e nos quais sua memória individual se construiu tenham sido permanentes o suficiente. Para um professor, por exemplo, recordar seus alunos ao longo do tempo é difícil pela constante renovação da classe, ou seja, a lembrança se esvai quando se deixa o grupo ou quando ele se renova completamente. Já as lembranças relacionadas à família são mais fáceis de serem revisitadas. “Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.” (HALBWACHS, 2004, p. 33)

Outra questão que Halbwachs levanta é que as lembranças construídas nos grupos sociais muitas vezes são indiretas, ou seja, não são empíricas, mas são passadas pelos pais ou avós no interior da família.

Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos então bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. (HALBWACHS, 2004. p. 51)

O autor acrescenta que Bloch fez considerações sobre o legado de costumes e tradições de toda espécie que as crianças recebem de seus avós, que em muitas sociedades são tradicionalmente os encarregados de seus cuidados. Dessa maneira, a vida da criança mergulha nos meios sociais, e “é esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória”. (HALBWACHS, 2004, p. 75)

Num segundo momento, o sociólogo francês faz uma distinção entre memória biográfica e histórica. Segundo ele, a primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da História em geral. “Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais

ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso.” (HALBWACHS, 2004, p. 59)

Um acontecimento histórico só toma seu lugar na série de fatos tempos depois que acontece, ou seja, é memória histórica já refletida. Dessa maneira, quando recordam, os indivíduos mais velhos têm lembranças que já foram pensadas dentro dos discursos do tempo coletivo e sofreram sua influência.

Bloch (1998) elogia a obra de Halbwachs, mas vai além. Ele aponta a problemática da transmissão da memória, indicando que ela está baseada em um processo comunicacional que transmite representações do passado de uma geração à outra, portanto, um processo apto a falhas de transmissão e distorções. Segundo ele, “para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se ‘lembre’ não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações [...] é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens”. (BLOCH, 1998, p. 229). Nesse sentido, o historiador marca a possibilidade de falsas recordações, que segundo ele, devem ser investigadas, e que “uma mentira enquanto tal é, ao seu modo, um testemunho”, exprime uma mentalidade, informa sobre as circunstâncias que a inspiraram (BLOCH, 2002, p. 98).

Já Pollak (1992) se interessa pelos atores que reconfiguram a memória, ou seja, considera que o passado é lembrado por um sujeito que, mesmo dentro de um grupo social, é intérprete singular dos acontecimentos. Para ele, as lembranças são condicionadas não apenas à seletividade da memória coletiva, mas também da memória individual.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 201)

Ele assinala ainda que há, tanto na memória individual como na memória coletiva, elementos irreduzíveis “solidificados”, o que impossibilita que sofram mudanças ao longo do tempo, passando a fazer parte da própria essência da pessoa, embora tantos outros fatos possam ser modificados em função dos interlocutores ou da fala, quando está sendo expressa (POLLAK, 1992, p. 201).

A seletividade faz que nem tudo fique gravado na memória, e em parte, fatos registrados são herdados, ou seja, não se referem unicamente à vida do sujeito. Pollak acrescenta que além de acontecimentos ou personagens, existem lugares de apoio da memória, locais particularmente ligados às lembranças, como por exemplo a cidade de vivência.

Se a memória é um fenômeno construído individual e socialmente, Pollak (1992, p. 204) afirma que quando se trata da memória herdada é possível dizer que existe uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. “Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo [...]”.

Neste sentido, é possível afirmar que a memória é indispensável para a formação da identidade, e segundo Bosi (2003, p.16) é do vínculo com o passado que se extrai a força para sua formação. E recuperar o passado é, dessa maneira, uma garantia de dar um sentido para o presente. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.” (LE GOFF, 1990, p. 476)

O sentimento de dominar o passado, ter a consciência de onde veio e para onde vai trazem a sensação do enraizamento, descrita por Simone Weil (2001) como necessidade vital do ser humano mais difícil de ser definida. Seria a necessidade que cada pessoa tem de estar plenamente integrado em sua coletividade - em seus grupos sociais-, em seu território e em sua história. Para ela:

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada

automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 2001, p. 43)

Halbwachs (2004) observa que o desenraizamento se dá quando o indivíduo não se integra plenamente aos grupos, ao coletivo. Para Bosi (2003, p.28), o desenraizamento é condição desagregadora da memória, e se a memória é socialmente construída, a identidade também o é.

Enfatiza-se aqui que a memória não é História, mas um dos seus objetos, pois a história se constrói a partir da análise e descrição de diferentes tipos de vestígios como memórias individuais e coletivas, documentos escritos e iconográficos. Toda história é, nesse sentido, contemporânea, pois é apreendida e pensada no presente, “e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”. (LE GOFF, 1990, p. 51)

Alguns momentos históricos assistem a uma grande produção de testemunhos individuais sobre determinado período do passado, um rompimento de silêncios que, nesta dinâmica de releitura do passado no presente, afetam a escrita da história. “A relação entre a história e a comunidade não deve ter mão única em qualquer dos dois sentidos; antes, porém, ser uma série de trocas, uma dialética entre informação e interpretação.” (THOMPSON, 2002, p. 44)

Ao recorrer aos relatos e testemunhos das épocas passadas, é possível interpretar narrativas, cruzar as informações levantadas e fazer com que fatos isolados passem a ter sentido. E se, segundo Rodrigues (1978, p. 235), o presente está sempre sugerindo novas matérias, novos exames, novas pesquisas, velhos documentos conhecidos, usados e abusados, podem parecer novos porque novas perguntas podem lhes ser feitas. “A história é perpétua mudança, como um rio que corre num fluxo incessante. Nunca pára e nunca retorna. Segue sempre para frente, ligada ao que precede e ao que será.” (RODRIGUES, 1978, p. 85)

Por meio de memórias, a história e o passado podem, nessa medida, serem reescritos e ressignificados. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.” (LE GOFF, 1990, p. 477)

Diante de sua complexidade, a memória individual não pode ser associada a algo inerte, na qual são despejadas lembranças, mas sim a algo vivo, que mantém uma relação dinâmica com o real e a dialética entre lembranças e esquecimentos. E, apesar de ser um

processo carregado de imprecisões, reconstruções e distorções (que têm valor e significado social), a memória individual associada à fotografia é utilizada neste estudo como instrumento para recuperação histórica.

1.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Fotografia é memória e com ela se confunde. (KOSSOY, 2012, p. 168). Na concepção da nova história cultural, ambas são objetos da pesquisa histórica e devem ser utilizadas em trabalhos científicos de maneira criteriosa.

As fontes primárias desta pesquisa consistem em 50 fotografias de Londrina do período de 1929 a 1948, apresentadas a 15 idosos - primeiros moradores da região, durante as entrevistas que mantivemos com os mesmos. Essas imagens são analisadas e interpretadas visando construir um mosaico de informações e microrrelatos, e levantar informações sobre a história da região, de recente colonização. Para tanto, os documentos e depoimentos obtidos serão expostos à crítica histórica e as informações levantadas serão checadas e cruzadas com outros documentos do período, para que incertezas e imprecisões sejam verificadas. “Quanto mais pontos comuns um documento apresentar com uma série bem homogênea de documentos análogos e já conhecidos, com tanto mais facilidade e segurança chegaremos à sua interpretação.” (MARROU apud KOSSOY, 2012, p. 84)

A História Oral é aqui entendida como uma técnica capaz de produzir interpretações sobre processos históricos. As informações obtidas por meio de entrevistas podem ser confrontadas entre os depoentes, e devem ser identificadas referências comuns, possibilitando construir um eixo central no qual as narrativas se articulam. Esse controle direto, segundo Rodrigues (1978, p. 410), é feito “quando existem duas ou mais testemunhas, com as mesmas garantias de credibilidade, conhecedoras umas das outras, e se confirmam, corrigem ou contradizem”, como no caso dos selecionados.

Segundo o historiador (RODRIGUES, 1978, p. 405), o pesquisador deve “saber o grau de fé que podemos conceder a uma testemunha, cujo depoimento foi considerado autêntico e íntegro”. Para isso, propõe que seja verificada a origem da observação e a capacidade do observador, problema intimamente ligado à sinceridade do autor. “De

princípio, devemos distinguir entre a inexatidão involuntária de detalhes – que é muito comum, da inexatidão deliberada. A crítica da sinceridade serve para determinar no que acreditou o autor, e a da exatidão, os fatos exteriores que o autor observou.” (RODRIGUES, 1978, p. 407)

Para dar credibilidade à análise documental dos registros imagéticos, na fase do estudo técnico-iconográfico, as fotografias são submetidas à crítica externa, buscando determinar data, local e autoria e procurando saber se são documentos genuínos, se são o que dizem ser. As imagens são submetidas também à crítica interna, na qual são levantadas perguntas sobre a finalidade, circunstâncias de produção e sobre o próprio autor. É a fase de apreensão do conteúdo exato dessas imagens, a partir de um conhecimento aprofundado das convenções sociais e culturais vigentes no período de sua produção.

Le Goff (1990, p. 545) indica que os fundadores dos *Annales* deram “início a uma crítica em profundidade da noção de documento”. Ao ampliar a concepção do termo, os pesquisadores criticaram a noção de falso ou verdadeiro estabelecida até então pela corrente positivista da história, e elaboraram a crítica da noção de documento em relação a sua intencionalidade, apontando que esses vêm à luz ou desaparecerem a partir de ações humanas. Os problemas de transmissão dizem respeito à vida do passado e, portanto, devem ser investigados. O autor ressalta que, com a “conversão do olhar histórico”, a pesquisa, salvamento e exaltação da memória coletiva passam a ser reconhecidas não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, “menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas”. (LE GOFF, 1990, p. 472)

Através de sua representação, os microaspectos do mundo passam a compor a trama histórica, e as memórias e micro-histórias que trazem implícitas são revisitadas. A fotografia faz refletir sobre o passado, “dá a noção precisa do microespaço e tempo representados, estimulando a mente à lembrança, a reconstituição, a imaginação”. (KOSSOY, 2012, p. 169)

Com muita frequência, a história se reduz a uma série de noções abstratas, “mas eu posso completá-las, posso substituir as idéias das imagens das impressões logo que olho os quadros, os retratos, as gravuras desse tempo, que eu sonho com os livros que apareciam, com as peças que se representavam, no estilo da época [...]”. (HALBWACHS, 2004, p. 63)

Nesse sentido, para os estudiosos da História Social, da História do cotidiano e das mentalidades, assim como para outras áreas do saber, a fotografia é um documento insubstituível, e o conteúdo que traz explícita e implicitamente deve ser investigado, interpretado e analisado. Apesar de estar presa aos fatos, a história “não se limita a eles, procura compreendê-los. Usa, assim, dos métodos históricos, mas não consiste neles”. (RODRIGUES, 1978, p. 222)

Nas imagens da cidade do passado, de sua infraestrutura e dos principais acontecimentos, os entrevistados revisitam os locais no plano imaginário, e descrevem costumes da época e como foi o convívio em sociedade. Além do valor documental, enquanto vestígio do passado, as fotografias foram e ainda são importantes para a consolidação da memória coletiva e para o sentimento de “ter feito parte”, essencial na questão do enraizamento. Produtos de experiências, as imagens e seus elementos constituintes estão muitas vezes relacionados às histórias pessoais e familiares dos entrevistados, e auxiliam no processo de criação de explicações para os fenômenos concretos baseados em vivências, tendo importância assim na construção de suas identidades.

Para que sejam amplamente exploradas, após o exame técnico-iconográfico e sua utilização nas entrevistas, as fotografias selecionadas são analisadas iconográfica e interpretadas iconologicamente, seguindo as diretrizes propostas por Panofsky e desenvolvidas por Kossoy em sua obra.

1.3. ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA

Em seus estudos sobre a arte, Panofsky (1982, p. 28) apontou que é necessário distinguir três níveis de conteúdo ou significado na imagem. O primeiro, “mais baixo”, é aquele percebido por meio da análise pré-iconográfica, que se confunde geralmente com a forma. O segundo é o campo da iconografia, e:

em qualquer dos níveis em que nos movamos, as nossas identificações e interpretações dependerão da nossa bagagem subjetiva e, por essa mesma razão, terão de ser corrigidas e controladas por uma grande consciência dos processos históricos que, no seu conjunto, se podem designar por tradição. [...] De modo

que, quando trabalhamos, os métodos de tratamento que aqui aparecem como três formas independentes de investigação misturam-se entre si num processo orgânico e indivisível. (PANOFSKY, 1982, p. 28)

O terceiro nível é o da iconologia, alcançado quando a interpretação extrapola os limites da imagem, indo para além do representado. Segundo Burke (2004, p. 45), o terceiro nível é o principal e se distingue da iconografia pelo fato de se voltar para o significado intrínseco. Ou seja, os historiadores precisam da iconografia, porém devem ir além dela.

O nível iconológico pressupõe o estudo abrangente do contexto cultural e histórico do objeto abordado, seus costumes e valores e, para Ginzburg (1989, p. 66), é o “sentido da essência”, que pressupõe os outros dois níveis. A iconologia se detém na descoberta e interpretação dos valores simbólicos da obra, o significado intrínseco do conteúdo e sua intersecção cultural e social - filosófica, religiosa, política e econômica. As manifestações dos princípios propostos pelo autor da imagem são, no momento dessa análise, articulados e explicitados, “princípios de fundo que revelam a atitude fundamental de uma nação, um período, uma classe, uma concepção religiosa ou filosófica, (inconscientemente) classificada por uma personalidade e condensada numa obra”. (PANOFSKY apud GINZBURG, 1989, p. 70)

Para tanto, é necessário que o pesquisador possua uma “bagagem” para a interpretação, experiência prática, familiaridade com o objeto e com os temas e conceitos, além de ter conhecimento sobre as condições históricas nas quais foi produzido e o estilo da época nas manifestações culturais. As imagens só revelam seu significado “quando ultrapassam sua barreira iconográfica; quando recuperamos as histórias que, em sua forma fragmentária, trazem implícitas”. (KOSSOY, 2007, p. 147)

Seguindo as diretrizes propostas por Kossoy (2012, p. 81), a primeira das análises é a técnico-iconográfica. Técnica porque analisa o artefato, a matéria, ou seja, o conjunto de informações de ordem tecnológica que caracterizam a configuração material do documento. Iconográfica porque aborda o registro visual, a expressão, o conjunto de informações visuais que compõem o conteúdo do documento. “Na prática, essa dupla análise (que corresponde ao exame técnico-iconográfico) se realiza conjuntamente, e seu resultado será tanto mais rápido e eficaz, quanto maior for a experiência do pesquisador, quanto mais intensa for sua convivência com as fontes fotográficas.” (KOSSOY, 2012, p. 81)

Além da determinação da data, nome do autor ou carimbo do estabelecimento, por meio da imagem é possível identificar processos, materiais, que podem auxiliar na identificação do período de produção ou da autoria, quando esta não é conhecida. O objeto também traz em si as marcas dos caminhos que percorreu, dos circuitos sociais pelos quais passou. É, portanto, necessário conhecer a História da fotografia e os processos e suportes desenvolvidos ao longo dos anos.

Além de objeto, a fotografia é também uma expressão singular, produzida em um determinado tempo e espaço com determinada tecnologia por um fotógrafo – seus filtros culturais e habilidades – que seleciona um assunto, dentro de um contexto histórico e cultural, o que faz dela um meio de conhecimento da cena passada.

O método proposto busca, a partir da desconstrução da imagem e de seus elementos constitutivos (assunto, fotógrafo e tecnologia), do produto final (fotografia) e das coordenadas de situação (espaço e tempo), a essência do fenômeno fotográfico, a gênese do documento imagético. Busca os porquês e visa ultrapassar a barreira iconográfica.

Na realidade, as imagens trazem subjacente à informação iconográfica propriamente dita um manancial de outras informações que exigem do pesquisador uma reflexão diferente daquela que ocorre quando da interpretação dos textos. É nas deformações, nas omissões e nas “entrelinhas” visuais que encontramos em campo fértil para o estudo das mentalidades. (CARNEIRO; KOSSOY, 2002, p. 12)

Entre artefato e representação pousam uma série de convenções, intenções e códigos, sociais e culturais, que devem ser decifrados, e para que a abordagem abrangente seja eficaz, uma dupla arqueologia do documento fotográfico se impõe: a reconstituição do processo que gerou o objeto, seus elementos constitutivos e coordenadas de situação, e a identificação dos elementos icônicos que compõe a representação. A intenção é reunir o maior número de informações para “num segundo momento, através da interpretação mais profunda do documento, alcançar o sentido maior da fração da vida representada naquilo que ele não tem de visível fotograficamente”. (KOSSOY, 2012, p. 80-81)

Ao lidar com registros imagéticos, o pesquisador deve estar atento à sua ambiguidade, pois eles “ao mesmo tempo informam e despistam”. (CARNEIRO; KOSSOY, 2002, p. 211). Assim como outros produtos de ações humanas, as fotografias são impregnadas de juízos de valor, escolhas que materializam um ponto de vista, opções

estéticas e, conseqüentemente, ideológicas, que se apresentam sob forma de signos ou modos de composição.

O signo figurativo não constitui jamais o duplo, o equivalente de um elemento desligado do real; ele materializa um ponto de vista, quer dizer, ele encerra necessariamente um julgamento de valor, o que equivale a estabelecer uma distinção entre o signo e sua significação, ou em outras palavras a distinguir do objeto figurativo o objeto pretexto e o signo que o materializam. (FRANCASTEL, 1970, p. 97)

Pelo alto grau de iconicidade e veracidade, e por constituir em uma representação químico-física a partir de um referente que esteve lá (considerando aqui apenas em sua forma analógica), a imagem fotográfica tem um alto grau de credibilidade, o que pode confundir o observador que busca compreendê-la em sua totalidade. Quando Benjamin (1994, p. 94) escreve sobre a fotografia, ele observa que a natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar. A suposta objetividade da imagem, segundo Kossoy (2012, p. 164), reside apenas nas aparências, pois elas pouco ou nada informam ou emocionam àqueles que nada sabem do contexto histórico particular no qual se originaram.

O que caracteriza absolutamente todo signo figurativo, insistimos, é sua ambigüidade. Ambigüidade porque jamais o signo coincide com a coisa vista pelo artista, porque jamais o signo coincide com aquilo que o espectador vê e compreende, porque o signo é por definição fixo e único e, também por definição, a interpretação é múltipla e móvel. (FRANCASTEL, 1970, p. 97)

Quando constrói a representação, o autor impõe sua intencionalidade, direcionada de acordo com a finalidade para qual foi produzida, e é nessa destinação “que se encontrará um rico veio para a compreensão da estética fotográfica nos diferentes períodos de sua história. [...] Estética e ideologia são componentes fluídos e indivisíveis, implícitos na representação fotográfica.” (KOSSOY, 2012, p. 144-145)

Os objetos frutos da criação do homem, assim como a arte e a fotografia, servem como veículos da estética e da ideologia de seu tempo. As fotografias, portanto, são importantes testemunhos culturais e das mentalidades, “posto que retratam, implicitamente, *atitudes e intenções*”. (CARNEIRO; KOSSOY, 2002, p. 174, grifos dos autores)

Ao reunir as informações implícitas e explícitas, sobre artefato e registro visual, o pesquisador traz à luz revelações contextualizadas e está apto a investigar as duas realidades do documento fotográfico: a segunda realidade, da representação, por meio da qual se

busca desvendar a primeira realidade, do tempo da criação, quando então o aparente passa a ter verdadeiro significado, até então oculto ou omitido.

O documento fotográfico não pode, portanto, ser compreendido independentemente do processo de construção da representação em que foi gerado. É este mundo do documento fotográfico (segunda realidade, perene, eterna) que se confunde em nossas mentes com o fato passado (primeira realidade, isto é, o fato irreversível, volátil, efêmero) numa tensão perpétua, seja pela nossa lembrança e envolvimento com o objeto da representação, seja, ao contrário, pelo nosso desconhecimento do mesmo, seja principalmente, pelo nosso desejo, enquanto investigadores de, mediante o devido exame crítico, situarmos corretamente o documento, decifrarmos seu significado intrínseco, desvelarmos, enfim, a trama e o contexto no qual se acha enredado, de forma a produzirmos sentido e iluminarmos mais um microaspecto do universo de lacunas que pontilham no firmamento da história. (KOSSOY, 2007, p. 157-158)

Busca-se, através da análise iconográfica, decodificar a realidade exterior do assunto registrado na representação fotográfica, sua face visível, sua segunda realidade. [...] Busca-se, pela interpretação iconológica, decifrar a realidade interior da representação fotográfica, sua face oculta, seu significado, sua primeira realidade, além da verdade iconográfica. (KOSSOY, 2009, p. 59-60). O documento, segunda realidade, depois de produzido, passa a ter vida própria, é um objeto autônomo e único, que carrega em si marcas do tempo.

1.4. PARA O OBSERVADOR DA IMAGEM

Ao revelar e relacionar dados implícitos e explícitos na imagem, o pesquisador confronta a segunda e a primeira realidade, tensão que se estabelece no plano imaginário em função de suas imagens mentais, processo irrefutavelmente subjetivo. Isso porque, quando esgotada a pesquisa objetiva, a compreensão dos registros é articulada pelo homem, sendo esse o momento mais decisivo da escrita histórica. “*No princípio, o fato apurado e criticado, no fim, a compreensão* – eis a regra fundamental.” (RODRIGUES, 1976, p. 421, grifo do autor). A recepção se abre “em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural”. (KOSSOY, 2012, p. 127)

A polissemia da imagem se dá pelo fato de que, no registro imagético, a relação entre os signos e os significados não é pré-estabelecida. “A leitura [...] depende de minha cultura, de meu conhecimento do mundo; e é provável que uma boa fotografia [...] jogue com o suposto saber de seus leitores [...]” (BARTHES, 1990, p. 23). Os códigos são abertos e contínuos e possibilitam que cada leitor tenha sua própria interpretação. Alguns elementos referenciais e técnicas de captura, porém, podem direcionar a “leitura”, tentando aproximar diferentes receptores de uma mesma mensagem.

O momento histórico e os valores e parâmetros culturais e sociais nos quais as imagens estão inseridas e pelos quais são interpretadas, fazem-nas adquirir diferentes significados, assim como acontece com a História, quando o historiador empreende, com olhos do presente, uma releitura de documentos do passado, levantando dados que em outras análises foram omitidos.

Desta forma, a representação e a compreensão das imagens, além de culturalmente determinadas, sofrem influências espaços-temporais. A estética fotográfica está ligada a um contexto sócio-histórico e cada indivíduo cria relações estéticas de acordo com o ambiente onde vive. Ansel Adams observou que o fotógrafo traz consigo uma bagagem cultural, que interfere na construção da representação, ou seja, não se faz uma fotografia apenas com uma câmera: “você traz ao ato de fotografar todas as imagens que você já viu, os livros que leu, as músicas que ouviu e as pessoas que amou”⁶. (apud GASSAN; MEEK, 1992, p. x). Assim, como a produção da imagem é permeada pelo repertório cultural do autor, a interpretação das imagens pelos múltiplos receptores também o é. Diante disso, a compreensão que uma pessoa tem de uma fotografia hoje, provavelmente é diferente da mesma há cinquenta anos.

A imagem, esta, não está numa relação de determinação fixa com o signo. Para o mesmo objeto ela é tão variável quanto o número de espectadores. Ela não é mais estável do que as interpretações. Ela é um dos elementos essenciais da ambigüidade fundamental da obra figurativa. (FRANCASTEL, 1970, p. 106-107)

Há de se considerar ainda que algumas informações presentes na imagem podem fazer referência a valores e costumes específicos de determinado grupo. Assim, os

⁶ Tradução livre do original: “You don’t make a photograph just with a camera. You bring to the act of photograph all the pictures you have seen, the books you have read, the music you have heard, the people you have loved”.

elementos constituintes podem ser identificados, mas dificilmente a imagem será completamente compreendida por pessoas externas ao grupo, que não compartilham dos mesmos códigos. O mesmo acontece com a língua escrita, quando indivíduos de diferentes países, de línguas distintas, compartilham o mesmo alfabeto e são capazes de identificar as letras nos textos reciprocamente. As palavras e a mensagem, no entanto, só serão compreendidas por aqueles que conhecem as convenções da língua.

Ritos, simbolismos e gestos podem ter diversos significados e conotações em diferentes culturas. A ambiguidade, já apontou Francastel (1970, p. 127), dá-se pelo fato de o signo não coincidir com a coisa vista, e jamais coincidir com aquilo que o espectador vê e compreende, porque o signo é por definição fixo e único e sua interpretação é múltipla e móvel.

No que se refere à recepção, não podemos perder de vista a “elasticidade” das interpretações que as imagens propiciam ao longo de sua trajetória. Devemos conviver com esta eterna ambigüidade da fotografia; um documento etnográfico ou arquitetônico pode ser compreendido como um meio de conhecimento, uma fonte histórica, mas também pode, ao mesmo tempo, ser utilizado como ferramenta de propaganda, geradora ou confirmadora de preconceitos, sempre dependendo dos textos (legendas, títulos, contextos) que acompanham tais imagens, de sua diagramação, dos veículos em que são inseridas e dos receptores que as apreciam. (KOSSOY, 2007, p. 55)

Apesar de ambos os processos serem subjetivos, no sentido de que são articulados pelo homem, a compreensão de uma imagem não se dá da mesma maneira que a de um texto, não apenas por serem formas de expressão diferentes, mas também porque qualquer indivíduo acredita compreender as imagens, graças a sua adesão ao referente. Francastel (1970, p. 117) aponta que essas “leituras” exigem formações e graus de atenção completamente diferentes. “Todo mundo se acha apto a comentar imagens que na realidade muitas pessoas não veem – no sentido de inteligibilidade da mensagem incluída em sistemas de signos quase sempre mal percebidos e mal interpretados.”

Tendo à disposição recursos e conhecendo os códigos de composição fotográfica, o autor muitas vezes fala ao receptor através de metáforas, tradução de ideias, que concretizam seu imaginário e transparecem sua ideologia. No outro sentido, quando colocado diante de uma imagem, o observador tem a tendência de recriá-la por meio de um conteúdo vivenciado, paralelo. O objeto fotografado existe na sua relação com outros

objetos concretos (PERSICHETTI, 2009). Esse “jogo da memória” faz o espectador reconhecer na imagem o que lhe é familiar.

Através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades. Imagens técnicas e imagens mentais interagem entre si e fluem ininterruptamente num fascinante processo de criação/construção de realidade – e de ficções. São essas as viagens da mente: nossos “filmes” individuais, nossos sonhos, nossos segredos. Tal é a dinâmica fascinante da fotografia, que as pessoas, em geral, julgam estáticas. Através da fotografia dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. (KOSSOY, 2007, p. 147)

As diferentes possibilidades interpretativas decorrem da existência de diferentes repertórios imagéticos que, tanto mais ricos, resultam em apreensões mais completas da mensagem figurativa, ou seja, os signos desencadeiam em cada pessoa uma série de significantes, e a compreensão da imagem varia de acordo com o reserva sígnica do observador. Por isso é importante o conhecimento do momento histórico no qual a representação foi produzida, pois as convenções e códigos estéticos mudam com o tempo, assim como muda a interpretação da mensagem fotográfica.

2. FOTOGRAFIA, SUPORTE DE MEMÓRIAS

Para compreender o papel e o lugar da fotografia nos estudos históricos sobre a sociedade, como elemento revelador, é preciso tomá-la como expressão estética e subjetiva do mundo visível, registro de aparências que deve ser interrogado e devidamente interpretado. Para isto, é necessário saber ler em suas entrelinhas, desvendar aspectos ocultos e ir além da cena registrada. O conhecimento acerca das imagens de outros tempos permite julgar o passado com olhos novos e lhe pedir esclarecimentos condizentes com nossas preocupações presentes (FRANCASTEL, 1970).

Como foi dito, a imagem fotográfica deve ser abordada em duas linhas de investigação: como artefato e como registro visual. Neste ponto, é necessário escrever um breve histórico de seu surgimento e desenvolvimento, não perdendo de vista o contexto social e cultural, já que ela nasce atendendo a uma demanda de seu tempo.

2.1 . O ADVENTO DA FOTOGRAFIA

A fotografia nasceu cara e trabalhosa. Segundo Freund (1976, p. 29), a exposição para a sensibilização das chapas metálicas do daguerreótipo poderia durar até meia hora e, logo no início, o invento era consumido unicamente por alguns ricos aficionados e pensadores que podiam adquirir esse “luxo”.

O procedimento de Daguerre era bastante desconfortável. Em primeiro lugar a placa metálica, sensibilizada pela luz, não podia ser utilizada sem uma prévia exposição a vapores de iodo. A dificuldade principal consistia em que não se podia preparar a placa um pouco mais que antes de usá-la e tinha que ser revelada em seguida depois da exposição à luz solar⁷. (FREUND, 1976, p. 29)

Além de não produzir cópias, apenas uma única imagem por exposição, o equipamento era pesado, podendo chegar ao peso de 50 quilogramas, e nesse período, o gênero de maior demanda era o retrato. No final de 1839, os primeiros aperfeiçoamentos

⁷ Tradução livre do original: “El procedimiento Daguerre resultaba bastante incómodo. En primer lugar la placa metálica, sensibilizada a la luz, no podía utilizarse sin una previa exposición a vapores de yodo. La dificultad principal consistía en que no se podía preparar la placa más que poco antes de usarla y había que revelarla en seguida después de su exposición a la luz solar”.

fizeram que o peso chegasse a 14 quilogramas, e em 1840 inventores conseguiram diminuir os custos. “As placas que um ano antes foram vendidas por 3 ou 4 francos, custavam agora de 1 a 1,5 francos.”⁸ (FREUND, 1976, p. 30)

Apenas em Paris, em 1846, foram vendidas duas mil câmaras fotográficas e 500 mil placas (GIACOMELLI, 2012, p. 37). O aperfeiçoamento resultou também na diminuição do tempo de pose, que já em 1842 era de 20 a 40 segundos.

Em todos os países da Europa, a daguerreotipia teve êxito considerável, mas foi na América do Norte onde causou furor e originou um comércio florescente. [...] Foi calculado que em 1850 já existiam dois mil daguerreótipos. Em 1853, calcula-se em três milhões as fotografias tomadas por ano.⁹ (FREUND, 1976, p. 30-31)

Os aperfeiçoamentos e pesquisas também resultaram em novos processos, entre eles a calotipia, desenvolvida por William Henry Talbot, que passou a usar papel como suporte ao invés de chapa metálica, e que gerava um negativo, do qual era possível fazer cópias positivas. Nesse mesmo período, em 1854, o francês Disdéri criou a *carte de visite* (1), formato de apresentação de imagens de tamanho reduzido (9,5x6 cm), montada sobre um cartão rígido de cerca de 10x6,5 cm (VASQUEZ, 2002, p. 55). Sua grande disseminação ocorreu por volta de 1860, quando se tornou um modismo mundial, sendo produzido aos milhões.

As *carte de visite* registravam, em sua maioria, o corpo inteiro, e eram trocadas e colecionadas entre amigos e membros da família que muitas vezes os presenteavam com mensagens ou dedicatórias escritas no verso. Os retratos por este sistema foram muito consumidos, e segundo Benjamin (1994), sua proliferação atendia ao desejo burguês de conectar sua imagem à de prosperidade e afirmar seu papel social, e seu sucesso foi o primeiro sinal do processo de mercantilização e industrialização da fotografia, que fez crescer também o número de fotógrafos interessados no lucro.

⁸ Tradução livre do original: “Las placas que um año antes se habian vendido de 3 a 4 francos, costaban ahora de 1 a 1,5 francos”.

⁹ Tradução livre do original: En todos los países de Europa, la daguerreotipia tuvo un éxito considerable, pero fue sobre todo en Norteamérica donde causó furor y originó un comercio floreciente. [...] Se há calculado que en 1850 ya existian dos mil daguerreotipistas. Em 1853, se cifra en tres millones las fotos tomadas por año”.

1. Herculano Bandeira de Mello e Ana Joaquina. Alberto Henschel & C., Recife, s.d., *carte de visite*.
Acervo Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Anos depois, surgia outro formato de retrato: a *carte cabinet*, criado na Inglaterra em 1866, que tinha o mesmo tipo de apresentação em um tamanho superior - 9,5x14 cm em cartões de 11x16,5 cm (VAZQUEZ, 2002, p.55). Ambos os formatos foram muito utilizados até o fim do século XIX. Segundo Carvalho, a *carte de visite*

[...] não desaparece, mas começa a ser substituído pelo retrato fotográfico de busto, especialmente no formato *cabinet-portrait*. Ao democratizar o retrato de corpo inteiro, o cartão de visita se desgastou como forma de auto-representação para os grupos sociais privilegiados. Por ser pequeno, portátil e barato, o cartão de visita possibilitou o seu acesso a pessoas de baixa extração social. (CARVALHO, 2008, p. 229)

Os retratos deste período tinham como característica a utilização de acessórios e adornos no estúdio para compor a cena. Esses objetos iam desde chapéus e ternos a pedestais, cortinas, cavaletes e palmeiras, símbolos associados à imagem do fotografado com diferentes conotações.

Eram comuns retratos com cenários preenchidos de palmeiras, planta símbolo do espaço de representação da elite, ou com objetos como livros que conotam intelectualidade; flores, que representam a delicadeza da mulher, ou até mesmo com o homem sentado e a mulher em pé ao lado, pronta para servi-lo. Índios, por exemplo, foram fotografados em estúdios recobertos de plantas, que buscavam compor com maior

“fidelidade” seu ambiente de vida. Esses e outros recursos acabavam reforçando estereótipos associados ao país, já que muitas vezes essas imagens circulavam na Europa.

O apreço de Dom Pedro II pela fotografia foi marcante quando da chegada do daguerreótipo no Rio de Janeiro. Em 1851, Frederick Scott Archer apresentou um novo processo fotográfico, o do colódio úmido como emulsão para os sais de prata sobre placa de vidro, substituído em 1870 pelo colódio seco. No ano seguinte, Richard Maddox desenvolveu as chapas secas de gelatina, um marco para a popularização da fotografia, já que “simplificou o ato fotográfico ao liberar o fotógrafo das tarefas de preparar e processar os negativos imediatamente após expô-los à luz: bastava, agora, comprá-los no tamanho e quantidade adequados para cada trabalho nas lojas especializadas”. (GIACOMELLI, 2012, p. 41)

Nas primeiras décadas do século XX, a Europa passava por uma efervescência criativa. Nesta altura, o equipamento fotográfico, muito mais leve e acessível, podia ser manuseado por qualquer pessoa, o que resultou numa proliferação de imagens em todo o mundo, com diferentes finalidades. Seja no fotojornalismo, na arte, na publicidade, a fotografia cumpriu diferentes funções e papéis. Desde os anos de 1930, Hitler percebeu o poder de persuasão das imagens e contou com um fotógrafo oficial, Heinrich Hoffmann, que teve papel decisivo – assim como a cineasta Leni Riefensthal – na construção da imagem do Führer.

“Hitler era extremamente inábil e não sabia valorizar-se [...]. Aprendeu tudo com Hoffmann”. Ao longo de vinte e duas sessões, Hitler acaba por construir uma imagem, vestuário, penteado, posição do corpo, expressão fácil, tudo foi cuidadosamente experimentado e ensaiado. “O objetivo era apresentá-lo como redentor da Alemanha”. (HERZ apud ROBIN, 1999, p. 16)

Nesta época, com a expansão do nazifascismo, muitos profissionais liberais e fotógrafos judeus deixaram a Europa e alguns deles se refugiaram no Brasil, como Hildegard Rosenthal, Alice Brill, Peter Scheier e Hans Günter Flieg. Eles atuaram em diferentes vertentes da fotografia (publicidade, fotojornalismo, arquitetura) contribuindo para a consolidação de uma visualidade moderna no Brasil.

Na região norte do Paraná, que recebeu grande contingente de imigrantes nas décadas de 1930 a 1950, muitos dos fotógrafos que atuavam eram estrangeiros, de diferentes nacionalidades, como Theodor Preising e Carlos Stenders (alemães), Hans Kopp

(austríaco) e Mineso Matsuo (japonês). Alguns deles possuíam estúdio próprio, outros eram itinerantes e percorriam várias cidades oferecendo seus serviços. Além deles, outros fotógrafos como José Juliani, Divino Bortolotto e Haruo Ohara documentaram a construção da cidade, desbravada a partir de 1929, e seus primeiros moradores e residências.

Alguns, como Kopp, Preising e Juliani, foram contratados pela empresa colonizadora (Companhia de Terras Norte do Paraná) para produzir imagens que seriam utilizadas em panfletos de propaganda distribuídos em outras regiões do país, com o intuito de atrair novos compradores para os lotes de terras. Centenas dessas imagens, produzidas com intuito comercial, são mantidas no acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. A instituição possui aproximadamente 50 mil peças entre fotografias, álbuns fotográficos, negativos de vidro, negativos flexíveis, *slides*, filmes de 16mm e 35mm. Mas muitas imagens ainda se encontram com as famílias e na mão de particulares: são os registros do surgimento das cidades e do crescimento da região norte do Paraná, que auxiliam pesquisadores a interpretar e reescrever a história.

2.2. FOTOGRAFIA DOCUMENTAL

A palavra documento vem do latim *documentum*, que remete a ensinar, provar. Com o fim da hegemonia do Positivismo nas Ciências Sociais nas primeiras décadas do século XX, a ilusão da objetividade do documento foi colocada em xeque. A concepção de documento histórico muda e passa a ser considerada fonte “tudo que nos proporciona material para a reconstrução da vida histórica”. (RODRIGUES, 1978, p. 234). Nos anos 30 do século passado, o termo “fotografia documental” foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos (logo após a expressão ‘filme documentário’) para referir a cena do cotidiano das pessoas comuns, especificadamente os pobres”. (BURKE, 2004, p. 26)

A fotografia se encaixa na concepção acima, apesar de que, ainda hoje, encontra adeptos que acreditam piamente tratar-se de um registro objetivo, que a imagem é uma reprodução fiel do objeto fotografado, e assim por diante.

A imagem fotográfica nos informa sobre os fatos, cenários e personagens da vida real, ela, entretanto não substitui a realidade. Além disso, ela não se basta por si, o exame

das fontes fotográficas deve ser alimentado de informações escritas de diferentes naturezas, tanto as contidas nos arquivos oficiais quanto a dos particulares (KOSSOY, 2012, p. 83).

É um engano pensar-se que o estudo da imagem enquanto processo de conhecimento pode abdicar do signo escrito. Esclarece bem esse ponto Jean Keim quando afirma: Se a foto julga-se um documento e quer se apresentar como tal, as informações escritas são de primordial importância. Esta verdade elementar é frequentemente esquecida pelos que consideram que a fotografia basta-se em si mesma. Portanto, tais informações são indispensáveis em todos os casos, seja quando a imagem é utilizada num trabalho de pesquisa, seja para fins educativos, seja para denunciar uma situação a título de informação. (KOSSOY, 2012, p. 82-83)

Na segunda metade do século XIX, o consumo da nova invenção fez com que os fotógrafos passassem a registrar os costumes, os personagens e as cidades, contribuindo para a reconstituição de sua memória e história. Muitos deles registraram a vida nos subúrbios e as condições de trabalho das classes baixas e de operários.

O escocês John Thomson (1837-1921) foi um dos precursores do fotodocumentarismo de denúncia social. Ele retratou o cotidiano londrino e desejava mostrar realidades ignoradas. Sua obra de 1862, *Street Life in London*, foi ilustrada com xilogravuras feitas a partir de suas fotografias e tornou-se um clássico do reformismo social com intenção conscientizadora.

O jornalista Jacob Riis (1849-1914) fotografou majoritariamente a cidade de Nova Iorque e trabalhou nos jornais *South Brooklyn News*, *New York Tribune* e *New York Evening Sun*. Riis aproveitou as suas aptidões jornalísticas para publicar os problemas das classes baixas. Ele e outros reformistas – muitas vezes chamados de *muckrackers* – estavam dispostos a lutar por reformas sociais e acreditavam que a pobreza era passível de ser reduzida através de uma regulação governamental da economia. O fotógrafo destacou-se também pela utilização do *flash powder*, técnica que lhe possibilitou fotografar tanto o interior como o exterior dos bairros durante a noite.

Na França, Eugène Atget (1857–1927) produziu mais de 10 mil fotografias da arquitetura, construções e subúrbios de Paris. Começou a fotografar com 31 anos de idade e foi o precursor da fotografia moderna na capital francesa.

Suas ambições para sua nova carreira eram modestas. Ele alegava que suas imagens eram apenas “documentos para artistas”, vendendo-as como registros documentais para indivíduos interessados e instituições públicas, onde eram

apresentadas com os respectivos assuntos ao invés do nome de seu autor, considerado sem importância¹⁰. (BADGER, 2001, p. 3)

Atget inovou e se especializou em vistas cotidianas e postais parisienses. Porém, segundo Badger (2001), é visto por algumas pessoas atualmente na França como um mero exemplar, não necessariamente o melhor, de uma tradição na fotografia do patrimônio arquitetônico da França, que teve um primeiro momento importante por volta de 1850. Para Benjamin (1994, p. 101), Atget foi o primeiro a “desinfetar a atmosfera sufocante difundida pela fotografia convencional, especializada em retratos. [...] Ele saneia essa atmosfera, purifica-a [...] buscava as coisas perdidas e transviadas, e, por isso, tais imagens se voltam contra a ressonância exótica, majestosa, romântica, dos nomes das cidades.”

Lewis Wicks Hine (1874–1940) fotografou as classes trabalhadoras e apresentou um panorama das precárias condições de trabalho dos operários das indústrias norte-americanas. Com suas fotografias, chamou a atenção das autoridades e da sociedade sobre a exploração do trabalho infantil. Hine acreditava que os fotógrafos poderiam, através das imagens, expressar seus pontos de vista pessoais. E, de fato, sua documentação funcionou como verdadeira denúncia relativamente ao trabalho das crianças provocando mudanças nas leis sociais do país.

Hine não exibia suas imagens como belas estampas nas paredes das galerias e museus. Em vez disso, ele destinou seu trabalho a um público amplo: suas fotografias apareceram nas páginas de livros e revistas, nos anúncios, em cartazes didáticos, como peças de exposição, e também como ilustrações para relatórios e documentos oficiais¹¹. (BADGER, 2002, p. 3)

Já o fotógrafo Edward Sherif Curtis retratou e filmou, entre os anos de 1907 e 1937, os índios na América do Norte. Vivenciou parte de um dos maiores massacres da América: o genocídio de milhares deles. Quando começou a fotografar, muitos povos já haviam se dispersado, extinguindo-se ou foram divididos em reservas, longe de suas áreas

¹⁰ Tradução livre do original: “His ambitions for his new career were modest. He claimed that his images were merely ‘documents for artists’, selling them as documentary records to interested individuals and public institutions, where they were filed under their respective subjects rather than their author’s name, with was deemed to be unimportant.”

¹¹ Tradução livre do original: “Hine did not exhibit his images as fine prints on the walls of galleries and museums. Instead he aimed his work at a broad public: his photographs appeared on the pages of books and magazines, in advertisements, on didactic posters, as exhibition pieces, and also as illustrations for official reports and documents.”

originais. Sua ideia inicial era organizar uma enciclopédia sobre esses grupos, mas acabou utilizando a câmera para fotografar rituais até então nunca registrados. Atualmente, muitos antropólogos questionam o trabalho de Curtis, embora reconheçam seu valor.

Tais imagens e outras foram utilizadas para reconstruir e compreender a vida em determinadas épocas e muitas delas registraram as condições das ruas e edificações, o exercício das profissões, personalidades e o andamento de obras de cidades que surgiam em diferentes países. Em alguns casos, os fotógrafos eram contratados pelo próprio poder público e as imagens eram feitas sob encomenda. “Essas imagens têm tido hoje, não apenas seu valor documental, mas também o artístico, reconhecidos.” (CARVALHO; WOLFF, 1998, p. 154)

São Paulo e Rio de Janeiro foram cidades brasileiras muito fotografadas. No caso de São Paulo, é de se mencionar o início desse processo, levado a cabo por conta própria pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo (1837-1905). Militão, que já havia registrado os pontos centrais em 1862 (época em que a capital paulista ainda apresentava uma feição colonial), era um atento observador das transformações que vivia a cidade nas décadas posteriores em função da economia do café e da imigração estrangeira. Em 1887 decidiu documentar os mesmos locais e sob o mesmo ângulo obtendo assim um dos mais importantes documentos iconográficos de São Paulo, na medida em que revelam as transformações da paisagem urbana no intervalo de 25 anos, diante dos fatores mencionados. Trata-se do “Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo – 1862-1887”, obra única no seu objeto na historiografia brasileira¹².

Nos anos que se seguiram as feições da São Paulo colonial desapareceriam para sempre. A capital nas primeiras décadas do século XX já lembrava uma pequena cidade europeia. As mansões, prédios e as próprias ruas da capital foram registradas sistematicamente e divulgadas em cartões postais, principalmente as intervenções urbanísticas do governo de Antônio Prado (1905-1911). “A venda de coleções organizadas em álbuns fotográficos sugere o aparecimento de uma nova forma de apropriação simbólica da cidade.” (LIMA, 1998, p. 80)

¹² Sobre o tema ver: AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887*. Apresentação Ernani Silva Bruno; textos de Benedito Lima de Toledo, Boris Kossoy, Carlos Lemos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, nas primeiras décadas do século XX, foi palco de um grande projeto de saneamento e reformulação urbana. O engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) foi responsável pelas reformas urbanísticas e a então capital da República tornou-se um canteiro de obras. O prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913) contratou o fotógrafo Augusto César Malta de Campos (1864-1957) para registrar essas transformações e divulgar a imagem de uma cidade bem cuidada e moderna.

Em Londrina, como mencionado antes, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) contratava fotógrafos com o intuito de produzir imagens que, divulgadas em outros lugares, seduziriam e atraíam novos compradores e moradores para a região. Dessa maneira, as fotografias das primeiras décadas da cidade retratavam as árvores majestosas e, conseqüentemente, a qualidade do solo, as primeiras construções, a infraestrutura como hospitais, mercados, pontes, linha férrea, entre outras temáticas ligadas à ideia de prosperidade.

A fotografia se transformou em importante mídia de publicidade, e em um dos panfletos da CTNP, datado de 5 de abril de 1936, constava que a média de casas construídas em Londrina era de setenta e cinco por mês. Esse tipo de informação, aliada à imagem da terra fértil, passava a impressão de se tratar de uma região em pleno desenvolvimento. A empresa também produzia álbuns distribuídos entres seus agenciadores, que viajavam a procura de compradores de terras.

Além de suas intenções particulares, os fotógrafos citados e tantos outros criaram um acervo fotográfico da vida cotidiana nos séculos XIX e XX. Essas imagens contribuíram para a compreensão de paisagens e fatos nos diferentes momentos históricos e são utilizadas hoje como documentos e fontes de pesquisas.

A utilização das representações imagéticas ampliou os horizontes da investigação histórica, e sua recuperação e organização em arquivos contribuíram para a formulação de pesquisas sobre o homem e seu passado. Burke (2004, p. 30) salienta, porém, que a “evidência de fotografias é de grande utilidade se você souber como interrogá-las”. A imagem não pode ser profundamente compreendida se extraída de seu contexto de produção, usos e significados, culturalmente determinados. Já o artefato, o objeto

fotografia, circulou pela sociedade e foi utilizado com diferentes finalidades, carregando “em suas marcas sua própria história”¹³. (EDWARDS; HART, 2004, p. 1)

As imagens não devem ser trabalhadas como expressões da verdade. O aparente verismo da fotografia, para Carneiro e Kossoy (2002, p. 173-174), leva a deslizes interpretativos. “As imagens da câmera, tradicionalmente aceitas como expressão da verdade - posto que documentam a realidade material ‘tal como ela é’ - , resultam, na verdade de um complexo *processo de criação*, elaborado por seu autor: o fotógrafo.”

Nas últimas décadas, o emprego da fotografia como fonte histórica vem crescendo constantemente. Desde a década de 1980, tem havido “[...] um intenso interesse pela imagem fotográfica, como instrumento de pesquisa e reprodução de condições materiais nas ciências sociais”. (LEITE, 2001, p. 82). Esse interesse se reflete no aumento do número de trabalhos voltados para a área da fotografia. No Brasil, em 1970, apenas quatro teses e dissertações foram defendidas com essa temática. Em 1980 esse número passou para doze e em 1990 chegou a 73 (KOSSOY, 2012, p. 33).

Quando interpretada atentamente, a fotografia permite desvendar aspectos que não ficam claros em outras formas de registro, ajudando a recuperar a história daqueles que não deixaram escritos ou depoimentos. Ela também tem papel importante na transmissão de informações sobre o passado das sociedades para as gerações mais jovens. O registro imagético, segundo Simson (2005, p. 31) “vem permeando cada vez mais a nossa cultura ocidental contemporânea e se transformando talvez no principal ‘texto’ orientador da construção das memórias individuais e da memória coletiva dos grupos sociais”.

2.2.1. A Fotografia e a Percepção da Cidade

As 50 imagens selecionadas para este trabalho retratam, pelos olhos de diferentes autores, a cidade de Londrina em suas primeiras três décadas de colonização (1929-1948). A imagem fotográfica é aqui abordada como instigadora de lembranças e memórias, documento e fonte de informações. As imagens da cidade foram apresentadas

¹³ Tradução livre do original: “It is a photograph that carries on it the marks of its own history”

durante entrevistas com os primeiros moradores da cidade (na época, crianças e adolescentes) com o intuito de resgatar histórias e informações relevantes para a compreensão de sua trajetória e constituição de sua memória.

Por trazer de volta lembranças e acontecimentos da infância, essas imagens despertam sentimentos e emoções, principalmente no que se refere aos lugares de vivência da cidade do passado.

É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem-miniatura de seu referente: reflexos de existências/ocorrências conservados congelados pelo registro fotográfico. Conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que os observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem. Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos. (KOSSOY, 2012, p. 30)

Os cenários, a cidade e sua arquitetura podem criar espaços que geram no sujeito sentimentos e relações de afeto, uma aparente simpatia com o mundo vivenciado, e que pode ser descrita como sentimento positivo pelo ambiente, que faz o indivíduo querer experimentá-lo no plano do imaginário, mais uma vez! Segundo Tuan (1980, p. 5), o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal, é denominado topofilia, e “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. (TUAN, 1980, p. 114)

Dessa forma, as representações imagéticas dos lugares de vivência do passado, trabalhadas neste estudo, também podem gerar no indivíduo emoções e o reconhecimento de sua própria história. Na concepção antropológica, o lugar é recortado afetivamente, emerge da experiência, é um "mundo ordenado e com significado", enquanto o não-lugar é amplo, desconhecido e temido (TUAN, 1983, p. 65).

O lugar é tido como um local de pertencimento, onde o sujeito se reconhece, tem enraizamento e vivência. Em oposição, o não-lugar é o local onde o sujeito não se reconhece, ou não se identifica, são locais de passagem, impessoais, que aparentemente não significam, ao menos para os que visitam provisoriamente. Locais históricos de uma cidade de nascimento ou de vivência, dessa maneira, podem ser reconhecidos por seus “filhos” e não reconhecidos por turistas, por exemplo.

Humanizado, o lugar pode ser o lar, a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação, enfim, qualquer ponto de referência, identidade, estabilidade e segurança. O não-lugar, por sua vez, pode ser transformado em lugar nas experiências cotidianas, quando passa a carregar valores simbólicos, sendo necessariamente constituído a partir da experiência.

Para a História, assim como para a Antropologia, estas são questões importantes pois, para que seja considerado um lugar de reconhecimento, o espaço deve ser definido como identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994, p. 73). O ambiente é, conseqüentemente, portador de significado, e a identidade das pessoas se desenvolve, de certa maneira, em função dos lugares.

Identificação e orientação são aspectos essenciais do estar-no-mundo do homem. Enquanto a identificação é a base do sentimento de *pertencer*, a orientação é a função que o torna capaz de ser aquele *homo viator* [homem peregrino] que faz parte de sua natureza. (SCHULZ, 2006, p. 457)

Pollak (1992, p. 202) destaca que os lugares podem ser considerados como formadores da identidade, já que existem lugares da memória, particularmente ligados a uma lembrança. “Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.”

O lugar se define por uma estabilidade mínima entre identidade e relação. “Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento.” (AUGÉ, 1994, p. 53). Além disso, cada pessoa produz associações com algumas partes de sua cidade, impregnado suas imagens de lembranças e significados. Os habitantes não são meros observadores, mas sim “parte” do lugar e uma boa imagem do ambiente lhes oferecem um importante sentimento de segurança emocional.

Com essa segurança, o sujeito pode estabelecer uma relação harmoniosa com o mundo à sua volta, em oposição ao medo da desorientação e ao caos desagradável, que pode ser gerado pelo excesso ou pela falta de mudança e ausência de significados, na qual se perde a relação com o tempo e seu direcionamento. “Quando percebemos e nos atentamos para um objeto com determinado reparo e cuidado, estamos identificando-o, trazendo dele o diferente, captando sua aura, tornando-o único. Por um instante, a fotografia faz o moderno e cria o passado.” (ANDRADE, 2002, p. 118)

A fotografia da cidade do passado e de sua arquitetura tem a capacidade de trazer à tona lembranças em relação ao lugar, pois faz ressaltar aos olhos detalhes significativos da história pessoal e das memórias individuais e coletivas.

“Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. Com esta frase, ele [Henri Bergson] adensa e enriquece o que até então parecia bastante simples: a percepção como mero resultado da interação de ambiente com o sistema nervoso. Um outro dado entra no jogo perceptivo: a lembrança que impregna as representações. (BOSI, 2003, p. 36)

Essas lembranças mudam conforme a experiência dos indivíduos, um detalhe da entrada de um hospital, por exemplo, traz à lembrança de seu zelador o trabalho, e à de seu ex-paciente, a doença.

Além disso, pontos referenciais e ícones também podem suscitar memórias que narram sua importância para a cidade e para os cidadãos. No dia-a-dia servem como pontos de identificação de um trajeto ou percurso, como, por exemplo, grandes edificações, prédios significativos como hospitais e escolas, cruzamentos importantes e monumentos. Dessa maneira, o registro fotográfico pode trazer à mente a cidade do passado, auxiliando na identificação dos elementos, suscitando histórias corriqueiras do cotidiano da época, memórias em relação à experiência no lugar e às lembranças do passado.

Seja através das lembranças de um acontecimento da cidade ou da residência em que vivemos e fomos criados no passado, reavivadas por meio da imagem visual (a fotografia) e do depoimento oral, é possível identificar a relação do homem com o lugar de vivência, o sentimento de pertencimento e o afeto pelo lugar, importantes na constituição da identidade. Memórias evocadas por imagens do passado, que operaram e ainda operam de forma definitiva na construção da identidade de si e do outro.

3. METODOLOGIA

A proposta central desta pesquisa nasceu em 2008, na Universidade Estadual de Londrina (PR), quando professores e estudantes do curso de Comunicação Social observaram, ao entrevistar os primeiros moradores da cidade para seus estudos, que uma fotografia apresentada ao depoente enriquecia sobremaneira a narrativa.

Esses estudos passaram a ser desenvolvidos pelos participantes do Grupo de Pesquisa “Comunicação e História” (cadastrado no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), do qual faço parte. Defende-se que, pelo intermédio de imagens fotográficas, os entrevistados narram diferentes experiências do passado, destacando aquilo que para eles tem importância e significado.

Pretende-se, com base em pesquisas em diferentes cidades, sistematizar a proposta como um método para a área da Comunicação, utilizando uma de suas ferramentas: a fotografia, valorizando-a enquanto instrumento de pesquisa e como documento de importância para o resgate histórico.

3.1. O EMPREGO DE FONTES ORAIS E ICONOGRÁFICAS

A partir de então, foi elaborada uma busca bibliográfica sobre a utilização dos registros fotográficos aliados às fontes orais, por meio da qual foi possível observar que a proposta era citada por alguns autores das áreas de Comunicação, História e Sociologia, que já a aplicavam em seus projetos. Suas considerações acerca da proposta são explicitadas a seguir.

3.1.1. John Collier Junior

Em sua obra “Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa”, de 1973, o norte-americano John Collier Junior dedicou um capítulo intitulado “Entrevistando com fotografias” ao que chamou de “metodologia básica” para estudos antropológicos.

Que valor tem entrevistar com fotografias? Há a singular vantagem de outros *insights* que seriam impossíveis de se obter através de outras técnicas, mas há também, em geral, o apoio de entrevista com fotografia. Um breve resumo das exigências que impõe esta metodologia básica nos há de mostrar onde e como interrogar o nativo com fotografias e conseguir assim reunir os dados e aumentar nossa compreensão. (COLLIER, 1973, p. 67)

Para o antropólogo, as técnicas de entrevista variam consideravelmente dependendo do tamanho e da natureza do projeto, do grupo ou da cultura a serem estudados, e as fotografias tornam-se elementos que orientam a conversa e permitem extrair os interesses e entusiasmos de seu informante. “O tema da entrevista não é verbalmente estabelecido, e porque o *feedback* fotográfico cria um estado de consciência e evoca sentimentos emocionais, as fotografias fazem testes sem palavras que conduzem a entrevista ao núcleo de sua pesquisa.” (COLLIER, 1973, p. 69)

O foco dos estudos de Collier está no homem e na sua cultura. Ele defende a utilização da entrevista projetiva com fotoensaio, produzidos pelo próprio pesquisador, e que podem ser de diferentes tipos: intensamente pessoais ou impessoais, com registro da estrutura e interação da comunidade. “Ambas as abordagens forneceram dados valiosos, e nosso estudo não poderia ter sido completado sem o seu auxílio.” (COLLIER, 1973, p. 78)

Esse material apresentado funciona como um terceiro agente, e é examinado ao mesmo tempo pelo antropólogo e pelo nativo, tornando-se objeto de discussões. As fotografias, segundo ele, permitem aos indivíduos contar sua própria história espontaneamente, fazendo jorrar um fluxo de informações sobre personalidades, lugares, processos e artefatos.

As fotografias estimulam a memória e dão à entrevista um caráter de proximidade com os objetos. O informante regressa a seu barco de pesca, a seu trabalho com as madeiras, ou à realidade de uma habilidade. A oportunidade projetiva das fotografias oferece um sentido agradável de auto-expressão, enquanto o informante é capaz de explicar e identificar o conteúdo e instruir o entrevistador com seu conhecimento. As fotografias apresentadas habilidosamente evitam que o informante se desvie da área de pesquisa. Sem a pressão das palavras, uma outra fotografia retirada de sua maleta trará a conversa de volta para o campo de seu estudo. A foto-entrevista permite uma conversa bastante estruturada sem qualquer efeito inibidor de questionários ou inquéritos verbais constrangentes. (COLLIER, 1973, p. 70)

O pesquisador questiona se qualquer fotografia permitiria uma interpretação significativa, e quais qualidades deveriam ter para tanto. “Logicamente, quanto mais ricas as

fotografias, mais intensa será a reação potencial da resposta projetiva.” (COLLIER, 1973, p. 72). Afirma também que entrevistas em grupos afetam a qualidade das respostas, possivelmente inibindo a associação emocional dos indivíduos e podendo gerar uma competição entre os participantes.

É importante ressaltar que diferentes grupos têm percepções diversificadas sobre as fotografias, porém todas as culturas por ele investigadas, inclusive as não-alfabetizadas, entendiam o caráter bidimensional da imagem.

Nossa experiência mais casual com os índios andinos, e o Projeto Chiapas, de Harvard, com entrevistas baseadas em fotografia aérea realizada com índios mexicanos, deu-nos uma visão auspiciosa de que muitas pessoas de culturas não-letradas e menos desenvolvidas podem transferir sua percepção nativa para as imagens bidimensionais de uma fotografia. (COLLIER, 1973, p. 85)

Uma das possibilidades de estudo, citada pelo autor, é utilizar fotografias produzidas pelos próprios indivíduos da cultura investigada. Segundo ele, no registro fotográfico todos os elementos são apresentados simultaneamente, sem ênfase diferencial, enquanto que as declarações orais, por sua natureza, são lineares. “Todas as variedades de investigações culturais e psicológicas que usam a fotografia exploram o estímulo do *feedback*. Todas as vantagens de entrevistar com fotografias resultam desse fenômeno da restituição ao homem de um imagem da realidade familiar.” (COLLIER, 1973, p. 86). O *feedback* nessas pesquisas é um esforço para estimular o nativo a expressar seus sentimentos a respeito de si próprio e de sua cultura.

O antropólogo alerta, entretanto, que quando os indivíduos são questionados com a pergunta: “O que lhes recordam essas imagens?”, o ponto central está nos sentimentos internos e nos valores do informante. E quando entrevistados com fotografias, pode-se obter precisamente a experiência oposta, pois o enfoque está em *o que está nas fotografias* (COLLIER, 1973, p. 90).

Collier afirma que a imagem fotográfica está carregada de um material emocional inesperado que desencadeia um sentimento intenso e divulga a verdade.

É provavelmente mais difícil mentir diante de uma fotografia do que mentir numa resposta a uma pergunta oral, pois as cenas fotográficas podem causar os sentimentos mais violentos que se revelam no comportamento, no rubor das faces, no silêncio tenso ou nas explosões verbais. As qualidades temáticas que podem ser encontradas no conteúdo fotográfico, nos estudos básicos da vida do informante,

evocam declarações emocionais de valor – um “sim” ou “não” categóricos. [...] A foto mais inocente pode criar uma explosão que muda totalmente o caráter da entrevista. (COLLIER, 1973, p. 97)

Ao mesmo tempo em que a metodologia obtém relatos descritivos precisos, “a representação factual de áreas críticas da vida do informante pode desencadear revelações emocionais, que de outro modo estariam bloqueadas, pode libertar explosões psicológicas e expressivos relatos de valores”. (COLLIER, 1973, p. 92)

O método citado por Collier (1973, p. 86) oferece ao processo de pensamento uma fluência de imagens, “uma oportunidade que apenas começou a encontrar o seu lugar na pesquisa de interpretação psicológica e antropológica”.

3.1.2. Maria Christina de Souza Campos

Doutora em Ciências Sociais, a pesquisadora Maria Christina de Souza Campos tem vários textos de cunho sociológico sobre história oral, entre eles “Associação da fotografia aos relatos orais na reconstituição histórico-sociológica da memória familiar” (1992), fruto de seu projeto “Família: Representação e Autoridade”, realizado em 1988. Na publicação, a autora trata das relações familiares nas três primeiras décadas do século XX, em São Paulo, utilizando a fotografia como técnica de coleta de dados, associando-a ao relato oral de idosos, além da documentação sobre o período.

É a partir da conceituação do registro fotográfico como ambíguo que podemos compreender a sua riqueza e as suas várias utilizações, uma dupla compreensão, não só como fonte documental de uma época e de um espaço social, nas pesquisas em História, mas também como técnica e fonte de dados em uma pesquisa em Sociologia. À ciência sociológica não interessa analisar um documento frio, que retrata um momento único do passado que o antecede e o vai suceder, além de conter também um contexto de ordem sócio-cultural implicitamente presente em toda fotografia. (CAMPOS, 1992, p. 103)

Na pesquisa, Maria Christina de Souza Campos fez a coleta do acervo fotográfico pertencente aos idosos selecionados para as entrevistas, organizou as informações sobre as imagens em fichas técnicas apontando autor, ano, relação de parentesco dos fotografados e analisou as imagens baseada:

- a) na identificação de personagens;

- b) identificação dos cenários;
- c) observações sobre estado dos artefatos;
- d) na classificação das fotografias conforme conteúdo das relações familiares – família com um filho, família nuclear;
- e) análise de semelhanças e diferenças das imagens.

No segundo momento, na devolução das fotografias aos idosos, ela fez o que denominou de “entrevista retorno”, utilizando as fotografias como mediador e detonador do aspecto emocional do depoimento. As informações levantadas foram comparadas com as obtidas por meio da análise das imagens, buscando compreender as relações familiares do período recortado (1900-1930).

3.1.3. Miriam Moreira Leite e Olga Rodrigues de Moraes von Simson

A historiadora Miriam Moreira Leite (2001) assinalou, em sua obra, que ao olhar uma imagem não é apenas ela que se vê.

Quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos. [...] As fotografias poderiam ser comparadas a imagens armazenadas na memória, enquanto as imagens lembradas são resíduos substituíveis de experiências contínuas. Em muitos casos, lembranças das fotografias substituem lembranças de pessoas ou acontecimentos, que são mutáveis, enquanto a fotografia fixa pode ser revista muitas vezes. (LEITE, 2001, p. 145)

A coleta e a sistematização dos registros fotográficos aliadas à tomada e análise dos depoimentos, intermediados pela fotografia, permitem compreender características do período pesquisado e obter novas informações, que de outra forma não seriam relembradas. Observa-se também que, para a análise em um trabalho científico, as imagens precisam ser traduzidas por palavras, “o que acrescenta à polissemia da imagem as ambiguidades provocadas pela alteração do código”. (LEITE, 2001, p. 16)

A partir de uma amostra documental representativa, de álbuns de famílias de imigrantes que chegaram a São Paulo entre 1890 a 1930, a autora desenvolveu um projeto no qual classificou e analisou fotografias, isoladas e em conjunto, coletando depoimentos dos retratados e de seus descendentes.

Em seu trabalho, Leite indicou algumas considerações para esse tipo de pesquisa, entre elas a dificuldade de compreensão da imagem por parte de alguém que desconhece elementos representados e a diferença da memória imagem e da memória palavra, além da substituição da segunda pela primeira, quando o entrevistado lembra-se da foto mas não do acontecimento em si. Segundo ela (LEITE, 2001, p. 43), “o texto verbal e o visual são polissêmicos e complementares, sendo cada um mais adequado a determinadas utilizações”.

No texto “Imagem e Linguagem: Reflexões de Pesquisa” (1992)¹⁴, produzido pela historiadora em coautoria com a socióloga Olga Rodrigues de Moraes von Simson, as pesquisadoras tratam dos meios de análise de conteúdo de imagens fotográficas de São Paulo do século XX. A partir dos dados obtidos, afirmaram que a fotografia foi útil por auxiliar o processo de rememoração da fonte oral, trazendo informações qualitativas à pesquisa.

Olga Rodrigues de Moraes von Simson observou, em seu artigo “Imagem e memória”, que as fotografias dão uma maior segurança às narrativas durante o registro oral.

Mas, durante essas sessões de registro conjunto da memória, qualquer pequena fotografia amarelecida pelo tempo, puxada timidamente do fundo do bolso, trazia novo enriquecimento às narrativas e uma segurança muito maior aos processos de rememoração. (SIMSON, 2005, p. 23)

A autora ressalta também que, assim como a imagem, a música pode ser um elemento detonador de lembranças. Acrescenta-se que um cheiro, uma veste, ou outro objeto de apreço da infância ou do momento passado também podem fazer rememorar antigos acontecimentos. As fotografias da cidade, assim como as da família, são uma espécie de patrimônio simbólico que asseguram a coesão, pertencimento, identidade e referência ao grupo de origem.

Simson tem utilizado, em estudos mais recentes no campo da pesquisa sociológica, as fotografias e os relatos orais com foco na recuperação da memória de grupos sociais, envolvendo temáticas como família e construção da identidade.

¹⁴ A proposta foi de desenvolver experimentos de percepção e memória em torno de um acervo fotográfico do CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos, especificamente de imagens do carnaval paulistano. O objetivo era conhecer de forma mais ampla a festa na capital e avaliar as contribuições do material sob a ótica sociológica.

Na pesquisa que temos desenvolvido desde a década de oitenta, essa associação entre imagem e memória vem sendo explorada, permitindo-nos trabalhar com os relatos do passado para a recuperação de dados da pesquisa não registrados de outra maneira, assim como elaborar instrumentos de diálogo com as populações estudadas que tem possibilitado avançar no conhecimento da realidade e devolver os resultados finais da pesquisa em linguagem facilmente acessível aos grupos nela envolvidos. (SIMSON, 2005, p. 21)

Segundo a autora, há diferentes tipos de memória: individual, coletiva e subterrânea ou marginal, sendo a última a principal memória retomada nessas pesquisas. Elas correspondem

a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas emergam e possam ser registradas, analisadas e passem, então, a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade. (SIMSON, 2000, p. 64-65)

Em seu estudo “Branco e Negro no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988)”, de 1991, a pesquisadora observou que os relatos orais contribuíram para a identificação dos dados de caráter qualitativo. Já a fotografia, em alguns momentos da pesquisa, não lhe permitiu fazer muitas inferências, apesar de ter contribuído sobremaneira na coleta de dados, pois agiu como elemento desencadeador da memória.

3.1.4. Armando Silva: Álbuns e Oralidade

Em “Álbum de família: a imagem de nós mesmos”, o pesquisador Armando Silva (2008) investigou a organização e a composição dos álbuns de diferentes famílias colombianas de quatro cidades: Bogotá, Medellín, Santa Marta e Nova Iorque, cidade escolhida pelo fato de ter uma grande comunidade dessa nacionalidade. Ele buscou relacionar os elementos presentes nesses materiais e sua apresentação às histórias das famílias, investindo nas entrevistas com o apoio das imagens.

Escrito originalmente em inglês, para a Universidade da Califórnia, em 1997, o livro é resultado de oito anos de pesquisa sobre esse tipo de arquivo, que segundo o autor (SILVA, 2008, p. 18), “é um dos mais inquietantes da vida privada e que funciona com

técnicas que lhe são próprias, idealizadas de modo espontâneo por seus usuários com o passar do tempo”.

Para o pesquisador, arquivamos aquilo que temos grandes chances de esquecer, “então se arquiva, por princípio, pelo medo do esquecimento, da destruição”. (SILVA, 2008, p. 46). Além disso, ele afirma que o álbum nos torna conscientes de nosso próprio envelhecimento, com o passar dos anos.

Na última parte da obra, intitulada “a fotografia e seus relatos em fotografia”, Silva dedica-se exclusivamente às entrevistas. A pesquisa buscou reconstruir a narrativa coletiva do álbum com base em diferentes pontos de vista familiares, considerando as regiões culturais, classes sociais e a comunidade.

Segundo o autor, a família é o “narrador” coletivo do álbum, que recebe o legado visual do fotógrafo que fez (enunciou/enquadrou) a imagem. E apesar de a família ser o narrador coletivo, “às vezes o álbum adquire um narrador em primeira pessoa, quando quem o monta deixa esse reconhecimento expresso mediante a escrita pessoal em rodapés das fotos ou outros artifícios que o identificam: mas ainda assim, continua sendo da família”. (SILVA, 2008, p. 129)

Em sua pesquisa, as posições de narrador e de relator são distinguidas, sendo o último a pessoa da família que conta a história do álbum, cuja função é construir em palavras uma história que já está contada em fotografias. “Muitas vezes o relato coincide com a história, mas nem sempre é assim, uma vez que existem pormenores da narrativa que não estão registrados nas fotos e são novos nas palavras de quem o relata.” (SILVA, 2008, p. 129). Partindo da experiência do colombiano, em geral, quem conta a história do álbum são as mulheres: a mãe, a avó, a filha mais velha, a irmã ou a tia.

A narrativa é relato e dá aos narradores o poder de manipular as histórias nas quais a família está envolvida e que merecem ser arquivadas como imagem. Por último, vem a ação do relato [álbum], que corresponde a condição propriamente verbal e literária. Contudo, esses atributos inter-relacionam-se de modo substantivo ou nominal e agem a partir de uma lógica de conjunto. Ou seja, a linguagem do relato empresta sua capacidade ao foro existencial da família, e esta, por sua vez, quando se prepara para sair em uma foto, já o faz preconcebendo uma maneira de se mostrar e de ser contada no álbum. (SILVA, 2008, p. 24)

Suas considerações sobre os álbuns pesquisados partiram da análise do relato visual e de determinadas fotografias-chave, entendidas como minirrelatos. Sobre a

associação da imagem fotográfica à oralidade, afirma: “Sem dúvida, a foto reativa a memória do observador, principalmente quando se trata de uma foto pessoal. [...] a foto com contexto, caso específico da foto do álbum, é, sim, uma imagem-memória que transforma seu observador em familiar, pois, afinal, está dirigida a ele.” (SILVA, 2008, p. 100)

3.1.5. Fabiana Bruno: Percursos da Memória

Em suas pesquisas, a jornalista Fabiana Bruno utilizou fotografias de depoentes selecionados para construir o que chamou de “Fotobiografias”. O trabalho, organizando numa vertente de cunho antropológico e estético, consiste em uma proposta metodológica que deu continuidade à pesquisa de mestrado da autora, que buscava investigar a memória das pessoas idosas por meio de registros fotográficos.

As *Fotobiografias* de pessoas idosas apresentadas nesta tese nasceram de uma proposta metodológica a qual, sem desprezar o verbal, priorizou e deu confiança ao *trabalho das imagens*. Por serem carregadas de memórias, elas, as imagens, puderam, *diferentemente* do verbal, “refletir” e “pensar”, “redescobrir”, e “esquecer”, a memória de pessoas idosas. (BRUNO, 2009, p. VII, grifo da autora)

O propósito central da dissertação foi o de oferecer princípios de uma reflexão metodológica em torno das memórias dos idosos, a partir de dois suportes da comunicação: a imagem e a palavra, “a *visualidade* exposta por meio de imagens guardadas nos ‘baús fotográficos’ e a *verbalidade*, oriunda e concretizada a partir de entrevistas”. (BRUNO, 2003, p. 14)

A partir do primeiro contato com as cinco fontes selecionadas, a pesquisadora registrou os exercícios de memória no percurso de “reconhecimento”, triagem e montagem das fotografias dos próprios entrevistados. Num segundo momento, trabalhou com dois conjuntos imagéticos, procurando desvendar o trabalho da memória dessas fontes a partir dos modelos de percursos e arranjos visuais (*patterns*), passando à exploração dos elos interativos da memória entre os conjuntos fotográficos e os registros orais, para a constituição de panoramas de “histórias de vidas ou, simplesmente, retratos da velhice”. (BRUNO, 2003, p. 15). Esses arranjos da memória são, para Bruno, expressivos de todo um trabalho operacional da memória sensorial.

Neste estudo, a riqueza metodológica da articulação da fotografia com o registro verbal, sinaliza para uma condição múltipla de análise e interpretação, quando depara-se [sic] com a profundidade de diferentes leituras que oferece, em torno de fotos avulsas, pequenos retratos e álbuns cheios de histórias, guardados, neste caso de pesquisa, por pessoas velhas. Experiências, até então cravadas no silêncio singular da fotografia, vão se rompendo pelo desvendamento e voz que emergem da memória da pessoa idosa, num momento de vida em que suas lembranças se cruzam com o tempo do envelhecimento. (BRUNO, 2003, p. 58)

A intenção básica do empreendimento era se aproximar do universo das pessoas idosas e procurar descobrir – partindo de fotografias escolhidas e montadas por elas, e de entrevistas – a memória que traçavam de suas próprias existências. “Temos consciência que tanto as entrevistas como as fotografias sobre as quais trabalhamos, nos revelariam outras dimensões sócio-culturais importantes em função de suas diversidades temáticas.” (BRUNO, 2003, p. 201)

A tese de Fabiana Bruno, por sua vez, é um estudo verbo-visual a partir das imagens fotográficas e imagens da memória, representadas pela narrativa de histórias de vida. Os entrevistados também deveriam escolher, montar e remontar as fotografias do acervo pessoal, e os relatos orais deveriam ser elaborados espontaneamente pelos informantes durante o processo da pesquisa.

Tratava-se de ampliar e depurar o projeto metodológico iniciado – em âmbito de dissertação de mestrado – cujos propósitos principais diziam respeito a uma dupla interrogação: a) em que medida as imagens – além de nos fazerem pensar – seriam também “*formas que pensam*”, quando associadas umas às outras; b) em que medida, com base em uma observação precisa da “montagem” dessas imagens, realizadas pelos informantes, poderíamos melhor definir o *trabalho da memória* e as possíveis configurações (*patterns*) delineadas no tempo da velhice, quando o olhar abrange um território específico e revela uma história de vida. (BRUNO, 2009, p. 1, grifos da autora)

Foram selecionados cinco idosos - homens e mulheres - com cerca de 80 anos, que escolheram imagens que representassem ou evocassem suas histórias de vida. Em um primeiro momento, foram selecionadas 20 imagens, num segundo, foi solicitado que diminuíssem para 10 o conjunto e, em um terceiro momento, foram escolhidas apenas três fotografias. Em todas as etapas, os comentários dos idosos durante os processos foram colhidos, com base na espontaneidade do depoimento oral. “Comentários de certo modo muito singulares, na medida em que decorriam e se processavam no vaivém de um olhar

posto sobre cada imagem, perpassando, ao mesmo tempo, o conjunto de fotografias.” (BRUNO, 2009, p. 27)

A memória, de acordo com a autora, não é tratada do ponto de vista conceitual nem físico, o foco são seus arranjos rememorativos, o trabalho de recuperação de recordações, a dinâmica das reminiscências humanas e sua expressão tanto na lembrança quanto no esquecimento.

A pesquisa procurou examinar - no duplo registro do verbal e do visual – como essas pessoas escolhem e organizam, isto é, como “formam” (a imagem enquanto “forma”) e “montam” (a problemática da “montagem”) as fotografias por elas escolhidas, com vistas à evocação e transmissão de sua própria existência. A proposta, deste modo, é uma tentativa de exploração do “trabalho da memória” na velhice, vasculhando seus baús fotográficos, num estudo de reconhecimento do que guarda e conserva. [...] Desde o início do trabalho, até o presente, permanecemos determinados a dar plena confiança às imagens e a priorizar o *trabalho* das imagens, pelo fato de serem carregadas de memórias, e por acreditar que poderiam *diferentemente* do verbal o qual nunca desprezamos - “refletir” e se colocar a “pensar”, “dar a ver, a esquecer, a redescobrir” histórias de vida de pessoas idosas. (BRUNO, 2009, p. 1, grifos da autora)

Ao reduzir o número de imagens, os depoentes expuseram suas impressões, decorrentes de um novo percurso da memória, induzido pela reorganização das fotografias, “um tipo de rota ou viagem da memória de maneira dinâmica e viva.” (BRUNO, 2009, p. 30)

A pesquisa levou a autora “a desvendar a riqueza metodológica da articulação da fotografia com o registro verbal”. (BRUNO, 2009, p. 28). Assim, as experiências, “até então cravadas no silêncio singular da fotografia, foram se rompendo pelo desvendamento e voz que emergem da memória da pessoa idosa”.

Algumas imagens, segundo ela, fizeram “‘reaparecer’, ‘ascender’ determinadas fotografias por meio de seus comentários, enquanto outras permaneciam como ‘esquecidas’, ‘apagadas’ em suas memórias”. (BRUNO, 2009, p. 41). Ao fim do trabalho de campo, realizado com o registro em áudio, anotações de diário de campo e eventuais registros fotográficos, foram realizadas filmagens em vídeo dos informantes com suas fotografias, “potencializando” possíveis resultados em torno do processo de escolha e montagem.

3.1.6. Outros Pesquisadores

Os autores a seguir citaram em suas obras o poder de evocação das fotografias durante depoimentos orais. A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, observou, em seu artigo “Histórias de vida dos judeus refugiados do nazi-facismo”, que nem sempre por meio da oralidade é possível expressar tudo, e que as imagens se fazem necessárias para ativar lembranças adormecidas.

Cabe aqui ressaltar a importância que os testemunhos fotográficos adquirem se somados aos depoimentos orais. [...] Nem sempre as palavras dizem tudo; as imagens se fazem necessárias para ativar as lembranças adormecidas. As fotografias assumem um amplo significado na vida das pessoas, pois ali estão contidas partículas inesquecíveis da sua história de vida. (CARNEIRO, 1996, p. 277)

Por meio da proposta trabalhada nesta pesquisa, que alia fontes imagéticas aos depoimentos orais, é possível esclarecer dúvidas, comprovar evidências únicas, verificar discrepâncias entre fontes e fazer questionamentos e conferências sobre as imagens e elementos fotografados, o que já havia sido observado pela autora em 1996.

E se por um lado a pesquisa trata dos temas citadinos que foram “fotografáveis”, ou seja, aquilo que se deu a ver, por outro lado, as memórias dos personagens entrevistados vão além do visível na imagem fotográfica. “Tais registros rompem as barreiras da memória, trazendo à tona os ‘não-ditos’ pelas fontes escritas ou, então, confirmando, a partir de fragmentos de suas histórias de vida.” (CARNEIRO, 1996, p. 269)

Esses depoimentos, apesar de “forte natureza emotiva e carregados de juízos de valores, permitem recuperar parte da complexidade dos processos” (CARNEIRO, 1996, p. 270) que se desenrolavam no período nas quais a pesquisa tem foco: 1929 a 1948. Em regiões como a de Londrina, de recente colonização, as informações ainda podem ser obtidas em fontes primárias, com aqueles que vivenciaram a primeira realidade da cidade fotografada e que, por meio de imagens, revisitam e interpretam o passado, segunda realidade do documento visual. “Em cada foto e fato outros nomes irão surgindo, cobrandonos uma revisão da história oficial. Este é o mundo fantástico da História Contemporânea, onde o pesquisador tem condições de ir às fontes e ‘dialogar’ com elas.” (CARNEIRO, 1996, p. 280, grifo da autora)

A também historiadora Célia Toledo Lucena utilizou a fotografia em conjunto com os relatos orais em pesquisas sobre as práticas culturais de migrantes em São Paulo. Ela analisou a expressão do imaginário das fontes por meio de falas para compreender como se dá o processo de transferência de costumes ao mudarem de país.

Segundo Lucena (2002), a fotografia amplia as possibilidades em uma pesquisa, tornando-se o elo entre memórias e palavras, sendo o suporte para a transmissão das histórias dos entrevistados. As imagens foram selecionadas pelos próprios informantes, e sua “leitura” forneceu novas interpretações, resultando na “bricolagem de representações”, que dá título ao texto.

Já Reginaldo Moreira trabalhou com a fotografia como detentora de memórias de idosos que residiam em manicômios. Nesse estudo, “a metodologia da História Oral empregada [...] utilizou-se da Fotografia como um recurso detonador da memória dos idosos. O rememorar coletado nas entrevistas, somado à pesquisa fotográfica, pretendeu reconstruir a memória histórico-sociológica através da comparação e análise [...].” (MOREIRA, 2004, p. 39)

Ao contrário dos outros autores, no caso específico dos idosos portadores de transtornos mentais, Moreira afirma que a fotografia não apresentou, na maioria dos casos, o efeito esperado, como detonadora de memórias.

Há de se atentar para o fato de que a Fotografia é uma novidade para esta população, que passou grande parte de suas vidas privadas de direitos, inclusive o direito à própria imagem. Neste caso os silêncios, os não-ditos diante da imagem fotográfica trazem importantes significações para a pesquisa. (MOREIRA, 2004, p. 50)

Ecléa Bosi também indica que os silêncios são significativos, e acrescenta que a lembrança é a sobrevivência do passado, que se conservando no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança (BOSI, 2007, p. 54-55). Para ela, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.

A lembrança pura, quando se atualiza na *imagem-lembrança*, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. [...]. A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada. (BOSI, 2007, p. 49)

Henri Bergson (apud Bosi, 2007) defende que toda recordação se encontra em estado latente, no inconsciente. Quando solicitada, a consciência busca determinadas lembranças e traz à luz o que costuma ficar à sombra. “É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória.” (BOSI, 2007, p. 52)

Ao recorrer à psicanálise, é possível fazer relação entre a proposta apresentada e a técnica de associação livre, desenvolvida por Sigmund Freud. Nesse modelo, cria-se um estado de relaxamento no paciente e, através de um diálogo com o psicanalista, ele pode ultrapassar as barreiras que impedem as experiências recalcadas ou traumatizantes de vir ao consciente. O paciente fala o que lhe vem à memória ao tratar de determinado assunto, sem pressionar a busca de uma lembrança específica. A associação livre e os sonhos são, para Freud, via régia para o inconsciente.

Para o autor (FREUD, 1900), a instância da consciência, responsável pela percepção, não tem capacidade de memorizar. Às outras duas instâncias, pré-consciente e inconsciente, cabem o registro das impressões recebidas, constituindo aí duas modalidades de memória: uma pré-consciente, na qual representações são facilmente rememoráveis, e uma memória inconsciente, constituída por traços mnêmicos para sempre inacessíveis. A associação livre é uma maneira de fazer surgir o desejo nas representações da instância pré-consciente.

Neste estudo, segundo a concepção de Sigmund Freud, a fotografia, como gatilho detonador da memória, pode fazer associações com a memória pré-consciente, acessível sem o auxílio de hipnose ou outra técnica. As imagens trazem à mente lembranças que se desencadeiam, e resultam na narrativa de assuntos não necessariamente contemplados na imagem.

Acrescenta-se a isso o fato de que fontes isoladas, como documentos ou depoimentos, podem exprimir aspectos limitados da questão abordada pelo pesquisador. “Por esta razão, lança-se mão, cada vez mais, de uma gama mais abrangente de evidências, na qual as imagens têm o seu lugar ao lado de textos literários e testemunhos orais.” (BURKE, 2004, p. 11)

3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UMA PROPOSTA

A presente pesquisa propõe um novo caminho metodológico, ao utilizar fontes iconográficas apresentadas aos informantes durante entrevistas para contribuir no quadro da interpretação iconológica, realizada no segundo momento do estudo. Acreditamos, assim como o faz Collier (1973), que os entrevistados têm lembranças distintas sobre uma mesma imagem, e que essas percepções são, em parte, definidas de acordo com o grupo ao qual pertencem.

Nossa percepção sobre a utilização de fotografias em entrevistas se prende ao fato que o entrevistado ao olhar para a foto, reconhece algo na imagem, ele passa a falar de assuntos que estão além da própria imagem; percebe-se que ele é tomado por lembranças pessoais que veem à tona, memórias do passado.

A fotografia é aqui o principal instrumento para a recuperação histórica, e sua interpretação é realizada segundo diretrizes de Kossoy para a análise técnica-iconográfica e interpretação iconológica, que permitem compreender o contexto e as circunstâncias de produção das imagens. A partir desses registros, do microrrelatos dos entrevistados e da análise documental, acreditamos que é possível preencher lacunas da história da cidade.

De modo diferente dos autores citados, esta pesquisa não trabalha com álbuns particulares, mas com imagens da cidade de Londrina no período de sua colonização (1929-1948). Muitas dessas imagens retrataram acontecimentos, lugares e pessoas familiares aos entrevistados, além de eventos dos quais eles participaram, fazendo com que sejam consideradas também “imagens–memória”. A imagem fotográfica traz à tona uma série de experiências e vivências, informações não disponíveis na documentação oficial do município.

Portanto, os objetos, assim como os objetivos dos autores supracitados, se distinguem desta pesquisa, visto que associam fontes orais às imagéticas considerando muitas vezes a fotografia como complementar e não fonte principal de informação, ou desenvolvem seus projetos a partir de outras abordagens das ciências humanas.

Dos trabalhos apresentados, o de Fabiana Bruno (2009) é o que mais se aproxima desta tese, pois considera a fotografia como “detonador”, ou “excelente explosivo para fazer ressurgir lembranças”. (BRUNO, 2009, p. 144). Diferencia-se, no entanto, nos

objetivos, na abordagem, uma vez que é elaborada com acervos pessoais e com conjuntos de imagens diferentes para cada entrevistado.

3.2.1. Metodologia da Pesquisa

A partir de 2010, alguns integrantes do Grupo de Pesquisa “Comunicação e História”¹⁵, da Universidade Estadual de Londrina, passaram a desenvolver estudos utilizando a proposta metodológica que alia fotografias e depoimentos orais em diferentes vertentes.

Entre esses estudos, destaca-se o de Juliana Teixeira, que em sua dissertação de mestrado utilizou a proposta metodológica que chamou de “a fotografia como gatilho da memória”, levantando algumas discussões em torno de sua prática. “Dominar a metodologia da pesquisa é uma condição primária para investigadores das mais diversas áreas do conhecimento, pois é por meio dela que se dá a reflexão sobre as questões metodológicas apresentadas na realidade estudada.” (TEIXEIRA, 2013, p. 60)

Seguindo seu raciocínio (TEIXEIRA, 2013, p. 60), para evitar que o estudo “caia na ‘armadilha do empirismo ingênuo’ e, de fato, funcione como um teste rigoroso e sistematizado da prática” é necessário discutir a epistemologia, a reflexividade, os sentidos da pesquisa empírica e como se dá o trabalho de campo nesse tipo de estudo.

Segundo Lopes (2010, p. 27), a metodologia da pesquisa é um processo “de tomada de decisões e de opções pelo investigador que estruturam a investigação em níveis e em fases, cujas operações metodológicas se realizam num espaço determinado que é o espaço epistêmico”. Para Martino (2010, p. 158), “toda pesquisa é uma negociação entre fidelidade ao fenômeno original e a viabilidade de abordá-lo de forma objetiva (metódica, argumentada, passível de confrontação com a realidade)”. Dessa maneira, a escolha das técnicas e caminhos, tanto no trabalho de campo como na análise dos dados obtidos, não é neutra e tem reflexo nos resultados alcançados.

A primeira etapa da proposta metodológica aqui trabalhada envolveu cinco procedimentos principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, escolha das imagens

¹⁵ Cadastrado no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

e seu exame técnico-iconográfico, a seleção da rede de informantes e as entrevistas. No segundo momento, as informações obtidas foram confrontadas, e as fotografias foram interpretadas iconologicamente.

Na prática, essas etapas acabam por se sobrepor em alguns momentos, pois muitas informações obtidas no cruzamento dos dados levantados suscitaram novas dúvidas, que resultaram em outras entrevistas ou buscas e análises documentais.

O primeiro passo da pesquisa, que começou na elaboração do projeto e deu base para todo o seu desenvolvimento, foi a pesquisa bibliográfica, que buscou fundamentação teórica dos conceitos e métodos a serem seguidos. Isso porque o dado empírico depende da teoria, “em outros termos, empiria e teoria devem estar coordenadas em um pensamento coerente: toda concepção da teoria é relativamente uma concepção da empiria e vice-versa. Esta unidade caracteriza o pensamento científico e evita falsos problemas.” (MARTINO, 2010, p. 143)

Também na primeira fase foi realizada a pesquisa com fontes documentais, que envolveu consulta em fontes primárias e secundárias. Nesse momento, foi necessário lidar com a falta de informações sobre a procedência de alguns documentos, principalmente os imagéticos. É preciso considerar que toda análise dessa natureza é uma interpretação dos dados coletados, portanto, subjetiva, o que não a desqualifica como prática da ciência, pois os próprios documentos não são espelho da realidade. “A análise de documentos requer do pesquisador um exame atento, uma vez que o documento é sempre portador de um discurso.” (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 117)

Nesse sentido, a análise documental deve sempre relacionar o documento e seu contexto de produção. Nas fotografias, esse processo se deu na análise técnica-iconográfica, a partir da desconstrução da imagem e de seus elementos constitutivos (assunto, fotógrafo e tecnologia), do produto final (fotografia) e das coordenadas de situação (espaço e tempo).

Após a fase da análise documental e do levantamento bibliográfico, foi preciso ir a campo para realizar as entrevistas e coletar informações. Considerado um dos elementos fundamentais da pesquisa empírica, o trabalho de campo é definido como “um trabalho *no* campo da ciência, constituído por complexos contextos de interação que envolvem distintas dimensões e aspectos dentre os quais sobressai a posição dos interlocutores colocados em comunicação”. (LOPES, 2010, p. 43, grifo da autora). “Existe, portanto, uma ‘relação social’

que integra diversos processos de negociação, colaboração e resistência que irão refletir na dinâmica da coleta dos dados e, também, nos resultados da investigação.” (TEIXEIRA, 2013, p. 71)

Para Lopes (1997), ao definir a metodologia praticada com um sistema interno de opções, o pesquisador passa a endossar uma concepção não tecnicista e não dogmática de método, o que não tem a ver com qualquer sugestão de banalização ou simplificação do trabalho metodológico. “Ao contrário, na medida mesma da criatividade e da experimentação embutidas no caráter decisório da metodologia, aparecem as correlatas exigências de domínio do conhecimento metodológico, de rigor intelectual crítico e de responsabilidade científica.” (LOPES, 1997, p. 138)

Em todas as etapas do desenvolvimento desta tese, buscamos exercer a crítica epistemológica, o que significa “exercitar a disposição para o trabalho criativo e ao mesmo tempo rigoroso; treinar a atitude crítica sobre as operações na pesquisa, as quais, por se basearem em decisões e escolhas, tocam diretamente o princípio da responsabilidade do pesquisador pela produção da obra”. (LOPES, 1997, p. 141)

O trabalho de campo envolve afetividades e expectativas, é um espaço de interação no qual atuam diferentes interesses, seja do pesquisador ou do pesquisado, e que se define a partir da experiência. Assim, as escolhas metodológicas ocorreram de acordo com o desenrolar da pesquisa, buscando não ceder “à tentação de transformar os preceitos do método em receitas culinárias ou em objetos de laboratório”. (LOPES, 1997, p. 139). A esse impulso, deve-se opor a vigilância epistemológica que,

ao subordinar o uso de conceitos, métodos e técnicas a um exame das condições e limites de sua validade, proíbe a comodidade de uma aplicação automática de procedimentos provados e assinala que toda operação metodológica, não importa quão rotineira e repetida seja, deve repensar-se a si mesma em função do caso particular de pesquisa. Só assim será possível que as operações metodológicas desenvolvidas na pesquisa sejam vistas efetivamente como recursos do ofício de pesquisador; que a cautela metodológica não seja transformada em respeito sagrado, em temor de não cumprir totalmente as condições rituais, nem em temor de usar ou não instrumentos que deveriam ser julgados somente através de seu uso concreto. (LOPES, 1997, p. 139)

Na presente tese, após a pesquisa bibliográfica e o levantamento e análise documental, foram selecionadas as 15 fontes orais que seriam abordadas para a coleta de informações sobre os registros imagéticos que compuseram o portfólio (50 fotografias). E

porque esta pesquisa foi desenvolvida sob a constante vigilância epistemológica, a seguir são apresentados os seus passos, com a escolha das fontes orais e imagéticas e critérios de seleção.

3.2.1.1. Fontes orais

Os primeiros critérios considerados para a formação da rede de informantes foram: saúde física e mental das fontes (de idade avançada), data de chegada à região (até 1945) e disposição para dar entrevistas. Portanto, o grupo seria composto não apenas por pioneiros, segundo determinação do Museu, mas também por outros primeiros moradores da cidade.

Ressaltamos ainda que, atualmente, esses primeiros moradores têm entre 70 e 95 anos de idade, alguns com graves problemas de saúde, o que implica na urgência da realização das entrevistas, “caso contrário, são incontáveis os cenários e personagens que permanecerão desconhecidos e anônimos nas fotografias do passado”. (KOSSOY, 2012, p. 91)

É preciso levar em consideração também que a narrativa é um processo de criação e seleção, carregado de imprecisões, e, com a idade avançada, a memória de alguns dos entrevistados mostra-se comprometida, sendo necessário realizar uma série de checagens das informações, principalmente de datas. Dessa maneira, as narrativas de memórias individuais são consideradas construções que acarretam em interpretações seletivas do passado, que trazem implícitas as relações do indivíduo em seu contexto familiar e social.

Já no primeiro ano de produção da tese (2011), realizamos um levantamento dos nomes de possíveis entrevistados juntos aos pesquisadores do Grupo “Comunicação e História”, citado anteriormente. Foram listados oito nomes, e pelo primeiro contato via telefone, verificou-se que seis estavam aptos a conceder entrevistas, sendo eles: Amábile Thibes Cordeiro, Amélia Tozzetti, Áurea Hadich de Souza, Geir Rodrigues da Silva, Odília Aparecida Negro Bergoc e Omeletino Benatto.

Concomitante ao processo de seleção de informantes foi realizada a seleção das fotografias que seriam apresentadas. Como no conjunto constavam imagens de Rolândia, cidade vizinha a Londrina, que até 1943 fez parte do município, foi selecionada para entrevista uma moradora da localidade, a alemã Susanne Stern Behrend. Seu nome e contato foram indicados por José Carlos Farina, advogado e fotógrafo que mantém um blog com fotografias antigas de ambas as cidades.

Ao conversar com Marina Zuleika Scalassara, possível fonte indicada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa, identificou-se que não se tratava de uma fonte, mas de uma museóloga disposta a ajudar. Ela repassou uma lista de outros sete nomes de possíveis informantes que residiam em Londrina.

No mesmo período, em uma das visitas ao Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss para a obtenção de imagens, a técnica Célia Rodrigues de Oliveira indicou mais cinco nomes (totalizando 19), com seus respectivos telefones. Após o primeiro contato e a eliminação dos nomes que não atendiam aos critérios de seleção, ficaram na lista os 16 nomes apontados na tabela 1.

Amáble Thibes Cordeiro
Amélia Tozzetti
Arailde Ideriha
Áurea Hadich de Souza
Dalva Gomes
Dikran Balikian
Enezila de Lima
Geir Rodrigues da Silva
Julieta Caminhoto Rotondo
Lauro Beltrão
Maria Alice Brugin de Arruda Leite
Maria de Lourdes Piccinin
Odília Aparecida Negro Bergoc
Omeletino Benatto
Susanne Stern Behrend
Toshihiko Tan

TABELA 1 – Primeiras fontes orais selecionadas

O processo de abordagem das fontes orais foi delicado. Alguns dos pioneiros não retornaram o contato, mesmo após inúmeras tentativas. Outros afirmaram que, devido a

problemas pessoais, não teriam tempo para o encontro. Dessa maneira, os nomes de Lauro Beltrão, Dikran Balikian e Dalva Gomes foram excluídos.

Durante a primeira visita, logo no início da entrevista, Julieta Caminhoto Rotondo afirmou que não tinha nenhuma recordação do período, mas esclareceu diversas dúvidas sobre a construção dos cinemas de Londrina, visto que seu pai foi o proprietário da maioria deles. Portanto, sua fala não foi utilizada como um microrrelato para a segunda fase do estudo, mas as informações obtidas ajudaram a compreender como se deu a construção das primeiras salas de reprodução de filmes da cidade. Restaram 12 nomes.

Após nova tentativa, sem sucesso, de obter novos contatos no Museu Histórico para alcançar o número pretendido de 15 fontes orais, a solução encontrada foi pedir aos idosos que indicassem alguém com quem tiveram convivido no período recortado e que pudesse falar. Maria de Lourdes Piccinin indicou seu tio, Luiz Vicentini. Arailde Ideriha indicou seu amigo Sebastião Carmagnani. Todos se colocaram à disposição da pesquisadora.

Outros nomes femininos apontados posteriormente foram desconsiderados, pois, para que o grupo se mantivesse diversificado, era preciso equilibrar o número de homens e mulheres. Buscou-se também contatar fontes com diferentes profissões e de distintas classes sociais e origens, para que o quadro construído fosse representativo da população da época trabalhada. Essa seleção foi feita dentro de fatores limitadores, pois o número de potenciais informantes vivos, com saúde, boa memória e que gostariam de falar sobre o período mostrou-se pequeno.

O último nome da lista surgiu de modo curioso. Durante a entrevista com Arailde Ideriha, sua filha Marly Ideriha Modenuti comentou que participava de um grupo denominado “Londrina Memória Viva” em uma rede social¹⁶, no qual os participantes postavam fotografias antigas ou comentavam imagens compartilhadas por colegas.

A entrada no grupo foi solicitada no dia 14 de julho de 2013 quando postamos uma das imagens do portfólio, da primeira turma do Colégio Mãe de Deus de 1936, pedindo informações sobre os fotografados. Logo, Jaime Carvalho enviou uma mensagem falando que seu pai era uma das crianças da imagem e que ele poderia dar uma entrevista, que posteriormente se mostrou muito produtiva.

¹⁶ O grupo foi criado em junho de 2012 na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/groups/319607204795765/>) e conta atualmente com mais de cinco mil membros.

Já o pioneiro Toshihiko Tan, indicado pelo Museu, afirmou no primeiro contato, realizado em julho de 2013, que não poderia conceder entrevista, pois sua esposa havia sofrido um derrame. No mês seguinte, ele se dispôs a marcar o encontro. Outras gravações, com as demais fontes, também tiveram que ser reagendadas ou canceladas, muitas vezes por motivos de saúde.

Para organizar a lista final de fontes orais, foi elaborada uma planilha digital com nome, endereço, telefone e outras considerações sobre os selecionados, como profissão, filiação e data de chegada, para facilitar a abordagem (TABELA 2 - telefones e endereços foram suprimidos).

Nome	Telefone	Endereço	Considerações
Amábile Thibes Cordeiro	3323-xxxx	Rua Antônio xxxxxxxxx	Descendente de italianos, marido participou da guerra
Amélia Tozzetti	3304-xxxx	Rua Iugoslávia xxxxxxxxx	Historiadora, neta de italianos, veio para Londrina em 1936
Arailde Ideriha	3342-xxxx	Rua Lucila xxxxxxxxxxxxx	Uma das primeiras mestiças do país, trabalhou na farmácia de seu marido
Áurea Hadich de Souza	3322-xxxx	Av. Paraná xxxxxxxxxxxxx	Pai era funcionário responsável pela manutenção da estrada ferroviária
Enezila de Lima	3341-xxxx	Rua Ucrânia xxxxxxxxxxxxx	Historiadora, pai veio do Maranhão nasceu em Londrina em 1937
Geir Rodrigues da Silva	3322-xxxx	Rio de Janeiro xxxxxxxxx	Pai chegou a região fugindo de Lampião, foi Congregado Mariano
José Leite de Carvalho Filho	3322-xxxx	Rua Espírito Santo xxxxxx	Pai trabalhou para CTNP abrindo estradas, depois na Prefeitura
Luiz Vicentini	3322-xxxx	Av. São Paulo xxxxxxxxxxxxx	Tio de Maria de Lourdes Piccinin, pai presente em algumas imagens
Maria Alice Brugin de Arruda Leite	3325-xxxx	Av. Luiz Rosseto, xxxxxxx	Primeira aluna do colégio Mãe de Deus, filha de Eugênio Brugin, pioneiro
Maria de Lourdes Piccinin	3322-xxxx	Rua Benjamim xxxxxxxxx	Trabalha na loja do Museu, nasceu em Londrina em 1937
Odília Ap. Negro Bergoc	3321-xxxx	Pç. Calçadão xxxxxxxxxxxxx	Pai comprou máquina de arroz, trabalhou nas Casas Fuganti
Omeletino Benatto	3323-xxxx	Rua Souza Naves xxxxxxx	Trabalhou na Autolon, está presente em muitas fotos
Sebastião Carmagnani	3342-xxxx	Rua Márcio Dias, xxxxxx	Indicação Arailde, trabalhou na farmácia União
Susanne Stern Behrend	3256-xxxx	Rua Alzira Tiburski xxxxx	Alemã chegou a Rolândia com 18 anos em 1939 fugindo da 2ªGM
Toshihiko Tan	9994-xxxx	Rua João Cândido xxxxx	Mãe foi a primeira parteira, pai preso em Curitiba no período da 2ªGM

TABELA 2 – Planilha com os contatos, elaborada pela autora

A partir dos nomes listados, buscamos formar um grupo representativo da população que chegou à região na época, visto que o ponto de vista social do interlocutor condiciona seu discurso. Das etnias e raças presentes em maior número, no período recortado (1929-1948), foram selecionados brasileiros - vindos de diferentes estados -,

descendentes de italianos, japoneses e alemães, sendo seis homens e nove mulheres. As buscas nos arquivos do Museu, que listam pioneiros e primeiros moradores ainda vivos, não indicaram representantes negros para compor o grupo.

O trabalho de campo começou a ser realizado no início de abril de 2011, ainda no primeiro ano de desenvolvimento do projeto, a partir de entrevistas com as primeiras fontes selecionadas, utilizando alguns documentos iconográficos. O processo de troca de informações com os informantes não é natural ou espontâneo,

mas é uma *relação de conhecimento*, em que um dos sujeitos é o pesquisador e o outro o pesquisado, que foram colocados em interação por um interesse objetivo que é o de um conseguir informações do/sobre o outro. Um é dono do saber especializado, outro, de um saber prático ou que é de interesse desse outro. (LOPES, 2010, p. 43, grifo da autora)

As entrevistas (APÊNDICE A) foram realizadas no decorrer de toda a pesquisa (2011-2014). Na primeira abordagem, tiveram roteiro semiaberto, ou seja, uma relação de perguntas sobre a história de vida, filiação e origem, que poderia ser alterado de acordo com as respostas da fonte. Ao apresentar o conjunto de imagens, as entrevistas passavam a ser abertas, não contavam com perguntas pré-elaboradas, sendo conduzidas em tom coloquial. O tema principal era apresentado com a imagem e as fontes orais tinham a liberdade de expressar suas lembranças pessoais e percepções com o auxílio do documento fotográfico.

No total, foram coletadas aproximadamente 40 horas de gravação. Porém, durante a análise dos registros imagéticos, nem todas as falas foram utilizadas, pois muitas delas não se relacionavam diretamente com o objeto de pesquisa: a recuperação de fragmentos da história por meio de imagens. Destarte, os microrrelatos foram selecionados à medida que auxiliavam a preencher as lacunas históricas.

Com exceção de Sebastião Carmagnani, que concedeu a entrevista em seu escritório de representação comercial, Maria de Lourdes Piccinin, que atendeu a pesquisadora na loja na qual trabalha, e Toshihiko Tan, que marcou o primeiro encontro em seu consultório odontológico, os demais entrevistados receberam a pesquisadora em suas residências, o que fez com que se sentissem mais seguros e à vontade. A data e horário foram definidos pelas fontes. Na aproximação e abordagem foi necessário criar laços de amizade com a testemunha e

criar um clima propício para a narrativa, ou seja, a pré-disposição para o depoimento evitando-se situações de desagravo, insegurança e tensão por parte de ambos os lados. Espontaneidade e confiança são condições mínimas para a obtenção de um testemunho rico em fragmentos de lembranças. (CARNEIRO, 1996, p. 275)

O tempo das entrevistas variou de acordo com a idade e o estado de saúde dos informantes. Alguns deles tinham dificuldades para falar e lembrar fatos e acontecimentos, o que fez com que o tempo empregado e o número de imagens apresentadas a cada encontro variassem. Em todos os casos, quinze foi o limite máximo de imagens, sendo dez o número ideal. As entrevistas duraram no máximo 90 minutos, e de modo geral, depois desse tempo, mesmo com o auxílio do documento imagético, os indivíduos passaram a falar pouco e de modo sucinto.

Em seu estudo, Teixeira (2013, p. 190) compartilha dessa ideia e indica: “extrapolando esses números, este trabalho optou por apresentar 17 fotografias diferentes aos pioneiros. Apesar de ter como vantagem a ‘prolongação’ da experiência e a ampliação da base de dados, o portfólio extenso se tornou cansativo durante as entrevistas.”

Ainda de acordo com as percepções com relação às entrevistas, Teixeira (2013, p. 71) afirma: “os pioneiros que ainda estão ativos e ‘participando’ da dinâmica da sociedade (seja por meio do trabalho, pela política ou por grupos religiosos), tiveram mais facilidade em recordar histórias e apontar lugares nas fotografias selecionadas”. A impressão é aqui compartilhada, visto que as entrevistas mais produtivas foram concedidas por idosos que trabalham ou que se mantêm ativos na comunidade.

Durante a apresentação das fotografias, suporte de memórias, os entrevistados tiveram a liberdade de contar histórias e ir além daquilo que foi registrado. Coube à pesquisadora instigar essas memórias quando necessário, questionando sobre elementos fotografados, sem, no entanto, direcionar suas lembranças. Para tanto, não foram indicados nomes dos personagens, legendas ou locais registrados.

É importante salientar que todos os entrevistados trouxeram contribuições diferentes à pesquisa. Com as imagens em mãos, eles falaram de acordo com seus filtros culturais e sociais, a partir de suas experiências pessoais. “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e constituir comportamentos e sensibilidade de uma época.” (BOSI, 2003, p. 16-17). Todas as entrevistas foram registradas em áudio com um gravador Panasonic modelo RR-US470.

3.2.1.2. Fontes iconográficas

O processo de seleção das fotografias que compõem a tese ocorreu nos três primeiros anos de pesquisa (2011-2013), após as primeiras entrevistas e análise das observações apontadas no trabalho de campo, ou seja, no desenrolar da pesquisa empírica. Segundo Lopes (1997, p. 140):

não há receitas para se fazer as opções metodológicas durante uma pesquisa, Há critérios que devem ser levados em consideração em função de sua pertinência na investigação [...]. A melhor maneira de refinar as opções metodológicas é a prática da pesquisa. É essa prática que, em última instância, testa e julga toda a estratégia de investigação montada pelo pesquisador.

Mostrou-se eficaz a elaboração de um conjunto único de imagens para diferentes entrevistados, para facilitar a comparação e averiguação de informações, pessoas e locais fotografados, além da checagem das informações obtidas por meio de fonte documental primária, pesquisas sobre a história da região e bibliografia disponível.

Isso porque uma recordação é mais segura quando faz parte da memória de vários integrantes do grupo. “Nos pontos onde essas influências se encontram e se cruzam, corresponderão talvez, no quadro de seu passado, às imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos nas duas faces e com duas luzes nos revela mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção.” (HALBWACHS, 2004, p. 47)

O conjunto de fotografias deveria conter, além de figuras representativas, registros de locais significativos como ruas de comércio, hospitais, hotéis, escolas, estabelecimentos públicos, lugares de vivência, nos quais o sujeito se reconhece como parte integrante da cidade, ou seja, lugares de pertencimento, onde o sujeito tem enraizamento.

Tendo esse critério em mente, obtivemos as primeiras imagens digitalizadas com o Grupo de Pesquisa “Comunicação e História”, que as reuniu ao longo das pesquisas desenvolvidas com foco na região, sendo que os originais de 56 dos 142 registros digitalizados obtidos pertencem ao Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Foram levantados outros 86 registros de autoria de Divino Bortolotto, pioneiro e fotógrafo amador que atuou no período estudado. Para obter autorização para uso das imagens, foi realizado um encontro com seu irmão, João Baptista Bortolotti, proprietário do álbum. Após conceder a autorização, João Baptista colocou à disposição todo o material e

forneceu informações importantes sobre a vida e obra de Divino Bortolotto. Foi possível fotografar (APÊNDICE B) a organização do álbum e as legendas das imagens com as quais se pretendia trabalhar.

Do primeiro conjunto de imagens, foram excluídas as que não estavam nítidas (quando reveladas em grandes formatos), as que não foram tomadas em Londrina ou seu entorno, outras demasiadamente parecidas e aquelas sobre as quais não se tinha nenhuma informação, não sendo possível confirmar se eram ou não do período e da região recortados para a pesquisa.

Restaram 53 imagens, com as quais foram realizadas as primeiras entrevistas ao longo de 2011. Para tanto, os arquivos digitalizados foram revelados no formato 10x15cm quando representavam lugares ou construções, e em 13x18cm, quando eram de pessoas.

A partir dessa primeira experiência, concluímos que determinadas imagens não eram identificadas pelos informantes, por representarem casas muito afastadas do núcleo aberto na mata nos primeiros anos de colonização. Portanto, 20 foram retiradas do conjunto. Ainda assim, do ponto de vista metodológico, alguns registros foram mais eficientes e outros menos, mas os 33 foram mantidos no conjunto para que considerações acerca da proposta fossem observadas.

Para completar o número pretendido de 50 imagens, optamos por fotografias da década de 1940, período sobre o qual os informantes tinham mais recordações e poderiam falar com maior precisão.

Foram obtidas, em 2012, outras 25 digitalizações de imagens no Museu Histórico da cidade, três delas do acervo da família Ideriha, doadas por Arailde Ideriha, umas das entrevistadas. Nesse momento da pesquisa, faziam parte do conjunto 58 fotografias.

Em 2013, foi obtida autorização para utilizar sete imagens de Haruo Ohara, fotógrafo amador japonês que chegou à região pesquisada em 1933, e que hoje pertencem ao Instituto Moreira Salles. No mesmo período, foram definidas as 50 imagens finais do conjunto e demos continuidade à etapa das entrevistas. Portanto, o portfólio foi composto por imagens dos seguintes acervos:

- Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss;
- Acervo do Grupo de Pesquisa “Comunicação e História”, cadastrado no CNPq;

- Coleção particular do fotógrafo Divino Bortolotto, que pertence ao seu irmão, João Bortolotti;
- Acervo de Haruo Ohara, de propriedade do Instituto Moreira Salles.

É importante ressaltar a falta de informações sobre a procedência de muitos desses documentos imagéticos, alguns sem datas, indicações de autoria ou localização conhecidas. Dessa maneira, optamos por indicar no Capítulo 5 as legendas fornecidas pelo Museu ou, no caso das imagens de Divino Bortolotto, aquelas descritas pelo autor em seu álbum.

Para as entrevistas, as fotografias foram numeradas para que pudessem ser identificadas na transcrição das falas. Ao mostrar a imagem, seu respectivo número foi registrado no gravador, ou então foi anotada manualmente a ordem numérica de apresentação. Cada registro imagético recebeu também uma ficha (APÊNDICE C), com o número correspondente e com o nome dos entrevistados que já haviam falado sobre ele ou aqueles que ainda deveriam falar. Esse material foi elaborado apenas para o controle pessoal.

A princípio, para cada entrevistado, foi selecionado um grande grupo de imagens (de 20 a 30), que era subdividido para ser apresentado nos encontros. No decorrer das entrevistas, alguns informantes falaram sobre várias fotografias, como Omeletino Benatto ou Amélia Tozzetti, e por isso, para essas fontes orais, foram apresentadas todas as 50 imagens. Já com aqueles que falaram de modo sucinto sobre poucas fotografias, citando apenas os locais registrados, foram realizadas uma ou duas entrevistas, com uma média de 25 imagens.

Portanto, nem todos os informantes tiveram acesso a todo o conjunto de documentos imagéticos. A escolha dessas fotografias se deu em função do primeiro contato, no qual foram coletadas informações sobre a biografia dos selecionados, tendo em vista também se o período que retratavam condizia com o período no qual as fontes chegaram e/ou residiram na cidade.

Segundo Ecléa Bosi (2007), a memória é como um “tesouro”, que guarda dentro de seu dinamismo interno a possibilidade de seguir uma imagem à outra por meio de associações de similaridade e contiguidade. “Por isso, é natural que os pioneiros

identifiquem-se com as fotografias e recordem-se deles mesmos e de seus parentes. A identificação também é ponto chave para que surjam lugares de pertencimento”. (TEIXEIRA, 2013, p. 190-191)

Seja pelo recorte temporal, correspondente ao período vivido pelo entrevistado na cidade, seja pela afinidade temática, quando a imagem retratava algum assunto relacionado à sua história de vida, os subconjuntos de cada informante foram sendo construídos, considerando sempre o poder das imagens de levar “ao passado numa fração de segundo; nossa imaginação reconstrói a trama dos acontecimentos dos quais fomos personagens em sucessivas épocas e lugares”. (KOSSOY, 2012, p. 112)

Quando confrontados os microrrelatos, observou-se que algumas fontes confundiram os locais e pessoas registrados. Por isso, ao longo da pesquisa, foram realizadas várias visitas ao Museu Histórico para averiguar informações, e em algumas delas foi possível ter contato com as fotografias e álbuns originais. Portanto, mesmo tendo apresentado às fontes orais cópias digitalizadas e impressas, tivemos acesso à parte dos artefatos imagéticos da época (documentação primária).

Observou-se também que o Museu não possui um estudo aprofundado sobre muitas dessas imagens, desconhecendo autores, equipamentos, formatos e até mesmo origens. Mas ainda que não disponha de informações específicas sobre seu acervo, realiza um ótimo trabalho de conservação e possibilita o acesso de pesquisadores ao material, o que abre um leque de possibilidades para aqueles que se interessam pelo tema. Porém, é necessário pontuar que “à medida que esta se distancia da época em que foi produzida [a fotografia], mais difíceis as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas”. (KOSSOY, 2012, p. 31)

As checagens de dados obtidos e revisitas aos entrevistados para averiguação foram necessárias em diferentes momentos da pesquisa, e é interessante notar que em diferentes encontros, eles rememoraram distintas histórias por meio de um mesmo registro imagético.

3.2.2. Metodologia da Abordagem

Após o exame técnico-iconográfico das fotografias (descrito no item 1.3), de caráter objetivo, e depois de transcrever e selecionar os microrrelatos, foi realizada a interpretação iconológica do material – subjetiva –, apresentada no Capítulo 5. Nesse momento, nos coube, ao observar os elementos presentes no documento fotográfico, estabelecer relações com os microrrelatos e documentos, fazer conferências, questionamentos e conexões com o momento histórico no qual o artefato foi produzido, buscando sua finalidade, o contexto/local onde circulou e quem o produziu, ou seja, buscando aquilo que nem sempre é diretamente documentado.

A reconstituição por meio da fotografia não se esgota na competente análise iconográfica. Essa é apenas a tarefa primeira do historiador que se utiliza das fontes plásticas. A reconstituição de um tema determinado do passado, por meio da fotografia ou de um conjunto de fotografias, requer uma sucessão de construções imaginárias. (KOSSOY, 2005, p. 40-41)

Segundo Paiva (2006, p. 17), a iconografia é uma fonte histórica das mais ricas, “que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada.” O uso das representações imagéticas por pesquisadores e, principalmente historiadores

vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e, também, instigando novas reflexões metodológicas. [...] Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver. [...] Há [...] lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos. (PAIVA, 2006, p. 19)

Por meio da história oral e da interpretação iconológica, relações não documentadas foram trazidas à luz, informações importantes para a contextualização do momento e dos registros pesquisados. Isso porque “o próprio aparente se carrega de sentido na medida em que recuperamos o ausente da imagem”. (KOSSOY, 2007, p. 156)

A partir desse mosaico construído, foi possível contextualizar e compreender o processo histórico e cultural de formação da cidade e, por meio dos indícios presentes em fontes visuais, foi possível recuperar “informações preciosas para a reconstituição histórica.

Toda fotografia tem atrás de si uma história; é este o enigma que procuramos desvendar”.
(KOSSOY, 2007, p. 52)

3.3. AVANÇOS E DIFICULDADES

“A pesquisa é talvez a arte de se criar dificuldades fecundas e de criá-las para os outros. Nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas.”
(BOURDIEU, 1983, p. 47). Considerando que é função do pesquisador, diante de seu objeto de estudo, problematizá-lo, este subcapítulo tem como objetivo apontar algumas dificuldades enfrentadas em face às escolhas e métodos definidos para a pesquisa, e nele serão pontuadas as dificuldades assim como os avanços do estudo.

Logo nas primeiras entrevistas com as fontes orais, observamos que, enquanto algumas falavam muito sobre o conjunto de fotografias, outras eram demasiadamente sucintas. Algumas das observações desses entrevistados não foram utilizadas para a interpretação das imagens no Capítulo 5, pois não a enriqueciam. Esse é um dos problemas de lidar com o ser humano, pois, assim como em uma entrevista comum, e por mais que se prontifiquem a ajudar, os indivíduos são diferentes e têm comportamentos e personalidades distintas, principalmente diante do gravador.

A timidez em dividir suas narrativas levou alguns a falarem pouco e a serem inseguros em relação a certos assuntos – o que não invalida seus depoimentos, mas reforça a posição de Pollak (1992), que diz que não há nada de natural em se lembrar e contar a própria história, ainda mais quando nunca houve questionamentos anteriores. (TEIXEIRA, 2013, p. 192)

Cada entrevistado contribuiu de modo diferente com a pesquisa enriquecendo suas considerações, uns de modo mais direto e intenso, outros menos. Mesmo aqueles que discorreram de forma tímida, diante de uma ou duas fotografias mostraram-se mais abertos ou interessados.

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, umas das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em *potencial*. (PORTELLI, 1997, p. 17, grifo do autor)

Coube ao pesquisador, dentro da ética científica, ser perspicaz e instigar o entrevistado a falar, sem, no entanto, induzi-los a respostas. Segundo Collier (1973, p. 68), se aquele que investiga for pouco flexível em sua sondagem, o informante pode oferecer respostas superficiais, ou apenas calar-se. Neste estudo, quando diante de uma fonte envergonhada ou tímida, nos coube estimular algumas falas, questionando sobre elementos presentes nas representações.

É importante pontuar que em alguns casos, diante do desinteresse ou da negativa de conceder entrevista, foi necessário um processo de convencimento, mostrando para a fonte oral os objetivos do trabalho e informando que as gravações não seriam reproduzidas em público. Coube ao pesquisador analisar se o posicionamento era reflexo da vergonha ou do desinteresse, pois para que a narrativa fosse representativa para o estudo, era necessária disposição para falar e contribuir. Assim sendo, aqueles que se negaram veementemente a falar não fizeram parte do quadro de entrevistados.

Outro problema que envolve a fonte oral é o fato de que ela mais sugere que afirma, “caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa”. (BOSI, 2003, p. 20). Portanto, como pontuado em trechos anteriores, foi necessário checar e interpretar as informações obtidas, cruzando-as com as de outros informantes e com a documentação do período disponível.

Todos os entrevistados nesta tese têm entre 75 a 95 anos, são idosos, alguns com problemas de saúde e que apresentam algumas limitações. As primeiras delas são físicas: dificuldade de locomoção e problemas de audição, que interferem diretamente na realização das entrevistas.

Os problemas auditivos foram contornados com perguntas e falas pausadas e em tom elevado. As limitações físicas que impossibilitavam a realização da entrevista eram a falta de visão e a mudez. Uma das possíveis fontes, Alcebíades de Souza, marido de Áurea Hadich de Souza, se dispôs a conceder entrevista, mas algumas semanas antes do encontro teve um derrame que o deixou quase cego. Ele não conseguia identificar cores e formas nas fotografias, portanto foi retirado da lista de informantes.

Outra dificuldade enfrentada foi a da limitação psíquica das possíveis fontes orais. Alguns dos pioneiros listados, num primeiro momento, foram eliminados por

portarem o mal de Alzheimer, doença degenerativa com sintomas que vão desde a perda da memória ao declínio cognitivo e que, segundo o Ministério da Saúde¹⁷, atinge 7,1% da população com mais de 65 anos.

A idade avançada também implica em confusões e imprecisões sobre locais e pessoas fotografadas. Por vezes, as imagens fizeram lembrar o que realmente representavam, em outras, confundiram os informantes, que afirmaram estar diante da reprodução imagética de outros lugares. Nesses casos, eles relataram histórias sem relação direta com a imagem, algumas delas foram desconsideradas, outras trouxeram indícios ou levantaram dúvidas importantes para a pesquisa histórica.

3.4. VELHICE, MEMÓRIA, IDENTIDADE E ESQUECIMENTO

Vários são os suportes da memória desses idosos e também os objetos que lhes despertam lembranças. Alguns deles são biográficos, como indica Bosi (2007, p. 441), pois envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida. Outros não nos pertencem, mas trazem consigo indícios de nosso passado, como as fotografias.

Paiva (2006, p. 14) intitula o universo iconográfico como figurações da memória, pois as imagens integram a base da formação e de sustentação do imaginário social. Segundo ele (PAIVA, 2006, p. 26), o imaginário não é um mundo à parte da realidade histórica, “uma espécie de nuvens carregadas de imagens e representações que pairam sobre nossas cabeças”, mas que não fazem parte de nosso mundo e de nossas vidas. “Ao contrário, esse campo icônico e figurativo influencia, diretamente, nossos julgamentos; nossas formas de viver; de trabalhar.”

No primeiro contato com Omeletino Benatto (2010), o entrevistado afirmou: “Agradeço a Deus pelo fato de dar-me uma lembrança fotográfica, pois o que os meus olhos veem, quase nunca esqueço.” Halbwachs (2004, p. 35) afirma que a lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens” e, segundo Leite (2005, p. 35), a memória funciona através de imagens fixas, como retratos, ou seja, ela não filma e sim fotografa. Os indivíduos guardam fotografias mentais dos acontecimentos e não movimentos contínuos, e mesmo

¹⁷ Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pcdt_doenca_de_alzheimer_livro_2010.pdf. Acesso em: 15 de jul. de 2013.

quando são muito curtos, os gestos não aparecem em sua duração, mas fixos em uma fração de segundo (KUNDERA apud LEITE, 2005, p. 35).

Ressalte-se que o tema memória “seria impensável sem o cruzamento das fronteiras da Psicologia, da Sociologia, da História”. (BOSI, 2003, p. 21). Recorrendo à psicologia, estudos mostram a maior permanência na memória da imagem parada do que da imagem em movimento. De acordo com José Lino Bueno, professor do Departamento de Psicologia e Educação da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (MECANISMOS..., 2004), o que retemos é um “sumário interpretativo” de toda nossa experiência passada.

Bueno (MECANISMOS..., 2004) explica que, para entender a memória humana, é fundamental conhecer os processos que envolvem a aquisição, armazenamento e evocação de cada tipo de memória. Para isso, o primeiro passo é saber que não existe uma memória, mas sim vários tipos de memória que se relacionam. A memória de curto prazo tem baixa capacidade de retenção da informação – alguns segundos ou no máximo poucos minutos – e é responsável por gerenciar nossa realidade. Ela determina se a informação é útil para o organismo e deve ser armazenada.

A memória de longo prazo, por sua vez, tem o processo de formação de arquivo e consolidação, e pode durar de minutos e horas a meses e décadas (neste último caso é conhecida também como memória remota). São exemplos desse tipo de memória as nossas lembranças da infância ou de conhecimentos que adquirimos na escola. Os sistemas de curto e longo prazo estão ligados, transferindo informações de um para outro.

Quando nos lembramos de algo, vem à tona apenas uma parte de uma quantidade muito maior de elementos que provavelmente estão submetidos aos diferentes graus da censura que existe entre o inconsciente e a consciência. [...] Na opinião de Bueno também existiriam características relacionadas à nossa qualificação e experimentação individual, que influenciam na capacidade ou facilidade com que memorizamos as informações. "Parece que acontecimentos conscientemente percebidos precisam assumir algum tipo de dimensão afetiva". (MECANISMOS..., 2004)

As lembranças evocadas nesta pesquisa são as de longo prazo e se caracterizam por expressar algum tipo de relação afetiva, seja com a família, amigos ou com o ambiente de pertencimento. No processo de rememorar, as relações de associação e de evocação se desenrolam, fazendo com que o entrevistado revise e reflita sobre suas recordações.

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 2003, p. 55)

Fabiana Bruno (2009, p. 124, grifo da autora) afirma que na memória do homem se “depositam, dialogam e até se enfrentam nossas lembranças verdadeiramente vividas: a memória é o suporte, fundamentalmente, imagético e imaginário de nossas *histórias de vida*”.

A este complexo processo que se desenrola na mente humana, adiciona-se a questão da memória coletiva e individual. Para Halbwachs (2004, p. 29), existe um processo de negociação para conciliar essas lembranças, e para que a memória de um tenha algo da memória dos outros, é necessário que haja pontos de contato entre elas. “É porque concordam no essencial [...] que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.” Segundo o autor, as lembranças são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada, porém “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso”. Ou seja, “haveria então, na base de qualquer lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2004, p. 41), que faz com que a reconstituição do passado seja única e particular.

Pollak (1989, p. 4) acrescenta que uma história de vida colhida pela entrevista oral pode ser apresentada de inúmeras maneiras, em função do contexto no qual é relatada.

Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas [...]. Em todas as entrevistas sucessivas - no caso de histórias de vida de longa duração - em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor [...] em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. [...] Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989, p. 14)

A recordação é, dessa maneira, uma organização extremamente móvel, cujo elemento “ora é um aspecto, ora é outro do passado, daí a diversidade dos ‘sistemas’ que a memória pode produzir em cada um dos espectadores de um mesmo fato”. (BOSI, 2003, p. 50)

Pollak (1989, p. 14) destaca ainda a dificuldade que devem ter aqueles cuja vida foi marcada por rupturas e traumas, de colocar suas histórias de vida como uma construção de uma coerência e de uma continuidade. “Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente.”

Segundo Bosi (2003, p. 18), assim como o silêncio, o próprio esquecimento é significativo no caso das narrativas sobre o passado e fatos históricos, pois ambos indicam as marcas que eles deixaram na sensibilidade popular da época. “A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam.” (BOSI, 2007, p. 85). Pierre Janet, (*apud* FLORÈS, 1972, p. 12) afirma que o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo, caracterizado pela sua função social de, na ausência do acontecimento, passar ao outro a informação.

Ecléa Bosi (2007) acredita que, por meio da memória dos velhos, pode-se chegar a um mundo social repleto de riquezas e diversidades. O homem maduro, quando deixa de ser ativo na sociedade, passa a ocupar uma nova função, a de lembrar, sendo portanto responsável pela memória do grupo. “Se o adulto não dispõe de tempo para reconstruir a infância, o velho se curva sobre ela como os gregos sobre a idade de ouro.” (BOSI, 2007, p. 83)

É para as lembranças da infância e da adolescência dos entrevistados que este estudo se volta, respeitando pausas, incertezas e esquecimentos, pois acreditamos que são significativos e que podem trazer indícios importantes sobre emoções, ressentimentos e relações do passado. Recordações trazidas à luz por meio de imagens, que “ardem de vida, de memória e de futuro. Reavivadas guardam em parte lembranças, até de outras imagens, e de outras memórias. [...] As imagens fazem pensar.” (BRUNO, 2009, p. 172)

A partir daquilo que foi registrado no documento iconográfico, as fontes recordam, além de suas histórias, de outros momentos, outras pessoas, onde moravam outras famílias. As lembranças sobre personagens e lugares durante a entrevista oral, para Pollak (1992, p. 202), podem ser frutos da experiência ou podem ser projeções, tendo sido vivenciadas “por tabela”, por meio da experiência transmitida pelo grupo. Segundo Halbwachs (2004), os limites até onde retrocedemos no passado variam de acordo com esses grupos, e é o que explica por que os pensamentos individuais conseguem retomar lembranças mais ou menos remotas.

Uma viagem ao passado e a suas histórias se dá por meio da fotografia e da visão. Para Merleau-Ponty (2004, p. 42), o olhar tem como função abrir a alma ao que não é alma, ou seja, tornar presente o ausente. Nessa medida, o corpo é o intermediário obrigatório entre o mundo real e a percepção. Segundo o filósofo (MERLEAU-PONTY, 1999), o conhecimento do espaço adquirido pelo sujeito consiste em imagens mentais, construídas na trajetória de sua vivência, a partir da percepção. Assim, os lugares adquirem sentido a partir da experiência, seja ela própria, quando por exemplo visitamos uma cidade, ou alheia, quando ouvimos de nossos pais histórias sobre ela, ou então quando folheamos seus álbuns de viagem.

Quando rememora, o homem relaciona os sentidos presentes à experiência do passado, o que para Thompson (2002) é necessário para a construção e manutenção da identidade. De acordo com Pollak (1992, p. 204),

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Nessa dinâmica, entre memórias individuais e coletivas, entre lembranças e esquecimentos, novas informações podem ser apreendidas e repensadas, e o passado pode ser ressignificado, rompendo e renovando interpretações históricas, assumidas às vezes acriticamente.

3.5. REPENSANDO A HISTÓRIA

A pesquisa propõe, por meio da fotografia, uma revisita ao passado com os olhos do presente, o que implica na releitura da história. Isso porque, é preciso considerar “que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais”. (BOSI, 2003, p. 20). Em cada ato de rememoração, o entrevistado organiza suas ideias e repensa sua vida, falando sobre um passado que muitas vezes não está nos livros.

E assim como as lembranças, as imagens também são interpretadas de modo diferente em cada época, “são sempre forjadas, lidas e exploradas no presente e por meio de filtros do presente. Por isso as fontes também são construídas pelos historiadores, da mesma forma que ocorre quando são escritas as versões da história.” (PAIVA, 2006, p. 20)

Georges Didi-Huberman (2002, p. 328) afirmou que exumar os objetos do passado, significa modificar tanto o presente como o próprio passado. E essa ressignificação é o que torna a história um campo de conhecimento que não para de se renovar.

As diferentes compreensões que cada momento histórico produz das imagens são capazes de alterar versões historiográficas já existentes. Esse movimento é inevitável e é, também, vital, pois é um movimento da própria história, que não é em nada pronta, fixa e imutável. (PAIVA, 2006, p. 21-22)

As fotografias nos apresentam enigmas, trazem consigo histórias em suspensão que preenchem lacunas de uma narrativa construída *pelo* homem e *para* o homem. “O referente é representado pela foto como uma realidade empírica, mas ‘branca’: sua significação permanece enigmática para nós, a menos que façamos parte ativa da situação de enunciação de onde provem a imagem.” (DUBOIS, 1986, p. 50). O mergulho nesses objetos e as considerações feitas a partir deles, “assim como as versões históricas, são todas filhas de seu tempo”. (PAIVA, 2006, p. 33)

Com os olhos do presente, este estudo buscou valorizar a história do homem comum relacionando-o a sua época, fugindo de generalizações, revelando fatos e personagens que em outras esferas, macroanalíticas, passariam despercebidos. A microanálise enriquece a macro, e segundo Teixeira (2013, p. 32) a grande contribuição da

metodologia que alia a fotografia à história oral “está em captar microrrelatos favorecendo a micro-história”.

A história não deve se ater a grandes modelos teóricos que limitam sua compreensão do passado, e deve lançar mão dos mais diferentes indícios do homem, seja o escrito, o imagético ou o oral. Se por anos a disciplina se fechou à pluralidade da documentação, a proposta metodológica transdisciplinar mostra-se como uma estratégia de reafirmar a história como uma ciência humana, interessada pelo homem e por tudo aquilo que o liga a seu passado.

Seguindo o raciocínio de Pollak (1992, p. 208), a história pode ser rica como produtora de novos temas, de novos objetos e de novas interpretações, e está se transformando em histórias, parciais e plurais. E se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é. Esses testemunhos, orais e documentais, abordados como produtos de um processo histórico, técnico, cultural e subjetivo, são tão importantes que são capazes de orientar a história em diferentes sentidos.

Quem trabalha com reconstituição histórica por meio da fotografia deve buscar recuperar os mecanismos internos que regeram a *produção* das imagens que são objeto de seu estudo. De outra parte, ele, historiador, como sujeito da interpretação, não escapa aos mecanismos internos que regem a *recepção* das imagens, posto que é, também, um receptor. Em função disso, sua interpretação é elaborada em conformidade com seu repertório cultural, seus conhecimentos, suas concepções ideológicas/estéticas, suas convicções morais, [...]. Não existem, por princípio, interpretações “neutras”. (KOSSOY, 2005, p. 42, grifos do autor)

As possibilidades do uso da fotografia e da apreensão da memória para estudos históricos apresentam a futuros pesquisadores desafios que não se esgotam neste trabalho. Novas serão as propostas, assim como novos são os tempos, que exigem diferentes olhares para a compreensão do homem e do mundo. A imagem fotográfica e a oralidade são territórios

extremamente densos que exigirão mergulhos profundos para futuras pesquisas acadêmicas. De um lado – a imagem – de outro – a memória – e de um ponto a outro – a existência humana. A imagem – que existe para distanciar o esquecimento – e longe de ser completa e perfeita em si, reinventa o passado, monta e remonta, dá forma [...]. E a memória, guardiã de histórias – [...] cria lacunas, se movimenta, guarda mistérios, segredos, preenche-se de imaginário, alimenta as profundezas do tempo da imagem [...]. Explorando o território – que acabamos de lembrar – descobrimos que toda imagem é, portanto, uma memória de memória(s). Memória de um tempo remoto que se distancia de suas origens,

mas não está impedida de sobreviver no passado, no presente e no futuro.
(BRUNO, 2009, p. 171)

Confiamos que, assim como por meio da desconstrução da imagem fotográfica é possível interpretá-la, por meio de microrrelatos obtidos com o auxílio de fotografias do passado é possível compreender as relações dos indivíduos comuns e de seus grupos, proporcionando um entendimento mais profundo sobre o homem e sobre determinado momento histórico.

É para a complexidade dessas memórias, visuais e orais, que nos voltamos, ao interpretarmos individualmente 50 imagens da colonização de Londrina e região, cruzando-as com microrrelatos daqueles que vivenciaram os fatos, sob 15 diferentes pontos de vista, renovando assim algumas interpretações históricas. E para a compreensão das interpretações apresentadas na terceira parte desta tese, se faz necessária uma apresentação do histórico sobre Londrina e região, abordada no capítulo seguinte.

Parte II

Histórico

“Em primeiro tempo, a Fotografia, para surpreender, fotografa o notável; mas logo, por uma inversão conhecida, ela decreta notável aquilo que ela fotografa.”

Roland Barthes

4. TEMPOS HISTÓRICOS: ANTECEDENTES E COLONIZAÇÃO (1929-1950)

A fim de compreender o processo de colonização de Londrina, é preciso voltar aos primeiros anos em que a região foi desbravada. De 1922 a 1926, Arthur Bernardes¹⁸ presidiu o Brasil. Em dezembro de 1923, a seu convite, desembarcou no país, mais precisamente no Rio de Janeiro, o vapor Araguaya, da Mala Real Inglesa, trazendo uma comitiva com a missão oficial de avaliar o sistema tributário brasileiro. Porém, segundo Joffily (1985), seu objetivo era analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal do país que dessem garantias ao pedido de empréstimo de 25 milhões de libras solicitado pelo então presidente.

A missão foi chefiada por Lord Edwin Montagu¹⁹, conhecida como “Missão Montagu”, era formada por homens com altos cargos no governo, presidentes de bancos e representantes de empresas. Um dos assessores de Edwin Montagu era o barão Lord Lovat²⁰ (Simon Joseph Fraser), diretor da *Sudan Plantations* e incumbido pelos acionistas de estudar as possibilidades de investimentos no país com o intuito de suprir com algodão a indústria têxtil da Inglaterra.

4.1. O NORTE DO PARANÁ: ANTECEDENTES

O norte do Paraná, salvo alguns povoados e pontos abertos como Cambará, Jatahy (Jataizinho hoje) e Sertanópolis, era mata fechada, sem expressividade econômica. Queixavam-se os fazendeiros da região, da grande dificuldade em escoar a produção agrícola; para chegar-se aos povoados, era necessário ir até Ourinhos (SP) pela estrada de ferro Sorocabana e seguir por picadas até as fazendas.

Um desses proprietários de terras, o rico major Antônio Ferraz Júnior, chegou à região vindo de Ribeirão Preto no início do século XX. Sua fazenda era “uma das mais

¹⁸ Bernardes defendia o nacionalismo e perseguiu abertamente seus inimigos e opositores, pretendia modernizar o sistema tributário brasileiro e atrair capitais estrangeiros para acelerar o desenvolvimento do país.

¹⁹ Lord Edwin Montagu era ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra. (CMNP, 1975, p. 42)

²⁰ Em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 15 de janeiro de 1924, Lovat diz-se encantado com o que via no Brasil.

prósperas dos arredores [...] mas assim mesmo [...] decide transferir-se para região nova, onde a produção dos cafezais é a mais elevada até então alcançada no mundo.” (CMNP, 1975, p. 37). Em Cambará, plantou mais de um milhão de pés de café e organizou os fazendeiros (entre eles Willie Davids, que posteriormente foi eleito prefeito de Londrina) para estender a estrada de ferro de Ourinhos até a localidade.

Em 1910 criaram a empresa Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que deu início a construção de aproximadamente 30 quilômetros de trilhos, e que foram inaugurados em 1926. Mais tarde, a ferrovia passou a se chamar Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e foi comprada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) (TOMAZI, 1997).

Esse mesmo grupo pretendia dar continuidade a empreitada, estendendo-a até Jatahy (Jataizinho), município localizado a 29 quilômetros de Londrina. Para tanto, precisavam de altos valores e buscaram por investimentos, nacionais ou estrangeiros.

A convite dos fazendeiros, Lord Lovat decidiu visitar a região, acompanhado do engenheiro Gastão Mesquita Filho, responsável pela construção da estrada de ferro Ourinhos-Cambará. O engenheiro apontou a possibilidade de adquirir terras férteis a um baixo preço e esclareceu que o prolongamento da estrada possibilitaria o escoamento da produção e a valorização das terras.

De volta a São Paulo, Lovat enviou um telegrama ao Sr. Arthur Hugh Miller Thomas, gerente do *Sudan Cotton Plantations Syndicate*, que residia em Cartum (Sudão), sugerindo um encontro em Londres. Na reunião, ficou decidido investir no Brasil e foi fundada a *Brazil Plantations Syndicate* que adquiriu “três fazendas e uma processadora de algodão no interior de São Paulo, de onde pretendiam extrair e beneficiar a matéria prima que era o carro-chefe de suas indústrias, o algodão”. (BONI, 2004, p. 31)

Em 1924, Arthur Thomas, Lord Lovat e William Reid visitaram o norte do Paraná e vislumbraram o potencial imobiliário que representava, o que resultou no nascimento, em Londres no ano seguinte, da *Paraná Plantations Ltd.*, com praticamente os mesmos acionários da *Brazil Plantations Syndicate*.

Num ajuste de planos, encerrou-se a Brazil Plantations, que deu lugar à Paraná Plantations Company Limited, cuja subsidiária era a Companhia de Terras Norte do Paraná, pessoa jurídica brasileira sob a direção de brasileiros, em maioria, para ser adquirente e vendedora das terras, em respeito aos melindres nativistas. Palavras de João Sampaio, único sócio brasileiro, com pequena participação e presidente da

empresa, após Antônio Moraes Barros por um brevíssimo período. A CTNP tinha capital inicial de 1.000 contos de réis. (SCHWARTZ, 2009, p. 233)

Arthur Thomas lançou o plano de colonização, realizando o levantamento topográfico das águas e dos espigões e projetando futuras estradas. De acordo com o documento da Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 24 de setembro de 1925 foi fundada na capital paulista a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) ²¹.

4.2. COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Entre 1925 e 1927, sob a presidência de João Sampaio, a CTNP comprou do governo 516.017 alqueires por dez mil, cento e sessenta e quatro contos, setenta e nove mil, cento e vinte réis (LUZ, 1997), um preço considerado baixo. Essas terras estavam localizadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, e oficialmente cerca de 90% delas eram consideradas devolutas, desocupadas (2). Entretanto, alguns estudiosos informam que tribos indígenas e pequenos agricultores já residiam na região. Em 1944, a empresa passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e adquiriu mais 30 mil alqueires na região de Maringá (noroeste do estado).

Apesar da historiografia oficial (LUZ, 1997; WACHOWICZ, 2010) sustentar que o objetivo de Lord Lovat era suprir as indústrias de tecelagem na Inglaterra com algodão, ele também estava no país a serviço dos Rothschild, e as terras adquiridas no Paraná deveriam lastrear supletivamente os débitos nacionais com os capitalistas britânicos (JOFFILY, 1985; MARTINS, 2012). A CTNP loteou as terras em módulos de 3 a 30 alqueires paulistas, o que possibilitava que

colonos sem grandes recursos pudessem comprar seu lote, cujo pagamento era facilitado. [...] Foram lançadas as bases do sistema ideal de agricultura, de forma a que todos tivessem a sua propriedade – o que hoje se deseja para os mini-agricultores sem terra. O modelo estabelecia pequenos lotes e estrada na porta, próximos de áreas urbanas e que seriam pagos em prestações. Arthur Thomas, gerente-executivo da companhia e que detinha o poder de decisão, instituiu juros

²¹ Para atender a legislação em vigor, a CTNP deveria ter administradores brasileiros. Antônio de Moraes Barros assumiu a presidência e Arthur Thomas foi designado para o cargo de gerente administrativo. Em outubro de 1926 o presidente foi substituído por João Sampaio, que ficou no cargo até 1944.

médicos e jamais executou devedor em atraso. Processou-se espontaneamente um clima de confiança. (MACARINI, 2004, p. 61)

2. Área destacada (escura) foi comprada pela CTNP/CMNT de 1925 a 1944. Reproduzido de CMNP (1977).

Se, por um lado, o sistema de vendas facilitou as compras²², por outro buscava atender aos interesses da empresa, que no momento de iniciar a ocupação (30 de junho de 1928) já havia comprado a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, a qual iria estender a estrada de ferro pelo Paraná adentro.

A Parana Plantation Limited tinha sob controle, ao mesmo tempo, a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, com um capital e 1.460.000 libras em ações e 375.000 em obrigações. Aqui, a união entre loteamento e ferrovia era total e a colonização não avançava senão à medida que a construção da estrada de ferro progredia. A implantação de rede ferroviária não seria descuidada e prestava-se a facilitar o escoamento da produção, ou seja, a garantir fretes para a ferrovia. As origens mesmo do empreendimento confirmam a finalidade em vista: vender parcelas de terra, visando lucros [...]. (MONBEIG, 1984, p. 239)

²² Os terrenos eram vendidos para serem pagos em até 48 meses. Na maioria dos casos, o comprador pagava 10% para reservar o lote e dentro de 60 dias deveria completar a entrada com mais 20% do valor. O restante era pago em até quatro anos, 10% no fim do primeiro ano e 20% no final de cada um dos três anos seguintes (CMNP, 1975, p. 124; POZZOBON, 2006, p. 69).

Segundo Oswald Nixdorf²³ (1979), pioneiro alemão que chegou a Londrina em 25 de abril de 1932, a venda de pequenos lotes criava povoados, o que fazia com que a região fosse mais lucrativa do que se fosse composta por grandes fazendas. Os povoados representavam mercados que precisavam ser abastecidos, gerando movimento para a estrada de ferro no sentido contrário ao do escoamento da produção agrícola.

Ainda assim, o escoamento da produção foi o fator primordial para a construção da estrada, dando condições para o tráfego da produção de algodão, inicialmente, e mais tarde do café. Porém, sem as cidades, os colonos não teriam como comercializar seus produtos. Dessa forma, os objetivos da empresa nessa região eram dois: a colonização pela venda das terras para produção rural e a formação de núcleos urbanos (MULLER, 1956).

O plano inicial previa a construção de quatro cidades-polo, distantes cerca de 100 quilômetros entre si, cortadas pela estrada de ferro, e a implantação nesses pontos de escritórios da empresa (BONI, 2004, p. 34). Entre estes locais, assentados nos topos das encostas, “distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários”. (CMNP, 1975, p. 77)

Em Londrina, o escritório foi inaugurado em 1929. Nos anos seguintes, a Companhia de Terras Norte do Paraná fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para mais de 41 mil compradores e comercializou cerca de 70 mil lotes urbanos.

4.2.1. Campanhas Publicitárias

Para vender seus lotes de terras, a CTNP fazia propaganda do empreendimento imobiliário em outras partes do Brasil e também na Europa e Japão. Em vários pontos de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, agentes da empresa buscavam novos compradores e, para tanto, dispunham de álbuns com os quais pretendiam atestar a qualidade do solo e a conclusão das primeiras obras de infraestrutura. Para produzir os álbuns, a companhia contratava fotógrafos que visitavam a região esporadicamente, como Theodor Preising, um

²³ Engenheiro agrônomo, Nixdorf possuía uma granja que servia como fazenda experimental da Companhia de Terras, numa pequena colônia de imigrantes alemães entre as cidades de Cambé e Rolândia (que na época pertenciam ao município de Londrina).

alemão proprietário do Photo Rotativo²⁴, que atuava em São Paulo. Segundo Boni (2004), a empresa contratou os serviços de Preising entre 1930 e 1932 para produzir relatórios a serem enviados à matriz, na Inglaterra, e para propagandear seu empreendimento.

Grativol (2011, p. 40) explica que em 1932 Preising documentou a chegada de imigrantes, desde Santos até os assentamentos. “A abertura das estradas, a construção de casas, os primeiros estabelecimentos comerciais e demais edificações urbanas fizeram parte de seus registros.”

Outro fotógrafo que prestou serviços à companhia foi Hans Kopp, antes mesmo de se estabelecer na região. Mudou-se em 1936, “atraído pelas notícias da excelente qualidade da terra nos novos municípios que estavam se formando no norte do Paraná, adquiriu da CTNP [...] uma propriedade de sete alqueires, à qual deu o nome de Sítio Tirol [...]”. (POPOLIN, 2010, p. 34). Assinou o contrato de compra do lote no dia 27 de janeiro de 1936 (3). As terras, que na época pertenciam a Londrina, hoje estão localizadas em Rolândia, município emancipado em 1943.

3. Recibo de compra de sua propriedade na Gleba Cafezal. Rolândia, 1936. Reproduzido de Popolin (2010, p. 35).

²⁴ Em um dos álbuns organizados pelo pioneiro George Craig Smith, encontra-se na última página o cartão do fotógrafo: “Theodor Preising – Photo Rotativo - Fábrica de cartões postais ilustrados, SP Caixa Postal 2380”.

Em 1933, Ernest Rosemberger, engenheiro da CTNP, precisou de uma fotografia do Ribeirão Cambézinho para enviar aos ingleses e convencê-los a construir ali uma usina geradora de energia. Hans Kopp viria de Imbituva (PR) para fazer a imagem, mas não apareceu no dia marcado. Em busca de uma alternativa, Rosemberger foi até uma casa onde havia uma placa afixada com os dizeres “Photo Studio”, procurando por um fotógrafo.

O proprietário do estúdio, José Juliani, fez a fotografia que surpreendeu pela qualidade e ajudou a convencer os ingleses a construir a usina, fazendo com que a CTNP o contratasse em caráter permanente. Ele registrou o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade, principalmente na década de 30. Fotografou lavouras, matas, casas, estradas, vistas gerais de Londrina, eventos e seus personagens, e muitas de suas imagens foram utilizadas em peças publicitárias da loteadora.

O slogan da companhia na divulgação do empreendimento imobiliário era: “certeza de lucro e garantia do direito de propriedade”. (MARTINS, 2012, s/p). Em uma propaganda publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* (4), a fotografia aliada à ideia de terra fértil visava atrair novos compradores. O texto dizia o seguinte:

PRODUEM TUDO DO BOM E DO MELHOR!

Posto que o Norte do Paraná seja uma região nova, nem por isso deixa de possuir tudo como nos grandes centros metropolitanos. O bom clima aliado à excelente rede rodoviária e ferroviária, a água magnífica, são factores preponderantes do progresso verificado.

Cidades, villas, povoações, lá fundadas, possuem escolas, telegrapho e tudo o mais.

As terras são imensamente productivas, dando de tudo abundantemente: Café, algodão, trigo, milho, feijão, aveia, frutas, etc., havendo ainda grande quantidade e variedade de madeira.

Não ha sau'va nem outros parasitas de plantações.

Para ter a certeza de adquirir terras roxas, férteis, ricas e compensadoras, com facilidade de pagamento, procure a

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL.

Para mais informações em seu escriptorio RUA 3 DE DEZEMBRO N.º 45, antigo 12 2.º andar — Caixa Postal n.º 2.771 — São Paulo

N. B. — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

4. Edição do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 28 jun. 1936, p. 2.

Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19360628-20464-nac-0002-999-2-not>

Acesso em: 30 jun. 2013

Produzem tudo do bom e do melhor! Posto que o Norte do Paraná seja uma região nova, nem por isso deixa de possuir tudo como nos grandes centros metropolitanos. O bom clima aliado à excelente rede rodoviária e ferroviária, a água magnífica, são fatores preponderantes do progresso verificado. Cidades, vilas, povoações lá fundadas, possuem escolas, telégrafo e tudo o mais. As terras são imensamente produtivas, dando de tudo abundantemente. Café, algodão, trigo, milho, feijão, aveia, frutas, etc., havendo ainda grande quantidade e variedade de madeira. Não há saúva nem outros parasitas nas plantações. Companhia de Terras Norte do Paraná. A maior empresa colonizadora da América do Sul. (O ESTADO DE S.PAULO, 1936, p. 2)

Matéria veiculada no jornal *Paraná-Norte*²⁵ (5), o primeiro de Londrina, no dia 28 de julho de 1935, também destaca a inexistência de saúvas na região.

Paraná-Norte
ANO I LONDRINA, 28 de julho de 1935. NÚM. 41

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

A maior empresa colonizadora da América do Sul estabelecida dentro da única reserva de terras roxas, em clima admirável servidas pelas melhores águas.

Não ha saúvas

Lotes em proporção às posses do comprador. ESPLÊNDIDAS ESTRADAS DE RODAGEM

O milho entre o café-negro, como os lotes vendidos pela Companhia.

Comp. de Terras Norte do Paraná

SÉDE LONDRINA E. F. S. Paulo-Paraná Estado do Paraná

AGENCIA PRINCIPAL São Paulo Rua 3 de Dezembro n. 48

Dissecando a sãua figura, padrão de terra-bó.

Aqui produz o algodão

DR. JOÃO FIGUEIREDO
Médico
Clínica de saúde e cirurgia - Paulo
Alameda - Quilômetro para São
Carmão Paulista
Seguros e assistência - São Paulo

A Cia. Ferroviária S. Paulo-Paraná, coloboradora da Cia. de Terras Norte do Paraná, acaba de inaugurar o trecho entre o TIBAGUÁ, que é uma obra de grande valor, aproximando as terras da segunda das comodidades dos posses, ante a falta verificada nos lotes da Cia. Ferroviária.

Hoje, além da inauguração da ponte sobre o rio TIBAGUÁ, inauguramos também o trecho JATAÍ-LONDRINA. Até 30 de Agosto se dará a inauguração dos trechos LONDRINA - NOVA DANZIG e até Dezembro, ainda de 1935, o trecho NOVA DANZIG - IROLANDA.

O melhor emprego de capital, pequeno ou grande, é comprar um lote na

5. Última página da edição do jornal *Paraná-Norte*, de 28 jul. 1935. Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

A ênfase à inexistência de saúvas nas novas terras se devia ao grande problema representado por essa praga, que atacava as folhagens das plantações. Meses antes da publicação do jornal paulista supracitado, em fevereiro de 1935, o então ministro da Agricultura, Odilon Braga, havia designado um corpo de profissionais para organizar e

²⁵ O *Paraná-Norte* foi fundado em 1934 por Humberto Puiggari Coutinho com a ajuda financeira da CTNP. Trazia na sua última página a publicidade da empresa e circulou ininterruptamente até 1943, quando foi vendido e passou a ser utilizado com fins declaradamente políticos (BONI, 2004, p. 237).

executar uma campanha contra a formiga saúva, praga que se alastrava pelo país. “[...] até então, os administradores não tinham dado uma solução para o ‘magno problema, de uma maneira intensiva e coordenada através do território nacional’.” (SILVA, 2010, p. 566). No país, ficou conhecido o ditado “ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”. (BONI; SATO, 2009, p. 262). Portanto, acreditavam os funcionários da Companhia, que divulgar que se tratava de uma região sem a praga nacional influenciaria a decisão de compra dos colonos.

As fotografias eram utilizadas pela Companhia de Terras como provas da fertilidade da região. Arias Neto (1998, p. 29) diz que “era necessário ‘ver para crer’ na fantástica fertilidade do solo, que dificilmente em outros lugares se encontra”.

Outra informação destacada nas peças publicitárias era a de que nessas terras “é facultado o plantio de cafeeiros, nos termos do Decreto Federal nº 22.236, de 19 de dezembro de 1932”. Segundo Boni e Sato (2009, p. 262), essa permissão de plantio era um grande atrativo, pois em alguns estados, inclusive São Paulo, o plantio de novos cafeeiros estava proibido, dentro da política adotada para a recuperação do preço do produto.

Além de anúncios em jornais, outros materiais, como postais e cartazes, eram produzidos para serem enviados para a Europa. Muitos dos imigrantes que compraram terras e se fixaram na região atuavam como agenciadores, como o italiano Eugênio Brugin, que enviou aos seus conterrâneos a seguinte mensagem: “Esta fotografia faz você ver três pais e três mães com seus 36 filhos felizes de estarem nesta colonização do norte do Paraná. Eles são venezianos. Não se preocupe por eles. Sua felicidade é completa. Você também quer ser feliz com a sua família? Venha aqui.” (6)

Esses cartões e fotografias eram distribuídos entre agenciadores autônomos no Velho Continente, que o percorriam em busca de compradores, um convite atraente em vista do clima de tensão que se instalava na Europa.²⁶

²⁶ Outros exemplos da utilização da fotografia em peças publicitárias no início do século XX eram os postais produzidos com imagens de Guilherme Gaensly, que trabalhou para a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Suas imagens, com forte apelo às composições românticas da pintura, circulavam pela Europa com a finalidade de atrair colonos (mão-de-obra) para as fazendas do estado. Sobre o tema, ver: KOSSOY. Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2012.

6. Cartão enviado por Eugênio Brugin a seus conterrâneos na Itália.
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Os jornais da época, assim como seus anúncios, também destacavam a infraestrutura e as facilidades de transporte, conforme a construção da estrada de ferro ia avançando. Na capa do *Paraná-Norte* do dia 28 de julho de 1935 (7), destinada à publicidade da loteadora inglesa, a notícia era da inauguração da ponte ferroviária do rio Tibagi, com 294 metros. O evento contou com a presença do interventor Manoel Ribas e no mesmo dia foi inaugurada a estação ferroviária de Londrina.

O jornal foi fundado por Humberto Puiggari Coutinho, que chegou à região em março de 1934 depois de ter trabalhado como jornalista em São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro. A CTNP tinha dois tipos de publicidade no *Paraná-Norte*: a explícita, na última página, e a implícita. Muitas das informações veiculadas no impresso devem ser checadas e confrontadas com outras fontes documentais, visto que os textos exageravam ou maquiavam os números de acordo com os interesses da empresa. Tempos depois de sua

inauguração, o jornal também passou a receber verbas das prefeituras da região para publicação de editais e publicidade do poder público.

Não raro, havia também elogios para seus dirigentes, destacando-os como pessoas cultas, capazes e comprometidas com o bem estar da comunidade. Os 400 exemplares, além de Londrina, circulavam principalmente por pontos estratégicos do estado de São Paulo, com o objetivo de atrair compradores de terras. (BONI, 2004, p. 235)

7. Capa da edição do jornal *Paraná-Norte*, de 28 jul. 1935. Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em anúncio publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de dezembro de 1933 (8), a loteadora divulgou que, graças a um acordo com a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e tendo em vista a grande afluência de pessoas que demandavam por suas terras, a viagem de Ourinhos a Londrina ficara mais rápida, com uma redução de duas horas, a partir de 15 de janeiro de 1934. As razões desse avanço, no entanto, não são informadas.

Esta redução no horário da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, além de ser de suma importância para laboriosas colônias da Companhia de Terras, representa mais um passo dado em benefício das mesmas, assim como de toda a zona pela

referida Estrada servida. A Companhia de Terras Norte do Paraná, com suas terras roxas apuradas, cuja profundidade varia de 15 a 25 metros, em massa homogênea, é e será sempre, insofismavelmente, a empresa que melhores vantagens oferece. (O ESTADO DE S. PAULO, 1933, p. 2)

LOJA DA CHINA
Loureiro, Costa & Cia.

AUSPICIOSA NOTICIA!

NOTICIAS DO RIO

ASSERTEIA NACIONAL

AUSPICIOSA NOTICIA!

A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ tem o grato prazer de comunicar a todos os interessados na compra de terras que, em vista da grande afluência de pessoas que demandam as suas terras, entrou em entendimento com a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e conseguiu que seja feita a contar do dia 15 de Janeiro próximo, no horário de seus trens uma redução de quase duas horas, tornando, deste modo, a viagem de OURINHOS A LONDRINA e vice-versa, mais rápida.

Esta modificação no horário, da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, além de ser de summa importância para as laboriosas colônias da Companhia de Terras, representa, mais um passo dado em benefício das mesmas, assim como de toda a zona pela referida Estrada servida.

A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, com suas terras roxas apuradas, cuja profundidade varia de 15 a 25 metros, em massa homogênea, é e será sempre, insofismavelmente, a empresa que melhores vantagens oferece.

Procure conhecer as suas facilidades modalidades de vendas, a longo prazo, as quais muito auxiliarão os que quiserem adquirir terras fértilísimas e com a mais absoluta garantia.

Rua 3 de Dezembro n.º 48, antigo 12, Caixa postal, 2771
SÃO PAULO

NOTA: Nenhum agente de venda está autorizado a receber dinheiro em nome da Companhia.

8. Edição do jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 dez. 1933, p. 2.

Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19331231-19690-nac-0002-999-2-not>

Acesso em: 30 jun. 2013

Em outro anúncio, datado de 5 de abril de 1936, constava que o ritmo da construção de casas de Londrina era, em média, de setenta e cinco por mês. Esse tipo de informação, aliada à imagem da terra fértil, passava a impressão de se tratar de uma região em pleno desenvolvimento. De acordo com Arias Neto (1998, p. 29), os vendedores sabiam que a ideia de um éden terrestre atrairia compradores desejosos de adquirir um fragmento do paraíso. “Sabiam os vendedores que, em um contexto da vida nacional povoado de conflitos sobre questões de domínio, inclusive no Paraná, a garantia de títulos seguros era um grande atrativo para possíveis compradores.”

Segundo Boni e Sato (2009, p. 256-257), nos estados mais visados e visitados pelos agenciadores, existiam grandes fazendas de café, cultura predominante desde o final do século XIX. “Nessas propriedades trabalhavam brasileiros e imigrantes que vieram para substituir a mão-de-obra escrava, recém-abolida.” Foram principalmente esses

trabalhadores brasileiros e estrangeiros das lavouras paulistas e mineiras que primeiro chegaram à cidade.

4.2.2. Loteamento e Urbanização

As terras da companhia precisavam ser divididas e ocupadas. O empreendimento, de cunho privado, assumiu muitas vezes o papel que cabia ao Estado. “Diante de precariedade estatal, a administração pública incentivou a colonização privada visto que, no fim das contas, o estado também se beneficiaria com os investimentos estrangeiros e as benfeitorias coloniais.” (REGO, 2001, p. 71)

Até setembro de 2013, acreditava-se que o primeiro registro cartográfico do Norte do Paraná era a “Planta Azul” (10), que data de novembro de 1932. Todavia, em 9 de setembro de 2013, pesquisadores do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) encontraram três mapas que não haviam sido catalogados e que estavam guardados em gavetas da instituição desde sua fundação, todos anteriores à “Planta Azul”. Datam de 1918, 20 de setembro de 1930 e 26 de janeiro de 1932.

A planta do início de 1932, feita pelo engenheiro russo da loteadora, Alexandre Razgulaeff²⁷, intitula-se “Cia. de Terras Norte do Paraná. Planta Parcial. Colônias de glebas dos ribeirões Tres Boccas, Jacutinga e Vermelho” (9). Nela há duas inscrições que denotam a estratégia de ocupação da companhia, de avanço para o noroeste do estado. Na que está em vermelho está feita a anotação “Reserved for Neu Dantzig” e na verde, “Unlimited área”. Seriam as áreas que corresponderiam, no futuro, à Nova Dantzig (Cambé) e à Gleba Roland (Rolândia).

O segundo mapa, de 1930, é intitulado “S.P-P (Planta de Reconhecimento)” e revela as rotas originais da primeira caravana. Até sua descoberta, acreditava-se que o ponto de partida do primeiro grupo a chegar à região tinha sido Ourinhos (SP), mas os mapas indicam que os desbravadores saíram de Palmital (SP). Os pesquisadores presumem que, no

²⁷ “Engenheiro agrimensor formado no Instituto de Geodésia de Moscou, capitão de artilharia pesada na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Alexandre Razgulaeff saiu da Rússia ao término do conflito, por sua formação incompatível com o comunismo.” (SCHWARTZ, 2009, p. 217)

mesmo mapa, a marcação “Acampamento 20/09/1930” faz referência ao local onde o primeiro grupo se estabeleceu na região, hoje o Marco Zero de Londrina.

9. Planta Parcial n. 1 de 26 de janeiro de 1932. Reproduzido de Chiquim (2013, p. 17).
Acervo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

O terceiro mapa é datado de 1918, e mostra a região antes da chegada dos colonizadores. Na parte que corresponde ao norte do estado, há a inscrição “terras devolutivas e desconhecidas”, fato que, segundo o historiador Marcos Soares, da Universidade Estadual de Londrina, ainda é novo e suscita novas teses (CHIQUEIM, 2013). Essas e outras descobertas renovam a interpretação da história de Londrina e apresentam-se como desafios aos pesquisadores.

A “Planta Azul” (10), que era considerada a primeira, também foi feita por Razgulaeff. Nesse registro, consta uma área de aproximadamente quatro quilômetros quadrados, onde foi desenhada uma malha ortogonal “em forma de xadrez, com ruas orientadas no sentido norte-sul e Leste-Oeste, com a área central localizada no ponto mais alto do espigão, a aproximadamente 620 metros de altitude, apresentando a igreja matriz ao centro, com praças ao redor”. (JANUZZI, 2000, p. 87)

O traçado de Londrina apresenta malha regular que tem no centro uma elipse tangenciada pela avenida, que por sua vez se projeta em diagonal pelo espigão. No centro da elipse, no ponto mais alto localiza-se a Catedral, margeada por quadras e espaços livres. Rasgulaeff [sic] afirma em depoimento ter projetado inicialmente a

Avenida Paraná e posteriormente as transversais Rua Rio de Janeiro e São Paulo, podendo tal fato ter influenciado na orientação no parcelamento das quadras. As “sobras” resultantes da articulação da malha ortogonal e da elipse levaram algum tempo para serem consideradas e receberem a denominação de praças. (YAMAKI, 2013, p. 12)

10. “Planta Azul”, de novembro de 1932. Reproduzido de Universidade Estadual de Londrina (2009).

O projeto foi apresentado ao general Asquith, tesoureiro dos empreendimentos de Lord Lovat, e não foi aceito pelos ingleses. As ruas, segundo a proposta do engenheiro, teriam 24 metros de largura, e as avenidas, 30 metros. Os acionistas ingleses solicitaram a redução desses números para 16 e 24 metros, respectivamente.

O plano original da cidade, elaborado tendo como centro seu ponto mais elevado, tem uma conformação retangular com 86 quadras e aproximadamente dois quilômetros do maior lado. As quadras foram projetadas com 110 metros de comprimento, divididas em 20 ou 24 lotes.

A partir desse cume, onde será instalada a igreja, serão abertas ruas ortogonais que se estenderão até os limites da cidade, demarcados, de um lado, pela ferrovia e, do outro, pelo cemitério, determinando uma área urbana de proporções modestas, provavelmente devido à incerteza do negócio em sua fase inicial. (REGO; MENEGUETTI, 2008, p. 42)

No canto superior direito, a “planta azul” traz ampliada uma quadra padrão com suas dimensões detalhadas. “Localizada na esquina da rua do Commercio e rua Heimtal, possui dimensões de 105m no sentido Norte Sul e de 115m no sentido Leste Oeste, sendo subdividida em 20 lotes sendo 12 lotes de 15mx38,75m, dois lotes de 15mx 51,25m, quatro lotes de 12,5mx45m e dois lotes de 12,5mx52,5m.” (YAMAKI, 2013, p. 14)

Entre os mitos que povoam o imaginário do londrinense, está a ideia de que a planta reproduz no traçado de ruas internas e canteiros a bandeira do Império inglês (JOFFILY, 1985). Mas Yamaki (2013, p. 14-15) esclarece que a sobreposição de uma cruz e um “x”, ou um formato de asterisco para a morfologia de praças, não constituía novidade na história da urbanização e era comum em todas as frentes de colonização. “Podemos citar a Place des Vosges (1605) em Paris, a Bloomsbury Square (1731) em Londres entre inúmeros exemplos, como precedentes deste tipo de lay out.”

Claude Lévi-Strauss (1996, p. 114) escreveu sobre o traçado urbano da cidade ao visitar a região em 1935:

Nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início, todas parecidas: traçados geométricos, privados de qualidade própria. Entretanto, umas são centrais, outras, periféricas; algumas são paralelas e outras, perpendiculares à via férrea ou à estrada; assim, as primeiras estão no sentido do tráfego, as segundas o cortam e interrompem.

No centro da planta ficariam a igreja matriz e as praças. Takeda (2004, p. 62) explica que nesse eixo central foram definidos os locais nos quais futuramente seriam instalados o colégio e prédios públicos e por onde passaria a estrada de ferro. Segundo Fresca (2007), a área concentrava a maioria das atividades comerciais, financeiras e prestadoras de serviços.

No planejamento inicial, a cidade comportaria cerca de 20 a 30 mil habitantes. Em menos de uma década, a marca já havia sido superada (BONI; SATO, 2009). Colonos, a maioria do estado de São Paulo, adquiriram terras e se direcionaram para o norte do Paraná.

Além deles, imigrantes de primeira ou segunda geração, principalmente italianos, japoneses, alemães, austríacos e espanhóis, também chegaram à região (TABELA 3).

Número de lotes	Nacionalidade Compradores
1266	Brasileira
479	Alemã
476	Italiana
434	Japonesa
216	Espanhola
156	Portuguesa

TABELA 3 - Número de lotes vendidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná entre 1930 e 1935 e nacionalidade dos compradores que chegaram à região. Relatório de 1935 da CTNP, publicado no jornal Folha de Londrina, 29 abr. 1975.

Ao tomar posse da área adquirida, desmatavam-na para o cultivo de gêneros alimentícios e algumas matérias-primas que seriam vendidas para o pagamento das parcelas à Companhia. Segundo Jofilly (1985, p. 96), a companhia também lucrava com a exportação de madeira-de-lei através do porto de Paranaguá, e hoje muitas das espécies, como figueira branca, peroba e pau d’alho, estão extintas em função do desmatamento desenfreado.

Yamaki (2006) afirma que não foram encontrados documentos ou publicidades que cite o padrão de “Cidade-Jardim”²⁸ nos planos de colonização da loteadora inglesa, mas muitos pesquisadores (SUZUKI, 2002; YAMAKI, 2006; REGO, 2008) afirmam que esse modelo assemelha-se ao praticado pela CTNP por características tais como: ligar as cidades ao meio rural, delimitar a expansão e criar uma rede de cidades interligadas por meio de

²⁸ A proposta do idealizador da “Cidade-Jardim”, Ebenezer Howard, consistia em adquirir áreas agrícolas, relativamente distantes das áreas urbanas já consolidadas, sem intervenção do Estado, a fim de possibilitar sua autonomia. Seria uma iniciativa privada conduzida por cooperativas formadas pelos interessados e esteve em voga nos grandes centros mundiais no século XX. Howard inicialmente publicou suas ideias no livro *“Tomorrow: a peacefull path to real reform”*, em 1898, e pretendia implantar no território inglês uma rede dessas cidades, interligadas entre si e a uma cidade central por ferrovias e rodovias, contando com opções de atividades comerciais, culturais e de lazer. A população estimada para esses assentamentos era da ordem de 34 mil habitantes, sendo 32 mil concentrados na parte urbana, correspondente a 1.000 acres de área, enquanto os 2 mil habitantes remanescentes se fixariam no campo, de 5.000 acres de terra. As áreas agrícolas (*green-belts*) exerciam um papel importante no modelo urbanístico – além de abastecer a população de gêneros alimentícios, serviam como instrumento regulador do crescimento urbano (SUZUKI, 2002, p. 30).

malha ferroviária. Além disso, ao redor das cidades foram criados “cinturões verdes”, com a formação de chácaras para a produção de gêneros alimentícios de consumo local: aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes, característicos do modelo.

Segundo Monbeig (1984), a ocupação promovida pela companhia foi sistematizada e planejada, estabeleceu diretrizes para a configuração rural e urbana e adotou como estratégia ações coordenadas, necessárias para escoar a produção agrícola (principalmente o café), o que era algo novo para o Brasil.

4.3. A CHEGADA DA PRIMEIRA CARAVANA

A primeira caravana que chegou à região partiu do interior de São Paulo em 20 de agosto de 1929. O grupo era formado por pouco mais de dez homens, número pequeno considerando o tamanho da empreitada. Faziam parte do grupo o funcionário de confiança da CTNP, George Craig Smith, o engenheiro agrimensor russo Alexandre Razgulaeff, contratado para a demarcação e divisão dos lotes, o agrimensor auxiliar Spartaco Principe Bambi, o português Alberto Loureiro, empreiteiro encarregado de derrubar as matas e abrir clareiras, Joaquim Barbosa (sócio de Loureiro), o cozinheiro Erwin Fröhlich e Geraldo Pereira Maia, responsável por serviços gerais (CMNP, 1975).

Em Cambará, juntaram-se ao grupo outros trabalhadores braçais chefiados por Alberto Loureiro. Depois de atravessar três rios (Cinzas, Laranjinha e Congonhas), o caminhão Ford que os levava chegou a Jatahy (atual Jataizinho) onde acabava a estrada. A partir dali, a única forma de continuar era sobre o lombo de burros e mulas, e para adentrar a mata virgem Smith contratou um índio como guia. Depois de uma noite de descanso e de atravessar o rio Tibagi em canoas (ainda não havia balsa), em 21 de agosto o grupo retomou a missão e 29 quilômetros à frente Alexandre Razgulaeff indicou: “Chegamos!”. (MACARINI, 2004, p. 67)

George Craig Smith, descendente de ingleses e chefe do grupo, fotografou a chegada da primeira caravana e as primeiras construções (11). Seus registros são os mais antigos da

história do município. Além de fotografar, organizou álbuns²⁹ com imagens de outros profissionais que estiveram na região a serviço da Companhia.

11. A primeira fotografia de Londrina e os ranchos de palmito que abrigaram a primeira caravana. George Craig Smith, s.d.
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Ao identificar que havia chegado ao espigão escolhido para a construção do primeiro polo urbano, o grupo derrubou árvores e construiu dois ranchos de palmito, onde hoje fica o Marco Zero de Londrina, ao lado da avenida Theodoro Victorelli, próximo à atual Estação Rodoviária. A região tinha palmito em abundância e contava com três minas d'água, o que explica o primeiro nome do povoado: Patrimônio Três Bocas³⁰ – distrito de Jatahy. Logo depois, outras caravanas chegaram, as primeiras trazendo mais trabalhadores e, depois, interessados em adquirir terras.

Dos lotes vendidos entre 1930 e 1935, segundo relatório da CTNP, apenas seis foram comprados por ingleses (ver tabela 3). Apesar de ter sido colonizada pela empresa

²⁹ Esses álbuns e as correspondências de Smith com a empresa, os pais, irmãos e amigos, a maior parte em língua inglesa, encontram-se no Museu Histórico de Londrina. São aproximadamente cinco mil títulos e parte do acervo ainda está em vias de organização.

³⁰ O local era conhecido pelos caboclos como Flor d'água, nascente do Rio das Pedras (BORTOLOTTI, 2007, p. 71).

inglesa, a região recebeu muitos brasileiros, vindos principalmente de São Paulo e Minas Gerais, alemães (479 lotes vendidos), italianos (476), japoneses (434), espanhóis (216) e portugueses (156), entre outras nacionalidades. Deve-se considerar ainda que grande número de brasileiros que ali se estabeleceram tinha descendência (primeira ou segunda geração) italiana, e trabalharam em lavouras no estado de São Paulo nos anos anteriores.

Os primeiros lotes rurais, situados no entorno do núcleo urbano, foram comprados por japoneses, meses após a chegada da primeira caravana. Já as datas urbanas, segundo Coutinho (1959, p. 62), “em número de 15, foram adquiridas pelos srs. Alberto Kock, João Oberhauser, Harold Mayers, Miguel Kolceh, Joseph Johanes, Frederico Grieger, Joseph Schubert, Noel Farquhar, Elias Dequech, Felício Botaro”.

Nos primeiros anos, os troncos de palmito e árvores da região como peroba rosa, pau d’alho e figueira branca foram utilizados na construção de casas. Sem serrarias, que só chegariam em 1933, os troncos eram derrubados a golpes de machado e serrados manualmente, o que exigia muitas horas de trabalho.

Ainda em 1929, a colonizadora deu início à construção de um hotel de madeira, o Hotel Campestre, para receber compradores e hospedar funcionários. Em 6 de janeiro de 1930, George Craig Smith foi o primeiro hóspede registrado. Em 1931, o italiano Eugênio Brugin inaugurou a Pensão Familiar, localizada onde hoje é a avenida Celso Garcia Cid. Segundo Yamaki (2006, p. 86), as pensões e hospedarias eram “edificações simples de madeira, nem sempre construídas para este fim. Possuíam basicamente um refeitório de uso comum e pequenos quartos com camas.”

Nos anos seguintes foram construídos vários hotéis para atender a crescente demanda de visitantes e hóspedes, entre eles o sofisticado Hotel Luxemburgo, inaugurado em 1932, que recebeu grande parte dos políticos que visitavam a região e era “palco de reuniões de autoridades e investidores”. (TAVARES, 2013, p. 44). Outro estabelecimento que recebeu autoridades e imigrantes foi o Hotel Rolândia³¹, a primeira casa do perímetro urbano daquela cidade, que se emanciparia em 1943, de propriedade de Eugênio Larionoff.

O pesquisador e arquiteto Humberto Yamaki (2006) explica que as primeiras casas de madeira não seguiam um padrão de construção, mas apresentavam algumas

³¹ O nome Rolândia surgiu do termo *rohes land*, escolhido por Ludwig Draeger, que significa “terra crua”. O pioneiro Oswald Nixdorf sugeriu então o nome Roland, em homenagem ao legendário herói alemão que na Idade Média guerreara ao lado de Carlos Magno e que tinha como lema “Liberdade e Justiça”. (NIXDORF, 1979)

características da tradição e da origem de cada construtor. Ainda segundo Yamaki (2006, p. 28),

Boa parte dos imigrantes conhecia os rudimentos de carpintaria e trazia algumas ferramentas em sua bagagem, possibilitando a extensiva prática da construção em mutirão. Em 1934 a propaganda da Casa Caetano falava da venda de 58 caixas de machados 'Colins', 384 foices 'Minatti' e 291 enxadas em Londrina. [...] Vendiam-se mais machados que enxadas.

As serrarias foram as primeiras indústrias de Londrina. Em 1933 foi instalada a Serraria "do Pitta", de Alcindo Pitta e José Conde, seguida pela Serraria Mortari, Serraria Curotto e SIAM (Seleção Industrial de Artefatos de Madeira). Até 1932, segundo dados da CTNP disponíveis no Museu Histórico, eram 12 as casas na região central de Londrina. Em julho desse ano, o número passou para 150, chegando a 396 em 1933 (CMNP, 1975, p.65).

A partir de meados da década de 1930, as casas de alvenaria, ainda que em número reduzido, despontaram em meio às construções de madeira. Uma das primeiras inaugurou a avenida Higienópolis, idealizada e projetada graças à insistência de um funcionário da CTNP. "Eugênio Victor Larionoff, acompanhado de George Craig Smith, procurou Arthur Thomas e pediu que fosse aberta uma grande avenida, inspirada no bairro aristocrático de Higienópolis, em São Paulo, onde residia sua família." (ALMEIDA, 1995, p. 17). Em 1936, quando a casa de alvenaria de Larionoff foi inaugurada, estava de fato criado um dos endereços mais representativos de Londrina, porém, da burguesia.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, que visitou a região em 1935, permanecendo em Londrina por um mês, registrou que a cidade tinha cerca de três mil habitantes e mostrou-se preocupado com a derrubada da mata e as agressões à natureza.

[...] no fundo dos vales, as primeiras colheitas, sempre fabulosas nessa "terra roxa", violeta e virgem, germinavam entre os troncos das grandes árvores jacentes e as cepas. As chuvas de inverno se encarregariam de decompô-las em húmus fértil, o qual, quase de imediato, seria levado de roldão pelos declives, junto com o outro que alimentava a floresta desaparecida, cujas raízes fariam falta para retê-lo. Quantos anos levaria, dez, vinte, ou trinta, até que essa terra de Canaã adquirisse o aspecto de uma paisagem árida e devastada? (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 113)

Alguns anos depois, em 18 de março de 1939, foi assinado pelo então prefeito substituto, Adriano Marino Gomes, o Decreto nº 29, que proibiu o uso de madeira na construção, reconstrução e aumento de casas.

4.4. ATIVIDADE POLÍTICA

Em 1932, o Patrimônio Três Bocas passou a ser chamado de Londrina. De acordo com Schwartz (2009, p. 216), João Sampaio foi quem propôs o nome em um jantar, para que a cidade fosse chamada “a filha de Londres, em reconhecimento e homenagem ao valoroso grupo dos ingleses que, através da *Paraná Plantations Company*, financiavam, corajosamente, as realizações da Companhia de Terras”.

Após dois anos, em 3 de dezembro, o Decreto nº 2.519 criou o município de Londrina e seu distrito judiciário, subordinado à jurisdição da Comarca de Jatahy. Segundo o primeiro número do jornal *Paraná-Norte*, datado de 9 de outubro de 1934, a cidade, nessa época, possuía 554 casas e a população era de 1.346 habitantes.

Quando o município foi emancipado, surgiu automaticamente o mais importante cargo político local: o de prefeito. E foi difícil encontrar um nome que agradasse da mesma forma ao governo do Estado e aos moradores de Londrina.

O povo, em ansiosa expectativa [sic], aguardava a nomeação de seu natural candidato. Entretanto, com surpresa geral e desengano bastante lastimável, apresentou-se no povoado, inesperadamente, o Dr. Joaquim Vicente de Castro para empossar-se e assumir o cargo de prefeito de Londrina no dia 10 do mesmo mês, sucedendo ainda que o nomeado era pessoa completamente desconhecida do local. (COUTINHO, 1959, p. 8)

O natural candidato, que contava com o apoio popular, era Carlos de Almeida, um dos colonizadores da cidade ligado à extração e comércio de madeiras. Almeida também tinha o aval da CTNP, “que até então administrava extra-oficialmente [sic] o ‘patrimônio’ [...] e gostaria que fosse nomeado alguém de sua confiança, pois sabia que, com a criação do município, poderia passar de credor pelos serviços prestados a devedor dos impostos municipais”. (BONI, 2004, p. 104)

Já o governo do Estado, além de querer parte dos impostos, também antevia tratar-se do polo mais importante no processo de colonização do Norte Novo, motivo que levou o interventor federal do Paraná, Manoel Ribas, a nomear alguém de sua confiança. Em 10 de dezembro de 1934, o pontagrossense Joaquim Vicente de Castro tomou posse como primeiro prefeito da cidade.

A agitação no povoado, contrário a essa nomeação, cresceu com rapidez e foi tão veemente que o mandato de Castro durou menos de seis meses. “O primeiro prefeito de Londrina [...] recebeu a desaprovação da cidade já rebelde, porque ele não tinha vínculo com a curta história da então civilização que florescia.” (MACARINI, 2004, p. 332). Em seu curto mandato, o prefeito deu início à cobrança de impostos para começar obras públicas, como a estrada entre Londrina e Sertanópolis.

Joaquim Vicente de Castro foi substituído por outro nome do governo, Rosalino Fernandes, que saiu de Curitiba e governou Londrina também por aproximadamente seis meses, até que fossem realizadas eleições. Em seu mandato, a estrada de ferro que ligava a cidade a Jatahy foi inaugurada em solenidade que contou com a presença do interventor Manoel Ribas e de outros políticos do Estado.

Em 12 de setembro de 1935, em todos os municípios do Paraná, foram realizadas eleições para prefeito e vereador, e pela primeira vez no país as mulheres puderam votar. Em Londrina havia 283 eleitores aptos para a escolha, segundo o jornal *Paraná-Norte* (1934), e 221 compareceram às urnas para eleger Willie Davids, do Partido Social Democrático (PSD), como prefeito, e mais seis vereadores: Honório Martins Ribeiro, Jacintho Antenor Cardoso, João Figueiredo, João Wanderley, Luiz Estrella e Seraphim de Almeida.

Contudo, o prefeito foi exonerado pelo interventor sete meses antes do fim do mandato, pois havia sido acusado por inimigos políticos de ter misturado o dinheiro público com o privado, já que não se desligou do cargo de diretor técnico da Companhia de Terras para exercer o de prefeito. Willie Davids não voltou à política. Morreu no dia 10 de junho de 1944, em decorrência de uma doença.

4.4.1. Regulamentar para organizar

Ainda no início da década de 1930, foram elaborados os primeiros decretos e leis municipais de regulamentação urbana. Em 29 de janeiro de 1935 foi aprovado o Decreto-Lei nº 9, assinado pelo prefeito Joaquim Vicente de Castro, que normatizava os

serviços de alinhamento, nivelamento, construções, reconstruções e demolições de prédios nas zonas urbana e suburbana³².

Começaram então as restrições de utilização de alguns materiais na zona urbana. O artigo 44 do Decreto nº 18 estabelecia que nesse perímetro “não será permitido o uso de taboinhas, palmitos e suas folhas e capins em coberturas de prédios”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 88). Somente em 18 de março de 1939 o uso de madeira na construção ou reformas das casas ficou proibido, por meio de um decreto assinado pelo prefeito substituto Adriano Marino Gomes.

O Decreto-Lei nº 93, aprovado em 12 de outubro de 1943, passou a exigir “que todas as construções que ocupassem o alinhamento predial deveriam ser de alvenaria de tijolos cerâmicos com dois pavimentos, não permitindo edificações em madeira de um só pavimento”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 91). Com a formulação do Código de Posturas do município, a legislação passou a interferir no comportamento da população e em 8 de dezembro de 1945 o prefeito Ary Pizzatto Ferreira assinou o Decreto-Lei nº 142, que não permitia andar a cavalo pelo passeio, nem deixá-lo amarrado à cercas, portões, grades, árvores ou postes.

Muitas leis elaboradas na década de 1930 diziam respeito à saúde pública. Algumas parecem hoje inusitadas. É o caso do Edital de 18 de agosto de 1938 que discorria sobre cães loucos: “Os cães, mesmo matriculados, mas encontrados sem focinheiras nas vias públicas, serão sacrificados porque nesses dois meses os caninos são atacados de loucura.” (YAMAKI, 2006. p. 14)

Já a Lei nº 20, de 17 de setembro de 1936, citada por Yamaki (2006, p. 14), tratava da limpeza nas ruas: “É vedado varrer os ciscos das residências para as ruas, bem como atirar papéis, cascas de frutas e outros, que devem ser depositados em vasilhames”. Dois meses e meio depois da implantação dessa lei, foi publicado um edital que determinava que “os residentes são obrigados a conservar limpas as frentes de suas casas”.

³² Nesse tempo, já havia uma preocupação com a limpeza e a estética da cidade, como é possível observar em outro decreto, o de número 18, assinado em 12 de março de 1935. “O Prefeito Municipal de Londrina, Estado do Paraná, tendo em vista a Esthetica [sic] e limpeza das ruas da zona urbana desta localidade, decreta: - no seu artigo primeiro intima os proprietários a conservar as testadas dos lotes em uma faixa mínima de largura do futuro passeio, mantendo-as capinadas e limpas, aplicando uma multa àqueles que não o fizer”. (BORTOLOTTI, 2007, p. 88)

Uma cidade esteticamente bem apresentada serviria como um cartão de visitas aos brasileiros e estrangeiros que chegavam para conhecer a tal terra produtiva que a CTNP divulgava nos cartazes de propaganda de venda de terrenos.

4.5. DIVISÃO DO MUNICÍPIO

Até 1940, o município de Londrina compreendia a uma área de 923.117 alqueires paulistas (BONI, 2009, p. 53), abrangendo a região norte e noroeste do estado (12). Era quase o dobro do tamanho do território adquirido pela loteadora, de 516.017 alqueires (que em 1944 seriam acrescidos de 30 mil alqueires adquiridos pela empresa). Com a criação do município em 1934, localidades como Rolândia, Cambé (Nova Dantzig) e Arapongas passaram a ser distritos.

12. Mapa do estado do Paraná em 1940, Londrina está assinalada em vermelho. Reproduzido de Secretaria de Estado do Meio Ambiente (s.d.).

Segundo o Recenseamento Geral do Brasil (IBGE, 1951), no início da década 1940 o município contava com uma população de 75.296 habitantes, um número alto, mas “é preciso levar em conta que, nesta data, o território de Londrina se estendia até as barrancas

territorial do município ocorreu em 13 de dezembro de 1995, com a emancipação do distrito de Tamarana.

Atualmente, o município de Londrina tem 506.701 habitantes (IBGE, 2010) e 1.653,075 km², distribuídos em região central e distritos administrativos da Warta, Espírito Santo, São Luiz, Paiquerê, Irerê, Maravilha, Guaravera e Lerroville (14).

14. Localização de e divisão administrativa do município de Londrina. Reproduzido de Prefeitura Municipal de Londrina (2007, p. 354).

4.6. INFRAESTRUTURA E ECONOMIA

No início da década de 1930, a Companhia de Terras providenciou as obras de infraestrutura necessárias para receber os primeiros moradores, como serviços básicos e água encanada.

À proporção que nas pranchetas dos engenheiros ia sendo delineada a cidade com suas ruas e praças, já a Companhia de Terras, em outra secção traçava o plano da distribuição de água potável, cuja captação originária foi feita numa fonte perto do matadouro, indo os canos buscar o líquido, por meio de um pequeno túnel no seio da própria montanha que ali se erguia. Desde 1933 se faziam as primeiras ligações às datas que iam solicitando. [...] Até Dezembro de 1933, fez-se 288 ligações; em 1934, Dezembro, 425 [...]. (COUTINHO, 1959, p. 85)

Ao mesmo tempo “que promovia a repartição e a venda das terras na região de Londrina, a Companhia de Terras tratava de interessar grupos financeiros do País na exploração de serviços públicos úteis à área colonizada”. (CMNP, 1975, p. 95). A geração de energia elétrica era um desses serviços. Em 1936, a CTNP “instalou, a título precário, em suas oficinas à Rua Maranhão, quadra 18, um motor Deutz a óleo cru, de 12HP com o gerador equivalente, passando assim a ser inaugurada a luz elétrica”. (COUTINHO, 1959, p. 80). Mas a potência era suficiente para iluminar apenas seu escritório e as casas dos mais ilustres moradores, como as do:

[...] diretor-gerente e do diretor técnico, respectivamente Sr. Arthur Thomas e o Dr. Willie Davids, além das instalações nas residências de alguns funcionários. [...] Mas a cidade crescia, irradiava-se rapidamente. Considerando isso e seguros do grande futuro de Londrina, os srs. Gastão de Mesquita Filho e Roland Davids, decidindo aumentar a capacidade do fornecimento de luz, com potencial suficiente, organizaram a firma Mesquita & Davids, passando esta a suceder a primitiva concessão. (COUTINHO, 1959, p. 80)

Ainda em 1936, Gastão de Mesquita Filho e Roland Davids fundaram a Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA) e começaram “a planejar o fornecimento de energia elétrica para Londrina e a construir usinas hidrelétricas de pequeno porte”. (BONI, 2004, p. 75). Em 1938 instalaram postes e inauguraram a energia elétrica na avenida Paraná, gerada por motores a vapor instalados na serraria SIAM e na fábrica Taruma. No ano seguinte, instalaram a usina no ribeirão Cambé, que gerava 200 kW de energia, o suficiente para atender a uma população de cerca de seis mil habitantes.

A primeira região “iluminada” estava situada na área central de Londrina, onde estavam as principais casas de comércio, e a inauguração, em 1938, foi um grande evento para os moradores. Segundo Takeda (2004, p. 76), o comércio mais sofisticado da cidade instalou-se na atual praça Willie Davids, ao longo da avenida Paraná, entre as avenidas Duque de Caxias e Pernambuco, além de alguns trechos da rua Sergipe. Já as casas bancárias e algumas repartições públicas localizavam-se na rua do Comercio, atual Benjamin Constant. As necessidades básicas da população, bem como aqueles estabelecimentos mais modestos que atendiam a população de menor poder aquisitivo, estavam próximos à estação ferroviária (15).

15. Mapa da região central de Londrina, com nome de ruas. Elaborado pela autora.

Em julho de 1934, foi instalada a primeira agência dos Correios, localizada na rua do Commercio, bem perto da estação ferroviária. Dois anos antes, a CTNP havia instalado a primeira linha telefônica, na mesma ocasião em que eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Por causa da revolução, a estrada de ferro teve que interromper suas atividades e Londrina ficou isolada. Seu contato com o mundo era só pelo telefone. Nesse período, a cidade sofreu com o desabastecimento e o palmito tornou-se parte obrigatória na alimentação da população.

Outra preocupação dos colonizadores era o abastecimento de água. As primeiras ligações para a captação e fornecimento de água encanada foram feitas em 1933 e cinco anos mais tarde 72% das casas da região central dispunham de água potável por meio do sistema projetado pela empresa inglesa (BONI, 2004, p. 79).

Quanto ao transporte, na primeira década homens trabalharam para abrir estradas em meio à mata densa. Machados e foices desenhavam clareiras, num trabalho difícil e demorado. Lentamente as picadas se alargavam para serem transformadas em acessos ao povoado que surgia. E foi por eles que passou o primeiro transporte motorizado trazendo imigrantes e colonos, um serviço prestado pela CTNP através de ônibus, as chamadas “jardineiras”.

A primeira estação ferroviária foi inaugurada em 28 de julho de 1935³³, com a chegada de um trem especial vindo, originalmente, de Sorocaba. O trem passou a ser o principal transporte dos que chegavam à região, alavancando seu desenvolvimento. Foram três anos de empreitada para cobrir pouco menos de trinta quilômetros, posto que a estrada de ferro já havia chegado a Jataizinho. O grande empecilho foi o rio Tibagi, que exigiu a construção de uma ponte de 294 metros. Depois de 1935, a construção da estrada de ferro continuou no sentido de Guaíra, divisa do estado com o Paraguai. O avião só chegaria em 1938, com a inauguração do primeiro campo de pouso, com três pistas de terra.

Segundo Bortolotti (2007, p. 28), a lama e a poeira das ruas eram os desafios mais difíceis de serem superados nesse período e a pavimentação era uma reivindicação constante da população. “No final de 1942, o primeiro trecho pavimento foi iniciado na

³³ Com a inauguração da linha ferroviária, cada trem que seguia em direção a Londrina vindo de Ourinhos (SP) mandava, horas antes, um telegrama ao escritório local da Companhia, informando quantos passageiros e a quantidade de cargas embarcadas. A empresa enviava então as jardineiras e caminhões necessários para buscá-los na estação ferroviária (ALMEIDA, 1995).

avenida Paraná, em frente à praça Marechal Floriano, no centro da cidade. A pavimentação foi executada com pedras de basalto no formato de paralelepípedos.”

A abertura de estradas e ruas, a instalação de energia elétrica, as primeiras captações e fornecimento de água encanada para o povoado, e todas as demais obras do início da colonização, passaram pela aprovação e foram patrocinadas pela CTNP, que tinha em vista vender mais lotes e atrair novos compradores. “A estratégia do planejamento inglês consistia na construção da ferrovia aliada à subdivisão de pequenos lotes rurais e à implantação de núcleos urbanos de apoio equidistantes uns dos outros, para abastecimento e prestação de serviços.” (BORTOLOTTI, 2007, p. 61). Londrina era o principal desses núcleos.

E aos poucos o povoado foi ganhando ares de certa organização. Os armazéns de secos e molhados atendiam a cidade inteira e tinham diversidade de produtos. A primeira casa de comércio, do alemão Alberto Koch, fornecia fósforos, material de costura, papéis, entre outros produtos. Foi construída na esquina da avenida Paraná com a rua Heimtal (hoje avenida Duque de Caxias).

Já o armazém de Carlos Strass, no Heimtal (área mais afastada ao norte, núcleo de colonização alemã), atendia à maioria dos colonos, inclusive durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Quase ao mesmo tempo, David Dequêch montou um armazém de secos e molhados na região central, considerado a primeira construção em madeira beneficiada de Londrina.

A primeira casa de táboa, construída com madeira serrada por dois portugueses, à mão, de peroba tirada do próprio local, foi do sr. DAVID DEQUÊCH, permanecendo entretanto fechada por algum tempo, para depois se instalar, por sua vez, como casa comercial de secos, molhados e congêneres. Ambas as casas se encontravam situadas na atual Avenida Paraná, esquina com Heimtal. A do Alberto Koch à esquerda e a da David Dequêch, à direita da mesma via [...]. (ZORTÉA, 1975, p. 44)

David Dequêch era um homem de visão. Acompanhava atentamente o crescimento da cidade. Não lhe bastava ser comerciante de prestígio, ele pregava a união dos comerciantes. Por isso foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação Comercial de Londrina (ACL), em 5 de maio de 1937 (MACARINI, 2004). No final da década de 1930, a entidade contava com 140 associados e passou a edificar uma sede própria. Em 31 de janeiro de 1942, foi inaugurado o edifício de três andares construído por Mário Romagnolli, com uma estátua de bronze de Mercúrio no topo. Mais tarde, as indústrias

passaram a fazer parte da entidade, que passou a se chamar Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL).

Um marco do comércio de Londrina foi a inauguração das Casas Pernambucanas, em 1935, loja especializada na venda de tecidos, e que estava situada na esquina das avenidas Paraná e Rio de Janeiro, no local onde funciona até hoje, mas num prédio muito menor. Tempos depois, entre 1935 e 1936, outro grande empreendimento abria as portas: as Casas Catharineses, do grupo Fuganti, Fontana & Cia., que vendia vários tipos de produtos, entre eles armas e munições, secos e molhados e ferragens.

A primeira agência bancária de Londrina – a Caixa Econômica Federal do Paraná – foi instalada em 25 de janeiro de 1936, na esquina das ruas Benjamin Constant e Minas Gerais (ALMEIDA, 1995, p. 83). A atividade do banco se restringia a receber depósitos (ZORTÉA, 1975). Logo os bancos privados também se interessaram pelo mercado que emergia e, dois anos depois, em 1º de fevereiro, se instalava em Londrina o Banco Noroeste do Estado de São Paulo, na avenida Rio de Janeiro, entre as ruas Sergipe e Benjamin Constant (ALMEIDA, 1995, p. 83).

A cidade crescia e, para manter a ordem, foi nomeado em dezembro de 1934 seu primeiro delegado, Carlos de Almeida, indicado pela CTNP. A primeira delegacia funcionou em uma sala pequena na rua Mato Grosso. Antes existiam os inspetores de bairro – Almeida foi um deles –, mas muitos crimes ficavam impunes. Quando os criminosos eram presos, eram enviados para Jataizinho.

Em 1938 assumiu a delegacia Achilles Ferreira Pimpão, homem de confiança do interventor Manoel Ribas, tenente da Polícia Militar vindo de Curitiba. Nessa época, o número de crimes subia, e para cumprir a missão de “limpar a cidade”, Pimpão adotou métodos questionáveis e violentos³⁴.

³⁴ Alguns pioneiros (BENATTO, 2014a; LEITE, 2013; SOUZA, 2012), afirmaram que o delegado mandava seus subordinados chicotearem os presos e os obrigavam a tomar óleo de rícino, de efeito laxante. Depois os levavam às margens do rio Tibagi e os forçavam a atravessar o rio a nado até Jataizinho. Quem se recusasse era advertido a tiros.

4.6.1. Educação e Lazer

Fundada formalmente em 26 de julho de 1931, a Escola Alemã do Heimtal foi a primeira de Londrina, e estava localizada na área rural, onde lecionou o professor Richard Blumberg, entre outros. A segunda foi a Escola Japonesa, criada em 1º de julho de 1933, com uma turma de 24 alunos e a professora Thoshiko Zakogi. Esta escola funcionava na sede da Associação de Japoneses, e muitos a consideram como a primeira de Londrina porque estava localizada no perímetro urbano. Também no centro de Londrina, outro grupo de alemães fundou uma segunda escola, em 28 de julho de 1934.

O ensino em língua portuguesa só começaria com a chegada de Remy Duszczak, que solicitou à CTNP um terreno para sua “escolinha” em 1933. A empresa cedeu um salão de madeira na avenida Paraná e ali lecionaram Duszczak e Luis Vergese Dutra. Dois anos depois, a escola foi passada para a professora Mercedes Camargo Martins Madureira, esta oficialmente considerada a primeira professora da cidade.

Em 11 de julho de 1936, o então prefeito Willie Davids lançou a pedra fundamental do Grupo Escolar de Londrina, inaugurado em 14 de julho de 1937. A escola era sucessora da “escolinha” e foi inaugurada na Rua Pio XII, onde funciona até hoje como Grupo Escolar Hugo Simas. Logo após sua criação, 587 alunos estavam matriculados. O primeiro mestre e diretor do colégio foi Antenor Henrique Monteiro.

No mesmo ano do lançamento do grupo escolar, chegou a Londrina um grupo de freiras vindas de Vallendar (Schönenstatt, Alemanha) e procedentes de Jacarezinho, onde lecionavam desde 1935. A pedido do padre Erasmo Rabb, o grupo fundou a Escola Mãe de Deus (3 de março de 1936), em uma sala também cedida pela CTNP na rua Minas Gerais, onde fica hoje o edifício Palácio do Comércio, no centro da cidade.

A demanda por escolas crescia, pois em 1937 a população urbana com até 12 anos era de 3.609 crianças, segundo o Serviço de Estatística da Prefeitura de Londrina (BONI, 2004, p. 198). Considerando essa necessidade, em 1939 o médico Jonas de Faria Castro deu início à construção de mais uma escola, o Ginásio Londrinense, que passou a funcionar em 1941.

Educação para crianças, lazer para os adultos. Nos primeiros anos, as opções de diversão para os moradores se restringiam às quermesses e bailes nos clubes e na Casa Sete.

Esta última, localizada na região central, próxima à igreja matriz, era a residência dos solteiros da companhia e nela moravam George Craig Smith, Bernardino Schneider, Luiz Estrella e Eugênio Larionoff. Ficou famosa pela quantidade e qualidade de festas que oferecia, especialmente jantares sociais, para os quais os anfitriões faziam questão de se vestir a caráter (smoking).

Outra opção de diversão era o Clube Redondo, salão de danças em formato circular frequentado pelos políticos e ricos da cidade na década de 1930. O clube foi construído pela prefeitura, próximo às Casas Catharinenses, e foi inaugurado em 1934 ou 1935.

Para os pobres e negros existia o Clube Quadrado, localizado na rua Santa Catarina, entre as ruas Minas Gerais e Mato Grosso. Fundado em 1939, tornou-se após alguns anos “Sociedade Beneficente Princesa Isabel” e mais tarde, por motivo de aliança formal com a classe trabalhadora da cidade e sugestão da direção política, adotou o nome de Associação Recreativa Operária de Londrina (BORGHI; DINIZ, 2010, p. 4).

Para além da linha do trem, nas imediações da rua Rio Grande do Sul, estabeleceu-se a zona boêmia da cidade, com bordéis, bares e pensões. “A zona do meretrício nasceu sob o signo de uma dupla marginalização: uma segregação espacial em relação ao ‘centro’ ou à urbs propriamente dita; e uma marginalização social de seus habitantes – e mais evidentemente das meretrizes [...]” (BENATTI, 1996, p. 104). A partir de 1948, os bordéis foram fechados pelas autoridades, por estarem em pleno centro da cidade, e transferidos para a Vila Matos, um pouco mais afastada.

Para a prática de esportes como o tênis, os ingleses e funcionários da Companhia de Terras fundaram o “Londrina Tênis Club”, o primeiro da cidade, localizado no terreno da atual Biblioteca Pública Municipal. Constituíam-se de duas quadras de tênis. Com o crescente número de adeptos, entre eles brasileiros, foi construída uma nova sede em 1947.

O cinema, ainda mudo, chegou em 1933, de acordo com Boni (2004, p. 92), com a inauguração do Cine Teatro Nacional, na rua Duque de Caxias, entre as ruas Santa Catarina e Maranhão. Porém, de acordo com Freitas e Bartelli Júnior (2006, p. 8), não há registros concretos da existência dessa sala, além dos relatos de pioneiros de que teria funcionado na pensão de Misael de Almeida e também servia como clube de dança e patinação.

Na rua Quintino Bocaiuva, o Sr. Augusto Caminhoto inaugurou o Cine Londrina em 28 de julho de 1934, precisamente em frente à praça Jonas de Faria Castro, ao lado do local onde funcionava sua máquina de beneficiar arroz. O primeiro filme exibido foi Daniel na Cova dos Leões, “filme mudo, sonorizado pela presença de um acordeonista e um violinista, alemães do Heimtal”. (FREITAS; BARTELLI JÚNIOR, 2006, p. 9). Muitos pioneiros afirmam ter recordação de que nos primeiros anos o vapor da máquina de arroz é que gerava a energia para a sala de filmes. Nas décadas seguintes, o local mudou de nome várias vezes: foi Cine Avenida nos anos 1940 e, homenageando a nova capital, tornou-se Cine Brasília nos anos 1960.

A terceira sala, a mais estruturada e que tinha luz elétrica, foi implantada em 26 de abril de 1938: o Cine São José, na rua Minas Gerais, entre as ruas Maranhão e Sergipe. O cinema era mais um braço da Empresa de Cinemas Botucatu, de propriedade de Emilio Pedutti, e que, nas décadas seguintes, acabaria se consolidando como a maior empresa distribuidora de filmes do norte do Paraná e sul de São Paulo. Garotos distribuíam folhetos com a programação em troca da entrada, porém a sala encerrou atividades no final dos anos 1940³⁵.

O quarto ponto de exibição foi inaugurado na atual avenida Rio de Janeiro, entre avenida Paraná e rua Sergipe: o Cine Theatro Municipal, de Satoro Nishiyama (16), que também era proprietário de uma máquina de arroz na rua Santa Catarina.

16. Bilhete de entrada do Cine Theatro Municipal.
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Nos anos seguintes foram fundados nove cinemas, entre eles outro Cine Londrina, na avenida Paraná em frente à praça Gabriel Martins, em 1946, do médico Ernesto

³⁵ Meses antes de fechar as portas, o Cine São José recebeu fortes críticas do jornal *Paraná-Norte*. O periódico dizia que o cinema funcionava “sem oferecer conforto algum aos seus frequentadores, exibindo fitas do tempo dos Affonsinhos e que toda hora arrebetavam”. (UM BOM..., 1939, p. 4)

Brito Cavalcanti de Albuquerque (FREITAS; BARTELLI JÚNIOR, 2006, p. 10), com capacidade para 2 mil pessoas, “e mais tarde o Cine Ouro Verde, na praça Willie Davids. As salas estavam sempre cheias, fazendo um filme permanecer uma semana inteira em cartaz.” (BORTOLOTTI, 2007, p. 41)

4.6.2. Religião e Saúde

A fé marcou o início da colonização com um fato curioso. Mesmo sendo o Brasil um país predominantemente católico, a fundação da igreja metodista na cidade se deu alguns meses antes da católica, em 4 de dezembro de 1933, na avenida Rio de Janeiro, onde funciona até hoje.

No ano seguinte, em 9 de março, chegou à cidade o bispo de Jacarezinho, D. Fernando Taddei, “que trouxe consigo os padres Erasmo Raabe, superior dos palotinos, e Carlos Dietz, que seria nomeado o primeiro vigário da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus”. (BONI, 2001, p. 164). Em 11 de março foi criada oficialmente a Paróquia, e a igreja demorou cinco meses para ficar pronta, sendo inaugurada em 19 de agosto de 1934.

Outra igreja protestante, a presbiteriana, deu início a suas reuniões semanais em 15 de dezembro de 1932, quando a comunidade fundou a escola dominical, cuja sede seria a mesma das reuniões religiosas. Em 1933, o pastor de Ipê (SP), Jonas Dias Martins, esteve na cidade para dar início à organização da congregação e em setembro de 1937 as instalações do templo ficaram prontas. Já a igreja luterana promovia as primeiras reuniões em casas de família, e em 1932 formou oficialmente a Comunidade Luterana do Heimtal, no núcleo de colonização alemã afastado da cidade. Em 1934, foi constituída a Comunidade Luterana da avenida Rio de Janeiro, com cultos em casas e a posterior inauguração do templo de madeira em 1936, em terreno doado pela Companhia.

A colonizadora foi também responsável pela construção do primeiro hospital da cidade, o Hospitalzinho, em 1933. O clima quente e úmido era propício à proliferação de mosquitos e doenças como a febre amarela, febre tifoide e pneumonia. Localizado na alameda Manoel Ribas, o Hospitalzinho era uma casa de madeira com sete leitos, três quartos e uma sala de operações, e seu primeiro médico foi o alemão Kurt Peter Müller.

Em 1936, alguns pioneiros, comandados por Arthur Thomas, Willie Davids e Antônio Camargo Ferraz, fundaram uma sociedade beneficente, depois denominada Irmandade da Santa Casa de Londrina, com o objetivo de construir um hospital para atender a população. A inauguração se deu onze anos depois, em 7 de setembro de 1944.

A primeira farmácia a ser oficialmente instalada em Londrina, em 1934, estava localizada na esquina da atual rua Maranhão com a avenida Rio de Janeiro, e pertencia a Prisciano Gurgel de Macedo. “Mais tarde, a farmácia foi adquirida pelos sócios farmacêuticos Benjamin Hosken e Pedro Nolasco da Silva, que lhe deram o nome de Farmácia São João.” (YAMANE; OLIVEIRA, 2012, p. 56)

No mesmo ano, foi instalada a Farmácia Gomes (17), de Daniel Gomes Leme, primeiro numa residência de madeira, na esquina da rua Minas Gerais com a rua Piauí, mas logo mudou-se para a mesma rua, entre a Sergipe e a Maranhão. “A terceira, a Maria Izabel, localizava-se inicialmente ao lado das Casas Pernambucanas [na avenida Paraná], mudando-se depois mais para o meio da quadra.” (ALMEIDA, 1995, p. 155)

17. Anúncios reproduzidos no jornal *Paraná-Norte*.
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em dezembro de 1935, a cidade enfrentou um surto de febre amarela, identificado após a primeira morte. Segundo Coutinho (1959), a nacionalidade e as circunstâncias da morte não chegaram a ser conhecidas ao certo. Contradizendo o jornalista, Zortéa (1975, p. 158) afirma que a vítima foi o Dr. Grohalla, tchecoslovaco, que permaneceu pouco tempo na cidade e, estando doente, faleceu em São Paulo. Arthur Thomas mandou material recolhido para análise, que apresentou resultados conclusivos. Foi organizada, por esse motivo, uma missão para percorrer a mata e vacinar a população. Também foi instalado

um laboratório para o preparo da vacina. A epidemia foi debelada, porém 32 pessoas morreram.

4.7. CENÁRIO MUNDIAL

O século XX começou em clima de tensão em todo o mundo. Até então, o mundo vivia a euforia da *Belle Époque* e os países industrializados, orientados pela lógica do lucro capitalista, acreditavam que deviam disseminar seus paradigmas às nações não desenvolvidas. A relação entre os países era permeada pela exacerbação do nacionalismo, por tensões e disputas por territórios – leiam-se fontes de matérias-primas e mercados consumidores.

Depois de 1905, começou a se configurar um sistema de alianças entre as nações, através de acordos políticos e militares. De um lado, a Tríplice Entente – formada por Rússia, França e Inglaterra –, e, de outro, a Tríplice Aliança – composta por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália. Depois de vários incidentes diplomáticos, o estopim que deu início à Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, possível herdeiro do Império Austro-Húngaro. O conflito começou em 28 de junho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918.

Em 1917, os russos abandonaram a Entente devido à Revolução Russa³⁶. Em abril desse ano, os Estados Unidos entraram na guerra ao lado de França e Inglaterra, e em 29 de setembro de 1918 foram iniciadas as negociações para a rendição da Tríplice Aliança. Na Alemanha, a monarquia foi substituída pela República de Weimar e o Império Austro-Húngaro entrou em colapso, sendo dividido em repúblicas independentes.

Entre as reivindicações da Entente estava a devolução à França da Alsácia-Lorena, que pertencia à Alemanha. Em junho de 1919, os países assinaram o Tratado de Versalhes, que determinava essa e outras medidas de reparação da guerra contra os vencidos, como novos limites territoriais, perda de direitos de exploração de colônias e pagamento de indenizações.

³⁶ A Revolução Russa culminou na ascensão dos bolcheviques ao poder e posteriormente o comunismo se espalhou por países do leste europeu, dividindo o mundo em dois grandes blocos: capitalistas e comunistas.

A França, inquieta com um possível despertar do “inimigo hereditário”, impõe condições extremamente severas ao vencido da guerra, que é julgado à revelia: proibida de sentar-se à mesa de negociações, a Alemanha não tem opção senão desempenhar o papel de delinquente internacional. [...] A Alemanha deverá ceder a Alsácia-Lorena à França e todas as suas colônias aos Aliados [...] deverá ainda reduzir seu exército a cem mil homens, e pagar 269 milhões de marcos-ouro em reparações dos danos de guerra. (ISNENGHI, 1995, p. 132)

A destruição nos países europeus fez emergir novas potências mundiais: Japão e Estados Unidos. O endividamento da Alemanha e os encargos que deveria pagar seriam algumas das causas da ascensão de Hitler ao poder, nos anos seguintes. Adicionaram-se aos valores altíssimos a humilhação que sofreram os países da Aliança. A Itália, que “mudou de lado” em 1915, “também se sente, e não sem razão, tratada como prima pobre de seus aliados. Ela não recebeu nenhum mandato sobre as antigas colônias alemãs. [...] O fascismo nasce na Itália, outro fruto do nacionalismo ferido [...]” (ISNENGHI, 1995, p. 133)

Na década seguinte, em 24 de outubro de 1929, a quebra da bolsa de Nova Iorque provocou um desastre econômico nos Estados Unidos que atingiu toda a economia mundial, intensificando o clima de tensão que existia na Europa desde o fim da Primeira Guerra. Para o Brasil, um dos efeitos sentidos foi a diminuição das exportações para os Estados Unidos, principalmente do café, que sofreu queda drástica.

A crise econômica mundial e o Tratado de Versalhes – com as altas dívidas e a humilhação sofrida pelos derrotados – são apontados como grandes causas da Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939. A invasão da Polônia pela Alemanha deflagrou o conflito, que colocou de um lado os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão³⁷ – e do outro, os Aliados – Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Quando deflagrada a Segunda Guerra Mundial,

a Inglaterra passou a necessitar de recursos em escala cada vez maior para fazer face às suas imensas despesas. Por isso o governo britânico adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no Exterior. Semanalmente, a imprensa de Londres publicava uma lista de empresas oferecidas à venda em todo o mundo. (CMNP, 1975, p. 97)

³⁷ A ascensão dos regimes totalitários – fascista na Itália e nazista na Alemanha –, sua política de expansão territorial e o fato de o Japão ter tomado territórios na região da Manchúria, entrando em conflito com a União Soviética, fizeram com que esses países selassem uma nova aliança.

Destarte, a Companhia de Terras Norte do Paraná e a estrada de ferro foram colocadas à venda e um grupo de investidores liderado por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho considerou vantajoso o negócio proposto pelos ingleses. “A totalidade de ações foi absorvida por quatro grupos – Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio –, dos quais somente o primeiro podia ser considerado ligado à situação política vigente.” (CMNP, 1975, p. 99)

As negociações se arrastaram até fevereiro de 1944. “Todo o patrimônio da Companhia de Terras e da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná foi vendido por 1 milhão e 520 mil libras esterlinas.” (SCHWARTZ, 2009, p. 239). A Companhia de Terras passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), e apesar da mudança da origem do capital, a estratégia de ocupação da região permaneceu inalterada, com diversificação de atividades como investimentos em setores comerciais e industriais (RAZENTE, 1984, p. 126). A mudança consta na ata da 25ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Terras, realizada em 8 de fevereiro de 1951, conforme arquivo da Junta Comercial de São Paulo nº 50.600, de 6 de março de 1951.

4.7.1. Enquanto isso, no Brasil

Nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil passou por muitas transformações. A produção cafeeira atingiu seu auge, as classes trabalhadoras passaram a reivindicar a legislação trabalhista, ocorreu a Semana de Arte Moderna, configurou-se o movimento tenentista e a Coluna Prestes, e foi fundado o Partido Comunista Brasileiro.

Em 1930, a eleição presidencial foi vencida pelo paulista Júlio Prestes de Albuquerque, resultado contestado por parte da população brasileira, principalmente pelos estados de Minas Gerais – já que segundo a política do café com leite, deveria ser eleito um mineiro – e do Rio Grande do Sul, que teve seu candidato derrotado. O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, foi o estopim para a Revolução de 30, que conduziu ao poder o candidato derrotado Getúlio Vargas.

Quando, em 9 de julho de 1932, teve início a Revolução Constitucionalista, por meio da qual as elites paulistas - as classes mais favorecidas pelo sistema que vigorou na

Primeira República - pretendiam retomar o domínio político que haviam perdido com a Revolução de 1930, as divisas com o estado de São Paulo foram fechadas, gerando desabastecimento e impedindo a passagem de compradores e de famílias em direção a Londrina, embora houvesse “aquelas que conseguiam passar, mas as mudanças ficavam retidas em Ourinhos”. (SCHWARTZ, 2009, p. 214)

Vargas governou por decretos até 1934, ano em que foi eleito presidente constitucional pelo Congresso. Em 1937, no entanto, proclamou o estado de exceção, proibiu todas as organizações políticas, dissolveu o Congresso e declarou o Estado Novo, sistema de caráter ditatorial, totalitário e corporativista, cujas principais características eram a centralização política, o anticomunismo, a repressão política e a censura à imprensa.

Até a década de 1940, as ações nacionalistas de Vargas encobriam o caráter fascista de seu governo e ministérios, pois

[...] qualquer atitude de simpatia do governo Vargas pela experiências alemã e italiana corria risco de ser considerada como uma forma de alinhamento político, devendo ser tratada com muita diplomacia e “neutralidade”, jogando ora com um ora com outro pólo de força (Alemanha e EUA), de forma a encobrir qualquer afinidade ideológica. (CARNEIRO, 2001, p. 76)

Em 1942, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos norte-americanos, gerou uma contradição interna. “Externamente combatia-se o nazi-fascismo, defendendo-se a democracia, e, internamente, convivia-se com um Estado autoritário.” (BERCITO, 1990, p. 15). Com o posicionamento do Brasil contra o Eixo, ocorreu uma mudança no discurso quanto à imigração mantido até então, que buscava agradar ambos os lados, Estados Unidos e Alemanha.

Entretanto persistem, nas entrelinhas, os mesmo valores racistas agora diluídos pelos princípios pan-americanistas. Os textos encontrados nos exemplares da *Revista de Imigração e Colonização* referem-se a uma população faminta e desamparada, tratada como “nossos irmãos desgraçados” ou como a “esculhama da guerra”, cuja necessidade de espaço e melhores condições de vida os levariam a procurar o Brasil atraídos pela grande extensão de território vazio”. (CARNEIRO, 2001, p. 261)

O estado de emergência, instaurado com o Estado Novo, ampliava os poderes do presidente, permitindo que seus representantes entrassem à força nas casas, prendessem indivíduos supostamente desfavoráveis à forma de governo vigente e os banissem do país.

No período da Segunda Guerra, essas ações se estendiam para os “inimigos do Eixo” e seus descendentes, mesmo que de maneira velada.

Outra série de medidas, decretos e leis foi estabelecida, restringindo as atividades de descendentes alemães, italianos e japoneses no país. E durante os dois últimos anos do Estado Novo (1943-1945), “Vargas teve suficiente largueza de visão para perceber que a sua ditadura não poderia sobreviver à guerra. O seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada próxima do fascismo na Europa [...]” (SKIDMORE, 1982, p. 62)

No início de 1945, os protestos da população “começaram a permear através da cortina de censura” (SKIDMORE, 1982, p. 73). Vargas foi deposto em 29 de outubro e nas eleições realizadas em 2 dezembro de 1945 quem venceu foi o ex-ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra.

4.7.2. Restrições aos Imigrantes

No início do século XX, os imigrantes que se dirigiram ao Brasil eram basicamente filhos de agricultores que buscavam uma vida melhor. Com o nazismo e as perseguições políticas, religiosas e raciais, começaram a vir para o país políticos, religiosos, judeus e profissionais liberais alemães com cursos universitários. Muitos deles dirigiram-se ao norte do Paraná, resultado da intensa propaganda da CTNP na Europa.

Em 1934 iniciou-se na Alemanha uma restrição à emigração. Até então, o valor que cada emigrante podia levar consigo era de dez mil marcos. Com a restrição, esse valor caiu para dez marcos. Isso os impediria de levar os recursos necessários para iniciar uma nova vida em outro lugar. No entanto,

A Companhia de Terras logo encontrou uma solução: a permuta. Como ela precisava de material para levar a estrada de ferro até Rolândia e a Alemanha possuía este material (trilhos etc.), ficou combinado que o dinheiro do imigrante ficaria na própria Alemanha. O imigrante compraria o material ferroviário que a CTNP precisava e em troca recebia títulos que equivaliam a terras em Rolândia. Graças a esta forma de permuta, a colonizadora conseguiu o prolongamento da estrada de ferro até Rolândia. (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p. 71)

No Brasil, a temática da eugenia da raça, defendida por Hitler na Alemanha, extrapolou os discursos acadêmicos,

eclodindo em calorosos debates na Câmara Federal, quando da elaboração das emendas para a Constituição de 34. *Eugenia e nacionalismo* já eram postulados imprescindíveis à política imigratória desde 1933, quando um grupo de parlamentares decidiu formar uma forte corrente de pressão na Assembléia Nacional Constituinte. (CARNEIRO, 2001, p. 61)

Com o retorno da Igreja ao cenário político brasileiro na década de 1930, valores e pensamentos antijudaicos também começaram a ser disseminados. Segundo Carneiro (2001, p. 69), uma campanha antissemita de entrelinhas cresceu, permeando os discursos nacionalistas dos movimentos de direita (conservadores católicos), de extrema-direita (integralistas) e dos governantes, que se deram as mãos na luta contra o comunismo e o judaísmo, inimigos comuns, reconhecidos pela tradição político-social brasileira. O Brasil passou a adotar medidas restritivas em nome da “construção de uma *nação forte*, de uma *raça eugênica* e de *proteção aos sem trabalho*”. (CARNEIRO, 2001, p. 105)

Segundo Carneiro (2001, p. 183), o antissemitismo que se manifestou no Estado Novo era político, pois serviu aos interesses do governo que antes da eclosão da Segunda Guerra procurou manter boas relações com os países do Eixo, especialmente com a Alemanha, sem opor-se abertamente aos Estados Unidos.

Em função do nacionalismo preconizado por Vargas, um grupo de parlamentares defendia a emenda que propunha “a dissolução dos quistos raciais nipônicos e germânicos, considerados como um perigo militar e que se encontravam organizados entre nós, contra o Brasil e contra a América”. (CARNEIRO, 2001, p. 61). A proposta, que também vedava a entrada do negro e do amarelo no Brasil, “por considerá-los inconvenientes à formação de ‘uma nacionalidade eugenicamente sadia, educada e feliz’, provocou a interferência do embaixador do Japão no Brasil, que solicitou aos líderes da corrente que a medida perdesse o caráter de exceção”. (CARNEIRO, 2001, p. 62). Assim, as cotas de imigração foram estendidas a todas as raças.

Dessa maneira, em 1934 foi aprovada a emenda conhecida como “lei das cotas” e a Constituição de junho de 1934, no artigo 121, determinou restrições à entrada de imigrantes estipulando limite anual para cada nacionalidade.

O resultado final deste debate foi o art. 121 §§ 6º e 7º, da Constituição de 1934, que impunha restrições à entrada de imigrantes no território nacional garantindo “a integração étnica”. A corrente de imigração de cada país não deveria exceder, anualmente, “o limite de dois por cento sobre o número total de respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. O § 7º vedava a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional, com o objetivo de evitar a formação de quistos raciais. (CARNEIRO, 2001, p. 64)

Essa campanha de nacionalização tinha como objetivo oficial diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar sua integração à população brasileira. As restrições, no entanto, iam ao encontro do objetivo de “homogeneizar a população”. Assim, o regime ditatorial de Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto educacional e de um projeto contra a entrada de estrangeiros, em prol ‘do abasileiramento dos núcleos de colonização’.” (CARNEIRO, 2001, p. 78)

O caráter nacionalista do Estado Novo cresceu em função da guerra, e foi criado um imaginário sobre a existência de espiões, que poderiam estar em qualquer lugar. Mesmo antes do início do conflito, em 22 de maio 1939, a revista norte-americana *Life* publicou em sua seção “Ensaio fotográfico” o conjunto de fotografias intitulado “Brasil – terra de oportunidade para estrangeiros” (BELÉM, 2011). Muitas das fotos retrataram imigrantes, estabelecimentos e símbolos ligados aos países que naquele momento já formavam o Eixo – Japão, Itália e Alemanha –, indicando, indiretamente, para um vínculo desses grupos, que residiam no Brasil, com seus países de origem (APÊNDICE D).

O fortalecimento dessa associação no imaginário popular, somado aos atos de repressão aos imigrantes e seus descendentes, resultou no apoio parcial da população às medidas do governo. Imaginava-se, principalmente, que as colônias japonesas obedeciam a um plano de dominação e invasão do território brasileiro, elaborado pelo governo imperial japonês (LESSER, 2001, p. 236).

Em seu livro “Guerra sem guerra”, Roney Cytrynowicz (2000, p. 18) buscou recuperar a história paulista e brasileira vivida sob a Segunda Guerra Mundial, bem como sua memória coletiva, tendo como perspectiva as políticas de mobilização do governo Getúlio Vargas. Segundo ele, no início de dezembro de 1944,

poucas semanas após os cinemas de São Paulo terem exibido o *Perigo Amarelo*, com Bela Lugosi (“o mestre do terror contra os traçoeiros agentes japoneses”, como o filme era anunciado), o jornal *Correio Paulistano* alertou que a cidade estava se defrontando pela primeira vez com a figura do “torpedeiro suicida da

armada japonesa". A imagem não poderia ser mais aterrorizante para designar um novo tipo urbano que surgia não nos confins de alguma metrópole do Pacífico em guerra, mas nas ruas centrais de São Paulo. [...] Havia, é verdade, a permanente propaganda em torno da ameaça de uma suposta iminente invasão japonesa pelo litoral de São Paulo, mancomunada com a suposta quinta-coluna local. (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 84-85)

Segundo Takeuchi (2002, p. 32), uma série de expressões era utilizada para designar os imigrantes provenientes de países inimigos na guerra, como “súditos do Eixo”, ‘apátrida’, ‘conspiração’, ‘refugiado’, ‘quinta-coluna’. Essas expressões trouxeram conseqüências traumáticas para a sociedade civil de forma geral e para cada cidadão estigmatizado em particular.”

Instalou-se um clima de tensão no Brasil, que Márcia Takeuchi (2002) chamou de “geopolítica do controle”, na qual as pessoas eram constantemente vigiadas e removidas de áreas consideradas estratégicas.

No Paraná essa lógica também foi seguida, pois de acordo com Kimura (2006, p. 93), em 25 de setembro de 1942, “alemães, italianos e japoneses receberam a ordem de evacuação, em menos de 24 horas, de toda área até 60 km da costa marítima”. Além disso, muitos deles perderam suas terras, que foram confiscadas pelo Governo assim que o Brasil entrou na guerra.

Os núcleos coloniais constituíram-se no alvo predileto dessa política supnacionalista de Vargas que impregnava todo o país. Pela sua visibilidade étnica “diferente” passaram à categoria ideológica de “quisto social” – algo anormal, doentio, estranho ao organismo nacional. Toda a decantada vocação assimilacionista da sociedade brasileira consubstancia-se, nessa época, numa política repressora contra os então chamados súditos do “Eixo” e as suas comunidades étnicas. (PEREIRA, 2000, p. 14)

Em Londrina, tanto os alemães como os japoneses sofreram com as restrições impostas pelo governo. Suas escolas, onde ensinavam na língua materna e tentavam manter certos hábitos e tradições, foram fechadas. Para impedir a aglomeração de indivíduos de uma mesma nacionalidade, o Governo instituiu o Decreto-Lei nº 406 de 1938, que dizia:

Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia, será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade. Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25%) de cada nacionalidade estrangeira. Na

falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses.³⁸

Imigrantes precisavam de autorização para viajar dentro do país (salvo conduto), documentos, livros e revistas podiam ser apreendidos e aqueles que conversassem em outras línguas podiam ser presos. Além da proibição de se comunicar em língua estrangeira, o Capítulo VIII (Concentração e Assimilação) do Decreto-Lei nº 406 dizia: “Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro”³⁹.

Por essas razões, em 30 de dezembro de 1943, Rolândia passou a se chamar Caviúna⁴⁰ e Nova Dantzig tornou-se Cambé, como permanece até hoje. Somente em 1947 é que Caviúna voltou ao antigo nome, Rolândia. Estabelecimentos tiveram de mudar de nome e algumas empresas foram confiscadas pelo governo.

Durante a guerra, as restrições também atingiram os brasileiros, visto que muitos produtos passaram a ser racionados. O trigo era importado da Argentina e a produção de açúcar estava toda comprometida para a exportação. Para cada família havia uma cota para o consumo desses produtos, assim como de combustível para automóveis. O querosene, que era muito usado nas lamparinas para iluminação das casas onde não existia energia elétrica, também foi racionado. Em Londrina, os mais atingidos foram os moradores da área rural.

4.8. O “OURO VERDE” E A BUSCA PELO ELDORADO

A colonização de Londrina e do norte do Paraná está intimamente ligada à cultura do café. Segundo Pozzobon (2006, p. 23), o cultivo do café no estado começou em meados do século XIX e “se considerarmos que o Paraná fez parte da província de São Paulo até 1853, sua história tem origem e ligação econômica com o estado de São Paulo pelo estabelecimento de uma relação de complementaridade e dependência”.

³⁸ Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=406&tipo_norma=DEL&data=19380504&link=s. Acesso em: 23 nov.2011.

³⁹ Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=406&tipo_norma=DEL&data=19380504&link=s. Acesso em: 23 nov.2011.

⁴⁰ Nome de uma árvore abundante na região.

Assim, o norte do Paraná foi colonizado como prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo. E os barões do café, com a lucrativa atividade, passaram a representar uma grande força econômica e política na nação (SANTOS, 1975). Segundo Rodrigues (2004), seus ganhos muitas vezes eram reinvestidos em outras atividades, como a construção de estradas de ferro, empresas de eletricidade e companhias de gás. A possibilidade de ampliar suas plantações em novas terras fez com que, a partir de 1900, esses cafeicultores comessem a se direcionar para o norte do Paraná.

O cultivo do café se iniciou em escala apreciável no Paraná por volta de 1860. Nessa ocasião, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do Estado, que se conhecia como Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Como decorrência desses fatos, eram escassos os vínculos dessa região com o restante do Estado. Tanto o escoamento dessa produção quanto o abastecimento da região com os gêneros nos quais ela não era auto-suficiente se faziam pelo Estado de São Paulo. Seria somente a partir de 1924 que essa região começaria a se integrar de forma mais consistente à economia paranaense. (OLIVEIRA, 2001, p. 33)

Anos antes (1856), os primeiros registros indicam que frei Timóteo de Castelnuovo, italiano, teria sido o primeiro a plantar um pé de café na região norte do estado, na localidade hoje correspondente a Jataizinho - cidade vizinha a Londrina (POZZOBON, 2006). Porém, foi só no início do século XX que a produção e exportação do estado tornaram-se representativas (TABELA 4), e o café chegou a estar presente em cerca de 200 municípios.

Para a pesquisadora Nadir Cancian (1981), a fase inicial da cafeicultura no Paraná já apresentava algumas preocupações, pois uma das explicações para o incentivo do estado à cultura do café era a necessidade de arrecadar mais impostos, visto que a cultura de erva-mate havia entrado em declínio.

Em 1906, a produção brasileira de café ultrapassava o consumo mundial. Os grandes estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) decidiram então firmar um acordo, o Convênio de Taubaté. Entre as medidas tomadas estava a manutenção da oferta equiparada à procura, o financiamento da compra de excedentes, e o não plantio por cinco anos (POZZOBON, 2006, p. 33).

O acordo durou até 1917, gerando o enriquecimento do setor e o acúmulo de excedentes, comprados pelo governo federal até 1920. Em 1918 uma geada fez com que os preços subissem. Na década seguinte, em nova fase de preços baixos, o governo federal interveio adquirindo mais sacas.

Cancian (1981) delimita três momentos da cultura cafeeira no estado. O primeiro compreende ao período de 1906 a 1929, quando a cafeicultura paranaense apresentava as mesmas características da paulista, e as intervenções do governo federal acabaram por impulsionar o cultivo no estado, com a busca de novas terras e a presença de frentes pioneiras. O crescimento das regiões destinadas à cultura se deu também por fatores como a fertilidade do solo, o clima, a facilidade de aquisição de terras e o escoamento da produção através da malha ferroviária, que começava a se desenvolver.

Em 1929, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, a demanda do café diminuiu e os preços caíram 80%, o que perdurou até 1940 (POZZOBON, 2006, p. 35). Até 1933, quatro grandes safras geraram acúmulo de estoques e em 1932 o governo federal proibiu novos plantios em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os cafeicultores passaram a ser obrigados a vender 40% da produção para o governo por um preço inferior ao do mercado.

Na safra de 1937/1938 foi permitido exportar apenas 30% da produção, ficando 30% para a quota de retenção e 40% para a de sacrifício. [...] Apesar da conjuntura desfavorável, o Paraná, graças à fertilidade do solo, à aptidão da mão-de-obra e à baixa exigência de capitais, conseguiu expandir progressivamente a produção. (POZZOBON, 2006, p. 36)

Esse momento seria, para Cancian (1981), a segunda conjuntura da cultura no Paraná, entre 1930 e 1944. No restante do país, tratou-se de um período recessivo, com o início do estrangulamento da produção nas regiões paulistas, o que fez com que o governo buscasse novos rumos para a economia. E, se por um lado o Brasil estava enfrentando um abalo econômico, o governo estadual continuou apoiando a colonização e o plantio, pois sabia da existência de terras férteis e baratas, que propiciavam baixos custos de produção.

Os altos investimentos em colonização “levaram o Estado e os grupos interessados a garantir a possibilidade de continuação do plantio de cafeeiros. [...] mesmo numa conjuntura recessiva, houve aumento de produção”. (CANCIAN, 1981, p. 68)

Entre as consequências desse incentivo estão o plantio de pés de café em áreas novas, o fracionamento de grandes propriedades, colonização realizada por empresas

privadas, eliminação de cafeeiros pouco produtivos e queda de investimentos em maquinários de beneficiamento nas propriedades, características das grandes fazendas.

De 1931 até 1943 foram incineradas no país 78 milhões de sacas de café. Após esse período, gradativamente os estoques foram equilibrados, os preços recuperados, e as exportações incentivadas, o que desencadeou um novo interesse pelas terras virgens do estado. Em 1961 existiam 119.009 propriedades agrícolas no Paraná, das quais 72.337 se dedicavam ao cultivo do café (POZZOBON, 2006, p. 92).

Em Londrina, o cultivo do produto era feito em pequenas propriedades e começou a dar frutos no final da década de 1930. Isto porque a cultura só gera a primeira safra após três ou quatro anos de plantio. Até lá, os colonos se mantiveram com as rendas auferidas da produção de gêneros alimentícios e algodão. Contavam com a mão-de-obra familiar e com uma produção destinada ao mercado local.

Nos anos 1940, as atividades do plantio do café voltaram a atrair o agricultor, com o crescimento da cafeicultura no norte do Paraná e em especial em Londrina. Arias Neto (1998, p. 102) afirma que a região caracterizou-se como o “Eldorado cafeeiro”, de onde nascia o “ouro verde”. A propaganda da CTNP já disseminava a ideia do Eldorado desde o início da colonização.

Em 1934, a fama da região logo transpôs suas próprias fronteiras no Tibagi e as do estado em todos os quadrantes, rapidamente se divulgou pelos rincões brasileiros e ultrapassando as lides nacionais, ecoou no Exterior como sendo a “Terra Prometida”, o lendário “Eldorado” sul-americano. Eis porque, entre seus pioneiros, se encontram representantes das várias raças humanas e de inúmeras nações mundiais. (CMNP, 1975, p. 255)

Segundo Benatti (1996), foram utilizados os termos “Nova Canaã”, “onde o maná é o café” e “Eldorado”, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo. Essas representações “do fausto surgente – imagens positivas de um progresso que, conforme apregoava uma metáfora de época, acordava o sertão de seu sono histórico – terminaram por criar uma reputação de riqueza geral e irrestrita sobre as terras novas e suas nascentes e prósperas cidades”. (BENATTI, 1996, p. 59)

Para Arias Neto (1998, p. 111), a representação da região como “Terra da Promissão” foi buscada pela loteadora e possibilitou a construção de uma identidade regional, permeada pela racionalidade e positividade, que permitiu uma legitimação social

de suas ações, fazendo com que seus interesses privados fossem tomados como públicos. “[...] os significados vão se superpondo e configurando a nova *persona* do capital no norte do Paraná, legitimando o empreendimento capitalista ao revesti-lo com a máscara do progresso.”

Araújo (2005, p. 153) afirma que, durante todo o processo de colonização do norte do Paraná e também depois da sua conclusão, foi construído e reproduzido um ideário “pela Companhia, pelo estado do Paraná, pela historiografia dentro e fora da academia, que procurava apresentar um panorama positivo das ações da companhia em todo o território colonizado”. Segunda a pesquisadora, a divulgação girava em torno da reforma agrária que a empresa teria feito na região. Entretanto, uma lei estadual determinava desde 1916 que as terras colocadas à disposição para colonização deveriam ser repartidas em pequenos lotes.

Outra proposição discutida na reprodução do ideário sobre o processo de colonização é que as terras ocupadas estavam vazias, isto é, que as primeiras populações a habitem o norte do Paraná eram os colonizadores, que “teriam encontrado somente matas selvagens, virgens e, com o trabalho, trariam o desenvolvimento para a região”. (ARAÚJO, 2005, p. 116). Fato é que a região contava com tribos indígenas⁴¹, que foram confinadas aos locais onde vivem atualmente, em diversos municípios⁴². Tomazi (1999) compartilha a ideia e defende em sua tese que a região não foi ocupada e sim (re)ocupada:

A consciência da existência de povos habitando a região de colonização remete a outro fator do ideário criado em torno desse processo de colonização: foi uma colonização tranqüila, sem conflitos, porque se tratava de um território vazio ou, quando havia habitantes, eles eram indenizados pela empresa. Entretanto, ao contrário, houve uma “guerra de conquista” do território que gerou morte, perseguição e expulsão das populações que primeiro tiveram acesso a ele.

A (re)ocupação aconteceu de forma rápida, e o crescimento populacional não se deveu unicamente à estratégia da Companhia. “Com o boom da cafeicultura em meados dos anos quarenta, aquele imaginário fáustico, forjado em parte pela propaganda, autonomizou-se completamente em relação a ela, ao mesmo tempo em que se inflacionou.” (BENATTI,

⁴¹ Em 1925 existiam algumas comunidades indígenas espalhadas pelo norte do estado, como as Kaingang, Guarani e Xetá. Conforme as regiões eram rapidamente ocupadas, essas tribos foram agrupadas de acordo com as etnias e direcionadas para aldeias controladas por militares.

⁴² Em Londrina, a tribo Kaingang foi direcionada para a região do salto do Apucarantina, que está localizada no município de Tamarana, antigo distrito de Londrina. Lá foi criado o Posto Indígena Apucarantina. Segundo Schwartz (2004, p. 8), há dez anos viviam na reserva cerca de 1,3 mil kaingangues.

1996, p. 78). Com o aumento no preço do café, o discurso do Eldorado soou mais forte, e após a nacionalização da empresa e a transferência de seu foco para o norte novíssimo (noroeste do estado), Londrina passou a andar com suas próprias pernas.

A respeito do café, Martins (2013, p. 12) esclarece que, em 1950, “na esteira do pós-guerra, o produto se valorizou na conjuntura definida pela escassez internacional dos grãos. Logo, recrudescu o investimento no café e o governo passou a tratá-lo melhor. Nesse contexto, em 1952, foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC) [...]”

Cancian (1981) define esse período como o terceiro momento do café para o estado, que compreende os anos de 1945 a 1970, caracterizado pela racionalização da cultura e a elevação dos preços, com deslocamento do centro de produção de São Paulo para o Paraná. Londrina passou a ser a cidade com o maior volume de exportação no estado, reforçando a ideia do eldorado nas representações e qualitativos que a imprensa atribuía à cidade no início dos anos 50.

[...]Cidade Milagre, Mina de Ouro do Brasil, Cidade Progresso, Grande Empório, Capital do Norte e Capital Mundial do Café, são os adjetivos mais comuns que acompanhavam ou antecedia o nome de Londrina. Dentre estes, Cidade Progresso, Capital do Norte e Capital Mundial do Café foram os que possuíram a mais longa permanência. Na crônica jornalística, três são os principais critérios que presidiram a construção dessas representações: o número de edificações, a arrecadação municipal e o café [...]. (ARIAS NETO, 1998, p. 147)

Nesse período, a intenção era manter cafezais novos com alta produtividade, o que fez com que na década de 1950 houvesse um grande impulso na produção, que na década seguinte atingiu sua fase mais dinâmica. No norte do Paraná, cada microrregião respondeu de uma maneira: em alguns municípios predominou a cafeicultura, outros investiram em lavouras temporárias e pastagens.

Um hipotético viajante que, em 1950, tivesse percorrido o norte do Paraná, partindo da fronteira com São Paulo, [...] teria visto cafeeiros em declínio e pastagens em algumas áreas, onde já se havia processado erradicação; [...] de Jacarezinho a Londrina, cafeeiros ainda vigorosos em plena produção e outros novos [...]. De Londrina, na direção noroeste, teria visto cafezais em produção [...]. (CANCIAN, 1981, p. 139)

O café possibilitou a instalação de indústrias de torrefação e moagem, favorecendo a oferta de mais empregos nos centros urbanos. Porém, no fim da década de 1950, a cultura mostrou os primeiros sinais de esgotamento, com excesso do produto no

mercado e queda dos preços. As geadas e a política econômica de Juscelino Kubistchek (1955-1961) também estimularam os agricultores paranaenses a mudarem a cultura para a soja, diminuindo substancialmente o número de pés plantados na região.

Era o fim do Eldorado. Entre 1960 e 1970, a cafeicultura enfrentou uma nova crise com o esgotamento do solo, geadas⁴³ e mudanças na economia e na política do país. Londrina passou por um forte processo de urbanização e industrialização. Entretanto, a agricultura continua sendo, até os dias atuais, muito representativa para a economia local.

4.9. O PAPEL DOS BRITÂNICOS NA COLONIZAÇÃO

Conforme apresentado no início do capítulo, a busca por novas terras para produzir algodão e atender à demanda das fábricas têxteis inglesas foi um dos motivadores do empreendimento da *Paraná Plantations Ltd.* no Brasil. Quando chegaram às terras do estado, os britânicos despertaram para a possibilidade de lucrar também com a venda de lotes e não apenas com seus frutos.

“A ‘palavra de inglês’ conferia credibilidade aos empreendimentos” (MARTINS, 2001, p. 13), o que garantiu o retorno de muitos investimentos britânicos no país. Em meados da década de 1920, a Companhia de Terras Norte do Paraná - de capital inglês -, enviou ao Brasil funcionários para dar início à demarcação e venda das terras adquiridas. Segundo Schwartz (2009, p. 224), a colônia inglesa era uma das menores entre os participantes da empreitada, mas a mais ruidosa, “principalmente por conta de George Craig Smith (filho de inglês e de brasileira), o grande animador da Casa Sete⁴⁴. Sapateador,

⁴³ Segundo publicações da época, a geada negra, registrada na madrugada do dia 18 de julho de 1975, foi a mais representativa para a mudança de rumos da economia da região. A edição da revista *Veja* de 30 de julho de 1975 trouxe a geada na capa e falou sobre seus reflexos para Londrina. A *Folha de Londrina* de 19 de julho de 1975 deu a manchete “Não sobrou um único pé de café”. O *Jornal Panorama* de 19 de julho de 1975 informou que “o café foi todo queimado” na reportagem com a manchete “Foi a pior geada”. Em entrevista concedida à autora, Armínio Kaiser (2010), engenheiro agrônomo que atuou no Instituto Brasileiro do Café (IBC) na região entre 1953 e 1989, afirmou que as geadas nas décadas de 60 e 70 foram “as mais chocantes, as pessoas ficavam mais impressionadas”. Entretanto, segundo ele, a erradicação do café foi resultado de vários fatores, como o ataque da doença da ferrugem e o empobrecimento do solo, e no início desse período muitos fazendeiros já queriam se desfazer de suas terras.

⁴⁴ Casa dos funcionários solteiros da companhia em Londrina.

imitador de Hitler, Mussolini e Lon Chaney, ele e Bernardino ('Dino') Schneider estavam sempre juntos, mas numa 'corrida às bebidas', Smith sempre levava a melhor."

Ainda de acordo com Schwartz (2002, p. 11), jornalista e historiador com diversas publicações sobre a cidade, os britânicos preferiam que os chamasses de "british, porque, em maioria, eram naturais da Escócia, um dos países do Reino Unido da Grã-Bretanha. A identificação mais notável para quem os visitasse era a cortesia com o melhor whisky de origem, do qual mantinham estoques."

Entre os nomes importantes para a história de Londrina está o do lorde escocês Simon Joseph Fraser, o 16º Lord Lovat, membro de uma família que residia há 600 anos na Grã-Bretanha. Lovat foi quem "adquiriu aquelas áreas [que seriam colonizadas, no norte do Paraná], pagando aos antigos concessionários – mencionam-se também posseiros –, depois de prévia consulta ao Governo do Estado, que desejava apressar a ocupação do Norte Novo, na década de 20". (SCHAWRTZ, 2002, p. 11)

Lord Lovat, porém, não se fixou na região, que recebeu no período outros ilustres visitantes. Acompanhado de seu irmão, que viria a ser coroado rei George VI em 1937, o príncipe herdeiro inglês Edward visitou o estado em 1931⁴⁵, tendo estado em Cornélio Procópio (a 55 quilômetros de Londrina), pois desejou conhecer as terras da empresa da qual era acionista - a *Paraná Plantations* (AMARAL; MOURA, 2001, p. 39).

Apesar da importância dos britânicos na constituição e desenvolvimento da cidade, sua representatividade numérica era pequena. De acordo com relatório da CTNP, apenas seis lotes foram vendidos para ingleses entre 1930 e 1935.

Talvez o mais importante desses moradores tenha sido Arthur Hugh Miller Thomas, gerente administrativo da CTNP. Nascido em 13 de dezembro de 1889, em Edimburgo, foi repórter num jornal de Leeds (norte da Escócia), transferiu-se para o *Straits Times* de Cingapura e alistou-se na força integrada da Comunidade Britânica no início da Primeira Guerra.

Já no posto de sargento, foi ao front na França, integrando o regimento Seaforth Highlanders. Ferido em combate, duas vezes condecorado por bravura, ao término da guerra ostentou a patente de capitão. A partir de 1919, Thomas administrou a empresa algodoeira do grupo Lovat no Sudão, de onde foi transferido ao Brasil em

⁴⁵ Segundo Martins (2001, p. 18), "a partir da década de 1930, novas estratégias presidiram o convívio anglo-brasileiro, traduzidas por investimento em escritórios comerciais, pela visita oficial de Sua Majestade o Príncipe de Gales no Brasil [...]."

1924. Casou-se, dois anos depois, com Elizabeth, filha do escocês Thomas Muir, diretor de banco em São Paulo. (SCHWARTZ, 2009, p. 225-226)

Mister Thomas, como era chamado, chegou a Londrina com sua mudança em 1930, e sob sua administração a companhia construiu a ferrovia Ourinhos-Cambará, estendendo-a até a cidade. “Coube [...] a Arthur Thomas organizar a Companhia de Terras do Norte do Paraná, com estatutos registrados em 1925, constituindo o maior plano de colonização até então realizado por uma empresa privada no Brasil.” (MARTINS, 2001, p. 17). Ele foi o grande idealizador e executor do plano de loteamento e coordenava as vendas, tendo, muitas vezes, negociado pessoalmente com os compradores.

Em 1940, quando já havia vendido 23,43% das terras e 26,61% das propriedades (SCHWARTZ, 2009, p. 239), a companhia foi colocada à venda, pois a Inglaterra precisava de recursos para a Segunda Guerra (ver item 4.7). Arthur Thomas deixou a loteadora em 1949, falecendo em 1960.

Terminada a conflagração, depois de vencida a batalha de reconstrução e reerguimento econômico do país, os investimentos britânicos foram canalizados para seus grandes domínios, como Canadá, Índia, Austrália, que paulatinamente se tornariam independentes. (AMARAL; MOURA, 2001, p. 40)

Outro nome importante para a colonização foi o de Gordon Fox Rule, apesar da historiografia local pouco citá-lo. Neto de ingleses, nasceu em 16 de agosto de 1898, em São Paulo. Estudou no Colégio São Luiz, antiga Escola Anglo Brasileira, dando continuidade aos estudos na Inglaterra. Trabalhou no Banco de Londres e Brasileiro, em Londres, de 1914 a 1915, quando se alistou na aeronáutica para servir na Primeira Guerra Mundial. Foi capitão e recebeu o diploma de honra ao mérito, tendo retornado ao Brasil em 1923.

Dois anos depois, passou a trabalhar na Companhia de Terras, tornando-se chefe do Escritório Central, em São Paulo. Suas decisões influíram diretamente nos rumos da colonização e na vida da cidade que se formava. Esteve na região várias vezes para acompanhar obras e a abertura de estradas e sobre o que viu numa dessas ocasiões, comentou:

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador de nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser a progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem que todos

queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvimos os índios, mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade. (CMNP, 1977, p. 84)

Em 1936, Rule se casou com Norma Valeska Hacker, de origem alemã, com quem teve duas filhas, e nesse período ajudou imigrantes que se refugiavam no Brasil por motivos políticos. Esportista, foi o responsável pela introdução do *rugby* no país e era jogador de golfe, tornando-se sócio da *British Legion* em São Paulo. Com o início da Segunda Guerra, foi obrigado a deixar o clube de golfe devido a origem de sua esposa, e se mudou para uma área rural em Riacho Grande (SP), vindo a falecer em 10 de junho de 1987.

Gordon Fox Rule foi considerado o primeiro funcionário da loteadora, atuando na venda de terras, formação da rede de infraestrutura e construção da ferrovia na região. Sobre o desenvolvimento da malha ferroviária, Soukef Júnior (2001, p. 23) afirma que a participação britânica,

além de ter sido bastante ampla estimulou o avanço tecnológico, permitindo ao país iniciar seu processo de industrialização. Nos campos cultural e social, a ferrovia, ao unir locais até então isolados levando o progresso e ser o veículo que possibilitava o deslocamento dele, nas palavras de Gilberto Freyre, ao engenheiro inglês uma aura quase mística transformando-o em mágico capaz de dominar o ferro e o aço [...].

O avanço da malha ferroviária foi intenso até o fim da Segunda Guerra. Mas, com a venda e a nacionalização de muitas empresas inglesas, somado o estímulo dado pelo governo Kubitscheck à instalação de fábricas estrangeiras de automóveis no Brasil e a construção de várias e importantes rodovias, o transporte ferroviário entrou em decadência.

4.10. A CHEGADA DOS PRIMEIROS MORADORES

Nas primeiras décadas da colonização, a região de Londrina recebeu um alto número de imigrantes, entre eles crianças e adolescentes, que em 1940 representavam 56% da população. Segundo o Recenseamento do IBGE (1951), o número de habitantes do município com menos de 20 anos nesse período chegou a 42.664. Alguns deles ainda

residem na cidade, tornando possível buscar na fonte oral informações sobre o passado da cidade e região.

Para este estudo foram selecionados 15 desses moradores. A seguir são apresentados alguns dados sobre suas trajetórias de vida, úteis para uma melhor compreensão das informações obtidas nas entrevistas.

4.10.1. Amábile Massaro Thibes Cordeiro

Amábile Massaro Thibes Cordeiro (19) nasceu em 28 de outubro de 1930, na cidade de Serra Negra (SP). Seus pais eram italianos. Seus avós paternos haviam imigrado para o Brasil por volta de 1925 já com oito filhos, e tiveram mais quatro no país. Os avós maternos tinham chegado em 1928 com sete dos nove filhos. Duas filhas casadas ficaram na Itália.

19. Amábile Thibes Cordeiro.

Seus pais, Rodolfo Massaro e Cerisa Giroldo, casaram-se em 1929 em Serra Negra. Eles trabalhavam nas fazendas da região. Seguindo os passos dos avós e tios paternos, a família de Amábile foi para Londrina em 1937. Primogênita, ela já tinha três irmãos.

Em Londrina, seus pais fundaram a Olaria Irmãos Massaro e tiveram mais três filhos. Poucos meses após a chegada a Londrina, um dos irmãos de Amábile, Bruno, morreu de nefrite, com cinco anos. No início, moraram em uma chácara e depois construíram uma

casa na avenida Higienópolis, onde viviam famílias abastadas. Em 1942, seu pai fundou uma serraria e passou a trabalhar como carpinteiro.

Amábile casou-se aos 18 anos com um homem doze mais velho, Lauro Thibes Cordeiro e tiveram nove filhos. Ela trabalhou em um bazar de aviamentos depois de casada, mas, por ciúmes do marido, voltou a ser “dona de casa”. Aos 83 anos, viúva, mora na mesma casa desde 1962.

4.10.2. Amélia Tozzetti

Amélia Tozzetti (20) é neta de italianos vindos de Verona. Seus avós paternos, com quem teve maior contato, chegaram em 1903 no vapor *Las Palmas*. Após anos trabalhando como colonos em fazendas de café pelo interior de São Paulo, fixaram-se em Terra Roxa, no norte daquele estado, onde seu pai Jacintho Tosetti casou-se com Maria Pitarelli. Jacintho trabalhou como empreiteiro com o pai até abrir uma oficina para fabricar carroças. Em Terra Roxa nasceram seus três filhos, entre eles Amélia, em 23 de abril de 1933.

20. Amélia Tozzetti.

A família, incluindo avós e tios, morava na mesma casa, e quando o avô Elias decidiu mudar-se para o norte do Paraná, o pai de Amélia resolveu acompanhá-lo, levando mulher e filhos. Não foi o único: outros seis filhos de Elias foram com ele. Chegaram em 24 de novembro de 1936, e se fixaram na avenida Higienópolis, em uma casa alugada por breve

período. No dia seguinte à chegada, o pai de Amélia conseguiu emprego como carpinteiro na Serraria Pitta, próxima à linha férrea. Tempos depois, Elias comprou uma propriedade na atual avenida Duque de Caxias, onde todos foram morar em janeiro de 1937. Ali abriu uma fábrica de carroças para trabalhar com os filhos, a Oficina Paulista.

Amélia Tozzetti não se casou. Coursou o primário no Grupo Escolar Hugo Simas, formou-se historiadora pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (atual Universidade Estadual de Londrina) e foi professora em alguns estabelecimentos de ensino, incluindo a FAFIMAN – Faculdade de História, Ciência e Letras de Mandaguari (PR). Por 32 anos foi secretária executiva da Associação Médica de Londrina e está aposentada.

4.10.3. Arailde Horibe Ideriha

Uma das primeiras mestiças do país, Arailde Horibe Ideriha (21) nasceu em Antonina (PR), em 5 de junho de 1926. Seu pai Eiquichi Horibe, japonês, chegou ao Brasil casado, no início do século XX, e algum tempo depois perdeu a esposa. Casou-se então com uma brasileira, Maria Gonçalves, o que não era comum na época, e tiveram três filhos.

Arailde cursou o primário e dois anos de ginásio em Antonina, e deixou os estudos por falta de recursos. Durante a Segunda Guerra, ajudou alguns japoneses da cidade que estavam presos em Curitiba, fazendo a ligação entre eles e suas famílias. Nessa época, muitos japoneses e descendentes tiveram de mudar-se para o interior, porque foram proibidos de morar no litoral. Seus pais continuaram em Antonina, pois sua mãe era brasileira.

21. Arailde Ideriha.

Foi em uma das viagens à capital que Arailde conheceu João Ideriha, brasileiro descendente de japoneses que servia o Exército como enfermeiro em Ponta Grossa (PR) e, por causa dessa condição, acompanhava prisioneiros até Curitiba. Nos últimos anos da guerra, ele estava pronto para embarcar rumo à Europa quando foi cortado da lista. Assim que a guerra acabou, João deixou o exército e casou-se com Arailde em novembro de 1945. O casamento foi realizado em Cambé, onde morava a família do noivo. Pouco depois, o casal se instalou em Londrina.

Na cidade, João atuou como farmacêutico e comprou a antiga Farmácia Gomes, localizada na rua Minas Gerais. Três dos cinco filhos que o casal teve nasceram no apartamento do pavimento superior do prédio. Anos depois, a farmácia mudou-se para a rua Guaporé e em seguida para a rua Quintino Bocaiúva, onde hoje está o Hotel Crystal. João Ideriha tinha a fotografia como hobby e era amigo de Haruo Ohara, fotógrafo amador que morou na região e que deixou um conjunto de fotografias hoje reconhecido por sua excelente qualidade e valor histórico. Arailde é viúva e mora com a filha Marly, em Londrina.

4.10.4. Áurea Hadich de Souza

Áurea Hadich de Souza (22) nasceu em Bernardino de Campos (SP), em 8 de janeiro de 1931. Morava em Santa Mariana (PR) antes de ir morar em Londrina, em 1936. “Meu pai era engenheiro de estação, então nós seguíamos de cidade em cidade. Moramos em Cambará, Bandeirantes, Santa Mariana e depois aqui.” (SOUZA, 2012). João Batista Hadich, seu pai, era descendente de alemães, e sua mãe, Maria Isabel Perandre Hadich, de espanhóis.

Eram em cinco filhos e na cidade nasceram outros três, cinco mulheres e três homens. Posteriormente nasceu mais um filho, no estado de São Paulo. Em Londrina, Áurea morou ao lado da estação ferroviária (hoje Museu Histórico Padre Carlos Weiss). A casa foi concedida pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. “Era uma casa muito bonita, toda hora nós descíamos e brincávamos na estrada de ferro. Minha irmã trabalhava no telégrafo.” (SOUZA, 2012)

22. Áurea Hadich de Souza.

Casou-se em 1953 com Alcebíades de Souza, cuja família – os pais e onze filhos – havia chegado a Londrina em 1931, vindo de Tabatinga (SP). A família do marido morava no atual Calçadão, em uma casa de madeira onde mais tarde foi aberta uma loja de tecidos, a Loja Bonfim, onde dois irmãos trabalhavam. Outra casa, para moradia, foi construída nos fundos. “Meu marido foi registrado aqui, os pais deles compraram vários lotes de terras na Rua Sergipe e tinham criação de porcos. Nós brincávamos juntos, na infância. Na estação, minha mãe tinha umas galinhas poedeiras e ele vinha roubar os ovos.” (SOUZA, 2012)

Áurea Hadich de Souza estudou no Colégio Mãe de Deus, trabalhou na Companhia de Terras como secretária e anos depois em uma farmácia. Já casada, trabalhou com seu marido na empresa Transparaná, que vendia veículos. “Meu marido trabalhou lá por 18 anos. Naquele tempo não existiam caminhões cegonheiros e os carros novos eram transportados por terra, um atrás do outro. Ele era o comandante da turma.” (SOUZA, 2012). Tiveram seis filhos (quatro mulheres e dois homens), moram na região central da cidade e estão aposentados. Alcebíades de Souza foi uma das primeiras fontes listadas para esta pesquisa, mas foi vítima de um derrame, o que impossibilitou sua participação no estudo.

4.10.5. Enezila de Lima

Filha de Otávio Campos de Lima, maranhense, e Maria Angélica Janasiewsky de Lima, paranaense de Castro e descendente de poloneses, Enezila de Lima (23) nasceu no

então Distrito de Tamarana, em Londrina, em 21 de janeiro de 1937. No lote adquirido pelo pai, eram cultivados produtos de subsistência e café.

23. Enezila de Lima.

De 1948 a 1953, foi interna do Colégio Mãe de Deus. Quando estava no último ano do curso de Magistério, seus pais se mudaram para a área central da cidade, trazendo os outros seis filhos – cinco mulheres e um homem.

Formou-se em História pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (atual Universidade Estadual de Londrina), em 1967. Viria a dar aulas na UEL até se aposentar. Fez doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e nunca se casou.

4.10.6. Geir Rodrigues da Silva

A família de Geir Rodrigues da Silva (24) chegou a Londrina no dia 4 de setembro de 1937, vinda de Propriá (SE). Seu pai, Manoel Joaquim da Silva, era pequeno produtor rural em Sergipe, “e com medo de Lampião, que andava perseguindo alguns produtores, resolveu vir embora, já que tinha alguns parentes em São Paulo e Ourinhos. Depois viemos tentar a vida aqui, papai trabalhou na estrada de ferro.” (SILVA, 2012)

Geir nasceu em 12 de dezembro de 1930, quarto filho de um total de seis. Moraram em uma casa em frente aos trilhos da estrada de ferro de 1937 a 1950, depois mudaram para uma casa de madeira na antiga rua Jacarezinho, hoje avenida Juscelino Kubitschek. “Na época isso aqui era um aglomerado de casas de um lado e de outro da linha,

onde ficavam os ferroviários prontos para atender carregamentos de trens. De produtor rural lá, para vir ser trabalhador braçal da estrada de ferro, há alguma diferença.” (SILVA, 2012)

Epitácio, o irmão mais velho, ficou morando em Cambará. A mãe, Maria Elisa da Silva, não se adaptou muito bem à mudança. “Crescemos com dificuldades, mas aqui estudamos, fizemos o primário no Colégio Mãe de Deus, que era misto na época.” (SILVA, 2012)

24. Geir Rodrigues da Silva.

A família era muito católica, Geir foi coroinha em 1940 e 1941 na igreja matriz. Depois, passou a trabalhar no comércio. Dez anos mais tarde, foi para um seminário, em Curitiba, dos Padres Passionistas, sendo ordenado padre em 1963.

Lecionou em escolas e, em 1972, ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde passou a dar aulas. Lecionou também a disciplina “Estudos de Problemas Brasileiros” em um curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior, matéria obrigatória que só podia ser dada por professores com “ficha limpa” no Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. “Tinha que ter um certificado, uma autorização do DOPS de Curitiba, e eu dava essa disciplina. Recebia alguns convidados nas aulas para verem o que eu estava dizendo, mas nunca me aconteceu nada.” (SILVA, 2012)

Deu aulas em Arapongas, Umuarama e Guarapuava, no Paraná, e também em Dourados e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Deixou o sacerdócio e se casou com uma de suas alunas. Hoje mora em Londrina, tem dois filhos e cinco netos.

4.10.7. José Leite de Carvalho Filho

Nascido em São Paulo, em 1927, José Leite de Carvalho Filho (25) é filho de José Leite de Carvalho, descendente de portugueses, e Rufina Magalhães de Carvalho, de família italiana. “Depois da Revolução de 1930, a situação ficou feia em São Paulo e meu pai, naquela época, estava impressionado com o desenvolvimento da Companhia de Terras e do norte do Paraná, que todos comentavam. Então decidiu se mudar.” (CARVALHO FILHO, 2013)

25. José Leite de Carvalho Filho.

A família - pais e cinco filhos -, chegou a Londrina em 1934. O primeiro trabalho de José Leite de Carvalho foi para a Companhia de Terras, como empreiteiro, abrindo ruas. Construiu sua primeira casa na esquina da rua Piauí com a avenida Higienópolis. “Mudamos para lá em 1947, eu estudava no Colégio Hugo Simas e podia ir a pé. As ruas Belo Horizonte, Paranaguá e Santos foi meu pai que abriu. Naquele tempo não existia trator, era tudo na mão. Ele geralmente tinha de 10 a 15 empregados.” (CARVALHO FILHO, 2013)

José Leite de Carvalho Filho começou a trabalhar aos 15 anos na prefeitura, onde já estava seu pai. Ajudava na fiscalização de obras e, depois de se formar topógrafo, passou em concurso e continuou a prestar serviços como agrimensor para a cidade. Casou-se com Alzira Marques de Carvalho, já falecida, em 1948.

Aposentado da prefeitura, mora desde 1950 na casa onde nasceram seus cinco filhos – quatro homens e uma mulher.

4.10.8. Luiz Vicentini

Luiz Vicentini (26) nasceu em 17 de novembro de 1924, em Leme (SP), filho de Ângelo Vicentini e Ana Bacarin Vicentini, ambos italianos. Seu pai chegou aos 17 anos ao Brasil para trabalhar em lavouras de café e sua mãe chegou aos dois anos. Tiveram onze filhos. Estabeleceram residência em Leme e, anos depois, mudaram-se para Lins (SP), vindo para Londrina em 22 de setembro de 1933 com a família.

26. Luiz Vicentini.

Ângelo Vicentini comprou um lote de terras a três quilômetros da cidade, onde mantinha uma lavoura de café, intercalada por milho, arroz e feijão. De 1936 a 1938, Luiz estudou no Colégio Mãe de Deus, pertenceu à primeira turma. “Ia a pé até a escola e quando chegava em casa ainda ia ajudar na lavoura. Depois, passei a ir a cavalo.” (VICENTINI, 2013)

Mais tarde, estudou em uma escola preparatória para o comércio, equivalente ao ginásio. Trabalhou na lavoura até os 20 anos, quando comprou uma propriedade de cultivo de café e passou a administrá-la. Conheceu sua esposa, Aurora Turquino, casou-se e tiveram cinco filhos - dois morreram ainda crianças. Luiz Vicentini ficou viúvo em agosto de 2003 e mora na região central de Londrina, próximo à Catedral.

4.10.9. Maria Alice Brugin de Arruda Leite

Maria Alice Brugin de Arruda Leite (27) é filha de um importante pioneiro de Londrina, Eugênio Brugin. Seu pai nasceu em Pádova, Itália, e chegou ao Brasil em 1896, solteiro, acompanhado dos pais e de dois irmãos. Desembarcaram no porto de Santos e foram trabalhar nas lavouras de café em São José do Rio Preto (SP). Anos depois, com Eugênio já casado com Elvira Pontin, sua família adquiriu uma fazenda naquela região, onde plantaram 200 mil pés de café. A produção era exportada para a Itália.

Quando houve a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, ele foi para Santos acertar os negócios e não havia preço nenhum do café, o café que ele havia comprado, vamos dizer, por cinco mil réis a saca, ele não conseguia vender nem por um. Então ele aceitou o que pagaram e tomou o trem em São Paulo. Dentro do vagão ele viu uma propaganda: Companhia de Terras Norte do Paraná, não há saúvas! Era uma formiga que destruía tudo de um dia para outro. Chegando em casa falou para minha mãe “sabe, eu vou conhecer umas terras que diz que é lá no sertão do Paraná”. (LEITE, 2013)

Eugênio Brugin tomou o trem até Ourinhos sozinho e continuou até o destino de ônibus – a jardineira, como se chamava na época. Chegando a Londrina, nada mais que um patrimônio, no início de 1931, comprou dois lotes de terras, que ficavam na hoje avenida Celso Garcia Cid, esquina com a rua Brasil, e 20 alqueires no atual Jardim Bandeirantes. A Companhia de Terras propôs que ele trabalhasse como agenciador na venda dos lotes, ele aceitou. Derrubou a mata em suas terras e construiu sua primeira casa, a terceira da cidade, que serviria de pensão para os conterrâneos que visitavam a região.

Malu Hoffmann

27. Maria Alice Brugin de Arruda Leite.

Quatro meses depois de sua chegada, Brugin foi buscar a esposa e seus oito filhos, que se instalaram na cidade. Ele viajava regularmente para São Paulo e trazia consigo compradores, que se hospedavam na Pensão Familiar – sua própria casa. Maria Alice nasceu em São José do Rio Preto em 7 de abril de 1927 e foi a primeira aluna matriculada no Colégio Mãe de Deus, em Londrina. Em 1943 casou-se com Francisco de Arruda Leite, tendo tido seu único filho, o médico Weber de Arruda Leite, em 1945.

4.10.10. Maria de Lourdes Piccinin

Nascida em Londrina em 11 de fevereiro de 1937, Maria de Lourdes Piccinin (28) é filha de João Piccinin e Tarcilia Vicentini Piccinin, e sobrinha de Luiz Vicentini, também entrevistado neste trabalho. Seu pai morava em Botucatu (SP) e sua mãe em Lins (SP). Conheceram-se e casaram-se quando vieram morar em Londrina. “Meu avô materno, italiano, comprou um sítio nesta região para plantar café. Foi onde eu e meu irmão mais novo nascemos. Morei ali 20 anos.” (PICCININ, 2013). Luiz Vicentini também morou nesse sítio, conforme relatado em sua breve biografia.

28. Maria de Lourdes Piccinin.

Quando a família (pais e irmão) se mudou para Londrina, foram morar na rua Maranhão, entre as ruas Brasil e Uruguai. Nessa casa, onde Maria de Lourdes, que é solteira, vive até hoje, nasceu outra filha do casal. Maria de Lourdes estudou no Colégio Mãe

de Deus até os 12 anos, passou para o Colégio São Paulo, Colégio Londrinense, fez faculdade no antigo Cesulon, foi vendedora em vários estabelecimentos e trabalha na loja de lembranças no Museu Histórico Padre Carlos Weiss.

4.10.11. Odília Aparecida Negro Bergoc

Com 10 anos, Odília Aparecida Negro Bergoc (29) chegou a Londrina vinda de Leme (SP), onde nasceu em 26 de janeiro de 1926. “Era abril de 1936. Viemos para cá porque naquele tempo fazia-se muita propaganda de Londrina. Meu irmão Alberto estava no exército e ouviu que a terra era muito boa. Ele ficou entusiasmado e quis vir para cá trazendo a família.” (BERGOC, 2012)

Alberto Negro primeiro veio sozinho e escreveu uma carta a seu pai, convencendo-o a vir também. José, o pai, chegou em 1935, e no ano seguinte foi buscar a esposa, Amélia Bergamim Negro, e seus outros nove filhos. “Meu irmão comprou uma máquina de arroz e meu pai ajudou a tocar. Minha irmã mais velha, Helena, veio primeiro para ficar com os homens e trabalhar. Eles vieram na frente porque eu tinha uma irmã doente, que só veio depois.” (BERGOC, 2012)

Quando completou 12 anos, Odília foi convidada a dar aulas na Escola Hugo Simas, que acabara de ser fundada. “A Dona Mercedes Martins, primeira diretora, queria que eu fosse lecionar. Mas meu pai não deixou, disse ‘ela é muito nova’. Dona Mercedes respondeu ‘não tem problema, seu José, do jeito que ela aprendeu lá em Leme, ela pode dar aula aqui’. Mas meu pai não deixou.” (BERGOC, 2012)

Seu pai comprou uma casa nos fundos da máquina de arroz, que ficava na rua Quintino Bocaiúva, onde passou a morar, e anos depois comprou um sítio e uma serraria onde hoje fica a Vila Nova. Na nova propriedade, Odília passou a trabalhar na roça de feijão, arroz e café.

29. Odília Aparecida Negro Bergoc.

Depois de alguns anos, o irmão Alberto comprou uma fábrica de cerâmica em Ibiporã, e todos se mudaram para lá. Em 1944 o pai faleceu e ela voltou para Londrina, onde morou com Helena, sua irmã que era casada com o pioneiro Antônio Minati. Nesse período, trabalhou nas Casas Catharinenses, e em seguida casou-se com Jacob Bergoc, com quem teve quatro filhos.

4.10.12. Omeletino Benatto

Omeletino Benatto (30) chegou a Londrina aos quatro anos, em 25 de abril de 1934, oito meses antes da emancipação do município. Aqui vivenciou a inauguração de estabelecimentos, a chegada de grupos de pioneiros e a vida em comunidade.

Nascido em 12 de setembro de 1929, em Ipaussu (SP), Omeletino é o quinto dos nove filhos da família Benatto. É descendente de italianos de Treviso, no norte da Itália. Seu avô, Pietro Benatto, emigrou para o Brasil acompanhado de um irmão, Bortolo Benatto, em setembro de 1887. Foi colono de café, casou-se com a italiana Maria Mion Gasparini e teve nove filhos, entre eles João Antônio Benatto. Em 1921, João Antônio casou-se com Josephina Furlan Simioni Lourenção em Botucatu (SP). Também teve nove filhos, entre eles Omeletino.

30. Omeletino Benatto.

Em Botucatu e depois em Ipaussu, João e Josephina Benatto foram colonos nas lavouras de café. Em Ourinhos, para onde mudaram em 1921, João trabalhou na serraria de Júlio Mori. Anos depois, o casal voltou a Ipaussu e adquiriu um pequeno armazém de secos e molhados onde se vendiam mantimentos, roupas e ferramentas. Com a crise de 1929, fazendeiros faliram, muitos colonos não conseguiram pagar o que deviam aos armazéns e os comerciantes perderam tudo – entre eles, os Benatto.

Em 1933, seu pai passou a administrar uma olaria em Jataizinho (PR), e em 25 de abril de 1934 mudou-se para uma casa provisória em Londrina, na rua Minas Gerais, esquina com rua Piauí. Em 1941, a família mudou-se para uma casa de alvenaria na rua Senador Souza Naves, onde Omeletino mora até hoje com duas irmãs.

Omeletino frequentou por três meses a escola da professora Mercedes, que depois se tornaria o Colégio Hugo Simas, dando continuidade aos estudos no Colégio Londrinense. Com dez anos, conseguiu seu primeiro emprego na agência Chevrolet e, em um ano, obteve registro em carteira. Trabalhou trinta anos na empresa, da qual chegou a ser acionista. Mas o empreendimento sofreu uma série de transformações ao longo dos anos, transformou-se na Autolon e fechou suas portas no final dos anos 1970. Atualmente, Omeletino Benatto é tesoureiro da Santa Casa de Londrina; participa da mesa administrativa do hospital desde 1988.

4.10.13. Sebastião Carmagnani

Plácido Carmagnani, filho de italiano e espanhola, e Maria Jordelina Simões Carmagnani, brasileira, tiveram três filhos, entre eles Sebastião Carmagnani (31), um dos entrevistados na pesquisa. Nascido em Itápolis (SP), em 5 de julho de 1931, Carmagnani chegou com a família a Londrina em 24 de agosto de 1940. Seu pai adquiriu um lote próximo à rua Acre, abaixo da linha do trem, onde trabalhava com lavoura.

31. Sebastião Carmagnani.

Depois estabeleceram residência na rua Souza Naves, quase esquina com a rua Sergipe. “Meu primeiro emprego formal foi num escritório de advocacia, do Dr. Macedo, isso em 1946, como uma espécie de *office boy*. Depois fui trabalhar de engraxate numa engraxataria que funcionava com uma banca de revistas do Sr. Betão Araújo.” (CARMAGNANI, 2013)

Sebastião completou o ginásio e em 1948 foi contratado na Farmácia Gomes, de João Ideriha, tendo no ano seguinte passado a trabalhar na Drogasil. Nesse ano conheceu a futura esposa, Jandira Camargo Carmagnani, nascida em Londrina em 1937. Casaram-se em 1951 e tiveram três filhos, dos quais um faleceu. Hoje moram em Londrina, onde Sebastião trabalha como representante comercial no ramo da construção civil.

4.10.14. Susanne Stern Behrend

A alemã Susanne Stern Behrend (32) chegou ao Brasil com 18 anos, em 1939. Sua família instalou-se em Rolândia. Ela nasceu em 25 de novembro de 1920, na região de Breslau, que atualmente faz parte da Polônia. Seu pai, Alfred Stern, advogado, foi um sobrevivente do campo de concentração Sachsenhausen, próximo a Berlim, do qual conseguiu sair com vida por ter amigos alemães influentes que já residiam no Brasil e intervieram junto ao ministro do exterior Oswaldo Aranha, obtendo para a família - avó, mãe (Eva), pai e irmão (Rudolf) - vistos permanentes.

32. Susanne Stern Behrend.

Ao sair da Alemanha, foram ameaçados. “Eles falaram: não diga lá fora o que está acontecendo aqui, nossos braços são compridos, nós podemos te alcançar em qualquer lugar do mundo.” (BEHREND, 2011a). No Brasil, a família temia represálias pela origem judia e alemã, e muitas vezes Susanne mentiu sobre sua origem. Estava na categoria dos indivíduos que, segundo Carneiro (2001, p. 157), sofriam um triplo estigma no Brasil: de serem judeus, indesejáveis – tendo em vista as cotas de vistos que deveriam ser concedidos e que muitas vezes não eram – e clandestinos, porque estavam entre os que mentiam declarando-se católicos para entrar no país.

Susanne chegou a mudar-se para o Rio de Janeiro para trabalhar como babá na casa do militar Stanley Gomes, onde fingiu ser norte-americana. “Fui apresentada para todo mundo como a *miss*, meu inglês também era muito falho, mas era mil vezes melhor que o português.” (BEHREND, 2011a). Depois foi empregada em casas de alemães judeus, mas voltou para Rolândia, onde se casou com Helmut Behrend, em 1947. Adotou dois filhos e

trabalhou por 30 anos na APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. É viúva e mora com um filho em Rolândia.

4.10.15. Toshihiko Tan

Os pais de Toshihiko Tan (33), Toshio Tan e Shimiyo Tan, chegaram ao Brasil já casados e com filhos, em 1925, vindo da ilha de Shikoku, na província de Ehime (Japão). Vieram para trabalhar na lavoura de café, no interior paulista. “O Japão estava em crise⁴⁶ e o governo japonês tinha interesse em diminuir a população.” (TAN, 2013)

33. Toshihiko Tan.

Toshihiko nasceu em 27 de fevereiro de 1930, em Santo Anastácio (SP). Ele foi o sétimo de dez irmãos. Seus pais trabalhavam em uma fazenda e, para que os filhos pudessem frequentar a escola, mudaram-se para o vilarejo de Chave Manzano, próximo a Santo Anastácio. “Meu pais, sem experiência, abriram um comércio de compra de algodão, mas não souberam negociar e perderam tudo. Daí vieram para Londrina e adquiriram um lote. Meu pai fez parte da primeira caravana de japoneses que chegou aqui, em dezembro de 1929.” (TAN, 2013)

⁴⁶ Segundo Harada (2013, p. 17), nesse período o Japão passava por uma grande instabilidade social e política decorrente das reformas Meiji. Apesar de ter se constituído num período de grandes transformações sociais, as questões agrárias não foram conduzidas com êxito.

Em 27 de março de 1930, Toshio Tan e alguns amigos foram até o escritório da Companhia de Terras em São Paulo e ele adquiriu o lote cinco no papel, mas não se mudou para a cidade de imediato. O responsável pela venda foi o agenciador e agrimensor da CTNP, Hikoma Udihara, que era de Kochi, província vizinha a Emihe, na ilha de Shikoku. Toshio mandou uma carta a seus pais e irmãos (avós e tios de Toshihiko), chamando-os para virem para o Brasil, e eles chegaram à região de Londrina em 1933, antes mesmo de Toshio, que só viria para a cidade dois anos depois, com a família. Nas terras, um pouco afastadas do núcleo urbano, plantaram milho, feijão, arroz e café. Trabalharam como pequenos agricultores por dois anos, e em 1937 foram morar no centro da cidade.

Shimiyo, a mãe de Toshihiko, foi a primeira parteira da cidade. Ela havia se formado médica na Universidade de Medicina de Kyoto em 1923, com especialidade em obstetrícia, o que era raro para mulheres da época. No Brasil não pôde exercer a profissão até 1939, quando conseguiu validar seu diploma e passou a trabalhar como enfermeira do hospital da Companhia de Terras. Depois trabalhou com o médico Caio de Moura Rangel. Calcula-se que tenha feito mais de dez mil partos, trabalho que foi reconhecido pela Câmara de Vereadores com a concessão do título de Cidadã Honorária de Londrina.

Em 1937, seu pai trabalhava como ensacador de algodão e, por ter contraído tuberculose, mudou de profissão: tornou-se motorista de táxi. Foi então que acabou sendo preso, sem ter cometido crime nenhum. O caso se deu quando ele levou dois passageiros na companhia de um amigo japonês até Assaí (PR), no período que a colônia se dividiu em dois grupos⁴⁷: um que aceitava a notícia de que o Japão havia perdido a guerra e outro que não acreditava nela.

Eles matavam uns aos outros e então uma noite um rapaz de 18 anos, conterrâneo da mesma província, estava nos visitando. Aí veio um pessoal para contratar o serviço do meu pai para levar duas pessoas até Assaí. Meu pai pediu para esse moço que estava visitando ir junto porque era perigoso a estrada. Depois teve denúncia que meu pai fazia parte de uma dessas organizações. E ele foi preso em Curitiba por dois anos. Mas quem participava era esse pessoal que transportaram. (TAN, 2013)

⁴⁷ No Livro "Corações Sujos – a história da Shindo Renmei", Fernando Moraes (2000) escreve sobre a "Liga do Caminho dos Súditos", grupo que nasceu em São Paulo após o fim da Segunda Guerra. Para seus seguidores, a notícia da rendição japonesa não passava de uma fraude aliada. Eles atacavam aqueles que acreditavam na derrota, os makegumi, apelidados de "corações sujos", aos quais acusavam de traição à pátria. De janeiro de 1946 a fevereiro de 1947, membros da Shindo Renmei percorrem o estado de São Paulo matando 23 imigrantes e deixando cerca de 150 feridos. Em um ano, mais de 30 mil suspeitos dos crimes foram presos pelo DOPS, 381 foram condenados e 80 deportados para o Japão.

Em Londrina, Toshihiko Tan frequentou a Escola Japonesa, fechada em 1938, e a Escola Hugo Simas. Casou-se em 1962 como Ikuko Sakiyama Tan e teve um filho. Participou da fundação da Faculdade de Odontologia de Londrina (1962), trabalhou como professor na Universidade Estadual de Londrina durante 27 anos e depois foi docente da Universidade do Norte do Paraná (Unopar) por 19 anos.

Parte III

Análise e Interpretação

“No tempo da representação, os assuntos e fatos permanecem em suspensão, petrificados eternamente, perpétuos se conservados: peças arqueológicas, cuja poeira do tempo removemos cuidadosamente, na tentativa de descortinarmos as sucessivas camadas que constituem sua espessura histórico-cultural, sua memória.”

Boris Kossoy

5. IMAGENS NUCLEARES

Os registros fotográficos também são fontes para recuperar a identidade de uma sociedade e reconstituir a vida de determinado local na época de sua colonização. Interpretá-los é uma forma de perceber indícios deixados em diferentes espaços e tempos culturais. Kossoy (2005, p. 40) afirma que:

Quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, quase sem perceber, mergulhando no seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou a própria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo.

A terceira parte da pesquisa é, portanto, uma proposta de abordagem e não uma metodologia de interpretação, visto que essa última é subjetiva e, portanto não possibilita a formulação de regras. Partimos do fato que a imagem permite desvendar aspectos que não ficam claros em outras formas de registro e ajudam a recuperar a história daqueles que não deixaram documentos escritos ou depoimentos.

[...] as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos [...] pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto *instrumento* de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica. (KOSSOY, 2012, p. 59)

Em razão de sua possível publicação e/ou consulta, registros imagéticos podem ser considerados importantes estratégias de democratização da história. Preservam as referências e lembranças dos indivíduos, documentando o cotidiano das sociedades. São também fonte para obter informações de épocas passadas ainda inéditas e ajudam a recontar a vida dos agentes da história.

No presente trabalho, essas imagens incitam e trazem à mente lembranças e acontecimentos vivenciados pelos primeiros moradores de Londrina. E antes de expor e interpretar as imagens selecionadas para o estudo, é necessário apresentar alguns de seus produtores: os fotógrafos, contextualizando sua vida, obra e a chegada à região. É

importante ressaltar que algumas das imagens faziam parte de acervos familiares, e muitas vezes têm autores desconhecidos.

5.1. FOTÓGRAFOS PIONEIROS

A ideia da Companhia de Terras de divulgar o empreendimento com a utilização de imagens em sua publicidade, segundo Boni (2013, p. 135), foi um dos “lances” de sorte de Londrina com a fotografia.

Neste sentido, e para este intuito, [a companhia] contratou fotógrafos para a produção de fotografias que “vendessem” a seriedade do empreendimento, a sensação de segurança para o investidor (pois todos os documentos estavam judicialmente desembaraçados) e, principalmente, a fertilidade do solo e sua pronta resposta ao plantio de lavouras, com altíssima produtividade. Da produção de fotografias, em um primeiro momento, com finalidade publicitária, restaram centenas de registros que documentam todas as etapas dos primórdios de Londrina.

Ainda segundo o pesquisador, o segundo fato que contribuiu decisivamente para a farta documentação do início da colonização do norte do estado do Paraná foi a vinda de imigrantes estrangeiros no início deste processo. “Normalmente fugindo da pobreza, perseguições étnicas ou religiosas, ou de conflitos em seus países de origem, esses imigrantes chegavam com qualificação profissional para o exercício de ofícios específicos, entre eles o da fotografia.” (BONI, 2013, p. 135)

Entre os fotógrafos das imagens selecionadas para o estudo estão brasileiros e estrangeiros, que atuaram na cidade de Londrina no período de 1929 a 1948. Sua vida e obra são brevemente apresentadas a seguir.

5.1.1. Carlos Stenders

Karl Ricardo Stenders (34) nasceu no ano de 1900 em Krefeld, na Alemanha, cidade próxima à fronteira com a Holanda. Migrou para o Brasil ainda jovem, após a Primeira Guerra Mundial, descontente com a situação política e econômica de seu país. No Brasil,

passou a se chamar Carlos Ricardo Stenders. “Vendo-se impossibilitado de atuar na sua área de estudo, a agronomia, Carlos Stenders passa a trabalhar como fotógrafo na região de Blumenau, Santa Catarina, em 1920.” (CHOMA; COSTA; VIEIRA, 2012, p. 22)

Em 1925 voltou para a Alemanha devido a enfermidade de sua mãe, onde passou a atuar na região de Colônia como repórter fotográfico esportivo. Casou-se, teve seu primeiro filho e voltou para o Brasil em 1934, fixando residência em Londrina por sugestão de um amigo inglês que trabalhava na Companhia de Terras.

34. Passaporte de Carlos Stenders. Krefeld, 1951. Reproduzido de Choma, Costa e Vieira (2012, p. 22).

Na cidade, abriu um bar e depois uma padaria, empreendimentos que não foram bem sucedidos. Passou a atuar como fotógrafo de eventos, “com primor técnico e excelentes equipamentos”. (CHOMA; COSTA; VIEIRA, 2012, p. 23)

Em 1938 inaugurou o Foto Estrela na Rua Mato Grosso, 192, no mesmo ano em que nasceu sua segunda filha. Dois anos depois, Carlos Stendes ficaria afastado de sua esposa e de seus filhos. Isso porque em 1940, Gertrud, Rosemarie e Karl precisaram viajar para a Alemanha para cuidar de uma família adoentada, mas foram impedidos de retornar ao Brasil devido à política migratória internacional em vigor durante e após a Segunda Guerra Mundial (CHOMA; COSTA; VIEIRA, 2012, p. 23).

A família se reuniu em 1949, mas o clima de Londrina fez com que mudassem para Embu das Artes (SP), onde Carlos Stenders continuou a trabalhar com a fotografia, colocando à venda o Foto Estrela. Em 1952, o estabelecimento foi adquirido por Suejiro

Yasunaka, pai de Yutaka Yasunaka, que o assumiu anos depois. Stenders faleceu em outubro de 1993, aos 93 anos de idade, deixando dois filhos, quatro netos e onze bisnetos.

5.1.2. Divino Bortolotto

Fotógrafo amador, Divino Bortolotto (35) nasceu em 18 de abril de 1924 na cidade de Casa Branca, no estado de São Paulo. É neto de imigrantes italianos que vieram para o Brasil em 1888. Em janeiro de 1941, a família de Divino mudou-se para Londrina e em agosto deste mesmo ano o aspirante a fotógrafo comprou sua primeira câmera, com a qual registrou momentos em família e o progresso da cidade.

A câmera adquirida foi uma *Kodak Brownie Junior*, modelo Six-20, mais conhecida no Brasil como máquina “tipo caixão”⁴⁸. Seus negativos eram revelados e copiados no Foto Estrela no formato 6x9cm.

35. Divino Bortolotti. Local desconhecido, 1941.
Fotografia: Autor desconhecido
Acervo João Baptista Bortolotti

⁴⁸ A primeira Brownie - Kodak nº1 - foi lançada nos Estados Unidos em fevereiro de 1900, inaugurando o segmento de câmeras portáteis e de filme em rolo. O modelo utilizado por Divino foi lançado em março de 1933, sendo fabricada até abril de 1941.

Segundo o irmão, João Baptista Bortolotti, que detém seu acervo, e Reinaldo Santos, pesquisador que organizou o material sobre vida e obra de Bortolotto, (ainda não publicado, mas disponibilizado à autora), Divino tinha a fotografia como um de seus passatempos preferidos, mas não seguiu no ofício e também não continuou trabalhando com ao seu pai na cerâmica Mortari. Ele escolheu a mecânica e trabalhou na manutenção do grupo gerador de energia da Companhia Elétrica de Londrina. Além da mecânica industrial, ele também fazia serviços de mecânica de automóveis.

Em 1946, com dezoito anos, foi para o exército na cidade de Curitiba, indo servir no batalhão do 20º Regimento de Infantaria. Ele levou sua câmera e documentou sua passagem pelo serviço militar. Apesar de a fotografia estar presente em boa parte da sua vida, a atividade não lhe rendia dinheiro.

Com o desabastecimento no período da guerra, Divino desenvolveu o seu primeiro invento: um sistema que economizaria combustível nos caminhões. Depois da invenção testada e aprovada, ele requereu sua primeira patente e ainda na década de 1940 tentou comercializá-la sem sucesso, pois o fornecimento fora normalizado, os caminhões passaram a utilizar o óleo diesel e muitas das estradas foram pavimentadas, melhorando o abastecimento de produtos de diversas regiões.

Em 1951 mudou-se para Maringá (PR), cidade localizada a 100 quilômetros de Londrina, onde formou família e trabalhou em seus inventos. Desenvolveu um modelo de sinalização de trânsito temporizada em 1975, o semáforo “Ciclo Visual” utilizado em algumas cidades do estado e patenteado no Instituto de Patentes Industriais (INPI). Faleceu em 16 de dezembro de 1997, em Maringá.

5.1.3. George Craig Smith

Integrante da primeira caravana que chegou à região em 1929, o fotógrafo amador George Craig Smith (36) nasceu em 15 de abril de 1909 em São Paulo, filho do inglês Alfred Smith e da brasileira descendente de ingleses Jane Craig Smith. Frequentou escolas primárias na Inglaterra e em 1925 foi contratado pela *Brazil Plantations Syndicate*, que o direcionou para a região de Cambará para trabalhar em uma fazenda.

36. George Craig Smith na Fazenda Santa Emília, da Brazil Plantations Syndicate Ltd. Local desconhecido, 1925. Reproduzido de Universidade Estadual de Londrina (2010, p. 11).
Fotografia: Autor desconhecido

De volta a São Paulo, em 5 de janeiro de 1926 foi registrado pela empresa como guarda livros, ficando ali até 1928. Serviu no Tiro de Guerra de São Paulo em 1929, época em que trabalhou como auxiliar de Gordon Fox Rule na empresa inglesa. (TOMAZI, 1997)

Já sob o comando de William Reid, chefiou o primeiro grupo de funcionários contratados para demarcar a região, que chegou a Londrina em 29 de agosto de 1929, data comemorada atualmente como Dia do Pioneiro. Ao chegar, fotografou as primeiras construções e clareiras abertas na mata. As imagens de Smith são as primeiras tomadas na área desbravada e são consideradas as primeiras fotografias da cidade.

Em 1932 se alistou como voluntário paulista na Revolução Constitucionalista, voltando ao norte do Paraná em outubro do mesmo ano. Na Companhia de Terras, Smith era responsável por serviços administrativos e fotografou a vida em sociedade, as primeiras obras de infraestrutura, verduras e legumes gigantes (que atestavam a fertilidade da terra), as atividades de lazer dos ingleses, entre outras temáticas. Ele possuía vários equipamentos, entre eles uma câmera de fole e uma câmera com duas objetivas, parecida com a Rolleiflex, cuja marca não é conhecida. Além de produzir centenas de imagens, que pertencem hoje ao

Museu Histórico de Londrina, organizou álbuns de outros fotógrafos que atuaram na região na primeira década.

Com problemas de saúde, em novembro de 1937 mudou-se para São Paulo onde trabalhou como vendedor. Sete anos mais tarde casou-se, tendo se divorciado em janeiro de 1953. A partir de então, passou a atuar como missionário evangélico, tendo voltado para Londrina em julho de 1975, para dedicar-se às atividades religiosas até a data de seu falecimento, em 16 de junho de 1992.

5.1.4. José Juliani

José Juliani (37) nasceu em Piracicaba (SP), em 4 de fevereiro de 1896, filho de João Juliani e Maria Suman, imigrantes italianos de Treviso. Seus pais eram colonos na lavoura de café e tiveram cinco filhos. Juliani não frequentou escolas, aprendeu a ler e escrever com o pai, e na adolescência mudou-se com a família para Nova Europa (SP) para trabalhar na roça.

37. Juliani manuseia um de seus equipamentos. Londrina, s.d.

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em 1920 casou-se com Catarina Wirgues, filha de imigrantes austro-húngaros, e com seu irmão Antônio passou a se dedicar ao conserto de relógios, máquinas de costura,

armas de fogo, fabricando coronhas e espingardas, em trabalho de marcenaria (ARRUDA, 2002, p. 23).

Em Nova Europa observava os fotógrafos nas festas do padroeiro e decidiu aprender o ofício. Comprou o equipamento de um fotógrafo alemão que atuava na cidade, “uma 6x12 simples, em lampião de vidro vermelho, banheira, papel, chapas de vidro (negativos), líquidos revelador e fixador, tudo por oitenta mil réis”. (ARRUDA, 2002, p. 24). Comprou também um manual de principiante, vindo de São Paulo, e aprendeu sozinho a profissão. Quando o “alemão” deixou a cidade, Juliani comprou outros equipamentos: uma 13x18, os chassis, tripé, e uma lente Xenor F 5,5.

Em 1933 decidiu mudar para Londrina com esposa e cinco filhos, chegando em 11 de março e instalando-se em uma casa construída às pressas na avenida São Paulo. Pouco depois, por insistência da esposa, mudaram para outro terreno, na esquina das atuais ruas Pará e Senador Souza Naves. Sem dinheiro para construir uma nova casa, desmanchou a primeira e a reconstruiu no novo endereço. À sua frente, colocou uma placa com o nome Photo Studio. A demanda por seus serviços, nesse momento, era praticamente nula (BONI, 2011, p. 11).

No mesmo ano, Ernest Rosemberger, engenheiro da CTNP, precisou de uma fotografia do Ribeirão Cambézinho e decidiu que Juliani a produziria. Ele foi então contratado pela companhia para capturar imagens para a divulgação do empreendimento no país e no exterior. “Tudo o que de bom acontecia em Londrina e cidades circunvizinhas interessava diretamente à CTNP e ela encarregava Juliani de fotografar. [...] Em razão dessa incumbência, Juliani documentou por mais de uma década as transformações urbanas e sociais da região, especialmente Londrina.” (BONI, 2011, p. 12)

Quando a loteadora mudou sua sede para Maringá, na década de 1940, Juliani seguiu registrando eventos sociais como casamentos, formaturas e confraternizações, inspirando outros fotógrafos como Haruo Ohara, que o considerava seu mestre. Nos anos 1960 fechou o estúdio e foi trabalhar como lambe-lambe ao lado da igreja matriz. Abandonou o ofício na década seguinte e faleceu em 3 de maio de 1976, aos 80 anos.

Juliani assinou e datou (mesmo que enganado, algumas vezes) grande parte de suas imagens. Seu acervo foi adquirido pelo Museu Histórico da cidade e é composto por

440 fotografias, 398 negativos de vidro, além de um álbum produzido e organizado pelo fotógrafo.

5.1.5. Haruo Ohara

Nascido em Kochu, na ilha de Shikoku no Japão em 5 de novembro de 1909, Haruo Ohara (38) é o primogênito de uma família de cinco irmãos. Seus pais Massaharu e Kunjiu Ohara eram camponeses, e quando criança Haruo se dividia entre sala de aula e trabalho no campo. Aos dezessete anos, tornou-se professor, renda que o ajudou a sustentar a família em tempos de crise no país.

38. Autorretrato de Haruo Ohara. Bambuzal do sitio Tomita, 1953.
Acervo Instituto Moreira Salles

Com a fome e a miséria, muitas famílias emigraram para outras localidades em busca de uma vida melhor. Segundo Edongo e Silva (2009), acrescenta-se a isso o fato de que as ocupações de Taiwan, da Coreia e da Manchúria pelo Japão, constituíram fonte de inquietação internacional e em 1920 era difícil que os japoneses conseguissem autorização para entrar nos Estados Unidos, o que passou a ser proibido em 1924. A América Latina e o Brasil surgiram como opções, e em 14 de novembro de 1927 a família Ohara chegou ao país a bordo do navio Hawaii Maru, que atracou no Porto de Santos.

Inicialmente, trabalharam como colonos em uma lavoura de batata na cidade de Cotia (SP), mudando-se para Santo Anastácio (SP) para trabalhar em lavouras de café na

Fazenda “Vae Bem”. Em 28 de março de 1930, o pai de Haruo utilizou suas economias para comprar o lote um da Gleba Cambé, em Londrina, por intermédio de Hikoma Udihara.

As economias guardadas com o salário da lavoura de café serviram de entrada, o restante do pagamento foi parcelado e liquidado com a continuidade do trabalho. A família trabalhou ainda mais três anos na lavoura [...], com o propósito de reservar um capital inicial para os futuros investimentos em terras próprias, que demorariam cerca de três anos até a primeira colheita de café. (EDONGO; SILVA, 2009, p. 677)

Dessa maneira, em agosto de 1933 a família mudou-se para o Paraná, onde manteve uma pequena criação de porcos e galinhas, horta com legumes e verduras, além da plantação de café e do cultivo de frutos e flores. No mesmo ano, chegou à região a família Sanada, de Fukushima, e a filha Kô, que se tornaria esposa de Haruo em julho de 1934. A cerimônia foi registrada pelo fotógrafo José Juliani, mestre de Haruo, que a partir de então também passou a dedicar-se ao ofício da fotografia. Sua primeira câmera foi uma Ansco, norte-americana, e nos anos seguintes adquiriu uma Goerz. “Foi dele [Juliani], que, pouco tempo depois, Haruo adquiriu sua primeira máquina fotográfica e foi também com ele que aprendeu a manuseá-la, a revelar seus negativos e a fazer cópias. A primeira fotografia por Haruo feita data de 1938: um retrato da esposa Kô.” (EDONGO; SILVA, 2009, p. 679)

Haruo Ohara foi um dos fundadores do Foto-cine Clube de Londrina, em 1951, e no mesmo período se associou ao Foto-cine Clube Bandeirantes, de São Paulo, passando a frequentar salões de fotografias e ganhando vários prêmios. Na mesma década adquiriu novas câmeras, suas preferidas, passando a fotografar com “duas câmaras Rolleiflex, uma de negativo 6x6cm e outra 4x4cm, e com duas Voigtländer Bessa de negativo 6x9cm”. (EDONGO; SILVA, 2009, p. 681). Quando mudou para o negativo colorido, adquiriu uma Asahi Pentax.

O fotógrafo amador registrou diferentes temáticas, como a vida em família – a esposa Kô e seus nove filhos –, as paisagens, a cafeicultura, flores e alguns autorretratos, deixando mais de 10 mil negativos em preto e branco e 10 mil negativos coloridos – produzidos a partir de 1980. Faleceu em 25 de agosto de 1999, e sua obra tornou-se reconhecida nacionalmente a partir de 1998, quando passou a ocupar um lugar de destaque no panorama da fotografia brasileira (LOSNAK; IVANO, 2003).

5.1.6. Theodor Preising

Nascido em 3 de julho de 1883 em Hildesheim, Alemanha, Theodor Preising (39) é filho de Friedrich Preising e Maria Preising. “O pai, maquinista de trem, costumava levar o filho consigo ao trabalho e, nessas viagens, o menino descobriu o gosto pelo turismo e pela fotografia que o acompanhariam durante seu futuro profissional.” (GRATIVOL, 2011, p. 27)

39. Theodor Preising com uma de suas câmeras. Guarujá (SP), s.d. Reproduzido de Grativol (2011, p. 3).
Fotografia: Autor desconhecido

Seu ateliê, situado em Berlim, fazia retratos e por vezes fotografias de turistas na região de Baden Baden, para onde viajava acompanhado de esposa e filhos, que o ajudavam a vender as imagens. Preising serviu na Primeira Guerra Mundial como fotógrafo, experiência que o fez migrar sozinho para a Argentina em março de 1923, permanecendo ali por alguns meses. No final do ano, prosseguiu até o Brasil, onde suas primeiras atividades estavam relacionadas à venda de material fotográfico, produção de cartões postais e álbuns temáticos (GRATIVOL, 2011).

A migração do restante da família se deu em meados da década de 1920, e, em 1927, Preising abriu seu estabelecimento para comercializar cartões postais. Passou também, nesse período, a trabalhar para a Secretaria da Agricultura, fotografando fazendas no interior do estado. De acordo com Grativol (2011, p. 48), em seu cartão de visita lia-se

“Propaganda pelo turismo para o Brasil”, e em suas viagens a serviço, ele fazia imagens para a posterior produção de cartões postais.

Entre 1930 e 1932 foi contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná para fazer imagens para relatórios que seriam enviados à matriz e fotografias para peças publicitárias. Seus registros no Museu Histórico de Londrina datam de maio de 1932, quando acompanhou um grupo de imigrantes desde o porto de Santos até a chegada à região, documentando a construção das primeiras casas, as obras de infraestrutura, e os primeiros estabelecimentos comerciais. Algumas de suas fotografias foram organizadas em álbuns por seu guia, o fotógrafo amador George Craig Smith, onde se pode ler “Theodor Preising – Photo Rotativo - Fábrica de cartões postais ilustrados, SP Caixa Postal 2380”.

Foi colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*, e em 1934 passou a trabalhar para o “Touring Club Brasil”, que tinha por objetivo divulgar os recursos turísticos do país. Dois anos depois, foi contratado pela revista “S. Paulo”, para produzir imagens para

reportagens que privilegiavam a imagem em relação ao texto [...]. A relação com os diretores da *S. Paulo*, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia certamente lhe rendeu, em 6 de novembro de 1938, a nomeação como fotógrafo para a recém-criada Diretoria de Propaganda e Publicidade, junto ao Governo do Estado de São Paulo. (GRATIVOL, 2011, p. 30-31)

Depois de trabalhar para o governo por quase dez anos, foi lotado no Laboratório da Polícia Técnica e depois na Universidade de São Paulo, onde se aposentou. Faleceu em 24 de julho de 1962, aos 73 anos.

Preising foi o pioneiro do uso da Leica no Brasil. Sabe-se que nos primeiros anos ele trabalhou com a Voigtlander e um tripé trazidos da Alemanha, e na década de 1930 “era perito no manejo da ‘Leica’ e da ‘Contax’, aparelhos ainda de pouco uso no Brasil”. (DUARTE, 1982. p. 183)

5.1.7. Mineso Matsuo

A família Matsuo é proveniente da província de Saga-Ken, situada na ilha de Kyushu. Mineso Matsuo (40), que nasceu no Japão, aprendeu o ofício de fotógrafo ainda em seu país de origem e migrou para o Brasil em 1919 com a esposa Yotsu e dois filhos,

desembarcando pelo porto de Santos. Dali seguiram para a cidade de Água Limpa (SP) para trabalhar na lavoura. Nos primeiros anos, contraiu malária e para se tratar mudou para Valparaíso, no estado de São Paulo (BONI, 2008, p. 124).

40. Mineso Matsuo e a esposa Yotsu.

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo família Matsuo

Em 19 de janeiro de 1937, a família – composta pelo casal e oito filhos - chegou a Londrina, onde Mineso abriu o Foto Nippon. O ponto comercial era um anexo à residência em madeira, localizada na rua Quintino Bocaiúva, e na década seguinte mudou para a rua Sergipe, próxima à praça XV de Novembro. No início de 1950, o estabelecimento mudou-se novamente de local, para a rua Minas Gérias, onde funcionou por quatro anos ao lado do restaurante Matsuo (BONI, 2008, p. 125). Atualmente, a família mantém outro restaurante, o Minato, tradicional na cidade e pioneiro na culinária chinesa.

Direta ou indiretamente, todos os filhos se envolveram com a fotografia, sendo que Tenkei, o primeiro a nascer no país, chegou a ser repórter fotográfico do jornal Folha de Londrina. Mineso Matsuo faleceu em 1969 e sua esposa, Yotsu, faleceu em 1999.

5.2. FOTOGRAFIAS, GATILHO DE MEMÓRIAS

Neste subcapítulo, as fotografias selecionadas são analisadas iconograficamente e interpretadas iconologicamente, cruzando informações obtidas nas entrevistas, na pesquisa documental e bibliográfica. Elas são apresentadas nos moldes do livro “São Paulo,

1900” de Boris Kossoy (1988), e foram subdivididas em nove macrotemas: “Colonização” (3), “Cotidiano” (11), “Religião” (3), “Educação, Cultura e Lazer” (8), “Infraestrutura” (7), “Estabelecimentos Comerciais” (8), “Agricultura” (3), “Segunda Guerra Mundial” (3) e “Política” (4), totalizando 50 registros. As legendas e datas indicadas abaixo das imagens são aquelas informadas pelos proprietários dos acervos ou pelos respectivos fotógrafos. As legendas produzidas pela autora são simbolizadas com []. As datas que possivelmente estejam erradas serão sinalizadas com (?).

Dentro dos eixos temáticos, as imagens foram exibidas de modo cronológico, e aquelas que não têm precisão de data, foram alocadas de acordo com o possível período de produção, dado inferido a partir da análise iconográfica. As fotografias foram colocadas em páginas ímpares, para maior destaque.

Colonização

41. [Caravana de Japoneses, dezembro de 1929].

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Reprodução 6x9 cm, PB, feita por Haruo Ohara

A fotografia, de autoria desconhecida, foi reproduzida por Haruo Ohara e doada ao Museu Histórico de Londrina. Possivelmente, o equipamento utilizado foi o de George Craig Smith, funcionário da Companhia de Terras presente na imagem (1). Smith possuía várias câmeras de médio formato, entre elas uma câmera de fole, com a qual a imagem pode ter sido realizada.

No registro, a primeira caravana de possíveis compradores, que chegou à região de Londrina em dezembro de 1929, composta por nove japoneses, por George Craig Smith e pelo agenciador Hikoma Udihara (2), também funcionário da companhia. Entre os visitantes, seis eram potenciais compradores, todos procedentes da região de Santo Anastácio (SP); os outros três eram Kinsaku Saito (5), agrimensor, Shinshi Furuhata, jornalista, e Haruyoshi Oda, corretor de terras no Japão, incumbido de atrair interessados em se fixar na região.

Os visitantes Toshio Tan (3) e Mitsuji Ohara adquiriram depois, em 27 de março de 1930, no escritório da Companhia em São Paulo, os primeiros lotes de terras da área rural de Londrina, lotes cinco e três, respectivamente. No dia seguinte, outros dois membros da caravana, Massaharu Ohara (4) e Massahiko Tomita, também compraram suas terras. Outro membro do grupo era Kagueki Inomoto, que não comprou lotes e voltou para o Japão pouco tempo depois. Em 1º de abril, Moshin Yamazaki e Toshikazu Yamate, que não compuseram a primeira comitiva, compraram os lotes sete e seis.

Seus nomes estão no livro de vendas da CTNP, página 1, como os primeiros compradores de lotes rurais registrados. Tempos depois, segundo Coutinho (1959, p. 62), adquiriram terras Nasaharo Chara e Juichi Yamato.

Muitos compradores, principalmente os japoneses, foram atraídos pela propaganda de Hikoma Udihara (IDERIHA, 2013), que divulgava principalmente no interior de São Paulo as maravilhas do solo vermelho. “Era experiente na fixação de seus conterrâneos ao longo da estrada de ferro Noroeste Paulista e na região de Cambará, onde trabalhara para a Companhia Agrícola Barbosa, pertencente ao major Antônio Barbosa Ferraz Júnior.” (PEDRIALI, 2008, p. 11)

Udihara nasceu no povoado de Kami-Yakawa, município de Agawa, província de Kochi, no Japão, em 7 de novembro de 1882. Na adolescência foi para Osaka estudar na Escola de Comércio Meichin, onde se diplomou em 1899. Estudou línguas ocidentais na Escola Koyo e no período de 1907 a 1909, trabalhou como agrimensor em sua província de origem. Ao ouvir as notícias de um paraíso de terras virgens e férteis na América Latina, embarcou para o Brasil no navio Ryojun-Maru, no porto de Kobe, no dia 30 de abril de 1910, acompanhado da esposa. Em 28 de junho aportaram em Santos. Em terras brasileiras, o casal Udihara foi trabalhar nas lavouras de café da Fazenda Guatapará, às margens da Estrada de Ferro Mogiana, no interior do estado de São Paulo. Mudaram-se para a capital e no início dos anos 20, Hikoma decidiu arriscar outra atividade: corretagem de terras em novas fronteiras agrícolas nos estados de São Paulo e Paraná (BONI; FIGUEIREDO, 2010, p. 45-54).

O corretor Hikoma Udihara trouxe grande número de japoneses de Cambará para Londrina. Lendo os escritos sobre a história da colonização vê-se que ele não era apenas um corretor mas um profeta para os patrícios. Porque lhes demonstrava que este era um lugar onde eles poderiam, finalmente, dedicar-se a construir o próprio futuro. Não compartilhava das intenções daqueles que esperavam ganhar dinheiro e voltar para o Japão. (MACARINI, 2004, p. 107)

Dizia para os possíveis compradores de terras: “Se deixarem passar essa oportunidade, se arrependerão eternamente”. Dessa maneira, foi o grande incentivador da vinda dos imigrantes, trabalhando na Companhia de Terras por 25 anos.

Quem trouxe esse pessoal todo foi Udihara, que morou em Londrina. Todos eles eram de uma região próxima lá no Japão, ilha de Shikoku, nós da província de Ehime, e o Udihara era de Kochi, que era a província vizinha. Meu pai é o segundo

da esquerda para a direita, Toshio Tan. Você veja, para vir fazer uma inspeção de terra na floresta eles vieram de gravata. Ou seja, era um negócio sério. (TAN, 2013)

Para chegar até Londrina, o grupo seguiu no trem da linha Sorocabana, acompanhado de Udihara até Ourinhos, e de lá pegou outro trem até Cambará. No pátio do Hotel Shiraiwa, em Cambará, encontraram Craig Smith e embarcaram num pequeno “Ford-de-bigode” com destino ao Patrimônio Três Bocas (LUCCA, 2007, p. 61). Passaram a noite num galpão e “dormiram mal. O rugido das onças era inquietante.” (PEDRIALI, 2008, p. 10)

A fotografia, que contém a indicação como tendo sido tomada em Londrina, pode ter sido feita em Cambará, visto que nesse período a região não contava com construção em alvenaria, presente na imagem. “Londrina ainda não tinha praticamente nada de infraestrutura: eram três ou quatro ranchos (um, o Hotel Campestre) no meio da mata.” (BONI; FIGUEIREDO, 2010, p. 50). Por isso os japoneses compraram, mas não se mudaram, pois a infraestrutura era inexistente, não havia como escoar a produção. “Não havia sequer caminho para chegar aos lotes adquiridos da companhia. Não foi, no entanto, nenhum desses compradores pioneiros os primeiros a se estabelecer nas terras. O primeiro japonês a fixar residência aqui foi Chojuro Hara.” (PEDRIALI, 2008, p. 11). Depois dele, Yoshimi Kazahaya, Kootaro Hayassaka e Kunijiro Hara, de Monte Alto (SP) e Duartina (SP), com suas respectivas famílias, estabeleceram-se no patrimônio em outubro de 1931.

Haviam trazido provisões, porque sabiam que aqui ainda nada se produzia e nada se comercializava. Abrigaram-se num barracão da companhia até abrir uma clareira nos lotes e erguer seus ranchos. E foram sábios na escolha do que plantar: Hara dedicou-se ao arroz (havia aberto três alqueires), Kazahaya ao milho e Hayassaka ao feijão. Tinham, assim, os itens básicos da alimentação. A proteína lhes seria fornecida pela floresta, abundante em animais. (PEDRIALI, 2008, p. 11)

Mas naquele dezembro de 1929, até mesmo para visitar o patrimônio, as condições de transporte eram precárias: a caravana dos primeiros compradores veio num caminhão, por picadas abertas na mata. Tohishiko Tan (2014), filho de Toshio (3), afirma que o grupo não conseguiu chegar às terras que seriam adquiridas.

Chegaram próximo, mas não puderam entrar porque a floresta era muito densa. Mas viram as árvores, tudo, as coisas que tinham e se certificaram da qualidade da terra. Esse mesmo grupo foi para São Paulo no escritório da *Paraná Plantations* e comprou os primeiros lotes no mapa, no papel. Nós éramos vizinhos e convivemos muito. Os primeiros seis lotes eram dos japoneses. (TAN, 2014)

Seus avós chegaram primeiro, anos após a compra, em 1933, e depois chegaram Toshio, esposa e filhos. “Ali trabalhamos com lavoura de milho, feijão arroz e depois café, erámos pequenos agricultores.” (TAN, 2013)

Na lavoura, as japonesas usavam chapéus e lenços na cabeça, para não queimar o rosto e manter a característica da estética dessa cultura, na qual as mulheres devem cultivar a pele clara, segundo a observação de Maria Alice Brugin de Arruda Leite. “Elas trabalhavam muito, Londrina deve muito aos japoneses, porque eles eram muito trabalhadores.” (LEITE, 2012)

Em 1931, um ano após a chegada dos primeiros japoneses, 400 famílias já estavam assentadas e seis meses depois já eram 700 (LUCCA, 2007, p. 62). Em 27 de agosto de 1933, os primeiros compradores na Gleba Cambé já haviam pago os valores estipulados em contrato e ampliado suas áreas agrícolas, comprando terrenos no perímetro urbano. “Nessa gleba, formada por japoneses, prosperava uma em especial, a Colônia *Ikku* [um], todos com o objetivo comum de plantar e colher.” (LUCCA, 2007, p.62). Em 1937, a família de Toshio Tan mudou-se para o centro da cidade.

42. *Chegada de um grupo de imigrantes de Danzig, 17 de maio de 1932.*

Fotografia: Theodor Preising

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 8x13 cm, PB, brilhante

No documento iconográfico estão alguns imigrantes de Danzig (ANEXO A), que chegaram à região que hoje corresponde a Cambé, em 17 de maio de 1932. Eram eles Rudolf Neudan (1), Dora Axt (2), Johann Neudan (3) e Senta Lapuze (5). Também na imagem, o funcionário da Companhia de Terras George Craig Smith (6) e o diretor da colônia nomeado pelo Senado de Danzig, com a conivência da CTNP, Franz Bloch (4) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ, 1992, p. 28). À esquerda, vê-se a residência de Bloch, situada na esquina das atuais ruas Belo Horizonte e Equador, em frente à Casa Paranaense.

Dora Axt tinha 32 anos quando se mudou para o local com os três filhos e o marido, Arthur Axt, que se tornou comerciante. Senta Lapuze tinha 19 anos, era a segunda de três filhos do construtor Erwin Lapuze.

O autor da imagem, Theodor Preising, foi contratado para acompanhar e registrar a chegada desses imigrantes desde Santos (SP) até a colônia Neu Danzig (BENATTO, 2014a). O grupo partiu do porto de Bremen, na Alemanha, e chegou ao porto de Santos em 15 de maio de 1932, onde um funcionário da CTNP os aguardava.

No mesmo dia, viajaram para São Paulo, embarcando em seguida no trem que os levou até a cidade de Jatahy – hoje Jataizinho – ponto final da estrada de ferro. Atravessaram o rio Tibagi numa balsa e, do outro lado, uma jardineira os aguardava para levá-los ao Hotel Campestre da companhia.

O contrato da CTNP com os compradores de terras previa uma estrada ligando os lotes rurais à vila (área urbana) de Nova Dantzig, e também uma hospedaria para recepcionar e alojar os imigrantes até que pudessem construir suas casas e ocupar efetivamente os seus lotes. Quando a primeira caravana chegou essa hospedaria ainda não estava pronta e os danziguenses tiveram que esperar hospedados no Hotel Campestre em Londrina. (PANISSA, 2011, p. 32)

A hospedaria de Nova Dantzig - apelidada de “Danziger Hof”, nome de um luxuoso hotel de Danzig - foi construída na área rural pelo alemão Carlos Strass, morador do Heimtal, contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Assim que ficou pronta, a modesta construção passou a alojar os imigrantes até que eles se mudassem para suas casas.

O grupo era o segundo a chegar vindo da cidade livre europeia. Os primeiros 31 habitantes haviam partido em 1º de dezembro de 1931 de Bremen, chegando a Santos em 25 de dezembro, e encaminhando-se para São Paulo, onde foram instalados na Hospedaria do Imigrante. Dois dias depois, em 27 de dezembro, chegaram à região, sob forte chuva.

Segundo o pesquisador Daniluk (2013, p. 182), os primeiros habitantes da colônia Neu Danzig eram membros do “*Neu Danzig Settlement Society*”, que buscavam um novo país para se estabelecer após o meteórico número de imigrantes que a Danzig europeia recebera na década de 1920, gerando um alto índice de desemprego.

Danzig (Gdansk) foi palco de disputas na Primeira Guerra Mundial entre alemães e poloneses, pois era a única saída da Polônia para o mar. Com o Tratado de Versales, ficou determinado que se tornasse cidade internacional livre, sob a proteção da Polônia, atraindo atenção e fluxos migratórios nos anos seguintes.

A iminência da guerra, a economia devastada e assolada por altos índices inflacionários e o desemprego crescente foram o combustível para que muitos europeus emigrassem e se aventurassem no Brasil, em busca de uma nova vida. Em 1931, foi firmado um acordo entre a CTNP e o Senado de Danzig, que previa a emigração de danziguenses para as terras ainda virgens do norte do Paraná. É importante destacar que esse acordo foi resultado da publicidade do projeto de colonização, disseminada por diversos países da Europa. (CORTEZ; LAGOEIRO, 2009, p. 108)

No Brasil, foram criados dois núcleos para esses moradores: a vila de Nova Dantzig (centro urbano) e a colônia Neu Danzig (zona rural), planejadas pela Companhia de Terras. Juntas formavam o Patrimônio Nova Dantzig, pertencente ao município de Londrina, elevado a Distrito Judiciário em 1937 (CORTEZ; LAGOEIRO, 2009).

O projeto da colônia Neu Danzig fracassou, devido à não adaptação dos moradores às novas condições de vida e a seu apego à terra natal (BENATTO, 2014a). A homônima europeia era uma cidade desenvolvida e sua economia era movimentada pelo comércio. Os imigrantes que de lá vieram eram na maioria comerciantes, bancários, alfaiates, sapateiros ou profissionais do setor manufatureiro e de prestação de serviços. Essas pessoas tinham pouca ou nenhuma experiência com a agricultura e não estavam preparadas para trabalhar na zona rural e se sustentar com o plantio de culturas de subsistência. A dificuldade de adaptação ao clima, a falta de dinheiro, a precariedade da comunicação com os conterrâneos de Danzig, e até mesmo a existência de animais selvagens na região, foram motivos que levaram boa parte dos danzigueses a desistir da colônia (CORTEZ; LAGOEIRO, 2009, p. 111).

Muitos se mudaram para outras cidades, como Rolândia (PR) e São Paulo (SP), outros voltaram para a Europa e alguns se mudaram para a área urbana. Outra causa do fracasso teria sido o fato de Franz Bloch, diretor da colônia, ter “sumido” com parte do dinheiro de um fundo cooperativo ofertado pelo governo a cidade livre de Danzig (CORTEZ; LAGOEIRO, 2009).

O projeto da colônia foi frustrado, mas a área urbana de Nova Dantzig prosperou. Diferentemente da região rural, na vila de Nova Dantzig os lotes urbanos foram ocupados principalmente por brasileiros dos estados de São Paulo e Minas Gerais e por italianos (GONZALES NETO, 1987, p. 26).

Com o Decreto-lei n. 406, que dizia “Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro”, em 1943, Nova Dantzig passou a se chamar Cambé, como permanece até hoje, emancipando-se de Londrina em 1947.

43. *Racho dos Vicentini, década de 1930.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 16x22 cm, PB, rugoso

O rancho de palmito com telhado de taboinhas pertencia à família Vicentini e estava localizado onde atualmente fica o Jardim Santa Mônica, na região norte de Londrina, próximo ao Heimtal, passando o Ribeirão Quati. “Esse rancho era da família da minha mãe, Tarcília Vicentini Piccinin. Aqui atrás era só mato, meu avô foi quem derrubou. Depois meus avós morreram e meus tios ficaram com o sítio. Eles lotearam e ali foi construído um bairro.” (PICCININ, 2013)

Na imagem, da esquerda para a direita estão: Maria Bernardino Vicentini, Tarsila Vicentini Piccinin, João Vicentini, Ângela Vicentini Codato, Luiz Vicentini, Ângelo Vicentini – o patriarca, de chapéu - Antônio Vicentini, a matriarca Ana Bacarin Vicentini e Caetano Vicentini, o último à direita. Eram, no total, onze irmãos. “Sou o garotinho nessa foto, e como você pode ver, as casas no começo eram de palmito porque ninguém tinha dinheiro, tudo era muito difícil.” (VICENTINI, 2013)

Segundo Yamaki (2006, p. 11), o processo inicial de ocupação do lote era praticamente igual para todos. “Os primeiros abrigos eram construídos da maneira mais fácil e rápida, utilizando o material local disponível. [...] A cobertura era de folhas de palmito, tendo como pilares troncos roliços ou palmito, e como parede, troncos de palmito partidos ao meio.” A espécie era utilizada para diferentes finalidades, conforme George Craig Smith (CMNP, 1975, p. 61):

Havia palmitos em abundância e nós os aproveitamos para matar a fome que era muita. Os troncos rachados longitudinalmente, serviram para construir os ranchos e para fazer as casas. As folhas foram utilizadas para cobrir os ranchos, as camas e para alimentar os animais. A mata nos dava tudo e acredito que usufruíamos da primeira dádiva generosa daquelas terras férteis.

As casas, depois, passaram a ser de madeira, feitas de peroba, que era uma espécie também presente na mata e muito resistente. José Leite de Carvalho Filho (2013) afirma que os primeiros que chegaram, assim como sua família, moraram sem nenhum conforto. O banheiro era chamado “casinha” e ficava fora da residência, constituindo-se de um cercado coberto com um buraco no chão.

Em anotações de George Craig Smith, que pertencem ao Museu, consta o custo das construções em 1936. Uma casa de palmito com telhado coberto de taboinhas, sem “soalho”, custava 20\$000 réis o m², enquanto uma casa de madeira com quatro quartos coberta com telhas francesas custava 36\$000. Já uma residência de tijolo coberta com telhas

francesas, com forro e “soalho”, não saía por menos de 160\$000. Para ter uma “casinha” como banheiro, o custo era de 160\$000. Segundo Yamaki (2006, p. 12), pelas anotações, para um operário comum, uma casa de palmito de 24m² equivalia a 53 dias de trabalho, e uma casa de madeira com 90m² equivalia ao pagamento de 360 dias.

Outras fotografias do mesmo período também apresentam esse tipo de construção, com planta regular, telhado de duas águas e poucas aberturas, tendo no fundo uma mata densa. “Como material construtivo existiam pequenas variações: troncos de palmitos ou madeira lascada ou folhas de zinco na cobertura. Sabe-se que ainda em 1929, prevendo suprir os pioneiros, cerca de 1.000 folhas de zinco foram trazidas de Jataí em lombo de burro.” (YAMAKI, 2006, p. 11). Segundo Benatto (2014b), essas lascas de árvores eram as taboinhas, que foram utilizadas até que as cerâmicas se instalassem na cidade.

Luiz Vicentini, que tinha dez anos quando foi tomada a fotografia, explicou que essa foi a primeira casa da família em Londrina e que depois se mudaram para a rua Rio de Janeiro, ao lado do Colégio Mãe de Deus. “Trabalhei na lavoura aqui; depois, por causa das crianças que tinham que ir para a escola, mudamos para a cidade.” (VICENTINI, 2013). Se a idade for precisa, a imagem foi tomada por volta de 1934.

O entrevistado caminhava até a escola todos os dias, um percurso de três quilômetros, e às vezes fazia o caminho duas vezes ao dia. “Quando eu chegava do colégio, ao meio-dia, ia almoçar e depois ia trabalhar na roça. Depois passei a ir para a escola a cavalo.” (VICENTINI, 2013)

Cotidiano

44. *Jardineira transportando compradores, sem data.*

Fotografia: George Craig Smith

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 11,1x8,4 cm, PB, gelatina, brilhante

A jardineira da Companhia de Terras transportava, nessa ocasião, segundo indicação do autor na imagem, compradores para o patrimônio Três Bocas, região posteriormente correspondente a Londrina. A reprodução não tem data e foi tomada pelo funcionário George Craig Smith.

Ao fundo, é possível identificar três ranchos de palmito, material muito utilizado pelos primeiros moradores no início da primeira década, sendo esse o provável período de produção da fotografia. A chuva e a lama dificultavam as viagens e, nessas áreas, a terra demorava a secar por conta da umidade das árvores ao redor.

A jardineira foi o primeiro transporte motorizado que trouxe “imigrantes e colonos de Jataizinho [na época Jatahy] para Londrina, e vice-versa, promovido gratuitamente em dois caminhões velhos” (BONI, 2004, p. 88) – um serviço que levava até um dia para ser realizado (29 quilômetros). “O transporte era feito na pitoresca ‘jardineira’ e deu margem a que se iniciasse uma das atividades empresariais do Norte do Paraná.” (CMNP, 1975, p. 90)

A primeira viagem de Londrina a Jataizinho foi realizada em fevereiro de 1932, por Celso Garcia Cid (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 92). Áurea Hadich de Souza (2012) e Amélia Tozzetti (2012) confundiram a jardineira da foto com a posterior “catita” – símbolo da colonização londrinense, confusão que se dá, segundo Benatto (2012), porque os dois modelos eram parecidos, mas tinham características diferentes.

Essa jardineira era da companhia e pegava o passageiro que vinha de trem para Jataizinho e trazia para Londrina. Era montada no chassi de Ford 28-29, tem quatro fileiras de bancos e uma janelinha atrás. A “catita” surgiu muito depois, quando o Sr. Celso Garcia Cid se associou ao Sr. Mathias Heim que tinha um caminhãozinho. A catita foi montada num chassi de Ford 32-34, já tinha cinco carreiras de bancos, foi feita pelo Sr. Ziogla, que tinha uma oficina na rua Maranhão. Eu vim muitas vezes de Jataizinho pra cá na catita. (BENATTO, 2012)

No início, a companhia havia pensado em manter seu serviço próprio de transporte e, quando desistiu, exigiu a garantia de que os concessionários manteriam os ônibus nas linhas todos os dias. Dessa forma, passou a concessão através de um contrato em 15 de janeiro de 1934, no qual fez constar cláusulas muito precisas, entre as quais a de que a empresa se comprometeria a manter por pelo menos cinco anos uma linha de ônibus para passageiros entre Londrina e o povoado de Arapongas, passando por Nova Dantzig e

Rolândia, com parada tanto na ida quanto na volta por 5 minutos. Além disso, deveria fazer diariamente duas viagens “redondas” entre Londrina e Arapongas e mais duas entre Londrina e Rolândia. A empresa ficava obrigada a construir e entregar à Prefeitura um abrigo ou estação de ônibus e jardineira, no local indicado pela lei, e zelar por sua conservação e limpeza. O contrato sujeitava ainda os concessionários ao pagamento de multas à Prefeitura por hora de atraso, espera nos pontos intermediários, estações, e por deixar de receber passageiros em qualquer parte do percurso, ou pela interrupção total do tráfego. Caso houvesse mais passageiros do que os ônibus pudessem transportar, a empresa ficava responsável por promover os meios de transporte, fornecendo os carros necessários para que os passageiros não ficassem sem condução (ALMEIDA, 1995, p. 250-251).

Em 1934, as duas famílias citadas por Benatto (2012) se juntaram e da sociedade nasceu a Companhia Rodoviária Heim & Garcia. Mathias Heim, alemão, atuava como mecânico, e Celso Garcia Cid era o motorista.

Após dois anos, em 1937, a família Heim decidiu sair do negócio. Celso Garcia Cid passou a procurar um novo sócio através de anúncios no jornal *O Estado de S. Paulo*. E encontrou outro Garcia, da família Garcia Villar, formando a Empresa Rodoviária Garcia & Garcia, atual Viação Garcia.

De início, a empresa operou com apenas um ônibus, estilo jardineira, e somente com uma linha. Em 1º de novembro de 1934, inaugurou a segunda linha, entre Londrina e Rolândia, seguindo as indicações do contrato de concessão. “Andei muito de jardineira, era o principal meio de transporte, a gente ia apertadinha com medo de cair, segurando, e para sair daqui do banco também era um malabarismo.” (CORDEIRO, 2012)

Enquanto os passageiros enfrentavam jardineiras lotadas e a poeira no rosto (ou então o calor, quando as janelas passaram a ser fechadas), os buracos entortavam o molejo e os atoleiros eram quilométricos. A viagem de hoje significava oficina amanhã, um dos motivos da saída de Mathias Heim da sociedade.

Pelo primeiro contrato estabelecido com a Companhia de Terras, o preço das passagens de Londrina a Arapongas era de seis mil réis; de Londrina à Warta (patrimônio próximo ao Heimtal, ao norte) era de 2.500 réis. Gozavam de passagem livre o prefeito, presidente da Secretaria Municipal, médico e o delegado (ALMEIDA, 1995).

A primeira sede da empresa funcionou na rua Maranhão, ao lado da então prefeitura. Em 1940, a Viação Garcia possuía 18 veículos, em 1950 eram 80 e em 1960 chegavam a 318. Durante a Segunda Guerra Mundial, 12 ônibus foram adaptados para o gasogênio, por conta do racionamento de combustível.

Em propaganda no *Álbum de 1939* (GOMES, 1938, p. 25), a “empresa” afirmava ter jardineiras e “omnibus de luxo”, com sete viagens diárias nas linhas de Londrina a Nova Dantzig e Dantzig a Rolândia; quatro na linha Londrina a Sertanópolis e uma na linha Londrina a Fazenda Alvorada. Já na “Revista-Jornal” (1946, p. 33), afirmava trabalhar para “a grandeza do estado do Paraná”, sendo “a mais importante do gênero, existente no Setentrião Paranaense”, cooperando “eficientemente no desenvolvimento desta zona, ao proporcionar rápido transporte em carros amplos e confortáveis que cruzam o Norte do Paraná em todas as direções”.

O sócio proprietário e primeiro motorista, Celso Garcia Cid, nasceu em 30 de abril de 1909, em Tamaguelas, província de Orense, na Espanha. Chegou a Santos em 28 de dezembro de 1928, onde trabalhou como garçom, pedreiro e mecânico. Em 1931 comprou um caminhão Ford ano 1929 para transportar cargas de terceiros para diversas localidades no norte velho do Paraná, e no ano seguinte transportou para Londrina a primeira carga de telhas para construção (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 92). Foi então que transformou seu caminhão em jardineira para transportar passageiros de Londrina a Jataizinho.

Com a prosperidade da Viação Garcia, ele passou a adquirir fazendas para pecuária e cafeicultura, e foi o primeiro a importar raças bovinas indianas para o Brasil, sendo também o pioneiro na atividade de congelamento de sêmen bovino.

45. *Churrascada no bosque, 4 de fevereiro de 1936.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 16,8x22,9 cm, PB, rugoso

A churrascada registrada pelas lentes de José Juliani foi promovida pela Companhia de Terras em 4 de fevereiro de 1936, no bosque ao lado da igreja matriz. Segundo o Museu Histórico Padre Carlos Weiss, que detém o original, possivelmente o evento foi promovido para comemorar a posse do prefeito eleito Willie Davids, em 20 de janeiro daquele ano.

De acordo com Souza (2012) e Carvalho Filho (2013), os políticos faziam eventos “homéricos” no bosque, antes e após as eleições. Presenteavam eleitores com dentaduras e botas, entre outros objetos. Também se faziam churrascadas, segundo Leite (2013), toda vez que era inaugurada uma construção pública, reunindo grande parte dos moradores da área urbana. “Era no improviso, cavavam uma valeta no chão e depois pegavam espetos de madeira, geralmente eram gravetos, para colocar a carne. Eu estava nessa comemoração esse dia, mas não estou na foto.”

Na imagem, é possível identificar Arthur Hugh Miller Thomas (1), gerente administrativo da companhia. À direita dele, estava Willie Davids (2), então prefeito. Na extrema esquerda estava João Antônio Benatto (3), pai de Omeletino Benatto (4), também presente na ocasião, e que deu o seguinte testemunho:

Esse aqui sou eu comendo um churrasquinho. Dá para reconhecer muita gente aqui, esse aqui é o Sr. Lupércio Luppi [5], alfaiate, esse aqui é Severo de Rodin Canziani [6], foi coletor de rendas estaduais em Londrina e é pai do deputado federal Alex Canziani, e esse aqui é mister Thomas. Atrás do Willie Davids era Elias Tarran [7], dono da Casa Combate, que vendia tecidos, roupas e materiais de

construção como tinta e madeira. A companhia tinha por meta de vez em quando fazer no bosque o churrasco, eram feitas uma valetas fundas compridas, com 20, 30 ou 40 metros e enchiam de lenha, punham fogo e cortavam aqui no bosque mesmo uns bastões, faziam uns espetos, espetavam a carne e assavam na valeta. Aí distribuíam cerveja que vinha da Antártica, de São Paulo, vinha em caixa de madeira, revestida com polainas feitas de palha de trigo para as garrafas não quebrarem na viagem. Às vezes tinha guaraná para a meninada, quando conseguia pegar uma garrafa de guaraná era uma bruta de uma festa. [...] Você vê, aqui estou com o pé no chão sem sapato, coloquei sapato a primeira vez em 1938. (BENATTO, 2011)

Assim como os políticos, os congregados marianos também promoviam churrascos e piqueniques no bosque (SILVA, 2012). O pai de José Leite de Carvalho Filho (2013) foi, por muitas vezes, o churrasqueiro desses encontros.

O bosque estava localizado ao lado da igreja matriz e existia desde a primeira planta da cidade. Segundo Almeida e Adum (2007), o espaço foi definido, já no projeto de organização elaborado pela loteadora, como local público cedido à Prefeitura. Sua área compreende 21.235,89 m² divididos em duas alas separadas, tendo como limite as ruas Padre Bernardo Greiss (norte), Pará (sul) e as avenidas Rio de Janeiro (leste) e São Paulo (oeste).

Ao longo dos anos, o bosque recebeu várias intervenções do poder público e foi perdendo suas características de área de mata virgem preservada. Em 1953, foram realizadas várias modificações durante a administração do prefeito Milton Ribeiro de Menezes, como a instalação de um viveiro de animais de espécies típicas da região, construção de um parque infantil, quadra de esporte polivalente, vestiários e sanitários (ALMEIDA; ADUM, 2007). Em março de 1958, por iniciativa do prefeito Antônio Fernandes Sobrinho, o local passou a se chamar Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon.

46. Avenida Paraná, 1938.

Fotografia: Carlos Stenders

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Reprodução 18x24 cm, PB, brilhante

“Londrina em tempo de chuva”. Esse é a inscrição no verso da imagem, que traz também o carimbo do estabelecimento de Carlos Stenders - Foto Estrela, Rua Mato Grosso, Londrina - e o ano, 1938. Tirada na Rua Paraná (atual calçadão), no trecho compreendido entre as ruas Professor João Cândido e Pernambuco, a vista é do sentido leste para oeste e permite notar, ao fundo, a rua Quintino Bocaiúva.

Talvez a avenida mais importante naquele momento, a Paraná foi uma das primeiras da cidade e concentrava o escritório da companhia e diversas casas comerciais, como as registradas na imagem: Electro Brasil Instalações - estabelecimento de propriedade da família Bespalhok, Casa Progresso (comércio de roupas e tecidos em geral), Casa Americana, de instalações elétricas, onde hoje coincidentemente está alocada uma filial da rede Lojas Americanas. “[...]localizada no centro, se estabelecia como principal rua comercial da cidade, e era ponto de referência quando se falava de Londrina. Tratava-se também da principal via de ligação entre as cidades de Cambé – Londrina – Jataizinho.” (MACHADO; GUEDES; OLIVEIRA, 2012, p. 799)

De acordo com Benatto (2011), o prédio da Casa Americana pertencia a um grego, pai de criação de Arani Mascaro, esposa do Sr. José Garcia Molina. “Ele foi sócio da Viação Garcia tempos depois. Aqui no segundo quarteirão, tinha o hotel Ferrareto.”

Não se tem a data precisa da imagem, mas é possível determinar que foi tomada após 10 de julho de 1938, quando foi inaugurada a luz elétrica, seguida pela instalação dos postes. Nesse período, a prefeitura havia instalado nas duas ruas “postes de madeira, em linha reta, com distância de aproximadamente trinta metros entre um e outro”. (BONI, 2004, p. 76). A energia elétrica para a região central era gerada por motores a vapor instalados na serraria SIAM, e no decorrer da década de 1940 foram instaladas usinas hidrelétricas e mais postes em outras vias.

No final de 1942, o trecho da avenida Paraná situado em frente à praça Marechal Floriano, a 200 metros do local fotografado, começou a ser pavimentado.

A pavimentação foi executada com pedras de basalto no formato de paralelepípedos. Os passeios eram em ladrilho hidráulico, fabricados com cimento e areia com desenhos reticulados. Com o passar do tempo, os ladrilhos se soltavam e quando chovia era o terror dos pedestres distraídos que pisavam em ladrilhos soltos. A água e o barro vermelho que se depositavam embaixo dos ladrilhos espirravam nas pernas das mulheres e na calça dos homens. (BORTOLOTTI, 2007, p. 28)

Antes da pavimentação, em períodos chuvosos, era difícil se locomover a pé pela via, e os únicos veículos que transitavam eram carroças e charretes. “Caí muito nesse barro. Tinha que ir agarrando na cerca de balaústra ou de palmito pra não cair.” (VICENTINI, 2013). As cercas das casas eram construídas com esse material, que servia de apoio nas caminhadas. Na entrada das lojas, e na maioria das casas, era possível observar o “limpa pés”, equipamento produzido em ferro para tirar o barro da sola dos sapatos. Esse equipamento tinha o apelido de “chora paulista”, uma brincadeira com os paulistas que chegavam à cidade, acostumados com calçadas pavimentadas.

Por isso que nós dizíamos: Londrina é fama, quando não é pó é lama [risos]. Já ouviu falar isso? Ou você tinha uma estiagem que tinha uma poeira medonha, ou você tinha chuva que você dançava na lama. Tanto é que as pessoas caíam com muita facilidade porque a terra molhada é escorregadia e dali alguém dizia: olha, eu comprei um pedaço de terra. Comprar um pedaço de terra era ter caído naquele lugar. E caíamos com muita facilidade, e a terra era também um pouco pegajosa e você corria o risco de deixar seu sapato colado lá e seu pé sair do sapato. Foi uma época extremamente difícil. (TOZZETTI, 2013)

As correntes, que eram utilizadas nos pneus dos caminhões para que eles não atolassem, eram também colocadas nas solas dos sapatos (BENATTO, 2011; CARMAGNANI, 2013; SOUZA, 2012), para que os moradores não caíssem na lama. E à medida que o barro ia secando, se formavam montes (PICCININ, 2013; TOZZETTI, 2013) de terra dura a cada metro,

parecendo as costas de uma tartaruga, ficavam mais altos. Era comum quando o camarada fosse segurando nas cercas de ripa de balaústra ia pisando de montinho em montinho. Mas de vez em quando uma ripa daquela deslocava e você escorregada e pranchava, caía inteiro na meleca. A criançada ficava perto para rir e se divertiam. (BENATTO, 2011)

Era preciso pisar no “morrondum”, que se formava com várias camadas de barro, para fugir das poças d’água. Usava-se também muito o pó-de-serra e casca de arroz para proteger o piso das residências e do comércio de sapatos sujos de lama (BORTOLOTTI, 2007, p. 28). Odília Negro Bergoc, que morou na rua Pernambuco, próxima à região fotografada, conta que os taxistas e ela própria se divertiam.

Se queria levar tombo era só andar aqui. Do lado da sorveteria da família Leoni, que ficava algumas quadras antes, tinha uma mocinha da minha idade e a gente conversava muito. A gente ficava na esquina conversando e ali a gente via as coisas acontecerem, principalmente quando chovia, a gente ficava esperando as pessoas passarem, do lado de lá era tudo cerca de balaústra, e as pessoas para passar iam

segurando na cerca. E todos procuravam pisar no lugar onde o barro já estava amassado e foram fazendo aqueles morrinhos. E não podia pisar fora do morrinho, senão escorregava e ia para o chão, e a gente ficava observando e rindo. (BERGOC, 2012)

Na rua Pernambuco, que cruza a avenida Paraná e pode ser vista ao fundo, funcionava a agência dos Correios. Bergoc (2012) relembra que certa vez o médico Anísio Figueiredo, importante figura para a cidade, estacionou o carro. Quando saiu e fechou a porta, escorregou e caiu na lama, com a roupa branca. Ao pegar objetos do outro lado do carro, caiu novamente. “Ele nem entrou no Correio, ficou tão nervoso que jogou tudo para dentro do carro e foi embora.”

Era comum, para médicos e para os ingleses (e também para aqueles que os imitavam), usar roupas brancas, feitas de linho. Ao serem lavadas com a água da região e após tombos na lama da terra vermelha, ficavam encardidas e amareladas.

A lama é apontada pelos entrevistados como uma das maiores dificuldades no período (CORDEIRO, 2011; CARMAGNANI, 2013; PICCININ, 2013) e ficava nas ruas por dias, pois a cidade não contava com sistema de escoamento de água pluvial e esgotos. O excesso de água seguia em declive para os trilhos do trem, onde se formavam valetas com mais de um metro de profundidade.

A gente ficava no portão de casa, e ali perto do trilho do trem é uma subida, né, só para ver o pessoal cair [risos], a gente se divertia porque o pessoal saía do trem e, de repente, caía no chão, assustados. As balaústras, cercas que o pessoal segurava, não tinham mais as ponteiras, de tanto o povo segurar e quebravam, né? O pessoal caía e caía bonito. A diversão de pobre era essa, ver todo mundo caindo. No começo não escapava ninguém, todo mundo que viesse de trem caía, já era batizado. (SOUZA, 2012)

As casas não paravam limpas, alternavam entre poeira – na época da estiagem – e barro – nos períodos de chuva. A poeira, proveniente da terra vermelha, não permitia que as donas de casa estendessem suas roupas no varal, e muitas vezes a prefeitura contratava caminhões pipa que passavam molhando a terra para amenizar o problema. A pavimentação, portanto, foi umas das reivindicações mais constantes da população.

47. *Automóveis de aluguel esperando compradores, sem data.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 30x40 cm, PB, fosco

Os táxis, então chamados de carros de aluguel, alinhados na rua Minas Gerais quase esquina com a rua Maranhão, aguardavam os potenciais compradores de terras que chegavam para conhecer a região. Em número significativo para a época, nessa ocasião em especial esperavam próximos ao escritório da companhia visitantes que conheceriam as terras de Oswald Nixdorf⁴⁹, a Colônia Roland, uma granja situada entre Cambé e Rolândia. Aberta em 1932, a colônia era exemplo de produtividade e modernidade, possuía curvas de nível e variedade de culturas, servindo como fazenda experimental da loteadora inglesa. Ali, Nixdorf recebia, negociava e proporcionava adaptação aos imigrantes alemães que chegavam à região.

Na fotografia, da esquerda para a direita, o sexto é Antônio Bonifácio de Oliveira, o quinto é o Sr. Estêncio Martins e o último é o Sr. Guilherme Rausch. A casa situada no centro da fotografia ficava na esquina da rua Minas Gerais com Maranhão e, segundo Benatto (2013a), foi moradia, por 38 anos, da família do Sr. Jordão Santoro. Um de seus filhos, Alexandre Santoro, foi o mestre da construção do conjunto do Cine Outro Verde e do edifício Autolon. Nessa mesma casa, de abril de 1932 até o fim do ano, morou Oswald Nixdorf, antes de mudar para a Colônia Roland. Ao lado ficava a casa de Vicente Manella, onde atualmente fica o Edifício Manella.

A imagem não tem data, porém em um álbum organizado por Juliani e adquirido por Luiz Vicentini consta a legenda: Frota de automóveis existentes em Londrina em 1934. “Mas acho estranho, pois chegamos em setembro de 1933 e só tinha charrete.” (VICENTINI, 2013)

Considerando os erros de datas nas fotografias de Juliani, e a presença dos postes de eletricidade, que foram instalados em 1938, assim como o Cine São José (prédio de fachada branca à direita das árvores, inaugurado em 26 de abril de 1938), pode-se inferir que a imagem é posterior a essa data. Outro dado que leva à constatação do ano é a

⁴⁹ Formado engenheiro agrônomo por uma escola superior alemã, Oswald Nixdorf passou nove anos em Sumatra em uma plantação de tabaco, negócio que não deu certo. Voltando para a Alemanha, encontrou Erich Koch-Wesser, então responsável pela Sociedade de Estudos Além-Mar, que lhe deu um emprego e o mandou para o norte do Paraná. Segundo o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL), Nixdorf participava do Partido Nazista (oficialmente até 1936), o que causou certo desconforto quando chegaram à região imigrantes alemães judeus. Quando a Segunda Guerra estourou, ele guardou documentos e diários em containers e leiteiras e os enterrou em sua propriedade em três locais (NIXDORF, 1979), pois acreditava que a polícia viria atrás dele. Em 1942 foi preso, acusado de traidor da pátria brasileira, e suas terras foram confiscadas pelo governo. Dez anos depois, recuperou judicialmente as terras. Faleceu em 1º de maio de 1981.

identificação dos modelos dos carros. Segundo Benatto (2013a), pioneiro que trabalhou na concessionária Autolon e chegou a ser sócio da empresa, o modelo de veículo mais recente da frota data de 1938.

Da esquerda para a direita, esse primeiro é um Ford ano 1936, o segundo e o terceiro são carros Ford pé de bode ano 1928/29, o quarto é um Chevrolet 1933 ou 34, o quinto é um Ford V8 1937, o sexto também é um Ford 33/34. O próximo é talvez um Ford 32/33 e oitavo, maior, é um Chevrolet 1938.

O local era o ponto de parada de carros de aluguel e jardineiras que chegavam de Jataizinho (na época Jatahy) a serviço da companhia, uma espécie de rodoviária (BENATTO, 2013b; LEITE, 2013; VICENTINI, 2013). “Naquele tempo chamávamos também de carros de praça. Meu pai tinha um, era um Chevrolet 1929 que era apelidado de ramona, diferente do Fordinho com cobertura de lona, que em 34 passou a ter cobertura de metal. Esse segundo é um Fordinho 28 ou 29.” (TAN, 2013)

Maria Alice Brugin de Arruda Leite (2013) comenta que, no início, os motoristas estavam acostumados a conduzir charretes e quando dirigiam carros não pisavam no freio, sinalizavam com gritos ou beijos - como se faz com cavalos - quando queriam parar o automóvel, o que gerava muitos acidentes. “Só paravam ao bater no poste. As lojas não venciam em trazer peças de São Paulo.”

48. *Antiga estação ferroviária de Londrina, década de 1930.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 24x30 cm; Original 17x22 cm, PB, rugoso

Na antiga estação ferroviária de Londrina, à esquerda estava a manobreira suíça e, à direita, a locomotiva a vapor “Consolidation”, da empresa norte-americana Baldwin, que atuava na ferrovia São Paulo-Paraná (sigla S.P.P.). Nessa época, abaixo da linha, havia poucas casas, a rua Heimtal e algumas madeireiras. O homem de chapéu e terno escuros é João Antônio Benatto, pai do entrevistado Omeletino Benatto. “Aqui parece ser uma ocasião festiva, pois os homens estão de terno no pátio da estação, inclusive meu pai. Talvez estivessem esperando ou se despedindo de alguém importante.” (BENATTO, 2012)

A máquina de manobras foi a primeira locomotiva a chegar à cidade, e atravessou o rio Tibagi por cabo de aço no início de 1935, antes da ponte ficar pronta. A máquina foi utilizada na construção da linha, ao mesmo tempo em que a ponte era edificada. A fotografia é, portanto, posterior a 1935.

Diferentes trens faziam o percurso entre Londrina e São Paulo. Alguns eram diretos e traziam encomendas, encomendas expressas em até 24 horas, outros transportavam passageiros e paravam em diferentes pontos, sendo o principal Ourinhos (SP). De acordo com Almeida (1995), os comboios eram de três tipos, o de passageiros, o de carga e o misto. Os de passageiros circulavam com duas classes, separadas nos vagões pelo restaurante. Os vagões de primeira classe eram engatados no final do comboio, para não receberem a fumaça e fuligem.

O atropelamento de pedestres pelo trem era frequente, principalmente daqueles que andavam ao longo da linha. “Acidentes com veículos também ocorriam nas passagens das ruas Duque de Caxias [então Heimtal] e Pernambuco, pelo cruzamento de veículos e trens nestes pontos.” (BORTOLOTTI, 2007, p. 42)

Os trens de carga deslocavam materiais, mas descarregavam em outro local, um pouco antes da estação ferroviária, onde atualmente fica o Pronto Atendimento Infantil. Ali funcionava o armazém da companhia.

Esse trem a gente chamava de Catarina [risos]. Meu pai vivia na frente dos vagões, ele trabalhava como engenheiro da estrada, por isso morávamos ao lado, qualquer problema ele tinha que ir lá ver. Na época eles faziam propaganda que aqui tinha terra roxa sem saúva, então chegava muita gente nos trens, viviam abarrotados. (SOUZA, 2012)

O trem passou a ser o principal transporte de imigrantes que chegavam à região, alavancando seu desenvolvimento. Depois de 1935, a construção da estrada de ferro

continuou no sentido de Guaíra, divisa com o Paraguai. De Londrina as locomotivas seguiam para Cambé e Rolândia.

Eu vim de trem de Curitiba até Marques dos Reis, que já fica no Paraná. Ali descia e esperava um que vinha de Ourinhos para o norte do estado. Aí levava um dia e uma noite inteira. Tinha restaurante dentro do trem, beliche para você dormir. Na segunda classe era banco de madeira e primeira classe era estofado. (IDERIHA, 2013)

A locomotiva era movida à lenha e, segundo Amábile Cordeiro (2012), muitas vezes a roupa dos passageiros ficava suja de fuligem. “Eu vim para Londrina na Maria Fumaça. Quando nós chegamos com a mudança, para tirar a mudança da estação tinha que pagar, e meu pai acabou com todo o dinheiro, ele gastou 200 mil réis naquele tempo e ficou sem dinheiro nenhum.”

No início da década de 1940, Omeletino Benatto ajudava seu pai no descarregamento de telhas na estação. “Eu era garoto, só conseguia pegar uma telha, mas trabalhava. E nós adorávamos quando a minha irmã Oulinda levava o almoço para nós lá na estação. Sentávamos no trilho, embaixo da gôndola descarregada, e comíamos.” (BENATTO, 2012)

A estação em madeira à direita era pequena e foi inaugurada em 28 de julho de 1935, com a chegada do primeiro trem especial vindo, originalmente, de Sorocaba, com autoridades paulistas e paranaenses, além de representantes de países como Japão, França e Inglaterra. Parou na estação de Santo Antônio (atual Iperó - estação abandonada), para pegar as autoridades paranaenses, vindas de Curitiba pelo Ramal de Itararé, como o interventor Manoel Ribas. Em Ourinhos, outras personalidades embarcaram e o grupo foi acompanhado por João Sampaio, presidente da loteadora. Em Jataizinho (Jatahy) se uniram a eles o então prefeito Rosalino Fernandes, o delegado Carlos de Almeida, Willie Davids, George Craig Smith, Eugênio Larionoff, entre outros (BONI, 2004, p. 133). No mesmo dia foi inaugurada a ponte sobre o rio Tibagi, com 294 metros, sobre a qual passavam os trilhos do trem.

Com a chegada do trem à cidade, o comércio pôde ser provido com mais variedade e regularidade. Os vagões passaram a trazer novas mercadorias e a levar o excedente da produção dos agricultores que então poderiam dispensar as mulas, burros de sela e carroças no envio das sacas de milho, café, feijão e arroz a outros mercados.

O maior volume de cargas embarcadas em Londrina era de café e cereais, acondicionados em sacas de 60 quilos, colocados em vagões fechados. Os ensacadores eram homens fortes que carregavam esses sacos na cabeça, subindo escadas de até quatro metros para amontoá-los em altas pilhas. Havia muitos vagões estacionados no pátio, além dos ramais ferroviários dos exportadores. Nos vagões abertos, eram embarcadas as toras de madeira bruta ou madeira beneficiada pelas serrarias (BORTOLOTTI, 2007, p. 29).

Nos primeiros anos, a produção agrícola era a única fonte de renda de muitas famílias e “a emergente atividade agrícola exigia uma forma rápida, eficiente e segura de escoar a produção”. (BONI, 2004, p. 27). A chegada do trem também deu mais visibilidade ao município que nascia: “o caminho de ferro e as rodovias [...] atravessando as matas [...] operaram o milagre da transformação do inóspito sertão”. (MACARINI, 2004, p. 51). A estação em madeira, presente no registro, foi demolida em 1946 para a construção de uma nova, onde fica atualmente o Museu Histórico de Londrina.

49. *Moradores da Casa Sete e Funcionários da Companhia de Terras, década de 1930.*

Fotografia: Autor desconhecido, Álbum de George Craig Smith

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo flexível 8,5x6 cm; Original 17x10,8 cm, PB, gelatina, fosco, rugoso

Os quatro moradores da Casa Sete, da esquerda para a direita: Eugênio Victor Larionoff, Luiz Estrella, George Craig Smith e Bernardo Schneider. Moravam juntos e trabalhavam para a Companhia de Terras em diferentes funções, mas acabavam atuando também como vendedores de lotes e por isso apresentavam-se como na imagem: arrumados e com boa aparência (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2010, p. 78). Bem vestidos, com roupas claras, botas de cano alto e calças popularmente conhecidas como culotes, esses vendedores eram chamados de “picaretas”, e os compradores eram os “jacus”.

Anos após o registro, Eugênio Victor Larionoff, caixa da companhia, casou-se com a irmã de Luiz Estrella – chefe de contabilidade da loteadora –, a jovem Margot. Ele era proveniente da Sibéria e viveu anos no deserto à beira do Canal de Suez, no Egito, em um acampamento de cadetes do exército imperial russo.

Nos registros da Companhia de Terras consta que Larionoff foi admitido em março de 1932, prestando serviços por mais de 44 anos. Deixou Londrina em 1947, mas permaneceu trabalhando na loteadora, em São Paulo.

Depois de algum tempo, Larionoff, que era da região do Cáucaso, na Rússia, se divorciou e morreu em São Paulo. Mas antes disso, ele fundou um mosteiro em Rolândia e casou-se novamente. Em seu testamento, deixou que queria ser cremado e que suas cinzas fossem jogadas nos montes Urais, na Rússia, e isso foi feito. (BENATTO, 2014a)

George Craig Smith, integrante da primeira caravana da companhia que chegou à região e chefe dos escritórios em Londrina, saiu da cidade em 1932, quando se alistou como voluntário paulista na Revolução Constitucionalista, voltando ao norte do Paraná em outubro do mesmo ano. Em 10 de dezembro de 1937, deixou a loteadora e mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como vendedor. Casou-se anos depois e divorciou-se em 1953. A partir de então, passou a atuar como missionário evangélico, tendo voltado para Londrina em julho de 1975, para dedicar-se às atividades religiosas até a data de seu falecimento, 16 de junho de 1992.

O terceiro morador da Casa Sete, Luiz Estrella, também voltou para São Paulo, onde faleceu, após prestar serviços por 30 anos para a empresa inglesa. O Museu não possui

nenhum material de pesquisa e os livros da região não tratam da vida do quarto morador, Bernardino Schneider.

O casarão no fundo da fotografia, à direita, era a casa do Sr. Mathias Heim, onde atualmente ficam as Lojas Americanas. Austro-húngaro, chegou ao Brasil em 1920 e foi, no início, comerciante em São Paulo. Quatro anos depois mudou-se para Presidente Prudente, onde trabalhou por outros quatro anos na Colonizadora Marcondes. No final da década, passou a trabalhar na estrada de ferro São Paulo-Paraná, o que o levou ao norte do Paraná em 1931, passando a atuar como motorista da Companhia de Terras, fazendo transporte de passageiros e cargas na linha Jataizinho-Londrina. Foi sócio de Celso Garcia Cid na empresa Heim & Garcia Ltda., e como mecânico era responsável pela manutenção da frota. Em 1936 saiu da sociedade que viria a se tornar a Viação Garcia.

50. *Amigos de George Craig Smith em passeio ao Hotel Rolândia, década de 1930.*

Fotografia: George Craig Smith

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo flexível 8,5x6 cm; Original 9x6 cm, PB, gelatina, brilhante

A partir da esquerda, de baixo para cima, em sentido horário, estão Severina Colabelli, Úrsula Blumberg, sua irmã, Christopher Blumberg, Amadeo Boggio, Carlos de Almeida, Manoel de Almeida, a esposa de Hilário Scharff - um dos primeiros farmacêuticos de Londrina - e Yollanda.

A fotografia foi produzida por George Craig Smith em frente ao Hotel Rolândia, durante uma festa, segundo anotações do fotógrafo, e não tem data precisa. O hotel, primeira construção da cidade que se emanciparia em 1943, foi inaugurado no dia 1º de outubro de 1934; pode-se, portanto, afirmar que a imagem é posterior a essa data. O estabelecimento foi construído em madeira e era de propriedade de Eugênio Victor Larionoff, funcionário da companhia e morador da Casa Sete.

Severina Colabelli foi identificada por um grande número de entrevistados. “Ela foi dentista da minha mãe. Se formou com 19 anos, muito cedo. Era muito bonita.” (PICCININ, 2013). Ficou em terceiro lugar no “prêmio de beleza” de 1935 (PARANÁ-NORTE, 1935, p. 4) e, após se casar, passou a se chamar Severina Colabelli Alho. “Sua filha era a Maria Dulce Alho Grotti, foi minha professora de introdução aos estudos históricos. O consultório da Severina ficava na rua Pernambuco quase esquina com a Pio XII, era um sobrado, ela também morava lá.” (TOZZETTI, 2012)

Carlos de Almeida, por sua vez, foi o primeiro delegado de Londrina e estava ligado ao comércio e extração de madeira na cidade. “Ele foi o primeiro gerente da serraria SIAM de Londrina, montada em 1937.” (BENATTO, 2014a). Era um candidato natural ao cargo de prefeito em 1934, contando com apoio popular e da loteadora inglesa, como noticiou o jornal *Paraná-Norte*, em matéria intitulada “O Futuro Prefeito” (1935, p. 11):

Carlos de Almeida, o futuro prefeito constitucional de Londrina, o escolhido do povo e o preferido do pelo diretório do P.S.D., não é um desconhecido do norte do Paraná. Tem seus serviços prestados, não remunerados, aos quaes serviu com a maior abnegação e com o elevado critério que todos reconhecem. [...] Chegou em junho de 1929 e ingressou na Gibbs & Cia., na construção da estrada de ferro. [...] Em 1930, quando da revolução de Outubro, o Governo, lhe confiou a direção do policiamento de Cornélio Procópio, a fim de combater grupos de desordeiros [...] Em 16 de maio de 1931, foi pelo Decreto n. 1143, firmado pelo General Mário Tourinho, nomeado primeiro suplente do sub-delegado de Bandeirantes. Em 1933 pelo Decreto n. 2170 de 11 de outubro foi nomeado subdelegado de polícia de Londrina, cargo que exerceu até 16 de janeiro de 1935, quando foi nomeado delegado de polícia, com a elevação de Londrina a município. [...] Realizou o milagre de manter, sem o emprego da violência, n’uma cidade *ponta de trilhos*, grandemente movimentada como é Londrina, a mais perfeita ordem [...].

Porém, o nome indicado pelo governo do estado foi o do pontagrossense Joaquim Vicente de Castro, que tomou posse em 10 de dezembro de 1934. “O pessoal não gostou. Carlos de Almeida era padrinho do meu irmão, foi compadre do meu pai, era querido e muito conhecido de todo o pessoal daquela época.” (LEITE, 2012)

O delegado também era padrinho do irmão de Áurea Hadich de Souza (2012). “A esposa dele, dona Marta, foi minha professora de música. Eles tinham alguns bens, administravam. Seu filho Márcio ia sempre em casa brincar com a gente. [...] Ele era bem parecido com o pai. Eles fizeram muito por Londrina, por isso eram bem conhecidos.”

Já a alemã Úrsula Blumberg foi enfermeira no hospital da companhia e era sobrinha de Richard Blumberg, o primeiro professor da escola alemã do Heimtal. Sua irmã, Christopher Blumberg, era auxiliar de escritório da loteadora.

51. *Máquina de arroz na Rua Quintino Bocaiúva, por volta de 1935.*

Fotografia: Autor Desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 18x24 cm; Original 18x24 cm, PB

O grupo foi fotografado em frente a uma máquina de beneficiar arroz, localizada na Rua Quintino Bocaiúva, por volta de 1935. Na fotografia, da esquerda para a direita, José Romero (em cima da carroça), Alberto Negro, Orlando Negro, Domingos Negro, um desconhecido à porta, Augusto Caminhoto e à sua frente seu filho, Alcides Caminhoto, com sete ou oito anos. Os demais não foram identificados. Alberto, Orlando e Domingos eram irmãos de Odília Aparecida Negro Bergoc, e segundo ela, foi Alberto, o mais velho, quem trouxe toda a família para a região.

“Alberto viu uma propaganda sobre as terras em uma parede de um trem. Então ele chegou em casa, em Leme, e falou para o meu pai que eles tinham que vir pra cá. Vieram os três primeiro, em 1935, com minha irmã Helena e meu pai para comprar a máquina de arroz.” (BERGOC, 2013)

O restante da família chegou em abril de 1936, e Orlando, o mais novo dos fotografados, morreu em 1940, ao contrair uma doença após atravessar um rio a nado. Alberto, anos depois, voltou para Leme para casar e foi morar em Ibiporã (PR), cidade vizinha a Londrina, onde adquiriu uma cerâmica. Depois de comprar a máquina de Augusto Caminhoto, a família passou a morar nos fundos do mesmo terreno, em uma casa também de madeira. “A máquina era virada para a rua Quintino, mas era perto da rua Sergipe e virada para a Sergipe ficava nossa casa.” (BERGOC, 2013)

A família adquiriu a máquina de Antônio Augusto Caminhoto, filho de italianos de Verona, nascido em 26 de setembro de 1903, em Botucatu (SP), também presente na imagem. Seus pais se estabeleceram em uma fazenda de café, porém ele não apreciava a vida no campo e dedicou-se à construção de casas e à compra e venda de café.

Com a desvalorização do produto na década de 1930, Caminhoto decidiu empreender em novas terras (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 38). Chegou a Londrina no fim de 1933, estabelecendo-se neste local, na rua Quintino, onde instalou a primeira máquina de beneficiar arroz da cidade. Os olhos de Caminhoto estavam sendo prejudicados com a poluição da máquina de arroz, e um sonho antigo se tornou prioridade: a construção de um cinema. Construiu, ao lado, um prédio de alvenaria, abrindo o Cine Londrina. “Ele aproveitou o vapor do motor da máquina de arroz e à noite passava filme.” (VICENTINI, 2013)

No dia 28 de junho de 1934, foi exibido “Daniel na Cova dos Leões”, filme mudo, sonorizado pela presença de um acordeonista e um violinista, alemães do Heimtal. Já na

década de 1940, após melhorias na estrutura e na projeção, o cinema passou a se chamar Cine Avenida e se tornou o melhor da cidade, com dois setores, sendo um de poltronas estofadas. Um fato marcante, descrito por Freitas e Bartelli Júnior (2006, p. 9), é que muitos tentavam entrar na sala de graça, principalmente pela janela dos sanitários, que davam para um depósito de palha de arroz. Os “infratores” ficavam de castigo na porta do cinema para servir como exemplo.

Nos anos seguintes, Caminhoto adquiriu e reformou outros cinemas em toda a região. Construiu também vários prédios na cidade, entre eles o edifício que leva seu sobrenome, onde sua filha Julieta mora até hoje.

52. *Aviões no campo de aviação, 11 de maio de 1937 (?).*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 18x24 cm, PB, rugoso

Aviões enfileirados no primeiro campo de aviação de Londrina, localizado na Fazenda Palhano, região sul, onde hoje está o Centro de Eventos. Segundo o museu e a inscrição na imagem, o registro data de 11 de maio de 1937. Porém, em álbum comercializado por José Juliani e adquirido por Luiz Vicentini, há a seguinte indicação na mesma fotografia: “Aeroporto Gleba Palhano 7/11/1938”.

De acordo com as historiadoras do Museu Histórico de Londrina, José Juliani frequentemente errava as datas nas indicações nas fotografias. Boni (2004) também afirma que o primeiro avião chegou em 1938, com a inauguração em 25 de setembro do campo de pouso, com três pistas de terra.

Benatto (2013) afirma que o campo foi inaugurado somente em 1938, durante a administração do prefeito Willie Davids. Ele comenta que dias depois vieram seis aviões, que andavam em esquadrilha de dois em dois. “Eu não vi do campo velho, mas eles passaram por Londrina e eu me lembro muito bem. Era avião com cabine aberta carlinca, e o piloto usava blusão de couro e óculos enormes por causa do vento, todo mundo olhava na rua.”

A inauguração do aeroporto havia sido marcada inicialmente para o dia 7 de setembro de 1938. A programação previa uma grande festa, com a presença popular e de autoridades, e com a vinda de modernos aviões de Curitiba e São Paulo. Como os aviões não vieram, a inauguração foi adiada para 18 de setembro, quando se esperava a presença dos interventores federais do Paraná e de São Paulo, que também não vieram. Mais uma vez a festa de inauguração foi transferida, para o dia 25 de setembro. “No dia previsto, estive ausente a persona principal: o avião. Com o tempo nublado, não puderam descer em Londrina três aviões corsários, dois wacoscabines, um aerolloyd Iguassu, um avião de turismo, um avião naval e um avião da VASP.” (ALMEIDA, 1995, p. 114). Ainda assim, houve uma grande festa, na qual a bebida servida foi água, com a participação de cerca de cinco mil pessoas.

O avião diminuía o tempo da viagem até Londrina, evitando atolamentos em dias de chuva, mas tinha um alto custo. Por isso, era frequentemente utilizado por políticos, fazendeiros e empresários. “Era mais rápido buscar encomendas de avião do que conseguir linha telefônica para São Paulo.” (ALMEIDA, 1995, p. 111)

Segundo Leite (2013), o aeroporto era muito movimentado e recebia aviões pequenos alugados que traziam compradores de terras, principalmente no período de 1945

a 1947. Ao chegarem para pouso, levantavam uma grande nuvem de poeira. “Eu e meus filhos viemos uma vez de Curitiba de avião e descemos ali. O avião sacudia mesmo, meus filhos passaram muito mal. Um dia fomos num teco-teco, saí daqui de saia e quando cheguei lá a saia já estava saindo do corpo. Dava muito medo.” (IDERIHA, 2013)

Para a construção, o Departamento da Aeronáutica Civil (DAC) contribuiu com a soma de 20.000\$000 – vinte contos de réis. O terreno escolhido, de 24 alqueires paulistas, foi adquirido de Mábio Palhano por 18.000\$000. Os outros dois contos foram utilizados na construção, com trabalho de vinte e cinco homens e dois tratores da Prefeitura. Foi construído em tempo recorde, em pouco mais de dois meses, quando “foi liberado para utilização principalmente dos compradores de terras, os quais pagavam taxas irrisórias de manutenção para a Prefeitura.” (ALMEIDA, 1995, p. 113)

O campo contava com três pistas de terra, em formato de tesoura aberta: a principal, com extensão de um quilômetro, uma de setecentos e cinquenta metros e outra de seiscentos metros, todas com cem metros de largura. Seguindo os padrões da época, o piloto podia escolher a pista mais favorável para pousar, qualquer que fosse a direção do vento.

De acordo com o *Paraná-Norte* de 17 de setembro de 1938: “ao centro está o ponto mais alto, sendo o declive muito suave, systema que facilita extraordinariamente o levantamento de vôo de qualquer aparelho”, e que possivelmente dificultava as aterrisagens. “Além das três pistas, a Prefeitura construiu no local um depósito de combustível, naquela época chamado de ‘essência’, para facilitar o reabastecimento das aeronaves, sem depender dos depósitos localizados na cidade.” (ALMEIDA, 1995, p. 114)

O campo, que era denominado Aviação Velha, funcionou até 1956, quando foi inaugurado o atual aeroporto, na região leste da cidade, com pista pavimentada e que já vinha funcionando parcialmente desde 1949. A região do campo antigo, atual Gleba Palhano, que até então era considerada periferia da cidade, pois ficava a cinco quilômetros do centro, em décadas recentes passou a receber investimentos e atualmente abriga um grande número de condomínios de luxo.

A denominação da região remete a Mábio Gonçalves Palhano, maranhense que chegou a Londrina em 1919, fixando-se em sua própria fazenda, na região referida, em 21 de

março de 1929, depois de ter feito a demarcação de vasta área para o governo do estado. Seria, dessa maneira, o primeiro morador da região (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 55).

Para as crianças da década de 1940, assistir aos pousos e decolagens das aeronaves no campo velho era uma diversão. Muitas vezes elas se dirigiam para a região para nadar em riachos e aproveitavam para observar a movimentação no campo. (TAN, 2013; SILVA, 2013; CARMAGNANI, 2013; TOZZETTI, 2013)

Meu cunhado tinha um sítio ali e a estrada passava na cabeceira da pista. A gente ficava lá prestando atenção para atravessar, porque às vezes virava o vento, e eles decolavam no sentido contrário e passavam por cima da estrada. Anos depois, trabalhei na abertura da estrada que vai para São Luiz [patrimônio de Londrina], na topografia, e ajudei a fazer a locação de São Luiz até Tamarana nessa região. Todo aquele trecho fui eu que fiz o serviço e acampando, né, a gente ia fazendo picada e depois vinha o trator para abrir, isso em 1949, 1950. (CARVALHO FILHO, 2013)

Foram as crianças que evitaram uma catástrofe maior no final dos anos 1950, ao avistarem um avião que caía na direção do bar de Augusto Lovo, anexo à moradia de seu sobrinho, o pedreiro Afonso Antônio Rizzieri. Elas gritaram para que sua família deixasse o local. A aeronave havia decolado do campo da Aviação Velha com 25 passageiros e o acidente causou a morte de três pessoas que estavam no bar.

O primeiro acidente, porém, data de meados de 1940, e envolveu o primeiro avião do Aeroclube de Londrina⁵⁰, doação de Assis Chateaubriand, importante empresário da comunicação da época.

Na chegada da pequena aeronave a Londrina, cercada de grande expectativa, o piloto não conseguiu localizar o campo na fazenda Palhano e o Piper Cub J-3 PP-RYK, batizado de 'Londrina', acabou pousando sobre o cafezal da fazenda Coati, localizada no atual jardim Shangri-lá, imediações da avenida Rio Branco. O piloto nada sofreu, mas o avião ficou bastante danificado e, após ser consertado, só foi entregue oficialmente ao Aeroclube em 1945. (THEODORO, 2009)

O segundo e atual aeroporto foi inaugurado em 8 de abril de 1956. No mesmo ato, foram entregues o terminal de passageiros e o hangar do Aeroclube de Londrina (SCHWARTZ, 2004).

⁵⁰ O Aeroclube de Londrina foi fundado em janeiro de 1941 e que teve o médico Anísio Figueiredo como seu primeiro presidente.

Num primeiro momento, os aviões comerciais que chegavam à cidade eram teco-tecos, em seguida chegaram os Cesna 40 e o Paulistinha. “A primeira linha comercial regular teve início em 1947, com um bimotor pós-guerra, cuja capacidade era para 10 passageiros e em 1948 chegou a Real Transportes Aéreos com o avião YPA.” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, s/d)

O tráfego de aviões na década de 1950 foi muito intenso, e quando o aeroporto mudou de local, os números passaram a ser ainda mais impressionantes: de 1958 a 1962, o aeroporto de Londrina foi o terceiro mais movimentado do país, só superado por Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro. “Naquele período áureo da nossa história, o ano de 1959 teve uma média diária, entre pousos e decolagens, superior a 125 operações, somando aviação regular, particular e táxis aéreos.” (THEODORO, 2009)

53. *Desfile de Sete de Setembro na avenida Paraná, em 1937.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 14,6x22 cm, PB, rugoso

Alunos das escolas de Londrina desfilando na Avenida Paraná em 7 de setembro de 1937. Entre as crianças estão os alunos do Grupo Escolar Hugo Simas, tendo à frente a professora Mercedes Martins Madureira - nascida Mercedes Camargo Martins (1), que, anos mais tarde, em 4 de fevereiro de 1941, assumiria como diretora, permanecendo no cargo até 13 de março de 1971 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA, 2007, p. 2). “Foi inspetora [de ensino] do município também, era respeitadíssima.” (SILVA, 2013)

Dona Mercedes, como era conhecida, convidou em 1938 Odília Negro Bergoc (2013) para lecionar na escola, quando esta tinha apenas 12 anos, mas seu pai, José Negro, não permitiu.

À direita dos alunos da escola japonesa, está Hikoma Udihara (2), agenciador da Companhia de Terras. Vê-se também o professor nesse período, possivelmente Sr. Hanada (3), enviado pelo Consulado do Japão para ministrar aulas. À esquerda, uma das irmãs do Colégio Mãe de Deus (4) e seus alunos e alunas⁵¹. “Aqui é a praça, eles armavam o local, um coreto onde as autoridades ficavam e a gente passava na frente. Aqui já devia estar terminando, pois era o ponto de chegada. Eu participei de alguns desfiles pelo Hugo Simas e depois como aluno do Ginásio Londrinense.” (TAN, 2013)

Tozzetti (2013) explica que todas as escolas participavam do desfile. Os estudantes encontravam-se na escola e seguiam para a avenida Higienópolis, onde faziam a

⁵¹ Em 1947 a Instituição concentrou-se na educação feminina, admitindo apenas alunas.

concentração. Dali, na esquina com a avenida Paraná, seguiam desfilando em direção ao centro. Às oito horas da manhã as primeiras escolas (as municipais) entravam na avenida com uniformes impecáveis, passando defronte ao palanque das autoridades que era armado na praça Marechal Floriano Peixoto e se dispersando ao fazer a curva da praça Willie Davids, em frente à prefeitura.

As grandes escolas, como o Ginásio Londrinense, Grupo Hugo Simas e Colégio Mãe de Deus, ficavam por último. Por não ter fanfarra, o Mãe de Deus desfilava próximo aos outros. Os desfiles escolares faziam parte do calendário cívico de Londrina e da maioria das cidades brasileiras. “A população se deslocava para o centro da cidade, postando-se nas calçadas da avenida Paraná e saudando com palmas a passagem dos seus filhos, que marchavam acertando o passo pelo som marcado pelo tambor das fanfarras.” (ALMEIDA, 1995, p. 105)

Os desfiles eram marcados pela competitividade entre os estabelecimentos de ensino, dando-se atenção e destaque para o uniforme, cadência da marcha - quando o “passo errado” era considerado um grave erro -, formação dos pelotões e o desempenho das fanfarras, que buscavam apresentar melhor repertório e desenvoltura no “toque”. “Os tambores, as caixas ‘de guerra’, ‘de repique’, e as cornetas desempenhavam funções específicas para a marcação da cadência.” (ALMEIDA, 1995, p. 105)

Mesmo sendo o traje um dos quesitos avaliados, muitos alunos andavam descalços, o que, segundo Carvalho Filho (2013), era comum para as crianças da época, que usavam seus primeiros sapatos na adolescência. No final do desfile, era divulgada uma classificação, verdadeira festa para a escola vencedora. Com o passar do tempo, as fanfarras dos grandes colégios foram evoluindo e algumas delas se transformaram em bandas marciais.

Era muito bem organizado, tinha carros alegóricos, ou melhor, uma caminhonete que enfeitávamos com palmito. E as alunas do Colégio Mãe de Deus sempre usaram uniforme, os primeiros eram azul claro, modelo dos trajes das freiras. E todo mundo saía na rua ver o colégio desfilar. Era bonito. Meias iguais, sapatos, as alemãs tinham muita disciplina e obrigavam a gente a andar sempre limpinha, então todo mundo achava muito bonito o colégio desfilando, era muito respeitado. (LEITE, 2013)

Na imagem, do lado direito, estava a loja Casas Pernambucanas, inaugurada em 1935, e do esquerdo a imponente residência do prefeito Willie Davids, de madeira, na

esquina das atuais avenidas Rio de Janeiro e Paraná, em frente à praça Marechal Floriano, chamada na época de praça da Bandeira - referência dada por dois possíveis motivos: a existência de um mastro de bandeira no centro da praça e por seu desenho, que, segundo Boni, Unfried e Benatto (2013), foi projetado para homenagear a bandeira da Grã-Bretanha. Tratava-se de um centro de negócios de café e veículos, onde ficavam os comerciantes. (BORTOLOTTI, 2007)

Nessa região da avenida Paraná, entre as avenidas Rio de Janeiro e São Paulo, estavam sendo instalados os primeiros postes de eletricidade, que seria inaugurada no ano seguinte à tomada da foto. Também em 1938, em 7 de novembro, um aviso da prefeitura municipal informava os moradores que, a partir de então, estava proibido o trânsito de veículos nesse trecho, já que havia se transformado em movimentado ponto de circulação de pedestres (YAMAKI, 2006).

Durante a noite, o local era ponto de encontro para o “corso” ou *footing*, que consistia no caminhar, de um lado para outro, em grupos de três ou mais rapazes e moças, à procura de uma paquera através dos olhares que se cruzavam. Também havia aqueles que ficavam somente parados para olhar os que passavam. Os dias mais concorridos eram os feriados e finais de semana, quando se formavam multidões de jovens, adultos e crianças (BORTOLOTTI, 2007). Era um local para paquerar e conseguir um namorado ou namorada.

Nos dias de *footing*, tinha um preconceito. Existia a calçada onde desfilavam brancos e pretos, cada um do seu lado. Na praça da Bandeira, próximo das Casas Pernambucanas, do lado do jardim [praça] desfilavam os negros. Era o *footing* aos domingos. Do lado das Casas Pernambucanas desfilavam os brancos. Mas era tranquilo, todo mundo considerava normal na época. (BENATTO, 2014a)

Em 25 de fevereiro de 1940, o jornal *Paraná-Norte* registrou o início do lento processo de pavimentação da avenida São Paulo com paralelepípedos, e em 24 de maio de 1942, publicou um “Apelo ao Sr. Prefeito”, reivindicando o calçamento das avenidas Paraná e Rio de Janeiro, o ponto que poderia ser o mais “chic” da cidade.

[...] o local mais confortável da cidade onde se reúne à noite o que Londrina tem de mais expressivo, à procura do cinema, ou em agradáveis palestras, é, sem possibilidade de contestação, o trecho da Avenida Rio de Janeiro que vai da esquina da Farmácia Aparecida até a rua Sergipe. Apesar da preferência do público, não está ainda esse trecho preparado para o elegante fim que lhe destinou o povo. A rua ali é irregular, cheia de cocurutos e inevitáveis buracos, e diabolicamente escorregadia nos dias chuvosos. É um anseio dos frequentadores do Cine Theatro

Municipal e de todos os que comprazem com a amenidade que ali se popularizou, o calçamento imediato desse pequeno logradouro. [...] Mas, como já dissemos, o calçamento do trecho acima referido é de necessidade imediata. Qualquer retardamento é motivo de pesar e de lástima, de vez que necessitamos de um ponto que seja de fato o ponto “chic” da cidade.

Ainda na década de 1940, o local foi pavimentado, o que, segundo Yamaki (2006), intensificou o *footing* no local, que se consolidava como principal ponto de passeio e referência da cidade. No final de 1970, a avenida inteira foi fechada para tráfego exclusivo de pedestres.

54. *Posto de Gasolina na rua Minas Gerais, sem data.*
Fotografia: Autor Desconhecido
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Reprodução 8x12,2 cm, PB, brilhante

O posto de gasolina estava situado na rua Minas Gerais entre as ruas Maranhão e Sergipe, com frente para o lado oeste. O posto, assim como a concessionária Chevrolet - a primeira da cidade - pertencia a Percival Krew, que comprou a concessão em 1937 do suíço José Ebner e deixou a empresa em 1941. Segundo Benatto (2012), a fotografia foi tomada pelo alemão Carlos Stenders no início da década de 1940, pois nela está presente o Sr. Krew. O Foto Estrela, estabelecimento comercial de Stenders, ficava na rua Mato Grosso, entre as ruas Benjamin Constant e Sergipe, a 200 metros do posto.

Esse menino de macacão [1] sou eu. Com 10 anos de idade, já trabalhava, e muito, e recebia salário de 500 réis por mês e uns três ou mais mil réis de gorjeta por mês. Comecei a trabalhar ali em 1º de dezembro de 1939 e fiquei por 30 anos, até que a empresa, depois chamada de Autolon, fechou. (BENATTO, 2012)

À direita, está Sr. Percival Krew (2), então proprietário. No centro, ao fundo, é possível ver o rosto de Celso Garcia Cid (3), que posteriormente seria sócio da Chevrolet, que ficava ao lado do posto. O motorista é o Sr. Oszazire (4), alemão, dono do caminhão.

No caminhão tinha uma tora de madeira com uns três metros de comprimento por mais ou menos 1,90m de diâmetro. E na época tinha uma disputa entre os motoristas de Ford e de Chevrolet. E essa tora estava no mato, era muito grande e foi lá um *chofer* de um caminhão Ford e não conseguiu trazer a tora, o caminhão não saía do lugar. Então o alemão falou “o meu Chevrolet traz a tora”. Ele conseguiu mesmo, e depois parou na agência da Chevrolet, que ficava do lado do posto, pois eram do mesmo dono, e mostrou para o Sr. Krew que o caminhão dele conseguiu carregar a madeira para a serraria. Era um Chevrolet 1939 ou 1940. Aí então chamaram o Sr. Carlos Stenders, do Foto Estrela, e ele fotografou. (BENATTO, 2012)

Na extremidade direita, o homem de terno branco é Sr. Esteves (5), o gerente do cinema vizinho ao posto de gasolina, Cine São José (construção branca ao lado direito). Este cinema foi montado pela Empresa de Cinemas Botucatu, de propriedade do Sr. Emílio Pedutti. Em cima do tronco está Saulo Correia Ribeiro (6), que trabalhava como lavador de carros no posto e porteiro do cinema. O segundo é Benedito Filadélfio Antunes (7), todos identificados por Omeletino Benatto.

Com uma camurça eu secava os carros que o Saulo lavava, e quando ele ganhava uma gorjeta de dois mil réis, ele me dava 500 réis pelo meu trabalho. Ele também era porteiro do Cine São José e no domingo eu ia à matinê e ele me deixava entrar de graça. (BENATTO, 2012)

Do outro lado da rua ficava a primeira alfaiataria da cidade, de propriedade do italiano Lupércio Luppi, proveniente de Ribeirão Preto (SP), e sua residência, ao lado. A Alfaiataria Luppi foi inaugurada em 1934 em um sobrado de alvenaria, o primeiro da cidade, em estilo *Art nouveau*. Meses depois, passou a funcionar ao seu lado o Hotel Paulista em outro sobrado, até aproximadamente 1945. Antes da construção em alvenaria, havia ali a Pensão Paulista, de madeira, aberta em 1933 ou 1934, de propriedade de Carolina e Pedro Marinho de Arquelão. Mais tarde, ao lado do Cine São José, seria instalada a Farmácia Gomes.

O posto e a agência da Chevrolet tornaram-se anos depois a empresa Autolon, que deixou de vender combustíveis, focando no comércio de automóveis da marca, refrigeradores Frigidaire, enceradeiras Electrolux, balcões frigoríficos e sorveteiras, tratores David Brown, máquinas agrícolas polvilhadeiras “Jacto”, debulhadeiras de milho “Linder”, bombas de diferentes marcas, como Pacheco-Itaúna, peças, acessórios e baterias de carros. (REVISTA-JORNAL, 1946, p. 35)

Religião

55. *Alguns congregados marianos tirando tora para cobrir a matriz de Londrina, 1º de maio de 1942.*

Fotografia: Divino Bortolotto
Acervo João Baptista Bortolotti
Original 6x9 cm, PB, rugoso

O fotógrafo amador Divino Bortolotto pertencia à Congregação dos Marianos e, no feriado de 1º de maio de 1942, Dia do Trabalho, registrou outros congregados marianos serrando um tronco de árvore para cobrir a igreja matriz, segundo descrição da legenda em álbum por ele organizado.

Com o estímulo dos padres, como era tradição na época, foram fundadas em Londrina várias associações religiosas para que os leigos participassem mais assiduamente no cotidiano dos rituais litúrgicos. “Em um período de oito anos, diversas associações surgiram para atender a estes fiéis e difundir a doutrina católica aos que aqui residiam e àqueles que chegavam à nova cidade.” (SILVA, 2000)

As Congregações Marianas tiveram início em 1563, em Roma, chegando ao Brasil em definitivo em 1870, quando foi fundado o primeiro núcleo, agregado à Prima Primária, em Itu (SP). Em Londrina, o vigário Eugênio Herter, em 15 de dezembro de 1939, foi autorizado pelo Bispo D. Fernando Taddei a fundar uma congregação mariana para meninos com o título de N. Sra. Mãe Três Vezes Admirável e título secundário de Menino Jesus. Também fundou as Filhas de Maria para meninas. (JUBILEU..., 1984)

Existia na cidade um grande contingente de congregados, que se vestiam de terno branco com uma fita azul. Em outra imagem do álbum de Bortolotto, em uma fotografia da igreja matriz no domingo, é possível identificá-los sentados à direita, enquanto as Filhas de Maria sentavam-se à esquerda, com um véu sobre o rosto. O grupo tinha participação ativa no cotidiano da igreja, formando em 1944 um coral masculino que em 1948, sob a regência de Divino Bortolotto (SILVA, 2012), uniu-se com o coral formado por alunas do Colégio Mãe de Deus, liderado pela irmã Mariarégis. As interpretações dos cânticos eram feitas a partir de partituras trazidas da Alemanha pelas religiosas.

A paróquia, criada em 11 de março de 1934, teve sua sede inaugurada cinco meses depois. Em 1940 foi iniciada a construção da segunda parte da igreja, em alvenaria, que seria entregue em 1945, coberta com a madeira serrada pelos congregados. Três anos depois, começaram novas obras para a construção de duas torres.

Para cobrir o teto, os congregados cortaram as toras com o traçador (TOZZETTI, 2013). De acordo com Benatto (2014), o equipamento tinha, geralmente, dois metros e meio “e as toras eram cortadas geralmente de três em três metros, até cinco metros para poder construir casa, exportar. Depois eram retalhadas em pedaços com dois ou dois centímetros e

meio para fazer as tábuas. Mas quando, em 1935, chegaram as serrarias, elas tinham equipamentos maiores.”

56. *Benção solene do grande cruzeiro, em frente à futura igreja matriz, 11 de março de 1934 (?).*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 30x40 cm, PB, rugoso

Apesar da indicação do fotógrafo de que a fotografia foi feita em 11 de março de 1934, segundo o livro do Jubileu de Ouro da Paróquia Sagrado Coração de Jesus (1984), a benção solene do cruzeiro, ocasião do registro, foi dada no domingo de Páscoa, em 1º de abril de 1934. A inscrição na cruz (11 Março 1934) faz referência à criação da paróquia e às três missas campais realizadas no terreno onde seria construída a futura igreja. Com isso, a sede paroquial foi transferida de Sertanópolis para Londrina.

O cruzeiro, construído em madeira de peroba e com sete metros de altura, foi ofertado pelo pioneiro Eugênio Brugin, italiano e agenciador da loteadora inglesa, e foi seu filho, Fernando Brugin Neto, quem o levantou na ocasião. A benção solene com a missa campal foi dada pelo padre Carlos Dietz (1), primeiro vigário palotino alemão a quem foi entregue a Paróquia. “Eu estava aqui no dia que ergueu o cruzeiro, meu pai está aqui olha (2), segurando uma cruz. Esse aqui foi o primeiro vigário, padre Carlos Dietz, quando construíram a igreja, ele morava no fundo e celebrava a missa na frente.” (VICENTINI, 2013)

A benção solene contou com a presença de autoridades, grande número de fiéis e da banda municipal. A igreja começou a ser construída em abril de 1934, sob a chefia técnica de Ernest Rosemberger, no terreno mais alto da cidade, doado pela Companhia de Terras. A planta foi doada por Willie Davids e muitos voluntários ajudaram na construção. Demorou pouco mais de quatro meses para ficar pronta, e em 19 de agosto de 1934 foi inaugurada com uma missa presidida pelo padre Carlos Dietz.

Ao lado da cruz estão Eugênio Brugin e o filho (3). “Aqui não dá para ver, mas sei disso porque em outras imagens desse mesmo dia é possível vê-los. Papai mandou derrubar uma peroba de 7 metros de altura e a cruz ficou lá muitos anos. Eu tinha sete anos, sou uma das crianças aqui na frente.” (LEITE, 2014). Fernando Brugin Neto tinha 22 anos e morreu meses depois, em setembro, possivelmente de câncer.

À esquerda, de vestido preto, está Dona Latife Tarran (4), solteira, irmã do Sr. Elias Tarran. “Vieram de Jataizinho e em Londrina montaram uma casa de chapéus, sapatos, tecidos, chamada Casa Combate, na esquina da rua Santa Catarina com Mato Grosso. Depois arrendaram o Hotel Sahão.”(BENATTO, 2013a)

Ao contrário de outros registros, nesse é possível observar que grande parte das crianças está usando calçados. Segundo Carvalho Filho (2013), para a missa, todo mundo vestia sua melhor roupa e calçava sapatos.

A paróquia foi idealizada quando, em novembro de 1931, a convite da CTNP, o padre Erasmo Raabe visitou Londrina e colheu informações sobre a localidade. Em 9 de março de 1934, o bispo de Jacarezinho, D. Fernando Taddei, chegou à região acompanhado dos padres palotinos Erasmo Raabe e Carlos Dietz para fazer a instalação. Segundo Boni, Unfried e Benatto (2013, p. 170), no dia seguinte o padre Carlos Dietz celebrou o primeiro matrimônio católico da cidade, entre Orlando de Castro Palma e Theresia Matiasse. “A cerimônia foi realizada numa casa de madeira alugada, na esquina da atual avenida Paraná com a rua Professor João Cândido, onde hoje funciona uma agência do Banco Real [atual Santander]. A paróquia foi instalada provisoriamente nesse local.”

O padre Carlos Dietz foi nomeado primeiro vigário da cidade e em 11 de março de 1934 foi oficialmente criada a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, que é hoje a paróquia da Catedral de Londrina.

57. Igreja matriz, final da década de 1930.

Fotografia: Mineso Matsuo

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Reprodução 15x21,8 cm, PB, brilhante

A reprodução da fotografia foi doada ao Museu Histórico de Londrina por Mineso Matsuo, proprietário do Photo Nippon, e registra ao centro a igreja matriz vista do leste para o oeste. A Paróquia do Sagrado Coração de Jesus foi criada em 11 de março, porém a construção em madeira foi inaugurada somente em 19 de agosto de 1934, com uma missa celebrada pelo primeiro vigário, padre Carlos Dietz.

Em 1935, teve início a construção das torres para a colocação do sino, e a igreja recebeu um novo altar, feito por Ernest Rosemberger, o mesmo engenheiro responsável por sua construção. A planta arquitetônica, fornecida por Willie Davids, tinha 20x12 m para o corpo principal, 6x6 m para o altar e 4x4 para a sacristia (JUBILEU..., 1984). O material foi, em sua maior parte, doado pelos diretores Arthur Thomas e Willie Davids, da Companhia de Terras (YAMAKI, 2006, p. 41).

Em 12 de setembro de 1937, foi criada uma comissão para a construção da nova igreja e, em fevereiro de 1938, diante de uma multidão de fiéis, foi lançada a pedra fundamental para a construção de uma igreja matriz mais espaçosa – de alvenaria, com 62 metros de comprimento por 15 metros de largura (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013). Em 18 de setembro de 1938, mesmo com as paredes sem reboco, o piso não terminado, sem bancos e sem energia elétrica, foi inaugurada a primeira etapa da igreja, que começou a ser construída do fundo para a frente, para que se pudesse continuar celebrando missas no local. A iluminação seria inaugurada em dezembro desse ano. Nesse período, o vigário responsável pela paróquia era o padre Eugênio Herter.

Em 1939 a obra foi interrompida e retomada em setembro de 1940. O número de fiéis crescia. Nessa fase, começou a ser construída a segunda parte da igreja de alvenaria, com tijolos à vista, em torno da antiga de madeira. O local continuou sendo usado para cultos e celebrações durante toda a obra. “Nós ajudamos a construir a igreja de alvenaria. Eu tinha 13 anos e vendia correio elegante nas festas para arrecadar dinheiro, nas quermesses. Do lado da igreja tinha um barracão e ali era a festa, a família toda trabalhava.” (BERGOC, 2013)

Por meio dos indícios presentes na imagem, como o estágio da construção, a presença de parte em alvenaria e o tipo de carimbo do estabelecimento, é possível determinar que a imagem foi tomada após setembro de 1940 e não na década de 1930.

Nessa época [de novembro de 1941 a agosto de 1945] o bispo era Dom Ernesto de Paula, que foi bispo aqui no final da década de 1930. Porque depois veio o Dom Geraldo Proença Sigault [a partir de março de 1947], que substituiu o Dom Ernesto, que foi transferido para Piracicaba. Eu frequentava a igreja, essa era uma igreja de madeira e ela tinha em cima um lugar para o coro, sempre teve coral na igreja matriz e era lá mesmo que faziam os ensaios e tudo. Depois veio a parte de tijolos e depois subiram as torres. [...] Eu fiz primeira comunhão em 1941, aqui. Daqui desse ponto você avistava muito longe, era o espigão de Londrina, a parte mais alta. (TOZZETTI, 2011a)

Em 24 de outubro de 1943, quando o telhado ficou pronto - com madeira serrada pelos congregados marianos -, a igreja foi entregue à população. No mesmo ano, a praça no entorno da igreja foi remodelada, ganhando novos jardins, sendo inaugurada em 7 de setembro. Em 1949, a matriz em alvenaria, com seu estilo neogótico e duas torres de 37 metros, projetada por Henrique Fritzen, já estava terminada. Essa segunda matriz também não existe mais: foi substituída pela atual catedral, cujo processo de construção durou 15 anos – de 1957 a 1972.

Na imagem, do lado esquerdo, está o cruzeiro doado por Eugênio Brugin, e do lado direito, o primeiro reservatório de água da cidade. “Quando a cidade cresceu, foram feitos outros reservatórios, um na avenida Higienópolis e outros mais.” (VICENTINI, 2013). No período registrado na imagem, dentro da igreja, existiam duas capelas laterais, em alvenaria. “Do lado direito era da Nossa Senhora Aparecida. O altar mor era lindo, todo talhado em madeira”. (TOZZETTI, 2013). Perto do altar lateral havia um órgão. “Foi meu pai quem trouxe o órgão para a igreja em 1937.” (BENATTO, 2014)

Depois de Carlos Dietz (11/03/34 a 31/12/1935) e Germano Mayer (01/01/36 a 13/07/1936), os vigários da paróquia foram Paulo Kuhn (14/07/36 a 03/06/1938) e Eugênio Herter (03/06/38 a 10/02/47). “Eugênio Herter foi preso no período da guerra, em Curitiba, no ano de 1943. Por ser alemão, foi acusado de quinta coluna, mas quando o mal entendido foi descoberto, ele foi solto.” (SILVA, 2012)

Educação, Cultura e Lazer

58. *Alunos da Escola Alemã com o professor Richard Blumberg, década de 1930.*

Fotografia: Theodor Preising

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 13x8,2 cm, PB, gelatina, brilhante, resinado

Descalços em sua maioria, posaram para a fotografia os alunos da Escola Alemã do Heimtal com o professor Richard Blumberg e sua sobrinha, Úrsula Blumberg, enfermeira do Hospitalzinho. Fundada formalmente em 28 de julho de 1931, a Escola Alemã do Heimtal foi a primeira de Londrina, e funcionou, no princípio, na residência de Henrich Heritt. Depois, passou a ter sede própria. A madeira para essa construção, o cedro, foi toda serrada à mão por Reinhold Fischer e Karl Schollemberg em seis meses de trabalho.

A escola estava localizada no primeiro núcleo rural da cidade, a oito quilômetros ao norte da região central. Heimtal significa “o vale do meu lar” ou “vale da vida” e ali se estabeleceram 120 famílias alemãs vindas de São Paulo que adquiriram lotes de cinco a 20 alqueires, derrubaram a mata e plantaram algumas culturas, principalmente o café.

A fotografia, que não foi datada, faz parte do álbum organizado pelo pioneiro e guia George Craig Smith. O fotógrafo contratado pela companhia, Theodor Preising, registrou em maio de 1932 a vida dos moradores do Heimtal, verduras e legumes gigantes (imagens que seriam usadas para propaganda do empreendimento) e a chegada de imigrantes vindos de Danzig, que se estabeleceram na região de Cambé. A imagem faz parte de uma sequência produzida nessa visita, de forma que é possível indicar a data de sua produção: maio de 1932.

A documentação da escola foi perdida, sobretudo a do período em que foi chamada de Escola Alemã, e os documentos mais antigos encontrados na Secretaria da Educação do Município datam de 1959. “Inicialmente as aulas eram ministradas em alemão e os professores contratados pela comunidade, que também tratava de providenciar a moradia para o mestre e sua família.” (ALMEIDA, 1995, p. 79)

De 1932 até 1938 os professores foram Richard Blumberg, Alfredo Bauer e Edmund Staack. Entre o final da década de 1930 e o início da década seguinte também deram aulas Fritz Glaser, Kischter, e Dona Helena. E conforme o número de imigrantes alemães do Heimtal aumentava, a escola recebia mais alunos. “As alemãs eram meninas claras, então na minha escola, onde a gente estudava junto, elas apareciam bem, se destacavam, usavam um chapeuzinho branco, todo pespontado.” (TOZZETTI, 2011a)

No início, os próprios moradores pagavam o professor da escola. O terreno, solicitado pelo grupo, foi doado pela Companhia de Terras. A partir de 1939, o poder municipal se encarregou dos honorários do professor, mas no início da década de 1940,

devido à campanha nacionalista que vinha sendo promovida pelo Governo Vargas desde 1938, que restringia o ensino em língua estrangeira, a escola foi fechada. Quando foi reinaugurada, em 3 de julho de 1945, a escola voltou a funcionar com o nome de Escola Municipal Padre Anchieta, sob administração da prefeitura.

Tanto os alemães como os japoneses tinham escolas na cidade, onde ensinavam suas línguas e tentavam manter certos hábitos e tradições. Não tinha em Londrina nenhum clube italiano, talvez porque eram menos apegados às origens ou por terem dificuldade de se agrupar. Na maior parte das famílias, o avô ou o pai eram italianos mesmo. A grande maioria não veio diretamente da Itália, então já estavam aculturados. Preservavam claro um pouco das raízes, mas já não era a mesma coisa e não formavam grupos. [...]. Os alemães foram pioneiros em alguns trabalhos como no leite, na produção de manteiga e se reuniram formando a Sociedade Escolar e Recreativa Alemã de Londrina em 1934, com uma segunda escola e um clube que funcionavam no mesmo local. Depois da proibição, o terreno foi confiscado pelo Estado, a escola fechada. Acho que depois de uns anos, quando terminou a Guerra, alguns sócios conseguiram compensação financeira e abriram uma nova sede, hoje chama AREL [Associação Recreativa e Esportiva de Londrina, fundada em 1951]. (TOZZETTI, 2011a)

Algumas particularidades são comuns aos imigrantes alemães em qualquer região onde tenham se fixado, como “certos sentimentos de sociabilidade, tais como a forma de passar as horas de lazer após o trabalho, a organização de divertimentos profanos, festas religiosas, a fundação de escolas e associações, que assinalam a peculiar forma cultural da Europa central do ‘apêgo ao passado’.” (AULICH, 1953, p. 70). Apesar dessa característica, Susanne Behrend (2011a) apontou que seus pais não quiseram participar de clubes ou associações e seu irmão não frequentou escolas por medo das reações de alemães arianos que moravam na cidade.

Enquanto a guerra estava estourando a gente estava com medo. Não tinha nenhum contato com outros imigrantes, na região devia ter umas 50 famílias de alemães no máximo, mas tudo espalhado e a gente não tinha condução, nem cavalo nem nada, como que a gente ia visitar alguém que morava na fazenda a dez quilômetros daqui? Estrada de terra, ou afundava na poeira ou afundava na lama. A gente não participava de grupos, porque a gente não sabia quem estava lá, quem ia cuspir na cara da gente. (BEHREND, 2011a)

A Escola Alemã do Heimtal tinha carteiras longas que comportavam até seis alunos. A rigidez da disciplina, característica dos alemães, estava presente também no ensino. “A disciplina, a seriedade e o cuidado com o material escolar eram condições importantes e o desrespeito a essas normas resultavam em punições que variavam

conforme o ato praticado.” (ALMEIDA, 1995, p. 79). Os alunos eram admitidos na escola em qualquer época do ano e crianças em diferentes níveis dividiam a mesma sala.

A direção da escola não tinha funções didáticas ou pedagógicas. Seu objetivo era angariar fundos para sua manutenção, bem como para a construção das igrejas luterana e católica. Enquanto não foram levantados recursos suficientes para a construção das igrejas, os cultos e missas foram realizados nesta sala de aula, em domingo alternados.

59. *Alunos do Colégio Mãe de Deus, 6 de março de 1936.*

Fotografia: Autor Desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 9x14 cm, PB

Primeira turma de alunos do Colégio Mãe de Deus, fotografados em 6 de março de 1936, três dias após sua fundação. Da esquerda para a direita, estão a irmã Almut (1), a irmã Superiora Maria Norberta Schulte (2), irmã Mariaregia (3) e irmã Calixta (4). Sentada perto da irmã Almut, a professora Malvina de Oliveira (5). O grupo de freiras vinha do Instituto Secular Irmãs de Maria de Schöenstatt, fundado pelo Padre José Kentenich, procedentes de Vallendar, uma parte do povoado de Schöenstatt, na Alemanha. Estavam em Jacarezinho, onde lecionavam desde 1935.

Elas chegaram à cidade em 13 de janeiro de 1936 e, a pedido do padre Erasmo Rabb, fundaram a escola em uma sala cedida pela loteadora inglesa na rua Minas Gerais, onde hoje fica o Edifício Palácio do Comércio, dando início às aulas em 3 de março de 1936.

Segundo Macarini (2004, p. 243), “dos 103 alunos matriculados, compareceram 76 no primeiro dia de aula. [...] as Irmãs atendiam ambos os sexos”. No início, as freiras e a professora e tradutora Malvina de Oliveira lecionavam para meninos e meninas em horários mais longos e, posteriormente, também no regime de internato e semi-internato. As irmãs aprendiam o português na medida em que ensinavam as crianças.

Entre os entrevistados, Enezila de Lima (2013), Maria de Lourdes Piccinin (2013), Luiz Vicentini (2013), José Leite de Carvalho Filho (2013) e Maria Alice Brugin (2013) estudaram no colégio, quando ainda era misto. Os últimos três na mesma sala, mas apenas Maria Alice Leite e José Leite de Carvalho Filho conseguiram identificar a si próprios na imagem.

Eu sou esse aqui [6], eu lembro porque foi minha madrinha quem fez essa roupa bonita para mim. [...] Eu tinha oito ou nove anos mais ou menos. Eu me lembro na sala, a freira cantava com uma violinista na hora da aula, ela ia cantando e a outra com violino. Mas não lembro qual era a irmã. Uma delas depois trabalhou na Santa Casa. (CARVALHO FILHO, 2013)

Em frente à irmã Norberta, estava Maria Alice Brugin (7), primeira aluna matriculada.

Papai chegou na hora do almoço em casa e falou para a mamãe: “olha acabaram de chegar algumas irmãs alemãs e vão abrir um colégio ali no almoxarifado da companhia”. Então eu era espertinha, ouvi e no dia seguinte fui lá, o colégio era na esquina de cima da minha casa. A irmã naquela época contava, eu cheguei e falei “vim me matricular”, sozinha, com oito ou nove anos [risos]. Aí me matriculei e coloquei o nome de todos os meus irmãos, eu não sabia muito bem o que era, eu fui dando os nomes. Então oficialmente eu fui a primeira aluna do colégio. (LEITE, 2013)

Outro aluno presente na imagem é Luiz Vicentini. Ele frequentou a escola de 1936 a 1938. Por semelhança com outras fotografias da infância, possivelmente seja o quarto aluno da esquerda para a direita, indicado pela marcação 8. Nos primeiros anos, Vicentini (2013) caminhava até o colégio, uma distância de aproximadamente três quilômetros. Depois, passou a ir para a escola a cavalo.

Vinham crianças de toda a redondeza, e alguns meninos vinham a cavalo, de longe, perto do Heimtal. Eles saíam de casa o dia ainda estava escuro, pelas picadas, porque não tinha nada. Eles chegavam no horário, entravam em aula às 8 horas e lá por 10:30 era o recreio e depois a aula continuava até o meio-dia, quando eles iam embora. (LEITE, 2013)

O número de estudantes cresceu com o passar dos anos e foi preciso construir um prédio maior. Em 1937, as irmãs deram início à construção das novas instalações na quadra situada entre as ruas Pará e Goiás e São Paulo e Rio de Janeiro, onde a escola está até hoje. As novas instalações foram inauguradas em 1938.

No regime de internato, as alunas moravam no colégio e saíam para visitar as famílias nos finais de semana. No semi-internato, elas entravam às 8 da manhã e saíam às 17 horas da tarde. As externas frequentavam o colégio apenas no período da manhã.

Quando mudou o lugar, mudamos o uniforme, nós éramos em cinco semi-internas e cinco internas. Externas tinha bastante. Essas internas eram de Rolândia, mas

moravam ali, né. Eram da família Bornhausen que o tio foi governador de Santa Catarina. Depois entraram umas alemãs, inclusive tinha uma chamada Rosita Kenfer, a família dela veio na época de guerra da Alemanha e trouxe um piano. Eles deram o piano para o colégio em troca de ela estudar ali. Era velho, tinha tecla que nem tocava. Depois tinha semi-internas, éramos em cinco, família Gregório, que foi quem construiu o colégio, as duas filhas estudavam lá também, eram Darci e Jaci Gregório. E tinha também a Cêris e Circes Rocha Lourdes, e eu. (LEITE, 2013)

Maria de Lourdes Piccinin (2013) foi interna do colégio por cinco anos e nos finais de semana seu avô a buscava para passar o dia em sua casa. Em 4 de agosto de 1941 a escola foi registrada na Secretaria de Educação e Cultura como Instituto Mãe de Deus. Seis anos depois, a instituição abriu novas modalidades, criou o Curso Ginásial, ampliando o espaço físico com uma ala com capacidade para abrigar 800 alunos.

60. *Quadra de tênis dos funcionários da Companhia, década de 1930.*

Fotografia: George Craig Smith

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo flexível 5,8x8,5 cm; Original 6x9 cm, PB, gelatina, brilhante, resinado

Em frente ao Bosque, na avenida Rio de Janeiro esquina com alameda Manoel Ribas, a Companhia de Terras construiu quadras de tênis, esporte costumeiro da elite inglesa, para que seus primeiros funcionários pudessem praticá-lo. Do lado direito, é possível ver um pedaço da igreja matriz e do barracão onde aconteciam as quermesses. A lateral da igreja ainda era de madeira, o que indica que a imagem deve ter sido tomada entre 1934 (quando concluída sua construção) e 1938 (quando a parte lateral em alvenaria ficou pronta).

Com duas quadras, o local foi denominado “Londrina Tênis Club” e cercado por uma tela de arame para manter para fora galinhas e porcos das redondezas (TOZZETTI, 2012). Mais tarde, foram instalados holofotes para que os praticantes pudessem jogar à noite.

O uso era exclusivo dos funcionários graduados da loteadora e suas esposas. Entre os frequentadores estavam George Craig Smith, Ernest Rosemberger, Charles Eric Newbery, Eugênio Larionoff, Mister Thomas, Luiz Estrella, Guilherme de Abreu Pires, Nicolau Lunardelli, Newton Leopoldo Câmara, João Figueiredo, Anísio Figueiredo e Alexandre Razgulaeff (BENATTO, 2014a).

Todos, como é possível observar na imagem, jogadores aristocraticamente vestidos de branco, num chão de terra vermelha que encardia os tecidos. Aos olhos do caboclo matuto toda essa cena podia parecer estranha, mas era “chic”, coisa dos ingleses. Em seu texto “Tênis no sertão”, Cabral (2010, p. 40) afirma que “os ingleses levam seu estilo de vida para onde quer que vão. Não se misturam. Não assimilam outra cultura como fizeram os portugueses nas suas colônias. Não interagem com os ‘nativos’”, e o esporte seria um meio de diferenciação.

As mulheres também jogavam na quadra, como Marina Figueiredo (esposa do Dr. João Figueiredo) e Terezinha Traballi. “O pessoal da elite, muito diferenciado, jogava final da tarde e as mulheres usavam aquelas saias pregadinhas, toda armada”. (SOUZA, 2012). Já os homens jogavam com calças compridas brancas, tradição inglesa que concebia o tênis como um esporte de cavalheiros.

Os pioneiros José Leite de Carvalho Filho e Omeletino Benatto, quando ainda crianças, trabalharam como pegadores de bolas para os praticantes.

Aqui eu peguei bola para os ingleses em 1938 e ganhei como salário 22 mil réis, por um mês de trabalho. [...] O Dr. Ernest Rosemberger nos encontrou jogando bola e disse: “Meninos, já foram receber?” Perguntamos: “Receber o quê?” E ele respondeu: “O ordenado”. “Mas tem que receber?”, eu perguntei. Ele respondeu: “Tem”. Então fui eu e meu mano mais novo, que trabalhou um dia a menos do que eu, recebeu 20 mil réis, lá no escritório da Companhia. E aqui eu peguei bola durante um ou dois anos, eu tinha oito ou nove anos. [...] Não era um trabalho, era prazeroso correr no campo, pegar aquelas bolinhas. Eles carregavam um monte de bolas no bolso. [...] Mais tarde colocaram luz elétrica. Do lado direito tinha o local onde guardavam redes, bolas, raquetes, e do outro lado tinha um barzinho. (BENATTO, 2014a)

Reuniam-se ali principalmente aos sábados e domingos (LEITE, 2012). No bar, os frequentadores do clube bebiam uísque e davam para as crianças uma garrafa de um refrigerante de gengibre, chamado “Ginger Ale”.

Como o número de adeptos cresceu com o tempo, e as quadras ficaram em meio à cidade, o clube foi transferido para uma nova sede em 1946, fora dos limites do município, em terreno doado pelo governo do Paraná, inaugurando o “Londrina Country Club”, que existe até os dias de hoje (PAIVA, 2012, p. 25). A nova sede passou a funcionar em 15 de novembro de 1946, na rua Fernando de Noronha, 977. No antigo local, foi construído, a partir de setembro de 1950, o Fórum de Londrina, prédio que abriga hoje a Biblioteca Pública Municipal.

O primeiro presidente do clube foi Aristides de Souza Mello e a primeira reunião de ata ocorreu em 26 de outubro de 1946, 19 dias antes da fundação. Com a sede construída, o Country passou a realizar os mais importantes eventos sociais, bailes e jantares, e muitos marcaram época, como o concerto com a cantora alemã Erna Sacks e o baile de coroação da Rainha do Café, com projeção nacional.

O clube reunia a “fina flor” da sociedade do café e não parou de crescer. Na década de 1950 foram construídas duas novas quadras de tênis e duas quadras poliesportivas descobertas, além de piscina, salão social, playground para crianças e vestiário, projeto de Vilanova Artigas.

No dia 11 de agosto de 1959, a Folha de Londrina noticiava a ocorrência, na noite anterior, de um incêndio que destruiu parte da secretaria do clube. O fogo teve início onde se encontrava o controle de pagamentos, e para alguns sócios antigos, tratava-se de uma queima de arquivos, já que pessoas ligadas ao setor de cobranças estavam sendo

questionadas quanto a alguns pagamentos. Devido à crise, em 1958 e 1959 o clube teve cinco presidentes, fato que nunca se repetiu.

61. *Vista da Casa Sete, década de 1930.*

Fotografia: George Craig Smith

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo flexível 8,5x5,6 cm; Original 8,1x5,4 cm, PB, gelatina, brilhante, resinado

Em 1933 já havia 396 casas em Londrina (CMNP, 1975, p. 65), inclusive a famosa “Casa Sete”, que servia como residência dos funcionários solteiros da Companhia de Terras, assim como de hotel para personagens ilustres que visitavam a região. Construída em madeira, suas qualidades volumétricas, proporção e acabamento a destacavam na cidade, um exemplar clássico da arquitetura de madeira da época (ZANI, 2010, p. 64).

Ali moravam, na década de 1930, George Craig Smith, Eugênio Larionoff, Luiz Estrella e Bernardino Schneider. Anos depois, Guilherme de Abreu Pires, proprietário do Cartório Pires e primeiro serventuário da justiça londrinense, também teria ficado algum tempo na casa. Foi construída originalmente em Cornélio Procópio (PR), onde foi a sétima casa a ser levantada, por isso do nome. Foi transferida para Londrina no início da década de 1930.

Em 1933 já havia 396 casas em Londrina, inclusive a Casa Sete, onde moravam quatro jovens pioneiros e solteiros: George Craig Smith, Dino Schneider, Luiz Estrella e Eugênio Larionoff. Outros moradores da Casa Sete foram Ernesto Rosemberg, Charles Newbery, Vladimir Revensky e um senhor Evald, cujo sobrenome os historiadores não registraram. (MACARINI, 2004, p. 69)

Em depoimento, George Craig Smith acrescentou que se agrupavam ao redor desses jovens “entusiastas, alegres e cumpridores rigorosos dos seus deveres, outros pioneiros como Carlos de Almeida (o primeiro Delegado), Caetano Otranto, Amadeo Boggio, Elias Tarran, Guilherme Pires e Vladimir Revensky”, funcionário da companhia (CMNP, 1975, p. 67).

Ficava na esquina das ruas Bahia (atual Professor João Candido) e Jatahy (atual alameda Miguel Blasi), onde está hoje o restaurante Rodeio, e ao fundo é possível ver o bosque. Palco de inúmeras festas, regadas a uísque, recebia a elite londrinense da época, trajada à britânica, com *smoking* ou casaca inglesa, bengala e cartola.

Em certa noite de 1937, um bom número de homens da “urbs” se reuniram na “Casa dos Sete” [...]. O casarão em causa servia de hospedagens aos empregados solteiros da Companhia de Terras Norte do Paraná, assim como de hotel para personagens ilustres que visitavam a região. Construído de madeira, com muitos quartos e amplo salão, capaz de acolher duzentos pares dançantes, em caso de baile. Nomearam-se naquela reunião várias comissões de festejos, que partiram para a concretização do primeiro baile de gala de Londrina. Posto em execução, foram feitos convites em Londrina, Cambé, Ibiporã e Rolândia. Chegou o dia da festa. [...] O salão ficou superlotado de gente, a sua maioria vestida a rigor. Entre os maiores da cidade vários compareceram de casaca, bengala e cartola, à britânica. À meia-noite começou o baile. Mais de duzentos rapazes para apenas doze moças.

Contavam-se muitos casais. Iniciado o pagode, a disputa por uma contra-dança era terrível, pois, as moçoilas se vendiam muito caro. Entre tantos mancebos, podiam escolher o seu predileto. (ZORTEA, 1975, p. 234-235)

Maria Alice Brugin de Arruda Leite (2012) frequentou a casa quando criança. “Meus pais me levavam e eu ficava dormindo enquanto eles dançavam. Cansei de ir lá. Nas festas, vinha um conjunto de música do Heimtal com acordeom e violão e assim o povo se divertia dançando.” Uma das distrações dos moradores, segundo ela, era fazer o “assustado”, que consistia em pequenos bailes na casas dos moradores, inclusive na Casa Sete.

Eles seguiam as trilhas com lampiões e chegavam batendo nas casas entre dez e 11 horas da noite. As pessoas viam o grupo passando e iam se juntando, continuando o trajeto. E, de repente, os vizinhos acordavam com música na porta, por isso o nome. Seguiam até o local da festa, que poderia ser a Casa Sete ou a casa do outro morador. Os ingleses sempre serviam uíque e os mais humildes, pinga. E as crianças ficavam num quarto, todas juntas dormindo ou brincando. (LEITE, 2012)

Conforme os moradores foram casando, iam se mudando da casa. Luiz Estrella permaneceu lá, onde morou com a esposa Margot, irmã de Eugênio Larionoff.

62. Escola Japonesa, 29 de abril de 1938.

Fotografia: Mineso Matsuo

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 12x18 cm, PB, rugoso

A segunda Escola Japonesa de Londrina foi fotografada em 29 de abril de 1938, durante festividades culturais e comemorações do aniversário do imperador japonês. Estava localizada na rua Ceará (atual Prefeito Hugo Cabral) e foi construída com a ajuda do governo japonês, que buscava incentivar o ensino na língua-mãe aos descendentes de residentes fora do país.

A escola japonesa anterior à da fotografia localizava-se na rua São Jerônimo (com 56m²), foi fundada em 18 de junho de 1933, onde também funcionava a sede da associação dos japoneses Nihodjin-kai, idealizada por Hikoma Udihara, que morava na mesma rua.

Os japoneses sempre se preocuparam com a educação, então qualquer conglomerado já formava uma associação e a primeira coisa que eles faziam era uma escola para a educação das crianças. Eu estudei nessa escola, devo estar nessa foto. Eu ia à escola estudar durante a semana e aos sábados e domingos os pais aproveitavam e faziam teatros, praticavam esportes e formavam uma colônia. Dentro dessa colônia tinha uma associação japonesa chamada Nihodjin-kai e o Udihara foi o precursor. Depois ele formou uma federação das associações japonesas. Eu acredito que era uma maneira de nos proteger, como não falávamos o português eles se entendiam entre eles em japonês. (TAN, 2013)

Precisamente em 11 de abril de 1933, Udihara, que morava na mesma rua São Jerônimo, havia convocado a sua casa os chefes de famílias japonesas da região para discutir a formação de uma associação ou clube. A colônia já se organizava em núcleos de cooperação, com o surgimento da Seção Um (Ikku), seguida da Seção Dois (Nikku) e Seção Central (Chuoku). Depois vieram as Seções Fraser, Lorena e Cafezal entre outras.

Foi na reunião que decidiram se unir e formar a Nihodjin-kai, construindo uma sede. Segundo Boni, Unfried e Benatto (2013, p. 128), surgiu uma forte união em torno da construção de um prédio para a associação, com a doação de valores e prestação de serviços. Hikoma Udihara doou um terreno na rua São Jerônimo no valor de 380 mil réis e a Companhia de Terras emprestou o caminhão para o transporte das toras retiradas do terreno até uma serraria, em Nova Dantzig (Cambé), que aceitou parte da madeira como pagamento pelo trabalho. Enquanto as toras eram serradas, os jovens (seinen-kai) faziam a terraplanagem, no sistema de mutirão. Com a chegada da madeira beneficiada, os próprios membros da colônia iniciaram a construção da sede, que foi coberta com telhas doadas pelo escocês Ian Frazer, proprietário de uma cerâmica em Jataizinho (ALMEIDA, 1995).

A sede foi inaugurada e no dia 24 de junho ficou decidido que no salão funcionaria uma escola com aulas em japonês. As atividades da escola foram iniciadas em 1º de julho de 1933, com uma cerimônia que contou com a presença de autoridades de Jataizinho e da Companhia de Terras. “A nova escola recebeu saudações enviadas pelo Cônsul Geral do Japão no Brasil, senhor Utiyama. Também foi realizada uma gincana poliesportiva (undoo-kai), com a presença de inúmeras famílias da região e os 24 alunos matriculados na escola.” (ALMEIDA, 1995, p. 115)

A primeira professora foi Toshiko Zakogi, que viera de Três Barras para Londrina em janeiro de 1933. A maioria dos alunos residia na zona rural e andava de quatro a oito quilômetros através de picadas na mata até chegar à escola, e quando voltavam ainda ajudavam os pais na lavoura e nas tarefas domésticas. Em 12 de setembro de 1937, foi construído um pensionato para atender alunos que moravam mais longe, sob a responsabilidade de Shiguero Watanabe. Na Escola Japonesa havia, além do ensino, atividades culturais como dança, canto, teatro e jogral, e os rapazes jogavam beisebol.

Cada professor ficava na escola um ano, ou no máximo um ano e meio, pois não recebiam salário e não tinham como se manter na cidade. Para resolver isso, a Associação adquiriu uma propriedade de cinco alqueires de terra que passou a ser cultivada em mutirão, com renda destinada para pagar o professor (ALMEIDA, 1995).

Com o aumento da população e dos imigrantes japoneses (os alunos tinham passado de 24 para 60 em dois anos), em 1º de abril de 1935 a escola foi transferida para a rua Ceará, em frente ao Grupo Escolar Hugo Simas, num terreno de quatro datas (duas doadas pela companhia e duas adquiridas pela associação), no prédio de madeira que aparece na fotografia acima. A sede foi construída com a ajuda financeira do governo japonês. Até essa data, Yoshissaku Nishioka era o presidente e o senhor Sato era o professor. No novo local, registrado na imagem, lecionou nos primeiros anos o professor Hanada, que inovou, ao organizar a biblioteca, criar um hino para a escola, melhorando as instalações e o ensino com um farto material didático e equipamentos. Hanada veio do Japão através do consulado, e depois foi substituído pelo professor Okuda, que aparece na fotografia ao lado das crianças. Em 6 de junho de 1937, foi realizada uma maratona escolar com competição de atletismo entre os alunos da Escola Japonesa e da Escola Alemã.

As aulas eram exclusivamente de manhã, e à noite os alunos praticavam kendô, uma arte marcial em que se simulam lutas com espadas, que podem ser de bambu. Certa noite, moradores denunciaram à polícia que os japoneses estavam brigando, com gritos e dando pancadas na cabeça, usando pedaços de bambu. A polícia compareceu e conduziu todos para a delegacia, mas, depois dos fatos esclarecidos, os liberou. A sede serviu também para a prática de judô e danças.

A cultura japonesa impõe aos alunos o respeito extremo ao professor e aos mais velhos, e esse respeito é observado também na montagem realizada na fotografia, que traz no canto superior esquerdo o rosto do sensei (professor) diretor da escola, e descrições em um kanji muito antigo.

Em 25 de dezembro de 1938, mesmo ano da fotografia, um fiscal de Curitiba chegou a Londrina e encerrou oficialmente as atividades da escola, porque o Decreto-lei n. 406 ordenou que todo material utilizado na escola elementar estivesse em português e que todos os diretores e professores das escolas fossem brasileiros natos. Além disso, proibiu que qualquer menor de 14 anos aprendesse a língua estrangeira. Já eram reflexos da tensão relacionada com a Segunda Guerra Mundial.

Até mesmo falar o *nihongo* (língua japonesa) publicamente não era mais permitido. As armas de fogo deviam ser entregues à polícia e livros em japonês eram queimados ou escondidos. Nessa época, aconteceu a fundação do *Kooseikai*, uma associação beneficente para pessoas e famílias japonesas que viviam os impasses da guerra. (LUCCA, 2007, p. 67)

Os japoneses decidiram em reunião que o professor na época, Sr. Sakuma, iria percorrer as residências onde alunos das proximidades se agrupariam, em sigilo, para continuar tendo aulas.

Os japoneses foram os que mais sofreram com a guerra. Até porque eram mais fáceis de identificar. E eles eram muitos. Eles formaram um clube, a Associação da Colônia, e construíram essa escola em regime de mutirão. Acho que foi em 1938 que o governo assinou um decreto que proibia o ensino de línguas estrangeiras. Eu e meus irmãos aprendemos o dialeto vênето em casa mesmo. Mas essas escolas estrangeiras em Londrina foram fechadas. (TOZZETTI, 2011b)

As restrições impostas aos japoneses começaram em 1933, quando a Assembleia Constituinte apresentou quatro emendas que tinham por objetivo restringir a entrada de imigrantes de acordo com a etnia a que eles pertencessem, dando ênfase ao imigrante

japonês. Em junho de 1934, foi aprovada a cláusula que previa a restrição do número de imigrantes entrantes a 2% do total de imigrantes de mesma nacionalidade que tivessem se estabelecido no Brasil entre 1884 e 1933. Mas sua aplicação não foi imediata, por isso até 1937 mais de cinco mil japoneses entraram no país.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Associação voltou à atividade e deu origem à atual ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, que funciona hoje na localidade do Limoeiro.

63. *Escolha da Rainha da Primavera em Londrina, 24 de setembro de 1938.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 11,9x17,1 cm, PB, brilhante

Ponto de encontro da elite londrinense, o Clube Redondo estava localizado na rua Minas Gerais, entre a rua Santa Catarina e Maranhão (onde depois foi construído o Paço Municipal) e foi fundado em 1934 ou 1935. Coberto por taboinhas e folhas de palmeira, tinha pista de dança circular, espaço para orquestra, amplo espaço para mesas e cadeiras e piso bem assoalhado. Recebia festas e bailes da alta sociedade, que o frequentava com o traje exigido: o *smoking*. A ocasião da tomada da imagem foi o baile para a escolha da Rainha da Primavera, em 24 de setembro de 1938.

O terreno foi cedido pela Companhia de Terras e o prédio de madeira construído pela Prefeitura e os sócios se encarregavam pela administração. Às vésperas de grandes eventos, a cidade recebia alfaiates de São Paulo, que produziam trajes sob medida para os participantes dos bailes.

Segundo a ficha técnica existente no Museu, estão na imagem Maria Ginzale e a professora Mercedes Madureira, possivelmente a segunda em pé, da esquerda para a direita (1). Nesse mesmo sentido

A primeira em pé é a Maria Caldeirão (2), foi professora. A sétima em pé é Violeta Cáffaro (3). As irmãs Cáffaro [Ivony, Violeta e Altair] trabalharam depois na agência dos Correios. Esta sorrindo na frente [4] era Leda Maria Theresa Otranto. A outra ao fundo, dando um sorriso, era filha do Dr. Jonas Faria de Castro, o nome dela era Helena mas chamávamos ela de Chiquita [5]. Esta que está com o pescoço virado [6] foi minha professora, Dona Arlete Nolasco. (BENATTO, 2014a)

Outras frequentadoras do clube, que chegariam a Londrina somente em 1936, eram as irmãs Traballi, Ermínia e Francisca, “elas estavam em todas as festas”. (BENATTO,

2014a). A energia elétrica no local foi inaugurada em 11 de junho de 1938, e foi realizado um baile para comemorar o feito.

Virando a esquina, na rua Santa Catarina, entre as ruas Minas Gerais e Mato Grosso, ficava o Clube Quadrado, fundado em 1939 e voltado para as classes mais baixas. Leite (2014) rememora que, nos dias de carnaval, as pessoas de ambos os clubes se fantasiavam com papel crepom e formavam um cordão que percorria a cidade pelas picadas, todos cantando.

O pessoal do Redondo fazia um cordão e atravessava perto da catedral, dava aquela volta, e descia para visitar o Clube Quadrado. E o pessoal do Quadrado visitava o Redondo. Ia um na frente com o lampião, Petromax, acho que funcionava com querosene. A picada era estreita. Iam todos cantando, segurando no cordão. E eu ia a tudo porque papai era social e me levava. Ele ia a todos os eventos que era chamado. (LEITE, 2014)

64. [Cine Theatro Municipal, sem data].

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 8,5x13,5 cm, PB, rugoso

Na avenida Rio de Janeiro, entre a avenida Paraná e a rua Sergipe, ficava o Cine Theatro Municipal, de propriedade de Satoro Nishiyama (razão social Irmãos Nishiyama & Cia.). O cinema foi o quarto da cidade, fundado em 2 de julho de 1940, com a exibição de duas sessões, às 19h e às 21h, do filme “60 anos de glória”, com Anna Neagle e Anton Walkbrook, lançado em 1938 nos Estados Unidos. “Era ali perto das Casas Pernambucanas, na quarta ou quinta à noite era a sessão do pão duro, que era 200 réis a entrada, era mais barato. A gente não perdia, era a única distração. No domingo tinha duas sessões, à tarde chamava matinê.” (LEITE, 2013)

O construtor foi Manoel Gregório, responsável pela edificação do Colégio Mãe de Deus e mais tarde pelo prédio do Paço Municipal. Segundo o jornal *Paraná-Norte* de 16 de abril de 1939, a prefeitura, visando incentivar a construção de cinemas e hotéis, isentou de impostos por cinco anos aqueles que primeiro os instalassem, sendo um deles o Cine Municipal. Contava com 800 poltronas – um dos maiores e mais luxuosos do estado.

A participação de mestres carpinteiros japoneses é evidente no formato do telhado em estilo nipônico Irimoya. A um custo de 350 contos de réis, a edificação media 15m de frente por 50m de fundo. Era dividida em hall, platéia de 600 poltronas, balcão de 200 poltronas, palco, corredor para a saída de emergência e quatro sanitários. Novos aparelhos de projeção e som da marca *Zeis-Ikkon* haviam sido adquiridos por 70 contos de réis. (YAMAKI, 2006, p. 45)

Além de exibir filmes, o auditório funcionava como palco de espetáculos e apresentações, festas e bailes de carnaval. “Construir um cinema para passar, principalmente, filmes japoneses, era um sonho do comerciante Satoro Nishiyama, proprietário de uma máquina de beneficiamento de arroz instalada no final da Rua Santa Catarina.” (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 169)

Para a escolha do nome foi promovido um concurso, organizado pelo jornal *Paraná-Norte*. Foram apresentadas 47 sugestões e os três nomes finalistas foram: Cine Theatro Guarany, Cine Theatro Primor e Cine Theatro Municipal. O autor da sugestão vencedora recebeu 100 ingressos de prêmio. Os filmes eram transportados em latas e despachados pela distribuidora em Botucatu, no estado de São Paulo, e trazidos de trem até Londrina (BORTOLOTTI, 2007).

A fotografia foi doada ao Museu por Margarida Kramer em 1981 e não foi datada. Possivelmente o fotógrafo foi seu marido, Carlos Kramer, que possuía um equipamento fotográfico.

Na época da produção da fotografia, era exibido o filme “Duas Vidas”, de 1939, e no painel da entrada consta a indicação “em breve Coração do Norte, com Diek Foran”, de 1938. Considerando a demora média para que um filme americano chegasse às telas no Brasil naquela época, a imagem data do final de 1940 ou de 1941.

Eu gostava muito de ir ao cinema à tarde, na matinê, aí como eu dava a vida pela matinê [risos]. Eu ia ao Municipal, tinha uns 14 anos [por volta de 1944]. Eu gostava demais e meu pai dizia, “se você não for à missa, não vai ter matinê”. [...] Mas só se fosse com meu irmão, aí eu tinha que adular, fazer tudo para meu irmão mais novo, para ele ir comigo. Me lembro de um filme que assisti ali, “Canção de Bernadete” [1943], mas é lindo, meu Deus que filme que eu amei, como eu chorei. (CORDEIRO, 2012)

Ir ao cinema era um costume generalizado na juventude dos entrevistados. “Naquele tempo não tinha televisão, a gente ia todo domingo no cinema, formava aquela fila que dava volta no quarteirão para comprar ingresso.” (PICCININ, 2013)

Ao lado da sala de exibição ficava o Bar Líder, onde o público podia comprar balas e outros itens para levar ao cinema. O bar era de propriedade de João Cid Lopes e foi aberto no início da década de 1940, atraindo um público diversificado e tornando-se um ponto de encontro de agenciadores de café. Funcionava 24 horas e contava também com restaurante e barbearia. Fechou as portas somente em 1969.

No período da Segunda Guerra, as distribuidoras de filmes passaram a boicotar Satoro Nishiyama e ele foi obrigado a arrendar o cinema. Em 1956, a sala foi vendida para Antônio Caminhoto, que a reformou e renomeou como Cine Jóia. “A mudança de nome e de proprietário não influenciou na programação, voltada para um público de gosto mais popular e adepto das matinês, e nem na regularidade com que eram projetados filmes japoneses.” (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 170). No verso da fotografia, Margarida Kramer assinalou o local como sendo o posterior Cine Jóia, e com esse nome a sala funcionou até 1975, quando foi destruída por um incêndio.

65. *Gymnasio Londrinense*, 1943.

Fotografia: Divino Bortolotto
Acervo João Baptista Bortolotti
Original 6x9 cm, PB, rugoso

Frente do Gymnasio Londrinense, em 1943. Ficava situado na rua Quintino Bocaiúva, entre as ruas Santos e Mossoró, e foi apelidado de “Colossinho”. Considerando a necessidade de estabelecimentos de ensino, em 1939 o médico Jonas de Faria Castro decidiu fundar um estabelecimento particular de ensino secundário em Londrina. Como “a empreitada fugia das possibilidades financeiras do Dr. Jonas à época, ele precisou de um sócio” (BONI, 2004, p. 208), o advogado e professor (posteriormente genro) Rui Ferraz de Carvalho. “Ele era primo da Dona Hebe Ferraz de Carvalho, do Cartório Simoni. O Sr. Rui era casado com a senhora Lenita, filha da Dona Francisca e do Doutor Jonas de Faria Castro.” (BENATTO, 2014a)

Jonas de Faria Castro formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1928, e chegou a Londrina em 1936. “O Dr. Jonas construiu o colégio. Era um médico baiano, fui paciente dele. Depois veio para Londrina o seu filho, Dr. Joninhas, foi muito meu amigo.” (VICENTINI, 2013). Castro fundou a Casa de Saúde Dr. Jonas, aberta a todos os médicos da região. Contava com 16 leitos, enfermaria, sala de cirurgia, exames clínicos, e foi ali também, que se realizaram as primeiras reuniões para a criação da Associação Médica de Londrina (PELLEGRINI, 1991, p. 23).

Para a construção do ginásio, em 21 de dezembro de 1940, o médico e o advogado registraram a sociedade civil Faria, Castro & Cia., e compraram uma quadra na região central de Londrina (TEIXEIRA; BONI, 2010). Com autorização e inspeção federal, o ginásio abriu suas portas no começo de 1941, contando com os cursos Primário e Preparatório de Admissão ao Ginásio (BOLETIM..., 1980, p. 31).

Na cerimônia de inauguração estiveram presentes Milton Ribeiro de Menezes - que seria prefeito de Londrina de 1951 a 1955 e de 1959 a 1963 -, Dr. José Hosken de Novaes - que seria prefeito de Londrina de 1963 a 1969 -, Dr. Willie da Fonseca Barbazon Davids - então prefeito de Londrina -, sua esposa, Carlota de Melo Peixoto Davids, Luiz Estrella - funcionário da CTNP, Dr. Jonas de Faria Castro - médico e um dos proprietários do ginásio -, sua esposa Francisca Faria de Castro, José Bonifácio e Silva - comerciante, Dr. Rui Ferraz de Carvalho - advogado e sócio proprietário do ginásio -, sua esposa, Helena Farias Castro Ferraz de Carvalho (filha do Dr. Jonas) e João Antônio Benatto, comerciante, pai de Omeletino Benatto.

A construção em alvenaria, imponente para a época, era um marco na educação de Londrina. Antes de 1941, o estabelecimento de ensino secundário mais próximo ficava em Jacarezinho (PR), a 155 quilômetros de distância (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013).

Foi aqui que eu estudei, o meu segundo, terceiro e quarto ano de ginásio e um ano de contabilidade. Meu primo formou em 1944 e eu formei em 53. Mandado construir pelo Dr. Jonas de Faria Castro. A construção terminou em 1939, meu pai tem uma foto bem desse lado da escada, [...] ele fornecia areia, carretos, tijolos, para a construção do ginásio. E ele fez uma grande amizade com o Dr. Jonas e passou a avalizar os “papagaios”. Antigamente, quando fazíamos empréstimo, era chamado papagaio. Uma promissória. Então tinha uma segunda pessoa que era avalista. Meu pai avalizou muito para o Dr. Jonas, meu pai era pobre e ainda avalizava. Quando o Dr. Jonas pagava o papagaio, ele andava numa charretinha, ele passava na minha casa [...] e gritava para a minha mãe “seu Benatto está aí?”, ela respondia “não, ele foi no rio [Tibagi] buscar areia”, então dizia pra ela “já paguei o papagaio”, me lembro muito bem. Meu pai foi avalista para a construção do ginásio. (BENATTO, 2014a)

Tozzetti (2011b), afirma que, para estudar no ginásio, era necessário ter muito dinheiro, pois as mensalidades eram caras. “Fui para o colégio do estado, pois minha família não poderia pagar.” Toshihiko Tan (2013) estudou ali. “Fui da segunda turma do colégio. Cursei quatro anos de ginásio e fui fazer científico em Curitiba”.

No andar superior ficava o salão nobre, onde eram realizadas palestras, concursos e comemorações internas do colégio. Além das aulas normais, o ginásio promovia palestras sobre variados assuntos, havendo sempre lugar para ética e moral (ALMEIDA, 1995, p. 86).

A primeira formatura da escola aconteceu em 1943, com uma turma de estudantes transferidos de instituições de ensino de outras cidades. Nessa época, sob o regime do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 dava um enfoque pré-vocacional e profissionalizante para o ensino, sendo o secundário (principalmente o público) destinado à elite e o ensino profissionalizante direcionado para as classes populares, fazendo com que ganhassem o mercado de trabalho de modo rápido.

O Londrinense funcionou sob a administração de Jonas Farias Castro e Rui Ferraz de Carvalho até o fim de 1944, quando foi comprado pelo Instituto Filadélfia, uma sociedade que agregava evangélicos e que funcionava sob a administração de Zaqueu de Melo, que lecionava português no ginásio havia dois anos. O Instituto Filadélfia organizou-se por meio

de um sistema de cotas, que podiam ser subscritas pelos membros de igrejas evangélicas de outras cidades (TEIXEIRA; BONI, 2010).

Foi Zaqueu de Melo quem percorreu os municípios para levantar o capital necessário para, em 1946, com 458 subscrições, adquirir o Ginásio Londrinense. Para concretizar a compra, segundo Bertan (1990, p. 48), contraiu um empréstimo no valor de 600.000 cruzeiros junto à Caixa Econômica Federal. “O recibo de compra foi emitido no dia 6 de novembro de 1946 e, a partir de 1947, a escola passou a ser administrada pelo *Instituto Filadélfia de Londrina*, tendo Zaqueu de Melo como presidente.” (TEIXEIRA; BONI, 2010, p. 29)

Proveniente da cidade de São João da Boa Vista, Zaqueu de Melo era ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil e professor de grego e filosofia no Colégio Estadual de Londrina. Foi deputado estadual em 1954, reeleito anos depois e renunciou ao cargo em 1962. Foi também um dos idealizadores do Hospital Evangélico (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 11). Mais tarde, em 1972, o Instituto Filadélfia ampliou sua atuação para o ensino da graduação como Cesulon, Centro de Estudos Superiores de Londrina, atual universidade Unifil.

Infraestructura

66. *Passageiros embarcam para atravessar o rio Tibagi, década de 1930.*

Fotografia: Theodor Preising

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 8x13 cm, PB, brilhante

Nos primeiros anos da colonização, os barcos e as balsas eram os únicos meios de atravessar o rio Tibagi, situado entre Londrina e Jataizinho (então Jatahy). O sistema de balsa em madeira registrado na imagem foi inaugurado em 30 de janeiro de 1930, e estava localizado ao final da estrada do Café Forte. Somente cinco anos mais tarde, em 28 de junho de 1935, estaria pronta a ponte sobre o rio Tibagi⁵², por onde passavam os 294 metros de trilhos de trem.

Mesmo após a inauguração da ponte, veículos continuam a atravessar por balsas, pois pela ponte passavam exclusivamente trens, pedestres e animais. “Mesmo contrariando recomendações de segurança, também foi utilizada para a travessia de carroças. Graças a ela, diminuiu sensivelmente o uso de balsas para travessia de pessoas e mercadorias no rio Tibagi.” (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 130)

Ainda no início da década de 1930, a balsa transportava automóveis, novos moradores e mercadorias que abasteciam a cidade que surgia. Era direcionada por roldanas e cabos de aço (à direita na imagem), que ligavam as duas margens. “No começo a balsa era puxada no cabo de aço, depois tinha um motorzinho, mas às vezes eles usavam uma varona de bambu para empurrar.” (BENATTO, 2012). Mais tarde, para a construção da ponte, foi desenvolvido um sistema de cabos aéreos para o transporte de vagões içados, uma espécie de teleférico, que transportava materiais de construção e trabalhadores e suportava até quatro toneladas.

A imagem faz parte de uma sequência registrada por Theodor Preising entre 15 e 17 de maio de 1932, quando foi contratado pela Companhia de Terras para fotografar e acompanhar um grupo de moradores de Danzig que se estabeleceriam em New Danzig, região que hoje corresponde a Cambé (ver imagem 42). Possivelmente são esses os personagens registrados.

Na fotografia, além dos carros, está a jardineira da Companhia de Terras, que buscava possíveis compradores interessados em conhecer a tão divulgada terra fértil em Jataizinho, até onde chegava o trem proveniente de Ourinhos (SP)⁵³. A primeira viagem da jardineira foi realizada meses antes, em fevereiro de 1932.

⁵² A CTNP contratou o engenheiro Josef Grobenveger para projetar a ponte. A construção ficou a cargo da empresa paranaense Rangel Christoffel & Cia.

⁵³ A ligação da estrada de ferro entre Cambará e Jatahy foi concluída no início de 1932, tendo sido paralisada em uma ocasião, por conta da quebra da Bolsa de Nova York (SCHWARTZ, 2009).

A grande dificuldade para a travessia nas balsas se dava nos períodos de chuvas abundantes, que tornavam a correnteza muito forte. Também nessas ocasiões se formava muito barro, o que impedia a realização da viagem. Uma viagem de automóvel de Londrina a Jatahy (29 km), podia demorar até 10 horas. (SCHWARTZ, 2009)

Maria Alice Brugin de Arruda Leite (2014) passou pela balsa em março de 1931, quando chegou à cidade. “Eu tinha quatro anos e me lembro que atravessamos o rio em cima do caminhão”. Já Amélia Tozzetti (2012) se lembra de que, apesar de já existir ponte em novembro de 1936, por ela ainda não passavam automóveis. “Minha família passou com a mudança pela balsa, e molhou muita coisa nossa, algumas tivemos que descartar.”

George Craig Smith relatou em suas correspondências, no início de 1930, que as vendas da CTNP estavam aquém do esperado, o que perdurou até outubro de 1932, quando teve fim a Revolução Constitucionalista⁵⁴. Isso porque grande parte dos compradores vinham do estado de São Paulo por trem, e, com o conflito, as fronteiras do estado foram fechadas, ficando o pedaço paranaense da estrada de ferro temporariamente desativado. Aqueles que conseguiam atravessar a fronteira, tinham de deixar sua mudança e bagagem em Ourinhos. Quando terminou o conflito, as vendas cresceram exponencialmente e a viagem voltou a ser realizada, por trem e pela balsa.

⁵⁴ Conflito que durou de 9 de julho de 1932 a 4 de outubro de 1932.

67. *Hotel Luxemburgo, 1932.*
Fotografia: Theodor Preising
Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Original 6x9 cm, PB, brilhante

Nos primeiros anos da colonização das terras da companhia, enquanto as casas estavam sendo construídas, os hotéis abrigavam os proprietários dos lotes. Entre eles estava o sofisticado Hotel Luxemburgo, inaugurado em maio de 1932, que passou a concentrar as solenidades do município e recebeu grande parte dos políticos que visitavam a região, o “local preferido para a realização de reuniões de autoridades e investidores, quase sempre ligados direta ou indiretamente à CTNP.” (TAVARES, 2013, p. 44). Ali eram promovidos eventos e jantares e, em 22 de janeiro de 1938, Gregório Rosemberger organizou um grandioso baile dançante acompanhado de recital artístico em comemoração ao aniversário da grã-duquesa de Luxemburgo (TAVARES, 2013, p. 47).

Construído pelo engenheiro Gregório Rosemberger⁵⁵ (pai do engenheiro da Companhia de Terras, Ernest Rosemberger), o estabelecimento ficava na esquina das atuais ruas Duque de Caxias e Goiás e possuía 25 quartos com lavatórios (pias) (ALMEIDA, 1997, p. 57). Segundo propaganda no jornal *Paraná-Norte* de 7 de junho de 1936, “tinha cozinha de primeira e água corrente em todos os quartos”. Os seis banheiros eram compartilhados e ficavam no corredor principal. As instalações contavam também com varanda e jardim.

Na ocasião do registro iconográfico, tomado no mesmo mês da inauguração do hotel, Theodor Preising fotografava Londrina, contratado pela Companhia de Terras.

Esse hotel era vizinho nosso. Tinha duas entradas, uma aqui do lado. Ficava com a frente principal para a Duque, voltada para o norte. Morei aqui [à direita]. Me lembro de tudo que havia lá, um quintal grande, uns pés de maçãs. Eles compravam frangos em quantidades e soltavam lá. [...] Aqui muitos famosos se hospedaram, foi um hotel bom. Quando eu conheci já tinha um pedaço em tijolos à vista. Tinha muita festa lá, do pessoal do Rotary Club. Muito banquete, meu cunhado foi gerente lá por 20 anos, a partir da década de 1950. Tinha umas palmeiras na entrada. (TOZZETTI, 2012)

Quando Gregório morreu, em 1939, o hotel passou para o filho, Ernest Rosemberger, que o vendeu no ano seguinte a Franz Hesselmann, hoteleiro alemão vindo de Jaraguá do Sul (SC) com filho e esposa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, passou a se chamar Hotel América, atendendo à proibição de estabelecimentos comerciais com nomes de países inimigos, pois Luxemburgo havia sido incorporado pelo Terceiro Reich. Sob nova administração, recebeu

⁵⁵ Em algumas publicações, o nome do engenheiro é grafado Rosemberg. Porém, segundo sua ficha no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, a grafia correta é Rosemberger.

importantes personagens como o governador Moysés Lupion e os presidentes Eurico Gaspar Dutra, em fevereiro de 1948, e Getúlio Vargas, em setembro de 1950 (TAVARES, 2013).

Esse hotel teve que mudar de nome durante a Guerra. Seu proprietário era um alemão [Franz Hesselman]. Quando foi proibido usar nomes estrangeiros, passou a chamar América. Existia ali perto também um barzinho que pertencia a um casal de japoneses, eles tinham uma foto do casal imperial do Japão na parede, e tiveram que tirar por causa da guerra. (TOZZETTI, 2011a)

Nesse período, Franz arrendou o local por alguns anos e retornou à administração em 1957, mudando o nome do estabelecimento para Franz Hotel. Em 1948, a edificação passou por uma reforma e a casa de madeira deu lugar a uma construção em alvenaria com 58 quartos com banheiros. Franz morreu em 1975, quando a esposa Alzira e o filho Waldemar Hesselmann assumiram o estabelecimento, que foi vendido em 2004.

68. *Hotel Rolândia, 4 de novembro de 1934.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 16x22 cm, PB, rugoso

A fotografia é do Hotel Rolândia, primeira construção da cidade, iniciada em 1934 com a finalidade de atender aos inúmeros interessados em adquirir terras na região. Produzida a partir de um negativo de vidro, faz parte de uma sequência feita na cidade de Rolândia no mesmo dia, e registrou os primeiros hóspedes: um grupo de alemães acompanhados por um padre.

Localizado na atual avenida Getúlio Vargas, fazia parte, na época, de um conjunto de edificações à entrada da cidade. Feito em madeira, “foi cenário de uma trama de relações sociais, característica de um modo de vida que se iniciou em meados da década de 30 com a cafeicultura, numa cidade ponta de fronteira, como era Rolândia”. (ALMEIDA, 1995, p. 24). Ficava próximo à estação ferroviária (seu ponto final) e à rodoviária, e ao lado do escritório da Companhia de Terras e da Padaria e Confeitaria Max Dietz.

Eu ia muito lá, tomar sorvete em Rolândia, ao lado desse hotel. Tinha uma confeitaria de alemães muito boa. Eu era semi-interna no colégio [Mãe de Deus] e tinha umas amigas que eram internas e que moravam em Rolândia, uma delas era a Almeri *Bornhausen*⁵⁶, que era sobrinha do governador de Santa Catarina. Eram em três irmãs [Almeri, Ivone e Maria Mali] e elas eram internas. Éramos grandes amigas. (LEITE, 2012)

Depois de pronto, o hotel de madeira com duas alas de quartos e um amplo salão para refeições foi arrendado ao brasileiro Pedro Rosa (SCHWENGBER, 2003), que mandou imprimir um folheto de divulgação com o convite para que as pessoas visitassem Rolândia, com uma poesia (de autor desconhecido) sobre a cidade. Outro veículo de divulgação do hotel foi o jornal londrinense *Paraná-Norte*, que sublinhava a “qualidade da cozinha, ‘anunciando’ os banquetes servidos aos domingos”. (ALMEIDA, 1995, p. 24)

Minha mãe e minha avó ficaram nesse hotel, que agora já foi derrubado. Isso porque a gente achava que era demais para minha avó [com 80 anos] uma viagem de mais de 24 horas e ainda ir até a fazenda do Sr. Rudolph, nosso ponto final da viagem, porque eram mais sete quilômetros de carroça. Meu irmão e eu fomos de carroça no mesmo dia, até porque não tínhamos dinheiro para pagar hotel para todos [...]. No hotel, nas privadas, tinha cestas com o papel usado, porque papel

⁵⁶ Nascida em 1926, em Itajaí (SC), Almeri era filha de Waldemar Bornhausen e Maria da Conceição Serpa. Seu pai, em 1927, acompanhado do cunhado Raul Carvalho, ambos agrimensores, mudou-se para Clevelândia (PR), onde se dedicou à construção da Estrada Federal Clevelândia-Porto União. Em 1928, nasceu a segunda filha do casal, Ivone Bornhausen. Em 1929, Waldemar foi nomeado delegado de polícia na cidade de Clevelândia, pelo então Interventor Manoel Ribas. Nessa época nasceu seu terceiro filho, Ademar Bornhausen. Em 1932, nasceu a quarta filha do casal, Maria Mali Bornhausen. Em 1950, seu irmão Irineu Bornhausen foi eleito governador do estado de Santa Catarina.

higiênico limpo ‘neca’, né? E minha avó não sabia que esse papel era usado e usou, coitada. [risos] Foi um choque cultural nossa chegada. (BEHREND, 2011b)

A restrição alemã ao valor que emigrantes podiam levar do país (dez marcos), impediu que a família Behrend trouxesse seus bens e fez com que os primeiros anos no Brasil fossem tempos difíceis.

Nós trouxemos 10 marcos. Com esse dinheiro deu para tirar da alfândega a mudança e acabou. 50 marcos, cada um tinha direito a 10 marcos. Isso era um bom dinheiro aqui, um marco era sete mil réis. Então sobrou um dinheiro da alfândega e com esse dinheirinho meus pais começaram a vida. Nós usamos também para pagar a viagem até Rolândia e o Hotel Rolândia por uma noite, para minha mãe e minha avó. (BEHREND, 2011b)

A construção do hotel, de Victor Larionoff, foi iniciada no dia 29 de junho de 1934, feriado dedicado a São Pedro, para que pudessem ser utilizados os caminhões da CTNP para transporte do material e de trabalhadores. A data é comemorada como aniversário da cidade, tamanha a importância atribuída ao estabelecimento (POPOLIN; UNFRIED, 2013, p. 161).

Larionoff era caixa da loteadora. Para evitar especulação, funcionários não podiam comprar terras, mas ele convenceu Mister Thomas a abrir uma exceção. Assim, adquiriu três pequenos lotes em 20 de junho de 1934. Em seu diário, ele relata: “De súbito, lembrei-me da informação recebida há poucos dias que logo seria aberta uma clareira, distante uns 21 quilômetros de Londrina, na qual seria fundada pela companhia sua terceira cidade. Irei construir ali algo notável para aquela época, disse a mim mesmo: um hotel.” (LARIONOFF, 1984)

A fachada e a disposição interna foram idealizadas por Larionoff, a preparação técnica ficou a cargo de Ernest Rosemberger, filho do dono do Hotel Luxemburgo, e a carpintaria foi entregue a dois carpinteiros alemães. A madeira era proveniente de uma Serraria de Nova Dantzig (Cambé), de propriedade de Amadeo Baggio Merlo e Carlos Almeida, e as encomendas sempre atrasavam, adiando em um mês a finalização da obra (LARIONOFF, 1984).

A conclusão se deu em três meses, sendo o hotel inaugurado no dia 1º de outubro, com um farto almoço. Estiveram presentes Arthur Thomas e Willie Davids (diretores da Companhia de Terras, acompanhados de suas esposas), George Craig Smith,

Luiz Estrella, Bernardino Schneider e Carlos de Almeida (funcionários da CTNP), Amadeo Baggio Merlo (dono da serraria que forneceu a madeira para a construção), os dois construtores alemães e outros convidados (POPOLIN; UNFRIED, 2013, p. 165-166).

O hotel só entrou em pleno funcionamento em novembro, com a chegada dos primeiros hóspedes, registrados na imagem. Localizado na principal avenida da cidade, cumpriu uma função complementar à CTNP e à estrada de ferro, pois era a “casa dos de fora”, daqueles que se interessavam em comprar lotes para posterior fixação no local e também dos que representavam um comércio itinerante numa região de expansão agrícola. Além de servir aos encontros amorosos clandestinos e aos viajantes, o hotel também era locado pelas famílias que moravam na zona rural para tratamento médico.

era muito comum, por exemplo, os maridos hospedarem suas mulheres grávidas uma, duas semanas antes do parto, para que não corressem nenhum risco e pudessem ter a assistência ou da parteira [...] ou de um médico. Muitas crianças nasceram dentro desses hotéis. Os quartos também eram alugados para um simples banho no caso de as mulheres chegarem muito sujas de poeira das fazendas e terem de passar o dia todo na vila, fazendo visitas ou compras, ou ainda à espera do trem que fosse levá-las a São Paulo, no caso de uma viagem mais longa. (MELLO, 2007, p. 205-206)

O Decreto-lei n. 406, de 1938, em seu Capítulo VIII (Concentração e Assimilação), dizia: “Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro”.⁵⁷ Por essa razão, em 30 de dezembro de 1943, Rolândia passou a se chamar Caviúna (nome de uma árvore abundante na região) e somente em 1947 é que retornou o antigo nome. Isso porque o nome surgiu a partir do termo *rohes land*, escolhido por Ludwig Draeger, que significa “terra crua”. O pioneiro Oswald Nixdorf sugeriu então o nome Roland, em homenagem ao legendário herói alemão que na Idade Média guerreara ao lado de Carlos Magno (NIXDORF, 1979). Não constam, porém, registros de alteração do nome hotel, ao contrário do que aconteceu com o Hotel Luxemburgo em Londrina, que teve de mudar seu nome para Hotel América.

⁵⁷ Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=406&tipo_norma=DEL&data=19380504&link=s. Acesso em: 23 nov.2011.

69. *Hospitalzinho, primeiro hospital de Londrina, 29 de março de 1935.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 12,4x17,2 cm, PB, rugoso

O Hospitalzinho, construído pela Companhia de Terras em peroba rosa, foi erguido no Patrimônio Três Bocas e transferido para Cornélio Procópio, regressando posteriormente (em 1933) a Londrina. Estava localizado na alameda Manoel Ribas, onde mais tarde seria erguida a sede social do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense. No local também funcionava uma espécie de farmácia, administrada por Hilário Scharff, que manipulava medicamentos prescritos pelos médicos.

O Hospitalzinho contava inicialmente com três quartos, sete leitos e uma sala de operações, atendia funcionários da companhia e moradores que pudessem pagar, e os preços eram caros. Mais tarde foi reformado e ficou com 14 leitos. Sua instalação foi uma exigência da população, visto que o clima úmido e os mosquitos propiciavam o surgimento de doenças como febre amarela silvestre, malária, febre tifoide, tuberculose, pneumonia, varíola, diarreias, leishmaniose. Havia, também, os casos de acidentes provocados pela derrubada das árvores (UNIVERSIDADE, 2012).

O primeiro médico a trabalhar ali foi Kurt Peter Müller, e possivelmente o primeiro enfermeiro tenha sido Miguel Koesich (ambos chegaram em 1931) e depois Úrsula Blumberg, todos alemães. Mais tarde, também atuou a enfermeira Margarida Cristina Larsen (Tia Nenê). Uma vez por semana, davam assistência aos colonos alemães em Rolândia, Nova Dantzig e no Heimtal. Iam a cavalo e passavam uma semana longe do hospital. A primeira enfermeira instrumentalista foi Carlota Stark.

No ano seguinte à instalação, Kurt Müller, ao voltar de uma dessas viagens, flagrou sua esposa, Magdalene Bergan, com Julio Fontshutz, também alemão, e o assassinou. Foi a júri popular em Jatahy, mas foi absolvido (ZORTÉA, 1975, p. 158). Para evitar represálias, deixou o país, abandonando a esposa no porto de Santos.⁵⁸

⁵⁸ Foi Kurt Müller quem fez o parto de Klaus Nixdorf, filho do pioneiro Oswald Nixdorf. Em depoimento ao programa CBN repórter (2010), Klaus Nixdorf explicou que a esposa do médico usualmente colocava um lençol branco na janela para sinalizar ao amante que o marido havia saído. A empregada contou ao médico e um dia ele fingiu sair e ao voltar para casa matou o amante da esposa. Kurt Müller teria sido um dos oito membros de uma base local do NSDAP (partido nazista) em Rolândia, e um dos seus principais articuladores (MAINKA, 2008). De volta à Alemanha, tornou-se membro da Tropa de Proteção, mais conhecida como SS, grupo de elite que sob o comando de Heinrich Himmler chegou a controlar a Gestapo (a polícia secreta nazista), as unidades de extermínio de grupos étnicos minoritários e os campos de concentração nos países ocupados. O Dr. Kurt Peter Müller fez carreira na SS, e quando foi preso na Rússia, em 1945, tinha a patente de Major-General (SS Brig FHR). Foi preso, condenado a 25 anos, em Moscou, em 27 de junho de 1950, e solto em 7 de outubro de 1955. Morreu em 11 de fevereiro de 1993.

Segundo indicação do autor da imagem, José Juliani, a fotografia data de 29 de março de 1935 e em uma das reproduções que pertencem ao Museu, doada pela Universidade Estadual de Londrina em 1973, consta a identificação: “primeiro hospital de Londrina localizado na alameda Interventor Manoel Ribas. Médico Dr. Kurt Peter Müller e o farmacêutico Hilário Scharff”.

Em 1935, o hospital passou a ter outro diretor, o suíço Hamada, seguido pelo médico recém-chegado (1934) João Figueiredo, que depois foi vereador da cidade. Figueiredo era formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e dividia seu tempo entre o Hospitalzinho e o consultório particular. Por sua indicação, a CTNP contratou seu irmão Anísio Figueiredo (traumatologista) como novo diretor, muito admirado pelos antigos moradores. “Fui operada aqui em 1943, de apendicite, eu tinha 12 anos. O médico, Dr. Anísio, morava do outro lado da rua, foi ele quem me operou.” (SOUZA, 2012)

70. Anúncio no *Álbum de 1939*. Reproduzido de Gomes (1938, p. 30).

A filha de Anísio Figueiredo, Maria Cândia Figueiredo Marquezine, possui um documento com os preços dos procedimentos realizados no local. Um atestado de saúde,

óbito ou diária de internação custava 10 mil réis. Uma consulta, 20 mil réis, uma intervenção no estômago ou cirurgia de apendicite, 500 mil réis. Para uma curetagem do útero, a paciente deveria pagar 300 mil réis, e 400 mil réis por um parto. Todos os pagamentos poderiam ser feitos à vista, com letras de câmbio, ou a prazo, mediante emissão de nota promissória ou simples promessa (PEDRIALI, 2012).

Toshihiko Tan (2013) explica que sua mãe, Shimiyo Tan, apesar de ser médica pela Universidade de Medicina de Kyoto, atuou como enfermeira no Hospitalzinho em 1939, pois só conseguiu validar seu diploma tempos depois. Algumas irmãs do Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schöenstatt, que moravam em Londrina desde 1936, também auxiliavam no atendimento, entre elas Maria Oswalda Kneer, Maria Lúcia Kohlhaas, Maria Trudperta Ortlieb, Maria Norberta Schulte, irmã Almut, irmã Burga Börmnir (anestesista) e irmã Calixta, sendo, nos últimos anos, responsáveis por sua administração.

Nesse hospital, em dezembro de 1940, eu fui operado de apendicite, com 10 anos. O Dr. João me atendeu e diagnosticou. Ele pediu que botasse uma bolsa de gelo, e eu fiquei com a bolsa na barriga por uns três dias. O Dr. João Figueiredo não operava. Ele então telefonou para o Dr. Anísio Figueiredo em São Paulo e ele veio o mais urgente que pôde, demorou umas 24 horas ou mais para chegar. Fiquei mais três dias aqui, nessa penúltima janela da esquerda. As irmãs também ajudavam nos procedimentos. (BENATTO, 2014a)

O casarão de madeira tinha um corredor que dava acesso aos 14 leitos e, no final, ficava um pequeno centro cirúrgico. “Porém, não tinha cozinha. A comida vinha de marmitta do Colégio Mãe de Deus. Eu fui muitas vezes tomar injeção ali. [...] Aqui tinha um varalzinho, as luvas eram lavadas, colocadas para secar e reutilizadas.” (TOZZETTI, 2012)

Conforme a população crescia, a instalação tornava-se insuficiente. Em 1937, a cidade já contava com a Casa de Saúde Dr. Jonas, de Jonas de Faria Castro, que oferecia consultas gratuitas das 13 às 14h. Estava localizada em duas lojas e seis apartamentos no segundo pavimento das Casas Pernambucanas, contando com 16 leitos, enfermaria, sala de cirurgia e um anexo com laboratório de análises clínicas do farmacêutico Arnaldo Pereira Braga (PEDRIALI, 2012).

No ano seguinte, o Dr. Gabriel Martins – médico de higiene da Prefeitura - instalou um precário hospital de emergência para o atendimento de pessoas carentes, numa

construção de madeira que ficava na esquina das atuais ruas Benjamin Constant e Mato Grosso, chamado Hospital dos indigentes.

Para aqueles com muitas posses, o Hospitalzinho servia para atendimentos básicos, já que seguiam para serem operados em hospitais de São Paulo. A instalação foi desativada no dia 6 de setembro de 1944, e desmontada a seguir, mas o seu madeiramento está preservado nos fundos da Santa Casa de Londrina, talvez aguardando oportunidade de uma futura montagem como parte de um museu (NIXDORF, 2009, p. 94).

71. *Inauguração do Banco Noroeste do Estado de São Paulo, 1º de fevereiro de 1938.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 16x22 cm, PB, rugoso

O Banco Noroeste do Estado de São Paulo S.A. foi a segunda agência bancária a ser instalada de Londrina, porém a primeira onde se podiam realizar todas as operações bancárias, visto que a Caixa Econômica Federal, que abriu suas portas em 1936, recebia apenas depósitos.

Na fotografia, José Juliani registrou a inauguração da agência no dia 1º de fevereiro de 1938, às 9h30 da manhã (ZORTÉA, 1975); estava localizada na avenida Rio de Janeiro, entre as ruas Sergipe e Benjamin Constant, onde funcionou até maio de 1943 (ALMEIDA, 1995, p. 83). A imagem foi utilizada posteriormente para a publicidade do banco.

72. Anúncio no *Álbum de 1939*. Reproduzido de Gomes (1938, p. 8).

Meses antes da abertura, a direção do banco se interessou pela região e enviou emissários para estudarem as possibilidades econômicas e a conveniência da instalação de uma agência em Londrina. O emissário foi o Sr. Honório de Mello Sylos, que se posicionou favoravelmente ao projeto.

O evento contou com a presença de representantes da diretoria do banco, Sr. Antônio Rocha Matos Filho e Amílcar Roberto Alves, do juiz Augusto Faria Rocha, do prefeito municipal Willie Davids (1), do primeiro gerente Sr. Honório de Mello Sylos (o emissário, que veio transferido de Agudos - SP), do contador Nelson Antunes Egas, entre outros. "Benzeu o ato de instalação o Pe. Paulo Kuhn. O Banco Noroeste ficou muito tempo sozinho em Londrina, ajudando sobremaneira o progresso da cidade e região." (ZORTÉA, 1975, p. 162). Além do gerente e do contador Nelson Antunes Egas, os primeiros bancários foram Jacob

Zaneb, subcontador, e João da Silva Santos, caixa, ambos provenientes da agência de Pirajuí (SP).

O primeiro morador de Londrina a ser contratado pelo banco foi Adelino Boer (com 17 anos), na função de contínuo, tendo iniciado suas atividades 15 dias antes da inauguração da agência. Os balcões, máquinas e demais equipamentos vieram de São Paulo, e na parede havia um retrato do presidente do banco, Wallace Cochrane Simonsen (ALMEIDA, 1995, p. 84). O segundo londrinense contratado pelo banco foi Manoel Flores Segura, exercendo a função de escriturário ajudante.

Na fotografia, da esquerda para a direita, o quarto é o Sr. Laudelino Pedro Lazari (2), agricultor. Na primeira porta, do lado direito, o homem de paletó escuro é Omar Mazzeri Guimarães (3). À sua frente, o jornalista Puigari Coutinho (4). À esquerda, o mais alto é o Sr. Souza (5). Mais à esquerda, de terno claro, está Eugênio Victor Larionoff (6). “Esse senhor careca com chapéu na mão bem na frente é meu pai, Ângelo Vicentini (7), italiano.” (VICENTINI, 2013). Estão na imagem, mas não foram identificados, o engenheiro Dr. Thimóteo e Dr. Quirino Figueiredo.

Esse de terno branco e gravata escura, perto do Sr. Willie Davids, é o Sr. Júlio de Faria Castro (8). Na porta à esquerda, o de terno branco é Luiz Estrella (9), contador da companhia. Esse de óculos parece o Sr. Charles Eric Newberry (10), era da Companhia de Terras também, chefe de escritório, homem de confiança de Mister Thomas. (BENATTO, 2012)

Com o Banco Noroeste, a cidade “experimentava um período novo – o das facilidades agrícolas e empreendimentos comerciais”. (BONI, 2004, p. 382). Esse foi também o primeiro estabelecimento a oferecer crédito. Tempos depois, o banco teve como inspetor geral Raul Piccinin, avô de Maria de Lourdes Piccinin (2013). “Ele entrou tempos depois dessa foto e trabalhou lá por muitos anos, até se aposentar.”

Outros pioneiros que trabalharam no banco anos depois foram o ex-motorista de Mister Thomas, Antônio Modenuti (IDERIHA, 2013) e Pedro Marquezzine (CARMAGNANI, 2013). O primeiro correntista do banco foi Manoel Barbosa de Fonseca Filho, proprietário de um posto de gasolina (SOUZA, 2012). O pai de Amélia Tozzetti (2012), Jacintho Tosetti, também foi cliente da agência.

Era um sistema diferente, os cheques eram grandes, as notas eram grandes, quando você ia ao banco sacar ou trocar um cheque, você recebia uma ficha com um número. Então entregava o cheque, que passava por várias mesas para verificar conta, saldo, assinatura e depois que ele tramitava ali dentro ele ia para o caixa. O caixa chamava o número da ficha, que era como uma moeda mas bem grande, de metal, e a pessoa se apresentava e ele dava o dinheiro, mas demorava um pouco. (TOZZETTI, 2012)

Segundo Almeida (1995, p. 84), o crescente movimento do banco teve uma pequena paralisação durante a Segunda Guerra Mundial, quando houve severas restrições às atividades dos alemães, japoneses e italianos. O fechamento do movimento diário só acontecia à noite, à luz de lampião e querosene. Só depois de 1939, o banco mandou de São Paulo um gerador a gasolina que, entretanto, tinha potência para alimentar somente uma lâmpada.

73. *Instalação da luz elétrica em Londrina, 11 de julho de 1938.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 30x40 cm, PB, rugoso

Em 11 de julho de 1938, foi inaugurada a iluminação pública em Londrina, nos postes instalados no trecho de duas quadras da atual avenida Paraná, entre a rua Minas Gerais e a avenida São Paulo.

Aqui é a avenida Paraná, agora Calçadão, na entrada para a praça da Bandeira, depois batizada praça Marechal Floriano Peixoto. Aqui à esquerda era a avenida São Paulo e à direita, a avenida Rio de Janeiro. Esse local ficava perto do futuro Hotel São Jorge. Essa segunda casa [da esquerda para direita] era uma sorveteria, e mais para a direita tinha uma loja de tecidos. (BENATTO, 2014)

O evento de inauguração contou com a presença de quatro mil pessoas, entre elas o prefeito Willie Davids, e figuras importantes de Londrina. Segundo o *Paraná-Norte* de 3 de setembro de 1939, nessa solenidade foi ligada a chave de ignição em um estrado armado na frente dos jardins da avenida Paraná. Para o fornecimento provisório de luz, a cidade foi dividida em dois setores, estando um a cargo da energia gerada pela serraria SIAM e outro a cargo da fábrica Taruma.

Antes disso, em julho de 1936, a Companhia de Terras já produzia, transmitia e vendia, com o aval do município, energia elétrica de modo limitado. O preço do quilowatt era de 1\$000 para particulares. Na época, as lâmpadas eram de 16, 25, 32 e 50 velas, conforme nota publicada no *Paraná-Norte* de 9 de agosto de 1936. Essas primeiras ligações de energia eram abastecidas por um gerador instalado na Rua Maranhão (quadra 18), que funcionava com um motor Deutz a óleo cru, de 12HP (COUTINHO, 1959, p. 80). Mas a potência era suficiente para iluminar apenas o escritório da CTNP e as casas dos mais ilustres moradores.

O engenheiro elétrico André Kotchet Koff foi o responsável pelo mapeamento dos primeiros postes na cidade, inclusive os do primeiro trecho de ruas iluminado (PARANÁ-NORTE, 1938, p. 2). “Minha mãe trabalhou de faxineira na Empresa Elétrica de Londrina e na casa do engenheiro que se chamava André Kotchet Koff, um russo. A esposa dele se chamava Mirna e eles tinham vindo da Rússia logo depois da Revolução, tinham dificuldades de comunicação, falavam bastante enrolado.” (TOZZETTI, 2013)

Leite (2012) relata que as lâmpadas eram muito fracas. Segundo Bortolotti (2007, p. 42), nesses primeiros anos o serviço prestado pela Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA) não atendia a demanda, e, “na hora de maior pico de consumo, as lâmpadas pareciam tomates vermelhos. As falhas na distribuição da energia elétrica

aconteciam devido à sobrecarga dos transformadores, que desligavam a qualquer ameaça de chuva”. No começo, explica Souza (2012), a energia elétrica não mudou muito a rotina da população, pois as luzes eram apagadas às 22 horas e “todos ficavam no escuro”.

Eu me lembro, quando instalaram a luz elétrica o povo ficou todo contente, então eu ouvi na propaganda pelo rádio, estava com o rádio ligado e estavam lá em São Paulo falando sobre Londrina. Aí o locutor falou: “Eu ouvi falar que já tem luz elétrica em Londrina”. E o entrevistado respondeu: “Pois é, nós já temos”. E depois ele perguntou: “E daí, é boa a luz elétrica lá em Londrina?”. E ele respondeu: “Você sabe, eu não vi nada, porque a gente passou lá à noite e estava escuro” [risos]. De tão “boa” que a luz elétrica era! (BERGOC, 2012)

Em 1939, foi construída uma usina hidroelétrica no ribeirão Cambé, que gerava 200kw de energia, o suficiente para atender uma população de cerca de seis mil habitantes. Segundo Yamaki (2006, p. 33), em dezembro de 1940, devido à seca exponencial, a cidade teve de racionar a energia elétrica, da meia-noite ao amanhecer. Porém, Silva (2012) afirma que a justificativa dada para o racionamento era a Segunda Guerra Mundial.

Diziam que era para não ser alvo de quinta-coluna. E como a luz era limitada, tinha os dias e horários em que você não podia contar com a eletricidade. Eu, por exemplo, como era ligado à igreja, tinha o órgão de fole. Então, no domingo de manhã, quando cortava a luz elétrica, eu tinha que ir lá e bombear manualmente para que pudesse tocar o órgão na igreja. (SILVA, 2012)

Em setembro de 1946, a ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina - telegrafou ao presidente da República e ao interventor do estado relatando o racionamento de energia após ouvir queixa de Celso Garcia Cid. O empresário teve o fornecimento suspenso entre 18 e 19 horas, impedindo-o de fazer reparos em ônibus de sua frota, constantemente danificados pelas estradas de terra. Isso porque a empresa elétrica não permitia o uso de energia para atividade industrial à noite (SCHWARTZ, 1997, p. 119).

Sucessivamente, foram sendo inauguradas outras fontes, como o conjunto diesel (outubro de 1941), a Usina Três Bocas (1º de abril de 1943), segundo e terceiro conjunto diesel (dezembro de 1945), quarto conjunto diesel (outubro de 1947) e a Usina Apucarantina (abril de 1949). As ligações elétricas, que até o fim de 1938 eram 90, na década seguinte chegaram a 3.588. “No começo, Londrina foi asfixiada pela falta de energia elétrica; segurava o crescimento. Depois, com a energia, melhorou, deu outro impulso.” (TOZZETTI, 2013)

74. [Fachada da Santa Casa após ampliação, sem data].

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 22x14,5 cm, PB, rugoso

Inaugurada em 7 de setembro de 1944, com cerimônia na sede social do Aeroclube transmitida ao vivo pela ZYD-4, a Santa Casa de Londrina foi o primeiro grande hospital da região e “representava na época a independência da cidade na área de saúde”. (MACARINI, 2004, p. 365). Estava localizada na rua Espírito Santo, entre as ruas Souza Naves e Mato Grosso, e contava com aproximadamente 60 leitos. O evento começou às 16 horas, com as palavras do provedor José Bonifácio e Silva, que afirmava ser a Santa Casa de todos, pois em suas paredes ao menos um grão de areia procedeu do mais humilde ou do mais pobre habitante de Londrina.

A ideia da construção do hospital surgiu em 1936, após um surto de febre amarela que matou 32 pessoas na cidade. Nessa ocasião, Arthur Thomas recorreu à Secretaria de Saúde do estado, que respondeu que só poderia enviar médicos após o carnaval. No ano anterior, um médico da Missão Rockefeller já havia notificado Willie Davids sobre a presença da doença na região, mas o prefeito, assim como a companhia, nada fez.

Quando ocorreram as primeiras mortes confirmadas por febre amarela, o representante da Saúde Pública, Dr. Osvaldo Dias, teve de notificá-las, “apesar da tentativa de suborno por parte dos diretores da Companhia”. A notícia se espalhou rapidamente e causou a redução do número de potenciais compradores de lotes urbanos e rurais. Diante da situação, o médico Osvaldo Dias, que mais tarde foi obrigado a se demitir, conseguiu a vinda da Missão Rockefeller, com dois médicos, enfermeiros, e pessoal de campo, que fizeram a vacinação em massa e controlaram a epidemia. (TOMAZI, 1985, p. 49)

Após a crise, representantes da sociedade – entre eles Mister Thomas, Willie Davids e Antônio Camargo Ferraz – criaram a Sociedade Beneficente Santa Casa de Londrina, para angariar fundos para a construção do hospital. Porém, somente três anos depois foi firmado um acordo com a participação de um representante da classe médica, na pessoa de Jonas de Faria Castro, um da CTNP, Arthur Thomas, e três da sociedade - o jornalista Humberto Puiggari Coutinho e os comerciantes David Dequêch e José Bonifácio e Silva -, por meio do qual ficou definido que o hospital teria sua administração confiada a uma irmandade. Desse momento em diante, passou a chamar-se Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL) e arrecadava mensalmente, de cada “irmão”, 10 mil réis, mais fundos obtidos em promoções.

No começo de 1936, o professor Joaquim Petrolí e o vereador Honório Martins Ribeiro sugeriram que o *Paraná-Norte* fosse o veículo de uma campanha para construir o

hospital. O jornal teve grande participação na idealização e construção do mesmo, convocando a população a participar ativamente da causa em campanhas promovidas pela sociedade beneficente.

A comissão pró-hospital se empenhou na realização de festas e campanhas, utilizando as dependências da prefeitura, para arrecadar fundos para o empreendimento. A CTNP e o poder público estavam direcionando grande apoio ao projeto. Para colaborar com a campanha, a empresa de ônibus que fazia o transporte de pessoas da zona rural para a cidade [...] reduziu em 50% o custo das passagens nos dias de festa, incentivando a participação da população nos eventos. (TOMAZI, 1985, p. 56)

O secretario pró-construção da Santa Casa era João Alfredo de Menezes, e os conselheiros eram Fuad Tarran e Daniel Gomes Leme (PEDRIALI, 2012). Quermesses, bingos e noites dançantes no Clube Redondo eram organizados já em 1936, e Leonidia Marquezzine e Carlota Peixoto Davids estavam à frente da comissão de senhoras. Arrecadou-se 23 contos de réis com a programação de um sorteio de um automóvel para 1937. Todo o valor arrecadado com a venda de ingressos no clube e o movimento de bar era direcionado para o projeto.

A participação da população foi massiva nas festas e nas doações para a viabilização do hospital. “A gente participou desde o início da construção, fazia-se bingo, quermesse, para arrecadar fundos.” (VICENTINI, 2013). Depois do fervor inicial, a campanha “esfriou”, e só voltou a ser noticiada em novembro de 1938, quando o *Paraná-Norte* passou a indagar os motivos da interrupção do projeto (TOMAZI, 1985, p. 56). O primeiro motivo teria sido uma viagem longa de Arthur Thomas, o principal incentivador da campanha, à Grã-Bretanha. O segundo seria um conflito de interesses, pois os médicos temiam que a gerência do futuro estabelecimento ficasse sob a influência direta da Companhia de Terras e com restrições a eles, como ocorria no Hospitalzinho (PEDRIALI, 2012).

Em 1º de setembro de 1938, Willie Davids assinou um Decreto-lei estabelecendo o adicional de 5% sobre os impostos recebidos pelo município para a aplicação na construção da futura Santa Casa. Em fevereiro de 1940, esse valor subiu para 10%. No fim de 1938, a campanha havia arrecadado menos de 30 contos de réis, quando o calculado como necessário por Arthur Thomas para dar início à construção era 300 contos de réis.

Em 10 de março de 1940, foi realizada a missa campal, com o lançamento da pedra fundamental. As obras se iniciaram em 13 de agosto e prosseguiram lentamente,

reflexo da Segunda Guerra Mundial e do desabastecimento de equipamentos hospitalares. Dois meses depois, o prefeito foi destituído (ver item 4.1), e a construção continuava conforme as contribuições da população. O interventor estadual Manoel Ribas permitiu que uma pequena parte dos 10% de imposto adicional fosse destinada à construção, contrariando o decreto que institui a taxa (PEDRIALI, 2012).⁵⁹

Em 24 de setembro de 1939, o *Paraná-Norte* noticiou em sua capa um pedido da Irmandade, intitulado “O Hospital de Londrina”:

Conhecedores da intenção do ilustre prefeito de Londrina, de tomar a si o encargo da fundação do Hospital Municipal, vimos mais uma vez, pedir a S. Excia., implorar mesmo, em nome dos necessitados, dos desfavorecidos da sorte... Com estes infelizes juntamos também as mãos como numa prece e pedimos ao digno e honrado prefeito que tome quanto antes a iniciativa da fundação do Hospital. Leve à realidade a sua grande idéia. (PARANÁ-NORTE, 1939)

O hospital foi construído numa área de 12 mil m² doada pela Companhia de Terras, com projeto dos engenheiros Ulisses Medeiros, Ernest Rosemberger e do calculista Henrique Fritzen, da serraria SIAM - Seleção Industrial de Artefatos de Madeira. As obras ficaram a cargo de Antônio de Souza Coelho, empreiteiro que venceu licitação. “Meu pai ajudou na construção, foi um fundador também. Deu mais de 100 caminhões de areia para erguer a Santa Casa.” (BENATTO, 2013)

Durante a construção, aprovou-se um estatuto, no dia 24 de março de 1941, em reunião da diretoria. A primeira mesa administrativa da ISCAL ficou composta por José Bonifácio e Silva como provedor, Aristides de Souza Mello, Celso Garcia Cid, Licínio Maragliano, Humberto Puigari Coutinho (proprietário do jornal *Paraná-Norte*), Orestes Medeiros Pulin e Claudino dos Santos.

A estrutura tinha 4.000 m², três andares e capacidade para receber 150 pacientes, com ala de pediatria, ala de isolamento de portadores de doenças contagiosas e

⁵⁹ Em 1942, Manoel Ribas, com a anuência de alguns moradores da cidade, ia sacar o caixa da comissão de auxílio para a construção da Santa Casa e destinar o dinheiro para a obra da Casa do Pequeno Jornaleiro em Curitiba. O semanário *Folha do Sul* - fundado em junho de 1941 por Antônio Cáffaro -, publicou um editorial intitulado “Cortesias com chapéu alheio” denunciando o fato. Por causa disso, o jornal foi fechado pela polícia, que recolheu materiais de impressão e pregou as janelas da oficina.

necrotério. O custo total foi de 700 mil cruzeiros, sendo a maior parte proveniente de campanhas comunitárias e 50 mil cruzeiros da loteadora inglesa.

Os primeiros pacientes vinham do Hospitalzinho e do Hospital de Indigentes. Para atendê-los, a Santa Casa contou com a dedicação das irmãs de Maria de Schöenstatt, que trabalhavam no Hospitalzinho da loteadora desde 22 de janeiro de 1936. Eram elas: Maria Trudperta Ortlieb e Maria Oswalda Kneer, que atuavam na enfermagem; Maria Lúcia Kohlhaas, da administração; e a primeira noviça da cidade, Burga Börmnir, anestesiista. O primeiro diretor clínico foi o Dr. Anísio Figueiredo, e a estrutura atendia pagantes e aqueles que não poderiam arcar com os custos dos cuidados médicos.

Em 1946 o prédio teve uma primeira ampliação, e em 5 de junho de 1947 a Irmandade autorizou a contratação de um empréstimo, sob hipoteca na Caixa Econômica Federal, para a construção de novas salas e mais duas unidades de internação, possíveis de identificar à direita da imagem. No térreo funcionava a ala masculina e no andar superior a feminina.

Entre 1947 e 1949 o bloco foi ampliado novamente em 2.400 m². O estilo arquitetônico foi mantido. Foram construídos 17 apartamentos de classe econômica de dois quartos. A nova ala permitiu a instalação da capela e residência para as irmãs de Maria de Schöenstatt. O projeto de ampliação foi feito pelo engenheiro Aristides de Souza Mello, que nada cobrou. O hospital passou a ter 91 leitos para pacientes particulares e 68 para os pobres.

Observando as mudanças na fachada, é possível afirmar que a fotografia foi tomada entre 1946 e 1947. Em 1949 foi construído o pronto-socorro, e em 1952 o segundo bloco foi projetado por João Batista Villanova Artigas e Carlos Cascaldi, sendo inaugurado em 28 de dezembro de 1953. O terceiro bloco foi entregue em 1977.

Segundo Enezila de Lima (2013), no início realizavam-se missas no hospital às 5h30 da manhã, abertas à comunidade. Já Amélia Tozzetti (2013) trabalhou no local e o conheceu “de cabo a rabo”.

Eu trabalhei lá 11 anos, essa parte branca nova eram as unidades de internação e tinha uma sala dos médicos. Quando começaram a construir eu tinha 10 anos e eu ia lá brincar na areia. Aqui era a enfermaria dos homens, abaixo da sala dos médicos, na parte nova. Essas janelinhas em cima eram os dormitórios das freiras, depois mudaram para outro lugar. A sala de emergência e as salas de atendimento médico ficavam no térreo, na parte antiga. (TOZZETTI, 2013)

Nos primeiros anos, a alemã Dona Carlota foi a enfermeira do centro cirúrgico. Ela morava na avenida Higienópolis, num ponto alto da cidade. Silva (2012) e Leite (2013) explicam que, da torre do hospital - o chamado belvedere -, era dado um sinal para ela, quando sua presença era requerida no hospital. “Do alto da torre dava pra ver a cidade toda. Durante o dia, se chegasse algum paciente, eles estendiam um lençol em volta disso aqui [o belvedere], para que ela visse de casa e soubesse que a estavam chamando. Naquela época tinha luz, mas não tinha telefone. Então ela pegava a bicicleta e ia. [...] À noite acendiam uma luz.” (LEITE, 2013)

A sinalização a partir da torre também era utilizada para chamar médicos e para avisar a companhia de energia elétrica sobre cirurgias em andamento, para que não fosse interrompido o fornecimento de luz.

Estabelecimentos Comerciais

A loja das Casas Pernambucanas foi inaugurada em um domingo, 3 de fevereiro de 1935, na avenida Paraná, esquina com a avenida Rio de Janeiro, onde está até hoje. Tratou-se de uma conquista para a cidade, pois era a filial de uma organização empresarial nacional, procedente do Nordeste, fundada por Frederico Lundgren. Especializada na venda de tecidos (fazendas), em seus anúncios e em seus pilares a empresa destacava a “máxima seriedade”, “preços baixos”, “tecidos resistentes” e “padrões modernos” com que trabalhava.

Esta Empresa, conhecida como a maior organização brasileira no gênero e que tem no Brasil mais de 300 filiais acaba de instalar em bello prédio próprio, a Av. Paraná, esq. Rio de Janeiro, sua sucursal de Londrina aonde se encontra o melhor e mais lindo sortimento de fazendas, de cores firmes, pelos preços da fábrica. Casas Pernambucanas. (CASAS..., 1935, p. 8)

A inauguração contou com banda de música e com a presença de cerca de 200 pessoas em traje de festa, sob o comando do gerente Jacob Carneiro da Ponte, que posou para a foto oficial postado numa das portas do estabelecimento, trajando paletó e camisa brancos e gravata-borboleta preta. “Também estou aqui nessa inauguração. Tinha muita criança, e qualquer movimento que houvesse na cidade, todo mundo ia, era festa. Iam com as melhores roupas.” (LEITE, 2013). Ainda assim, algumas crianças andavam descalças nas ruas de terra.

Eu trabalhei na Casa Castro, mais tarde, que era aqui ao lado das Pernambucanas, de 1944 até 1955. Ali vendi e usei muita galocha, porque eu ia para a loja, não tinha asfalto, então durante a chuva, os pés ficavam todos sujos. A maioria das crianças também andava descalça, eram tempos difíceis. Então eu ia de galocha, chegava lá, tirava e colocava o sapato limpo. Lembro quando se assentou ali, na frente da Farmácia Maria Izabel, que ficava na mesma quadra, o primeiro paralelepípedo de Londrina. (SILVA, 2012)

O prédio de um andar foi pintado em amarelo e tinha na fachada o símbolo da empresa durante décadas, um olho dentro de um losango. Três entradas estavam voltadas para a avenida Rio de Janeiro, duas para a Paraná e uma para o entroncamento das duas.

Nesse período era comum comprar os tecidos para fazer roupas, como fazia a mãe de Toshihiko Tan (2013), hábito que anos depois mudou, com a disseminação do *prêt-à-*

*porter*⁶⁰. Benatto explica que seu pai forneceria os materiais para a obra de ampliação, anos depois.

Aqui, em 1937, começou a construção de duas alas, uma na Rio de Janeiro, em direção à Sergipe, e outra na avenida Paraná. Na ampliação, meu pai fornecia tijolos, telhas, areia e carretos. Então o empreiteiro começou a não pagar os fornecedores e empregados. Meu pai tomou um prejuízo de 45 contos de réis. Para você ter uma ideia do que era esse dinheiro, em 1939 ele comprou duas datas [terrenos urbanos para edificação] por quatro contos e 500. E em 1936 comprou um caminhão por 18 contos de réis em 36 meses. Com esse valor dava para comprar quase três caminhões. Não foi culpa das Casas Pernambucanas, mas sim do encarregado da construção, Sr. José Mütter, mestre da obra. Ele fugiu pra São Paulo e meu pai nunca recebeu. (BENATTO, 2012)

Em 1942, a loja concluiu sua primeira grande reforma, e José Longo assumiu a gerência. No ano seguinte, passou por nova ampliação. Mais tarde, no trecho ao fundo, da avenida Paraná entre as avenidas São Paulo e Rio de Janeiro, se instalaram a Casa Castro, Farmácia do Sr. Hilário Scharff, Relojoaria e Joalheria Calderaro – de Antônio Calderaro, Hotel São Jorge (somente em novembro de 1952), Sorveteria Curitiba - que vivia lotada nos finais de semana - e Farmácia Maria Izabel. Em 1938 foram instalados e inaugurados os postes de energia elétrica (imagem 73).

Ainda em 1938, a praça Marechal Floriano, que fica em frente à loja fotografada, contava com alto-falantes, de um serviço de propaganda de estabelecimentos e divulgação de recados, com dedicatória de músicas pelos apaixonados. O trecho da Avenida Paraná tinha grande importância econômica e era o principal ponto de encontro dos londrinenses para compras ou para fazer o *footing* (ver figura 53) nos finais de semana nas décadas de 1940 e 1950.

No início da década de 1940, a avenida Paraná foi calçada com paralelepípedos e três anos depois a praça foi remodelada, o que aumentou ainda mais o trânsito de pessoas na área.

⁶⁰ A expressão *prêt-à-porter* foi instituída em 1949, na França, e baseava-se na produção, em escala industrial, de roupas acessíveis e com tamanhos pré-estabelecidos.

76. Casas Catharinenses, 1936.

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 30x40 cm, PB, rugoso

A loja Casas Catharinenses foi aberta em 1936, por Fuganti, Fontana & Cia., no local onde hoje fica o Complexo Empresarial Oscar Fuganti, na esquina da avenida Celso Garcia Cid com a rua Santa Catarina. Era um grande empreendimento que vendia vários tipos de produtos, entre eles armas e munições, secos e molhados, chapéus, perfumes, tecidos, calçados, ferragens, joalheria, moda e brinquedos. “Essa foto é da loja bem no começo. A gente comprava tudo lá, era a loja mais completa da cidade.” (LIMA, 2013)

Esse aqui eu conheci demais, demais. Aqui à esquerda tinha uma seção de secos e molhados e aqui à direita tinha a parte de tecidos. Tinha uma vitrine linda com sabonetes. Na extrema direita tinha uma seção de ferragens, onde depois eles colocaram calçados. Tinha de tudo, ferro, material de construção, cimento, eles vendiam de tudo. (TOZZETTI, 2013)

Na ficha técnica da imagem, elaborada pelo Museu, consta a data de 1936. Porém, identifica-se a presença de postes de energia elétrica, que só foram instalados no ano de 1938. Acredita-se que a data faça referência ao ano de inauguração da loja.

O gerente na época era o Sr. Fiovante Bordin. A loja era resultado da união de duas empresas, ocorrida em 1934: a Casa Fuganti – que surgiu no município de Santa Maria (RS) em 1890 - e a Atílio Fontana & Irmão⁶¹ – iniciada no mesmo município em 1900 – dando origem a denominação social Fuganti, Fontana & Cia. A Casa Fuganti já contava, desde 1919, com filiais nos estados de São Paulo e Santa Catarina, que comercializavam tecidos, calçados, armarinhos, secos e molhados. As lojas que iam sendo criadas eram gerenciadas pelo filho mais velho do patriarca Cesar Fuganti, Júlio.

Aqui do lado esquerdo era um açougue, do Sr. José Jorge Cherditi, e do lado direito era um armazém. Meu pai descarregou muito cereal aqui. Do lado esquerdo da foto tinha um porta onde morava o Sr. Fiovante Bordin, casado com a dona Olga Fuganti, que era filha do Sr. Cesar. Em frente ficava o Clube Redondo. O Sr. Cesar Fuganti, pai da dona Olga, quando vinha de São Paulo se hospedava na casa do genro, e eu era muito amigo de um neto dele. Eu brincava nessas ruas com o neto dele, e desse lado aqui dentro era loja de tecidos [direito], desse lado era secos e molhados [esquerdo], então era muito comum estar brincando e o Sr. César chamar a gente e pegava nos vidros um punhado de balas e nos dava. (BENATTO, 2011)

⁶¹ Atílio Fontana nasceu em Santa Maria-RS, em 1900. Após ter passado a infância na agricultura, começou a trabalhar com seu irmão mais velho numa casa de secos e molhados, partindo, no início dos anos 1920, para o oeste catarinense, onde atuou por mais de duas décadas no comércio. Comprava produtos dos colonos e os revendia em São Paulo, onde se abastecia de mercadorias para as casas comerciais localizadas na região. No início da década de 1940, decidiu vender suas casas comerciais para dedicar-se à indústria. Sua empresa deu origem à Sadia, que atua nos dias de hoje no ramo da alimentação (COSTA, 2005).

O contrato entre a Fuganti, Fontana & Cia. findou em 1940. Sucedeu-se a denominação Irmãos Fuganti, “sob a direção de JULIO FUGANTI, Jorge e Oscar, sob a orientação do patrono sr. CEZAR FUGANTI” (ZORTÉA, 1975, p. 113). Londrina passou a ser o centro de negócios da empresa, possivelmente pelo potencial atribuído à região. Na filial da cidade, que teve o nome alterado para Casa Fuganti, Odília Bergoc trabalhou por oito anos.

Na hora do almoço eu trabalhava na parte de tecidos para substituir os vendedores, mas trabalhava mesmo no escritório. Os três irmãos eram donos e trabalhavam ali. Júlio Fuganti era o nosso principal chefe, depois construíram a parte de cima com o salão de chás, e depois mudaram para o outro lado da rua, numa loja bem maior. Aqui nessa imagem, do lado direito, era a seção de ferragens e artigos para construção. (BERGOC, 2013)

No início da década de 1940, em cima da Casa Fuganti, foram construídos outros dois andares, para escritórios e consultórios. Em meados da década, os inquilinos foram solicitados a desocupá-los, as paredes divisórias foram demolidas, surgindo assim um amplo ambiente onde foi inaugurado um sofisticado salão de chá para atender a alta sociedade londrinense. Na fachada, havia um grande relógio redondo, como contraponto à sacada do Paço Municipal (YAMAKI, 2006, p. 26).

“O lugar mais chique, mais distinto da cidade na década de 1950.” (SILVA, 2013). Não se sabe se o costume do famoso “chá das cinco” inglês inspirou a criação do local ou se os administradores o fizeram para copiar o requintado salão de chá do Mappin, de São Paulo, próximo ao viaduto do Chá, frequentado por baronesas do café, já que estavam na “Capital Mundial do Café”.

Segundo Almeida (1995, p. 236-237), a ideia, a princípio, era instalar um restaurante fino, mas como Londrina já possuía um, o Calloni, os proprietários optaram pelo salão. “De cores claras, móveis finíssimos, luminárias de cristal, com fundo musical bem suave, o estabelecimento em pouco tempo se tornou referência e local de encontro de amigos”. Ali não se servia cerveja, apenas sucos, refrescos, refrigerantes e uísque, além do chá da Índia, chá mate e café. As tortas e bolos eram disputados e o sorvete era de boa qualidade.

Garçons impecáveis, sob o comando do Sr. Felismino, trabalhavam no salão com mesas cobertas por toalhas brancas, de qualidade superior. Na parte da tarde, predominavam no salão as senhoras de sociedade, que se vestiam com capricho,

permanecendo ali até as 17h. A partir das 18h, a clientela mudava, se reuniam gerentes de bancos, médicos e homens de negócios para tomar uísque. A casa ficava aberta até as 22h. De acordo com Almeida (1995, p. 237), certa vez, a revista O Globo, de Porto Alegre, mandou um repórter para fazer uma matéria dizendo “no meio de tanta sujeira e do pó tinha um salão de chá à altura de uma capital, que nem Porto Alegre tinha”.

Aos sábados, as mesas eram afastadas e o salão recebia pares para jantares dançantes, que se estendiam das 21h à 1h da manhã. Porém, o local teve vida curta, aproximadamente seis anos. A loja no térreo, entretanto, continuou crescendo.

Da década de 1930 a de 1950, segundo Arailde Ideriha (2013), a loja foi a mais importante de Londrina. “Trabalhar na Fuganti era melhor, significava mais que trabalhar em banco.” O local passou a comercializar porcelanas, roupas prontas, joias e produtos importados. “Comprei meu vestido de casamento aqui. A gente mandava fazer e eles é que traziam. Meu véu era uma renda francesa, era a única loja onde podíamos encontrar isso.” (LEITE, 2013)

O grande orientador da empresa desde os seus primórdios foi o sr. Cezar Fuganti. Mas, há longo dos anos o sucedeu o Comendador Júlio Fuganti. Este fez com que mais de 90% dos bens e lojas da sociedade se deslocassem para o Norte do Paraná, e em Londrina se concentrou a maioria. Hoje a empresa Irmãos Fuganti S.A. constitui um verdadeiro império de complexos comerciais [...].(ZORTÉA, 1975, p. 113)

Em 1946, novas mudanças: no dia 17 de setembro, a empresa foi reorganizada, com a entrada dos sócios Alberto, Mário, Odilon, Oscar, Aroldo e Hélio Fuganti, filhos dos três principais diretores, sob a forma de sociedade anônima. Em anúncio na Revista-Jornal (1946, p. 4), diziam:

A Casa Fuganti é um estabelecimento que honra o comércio de Londrina e de todo o norte do Paraná. Das mais antigas, a Casa Fuganti tudo faz para merecer confiança do público e vem de há muito colaborando em todos os setores para o progresso da terra da Promissão. A prova está no magnífico prédio em construção com projeto imponente e majestoso que acima estampamos.

O projeto faz referência ao Edifício Júlio Fuganti, construído em frente à Casa Fuganti e que ficou pronto em 1959. Assim como o Complexo Júlio Fuganti (que fica no local onde estava a loja), possuía lojas no térreo e salas de escritório no alto. Nesse momento, a

empresa expandiu sua atuação para as áreas agrícola, de exportação, comércio de imóveis e transportes. Abriram também supermercados e novas lojas em várias cidades do estado. “Detinham a hegemonia do comércio no norte do Paraná.” (BRANCO; ADÃO, 1970, p. 51)

77. *Frota de carros da Concessionária Chevrolet, final da década de 1930.*

Fotógrafo: Autor Desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 27x43 cm, PB, brilhante

Estacionados na rua Minas Gerais, entre as ruas Maranhão e Sergipe, em frente ao posto de gasolina registrado também na figura 54, estão os carros da concessionária Chevrolet, a primeira de Londrina, que ficava ao lado, conforme indica a placa à direita. Ao fundo, do lado direito, vê-se o Bar e Cine São José, sendo possível identificar seu autofalante, utilizado para divulgar a programação de filmes. Nessa mesma quadra estabeleceu-se a Farmácia Gomes, no final da década de 1930, e à frente ficavam o pátio da Companhia de Terras, a casa e alfaiataria de Lupércio Luppi e a pensão Paulista, que mais tarde se tornaria o Hotel Paulista, propriedade de Carolina e Pedro Marinho de Arquelão.

A fotografia, que não tem autor identificado, foi tomada possivelmente por Carlos Stenders, proprietário do Foto Estrela (localizado a 200 metros desse ponto), pois segue seu padrão de composição, e em outras ocasiões o fotógrafo fez imagens parecidas no mesmo local. Ademais, Omeletino Benatto (2), presente na cena, confirma a possível autoria e acrescenta que o ano era 1940. Isso porque há na imagem modelos de carros ano 1940 e funcionários que teriam saído da empresa em 1941. Theodoro Louvro, doador da imagem ao museu, também presente na ocasião (18), chegou à região em 1937, e o Cine São José, localizado à direita da concessionária, foi desmontado no final de 1940, o que ratifica a informação.

Na primeira placa à esquerda ficava o posto de gasolina, e na segunda, a concessionária da Chevrolet, um salão de exposição onde eram colocados os automóveis. Nos fundos, ficava a oficina.

Essas janelas eram vitrines grandes e era eu que fazia a limpeza nos vidros e como eu não alcançava o vidro, subia em caixotes. [...] Trabalhei aqui depois de pegar bola no campo de tênis, aqui eu ganhava cinco mil reis por mês. O Sr. Percival Krew era meu patrão. Um quilo de carne de porco custava 500 réis, para se ter noção. (BENATTO, 2013)

O Cine São José, inaugurado em 26 de abril de 1938, foi montado pela Empresa de Cinemas Botucatu, de propriedade do Sr. Emilio Pedutti, o gerente era o Sr. Estevão e o porteiro era Saulo Oliveira, que também lavava carros para a concessionária. “Nas matinês eu entrava de graça. A entrada era 1.000 réis e o dia de quinta era chamado dia de pão-duro, custava 500 réis, mas eu entrava de graça, pois Saulo era muito meu amigo.” (BENATTO, 2013). Ao lado do cinema havia um bar, onde se vendia café, pastel e balas.

Segundo Omeletino Benatto (2013), estão presentes na imagem Benedito Alves (3), primeiro chofer do caminhão de João Benatto, um Ford 1928/29, e que trabalhou como mecânico na agência; Antônio Bernardes (1), mecânico, que posteriormente teve oficina na cidade - “o avô dele era um homem que veio para cá com uns 90 anos, a gente o chamava de velho Ferreira, morreu com 115 anos”; Oulavo Benatto (4), irmão do entrevistado; Mozart (5), ajudante de mecânico; César Natal (6), filho do Sr. José Natal (12) e sobrinho de Augusto Natal (9), ambos mecânicos que vieram de Franca (SP) para Londrina e trabalhavam na oficina da agência. “O Sr. Augusto era o chefe da oficina da Chevrolet, e posteriormente, nos anos de 1940-41, ficou chefe da loja de autopeças.”

O principal sócio da agência era Sr. Percival Krew (14). “Era americano, foi funcionário da General Motors, se desligou da firma em 1941, no meio do ano.” Também presente na cena estão Herculano Torres (8), ajudante de escritório; Jonas Matulai (10), mecânico; Renato Fabretti (7), que era ajudante de mecânico; Laurentino Gomes Hübner (13), contador, casado com a filha do Sr. Amadeu Mortari, proprietário da Serraria Mortari; Cecílio Lima (15), que mais tarde mudou-se para Maringá; Segundo Moretini (16), italiano, “exímio mecânico, mas teve tuberculose e foi para um asilo em Campos do Jordão (SP), ficou lá por cinco anos”; Ramón Garcia (20); Guilherme Rausch (17), motorista de carro de praça; Manoel Garcia (19), também motorista,

[...] o chamávamos de Manoel Manco, pois ele mancava. Foi motorista da caminhoneta do Aeroclube. Ganhou apelido do Sr. Jordão Santoro, que foi diretor técnico do Aeroclube. Daqui saíam os alunos para ir para a Aviação Velha, campo de pouso, para aprender a pilotar. (BENATTO, 2013)

Os carros registrados são Chevrolet ano 1940, com exceção do quarto, ano 1938, carro de praça que pertencia a Antônio Ribeiro (11). O sexto automóvel era considerado um carro de luxo na época.

78. *Vista da Cerâmica do Mortari, à esquerda a casa em que morávamos, 1942.*

Fotografia: Divino Bortolotto
Acervo João Baptista Bortolotti
Original 6x9 cm, PB, rugoso

Divino Bortolotto registrou na fotografia a vista da Cerâmica Mortari, que ficava na rua Acre, n. 241, ao lado de sua casa – a casa que está à esquerda na imagem. Possivelmente errou a data (1942), pois a indústria foi instalada apenas em 1944. Seu pai trabalhava ali, e, para tomar a imagem, Divino subiu em uma das nove chaminés. Uma delas existe até hoje, ao lado do supermercado Condor, na avenida Leste-Oeste.

Seu irmão, João Baptista Bortolotti, explica que o pai era técnico em cerâmica em Tambaú, cidade localizada no noroeste do estado de São Paulo, considerada um dos maiores centros cerâmicos daquela região:

A nossa vinda para Londrina foi por motivo de trabalho. Meu pai veio transferido para assumir a gerência de produção da Cerâmica Mortari. [...] A indústria de cerâmica produzia variados artigos utilizados nas obras da cidade de Londrina e região, como tijolo furado e maciço, telha francesa, colonial e manilha vitrificada. (BORTOLOTTI, 2007, p. 15)

A cerâmica funcionava ao lado da Serraria Mortari, entre a serraria e o atual Estádio Vitorino Gonçalves Dias, e foi uma das primeiras indústrias de Londrina, inaugurada em 1936. Na imagem é possível observar as pilhas de madeira beneficiada. Em 1935, Amadeu Antônio Mortari foi procurado por um agenciador da CTNP em Matão (SP), onde residia e possuía uma serraria, para que viesse conhecer as terras de Londrina, onde havia madeira em abundância e mão-de-obra para o trabalho. Adquiriu um terreno situado entre as ruas Acre, Lorena, Rio Grande do Sul e Heimtal (atual Duque de Caxias). Mudou-se em setembro de 1936.

Ele veio com a esposa, Virgília, e com os filhos [Alcy, Gilson, Antonio, Leonel e Odila]. A Odila Mortari era muito minha amiga. Foi o velho Mortari quem trouxe meu marido para cá em 1938, eles vieram de Matão. Aqui o Mortari apresentou a cidade, as pessoas e ele já ficou aqui trabalhando. (LEITE, 2012)

Amadeu trouxe maquinário e funcionários especializados e aqui comprava a madeira dos proprietários que derrubavam as árvores em suas terras, tornando sua serraria a mais importante fornecedora de madeiras beneficiadas e artefatos de madeira da região (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 90).

Fui amigo deles, era meu caminho, quando vinha do sítio para a escola passava em frente. E certa vez explodiu a caldeira às 5h da manhã, e eu estava tirando leite na

chácara, escutei um estrondo. Achei estranho, pois não tinha sinal de chuva e nada, daí quando eu vim pra escola passei ali e vi isso aqui tudo arreventado, estragou bastante. Parece que o foguista saiu para tomar um café, descuidou, porque tem um relógio que marca pressão, né, se atingir o limite, você tem que dar descarga, e ele deixou lá. Provavelmente por volta de 36, 1937, por aí. (VICENTINI, 2013)

A explosão também foi citada por Silva (2013) e por João Baptista Bortolotti (2007), em seu livro. Ele explica que no incidente a caldeira foi pelos ares, e pedaços de ferro voaram por todos os lados, porém não houve feridos.

79. Anúncio no *Álbum de 1939*. Reproduzido de Gomes (1938, p. 19).

Na Segunda Guerra Mundial, com o racionamento de combustível, Amadeu Mortari teve problemas para manter seu maquinário em funcionamento. Por outro lado, as encomendas de produtos e pranchas de madeira para exportação aumentaram. Na França, essa madeira essa utilizada para a construção de barcas.

Aqui eles tinham a serraria que fazia janelas, portas, depois montaram a cerâmica onde fabricavam tijolos telhas, manilhas. [...] Você vê o volume de madeiras que tinha, eles exportavam madeira, ainda mais no tempo da Guerra saiam gôndolas e gôndolas [ferroviárias] diariamente carregadas de madeira, madeira serrada, madeira bruta. (BENATTO, 2012)

Diante das dificuldades enfrentadas na serraria, no início da década de 1940, com a diminuição da oferta de madeira, Amadeu Mortari decidiu diversificar suas atividades, instalando em 1944 a cerâmica, próxima à serraria, originando a Amadeu Mortari e Cia. Ltda., que chegou a ter 400 funcionários, em 1952. Ele também possuía um barreiro próximo à ponte do rio Tibagi, de onde era extraída matéria-prima para a fabricação de tijolos e telhas. Bortolotti (2007) explica que era preciso misturar a argila do rio Tibagi com outras argilas mais fortes, para se obter uma mistura perfeita para a produção de cerâmica. Essa mistura ideal evitava que as telhas e tijolos viessem a rachar na hora de secar e também durante a queima nos fornos em altas temperaturas.

As peças em argila iam para os fornos construídos em abóbadas de tijolos cerâmicos. “Em algumas noites, meu pai ficava de plantão para manter o fogo acesso em temperatura constante. As altas chaminés das cerâmicas e das serrarias transformavam a paisagem agrícola de Londrina em uma paisagem industrial.” (BORTOLOTTI, 2007, p. 15). A cidade sustentava um parque fabril de materiais para sua própria construção.

Era um complexo muito grande. Aqui passava a estrada de ferro, é possível ver um trem ao fundo, veja. Então a madeira era deixada aí, serrada também se transportava por via férrea. Mas grande parte eram caminhões de carregar toras, eram caminhões sem cabines, apenas com assoalho e cabos de aço que passavam por cima e amarravam dependendo da tora, do diâmetro, poderia ser dois, poderia ser três metros. As toras eram levadas pra serraria, depois aproveitadas e às vezes embarcavam para fora, São Paulo, e parte era vendida aqui. [...] Então a madeira sempre tinha mais valor ou menos valor de acordo com a espécie. (TOZZETTI, 2012)

Em 1946, a Revista Jornal (1946, p. 21) noticiou a visita do interventor Manoel Ribas às Indústrias Mortari, “orgulho de Londrina”.

A organização que recebeu elogios do Sr. Interventor, foi a Indústria Mortari. [...] A grande produção de suas modernas máquinas, fazem [sic] com que o custo do material manufaturado seja reduzido ao ponto de satisfazer as necessidades atuais, dado o elevado custo de vida. [...] A sessão de cerâmica é a mais completa possível. A produção supera as melhores do país em qualidade e quantidade. A matéria prima empregada é escolhida e selecionada pelos melhores e mais competentes técnicos. [...] Vendo tudo isso, é certo que o Sr. Interventor tenha levado de Londrina a melhor das impressões. E este magnífico efeito, Londrina deve às Indústrias Mortari.

Em 1960, a matéria-prima (argila e madeira) diminuía e a partir da década seguinte os fornos foram sendo desativados, encerrando a produção em 1980. A serraria

fora desativada antes, em 1968. Em 13 de março de 1987, o patriarca da família faleceu em Londrina, com quase 94 anos.

80. *Fachada do Photo Studio, sem data.*

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 9x6 cm, PB, brilhante

O Photo Studio pertencia ao fotógrafo José Juliani e abriu as portas em 1933, quando ele chegou a Londrina com a família. Localizava-se na rua Minas Gerais (atual Souza Naves), esquina com a rua Pará. Nos fundos, ficava sua residência. Naquele momento, a demanda por seus serviços era praticamente nula (BONI, 2011, p. 11).

No mesmo ano, Juliani foi contratado por Ernest Rosemberger, engenheiro da Companhia de Terras, como fotógrafo da empresa, que utilizava imagens para divulgar o empreendimento pelo mundo. Juliani recusou exclusividade, e se manteve fotografando também em seu estúdio. Ali, produziu dezenas de registros de seus filhos, casamentos e outras crianças da cidade.

Tirei muita foto com o José Juliani quando era criança, sozinha e com familiares. A casa dele era no fundo e o estúdio dele era de madeira, você entrava por um corredor comprido e chegava onde estavam os equipamentos e acessórios. Uma vez meu pai não gostou da foto que ele fez, saímos de lá e fomos ao Foto Estrela, do alemão [Stenders]. (TOZZETTI, 2011)

Na imagem, à frente, da esquerda para a direita, estão João Ideriha, Takahashi, Kikuo Hirano, Kawahisa e o menino Yosiki Hirano. Arailde Ideriha, esposa de João, explica que possivelmente estavam ali para tirar retratos, já que estão bem vestidos.

Deviam ter ido para fazer uma foto juntos. Quem tirou essa foto aqui foi o sobrinho do meu marido, Plácido Ideriha. Esses aqui eram da família, Takahashi era primo, o com lenço no pescoço, Kawahisa, tinha uma fábrica de refrigerante em outra cidade. Esse aqui é filho da madrasta do meu marido, Yosiki Hirano. Eles eram irmãos por consideração. (IDERIHA, 2013)

No fundo, está o proprietário do estúdio, José Juliani. “Estudei no Mãe de Deus com a filha do José Juliani, Elisa, e minha irmã mais nova estudou com a outra filha, Maria. Onde tinha um evento, o Juliani estava lá com a câmera. Era um senhor muito bonito, as filhas também.” (SOUZA, 2012)

Conheci muito o Sr. Juliani, e seu filho Luiz, está fazendo um ano que o Luiz morreu. Estaria fazendo agora 85 anos por aí, ficou um ano acamado com Parkinson. O Sr. José, quando veio para Londrina, montou o Photo Studio, onde hoje é o Instituto de Previdência, o SAS. Depois ele montou bem na frente, do outro lado da rua, um estúdio mais moderno, especialmente para as fotografias, mais tarde ele vendeu a casa, melhorou o estúdio e passou a morar em cima dele. Tenho uma foto da família tirada em 38 ainda aqui onde era o SAS, nesse primeiro estúdio. (BENATTO, 2011)

Juliani trabalhou para a CTNP até 1943, e depois da transferência da sede da empresa para Maringá (PR), continuou fotografando eventos sociais, casamentos e formaturas. Nos anos 1960, fechou o estúdio e foi para a praça marechal Floriano Peixoto, trabalhar como lambe-lambe. Deixou o ofício no início da década de 1970. Sempre assinou e datou suas imagens, apesar de algumas vezes ter errado o dia dos eventos registrados.

81. *João e Arailde Ideriha no interior da farmácia União, década de 1940.*

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 6x9 cm, PB, brilhante

No interior da Farmácia União, atrás do balcão, estão Arailde e João Ideriha, com duas amigas à frente. “Essa senhora à esquerda era Gilda Santoro, trabalhava na Autolon, que ficava ao lado. Trabalhei com ela muitos anos. Era vizinha, morava ali perto.” (BENATTO, 2013a)

Arialde Ideriha (2013) explica que as duas amigas passavam todos os dias na farmácia. “Elas trabalhavam no edifício Autolon, na empresa de carro, e todo dia chegavam lá para conversar.” Ela aponta como possível data o ano de 1946, quando tinha 19 ou 20 anos. “Tinha acabado de me casar e no ano seguinte nasceu meu primeiro filho.”

No balcão é possível ver o cartaz do candidato ao governo do estado do Paraná, Moysés Lupion, do Partido Social Democrático. As eleições ocorreram em 19 de janeiro de 1947, o que corrobora 1946 como ano de produção da imagem. Lupion venceu essas eleições e governou de 12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951. Anos depois, elegeu-se novamente, governando de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. “Não lembro se voltamos nele, mas como éramos do comércio, tínhamos que agradar a todos, por isso deixamos que colocassem a propaganda.” (IDERIHA, 2013)

Anteriormente, a Farmácia União chamava-se Farmácia Gomes e foi adquirida de Daniel Gomes. Em frente, do outro lado da rua, ficava o consultório do médico Armando Petrelli - que chegou em 1945 - e ao lado do consultório ficavam a Pensão Paulista e a alfaiataria de Lupércio Luppi. Os sobrados de alvenaria construídos por Luppi e Daniel Gomes foram os primeiros da cidade. Ambos trabalhavam no térreo e moravam no primeiro andar, como ocorreu com a família Ideriha, que adquiriu a farmácia.

No estabelecimento, além da venda de remédios e fórmulas manipuladas, João Ideriha fazia também curativos e suturas.

O Sr. João era farmacêutico, ele me deu muito apoio quando eu me formei em 1952 em Curitiba e voltei para a cidade, em 53. E ele era muito bem relacionado aqui. Na época um farmacêutico era como se fosse um médico, receitava as coisas, e ele tinha muito acesso à colônia japonesa, então me ajudou muito nos primeiros anos que eu comecei a trabalhar. A dona Arailde era como se fosse parente da gente, ela nasceu em Antonina (PR), era muito bonita. Ela ajudou meu pai quando ele foi preso em Curitiba, na época da guerra. Ela levava recado dos presos aos familiares. (TAN, 2013)

82. *Interior da sapataria de Pedro Fertonani, novembro de 1945.*

Fotografia: Divino Bortolotto
Acervo João Baptista Bortolotti
Original 6x9 cm, PB, rugoso

Em novembro de 1945, Divino Bortolotto registrou o interior da Casa São Pedro, sapataria de propriedade de Pedro Fertoni, que aparece sorrindo ao fundo. Aberta em 1937, a sapataria comercializava botas e sapatos em couros, feitos artesanalmente pelos funcionários. Em outra imagem, da mesma sequência, Divino registrou nos fundos outros empregados, quatro adultos e três crianças, que fabricavam os calçados. Ali também ficava a residência da família Fertoni, segundo os entrevistados.

A sapataria estava localizada na rua Quintino Bocaiuva, em frente ao Ginásio Londrinense, onde hoje fica o Shopping Quintino. A família possuía também uma chácara na atual rua Fernando de Noronha, onde hoje é o Londrina Country Club. “Meu pai tinha uma chácara que fazia divisa com a dele. Depois abriram uma rua para o lado direito e lotearam.” (CARVALHO FILHO, 2013)

O filho dele se formou comigo no Ginásio Londrinense. O pai do Sr. Pedro, que chegou em 1937, morava na chácara, era bem velho, vinha com uma carrocinha para a cidade e andava pelas ruas vendendo laranja. E a garotada corria atrás da carrocinha dele esperando a hora que caísse uma laranja para catar. Ele era muito educado, muito simpático, de repente ele falava “vem cá meninada”, dava uma ou duas laranjas para cada um. (BENATTO, 2011)

Mais tarde, segundo Souza (2012), abriram uma loja na rua Sergipe, 811, endereço que consta na lista telefônica da década de 1950. A loja, de nome Flipper, cresceu e abriu filiais em toda a cidade, tornando-se a maior da região nas décadas de 1980 e 1990. Com o passar dos anos, as seis unidades fecharam as portas e a rede encerrou atividades.

Leite (2012), Souza (2012) e Silva (2013) explicam que a família de descendentes de italianos era muito religiosa. “Pedro e o irmão dele, Gildo, eram amicíssimos nossos. Os irmãos Fertoni eram congregados marianos como eu e o Divino, toda a família era muito religiosa.” (SILVA, 2013)

83. *Interior da farmácia União, 1948.*

Fotografia: Autor desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 6x9 cm, PB, brilhante

Interior da Farmácia União, antiga Farmácia Gomes, instalada originalmente na esquina da rua Minas Gerais (atual Senador Souza Naves), esquina com Piauí em 1934. Das quatro primeiras farmácias de Londrina, era a única que não tinha endereço na Avenida Paraná.

84. Anúncio no *Álbum de 1939*. Reproduzido de Gomes (1938, p. 35).

No final da década de 1930, transferiu-se para mesma rua, entre as ruas Sergipe e Maranhão. Na década de 1940, Daniel Gomes Leme mudou o endereço novamente para um prédio de dois andares na rua Minas Gerais, n. 749, no meio da quadra entre as ruas Sergipe e Maranhão, ao lado da concessionária Chevrolet. A farmácia foi vendida para João Ideriha e Shigueo Okamura (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2012, p. 56), em junho de 1946, e passou a se chamar União, ficando neste local até 1952.

De acordo com Omeletino Benatto (2014b), Daniel Gomes construiu uma casa de madeira e depois um salão de alvenaria com um apartamento em cima, onde residia. “Quando chegamos a Londrina, ele ajudou a descarregar a mudança, nos deu comida e preparou uma garrafada para as crianças, pois todos ficaram um pouco adoentados de maleita [malária] em Jataizinho. Em três ou quatro dias nós saramos.”

De acordo com o anúncio no jornal *Paraná-Norte* de 28 de julho de 1935, nesse ano a Farmácia contava com filial em Nova Dantzig, onde “se encontravam facilidades de pagamento sem aumentos de preços”.

Aqui meus três filhos nasceram. Morávamos na própria farmácia, em cima, e depois mudamos para a rua Sergipe, em 1952. Meu filho tinha meses aqui. Meu marido gostava muito de foto, era amigo do Haruo Ohara. Ambos estavam na primeira reunião para fundar o Cine Foto Clube de Londrina. A câmera era dele, uma Rolleiflex, mas não me lembro quem tirou a foto. (IDERIHA, 2013)

Arailde Ideriha (2013), esposa do proprietário, e Sebastião Carmagnani (2013) identificaram os fotografados: da esquerda para a direita estão Tsutomo Ideriha - irmão mais novo de João -, Sebastião Carmagnani, Sr. Keyti Suzuki, João Ideriha, Arailde Ideriha, o filho Hélio Ideriha e o sócio Shingueo Okamura.

Eu tinha 17 anos e fui trabalhar com o Sr. João. Naquele tempo se fazia muita fórmula, não era como hoje, que temos remédios prontos. O farmacêutico seguia as orientações e não podia ocorrer erro. Tudo que fazia era supositório, pílula, poção etc. A dosagem prescrita dos remédios em pó era embalada em celofanes transparentes e pesada em balanças de precisão. Eu trabalhei com ele alguns anos, mas eu não era farmacêutico, era farmacêutico provisionado. Fazíamos tudo segundo as recomendações do dono. Eles eram casados, mas não tinham filhos, até nascer esse aqui. (CARMAGNANI, 2013)

Nesse período, os farmacêuticos manipulavam as fórmulas prescritas pelo médico e atendiam a clientela no balcão. A farmácia manipulava extratos vegetais de plantas, ervas e flores. Eram preparados supositórios, pílulas, xaropes, fortificantes, pomadas, colírios entre outros. Pequena parte dos medicamentos era industrializada, sendo alguns deles importados.

Em 1954, a farmácia mudou novamente de endereço, para a rua Quintino Bocaiúva, em frete à praça Getúlio Vargas, onde hoje está situado o Crystal Palace Hotel.

Agricultura

85. *Colheita de uva na propriedade da família Brugin, sem data.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 16x22 cm, PB, rugoso

O sítio da família italiana Brugin estava localizado no atual Jardim Bandeirantes, esquinas das avenidas Arthur Thomas e Tiradentes. No registro, à esquerda, está Eugênio Brugin, agenciador da Companhia de Terras. As crianças, da esquerda para a direita, são Ermelinda Brugin e Maria Alice Brugin de Arruda Leite, suas filhas. Sentado, experimentando uma uva, está Alfredinho, funcionário da companhia responsável pela produção das peças publicitárias da empresa.

Alfredinho era da CTNP, ele quem fazia o serviço de propaganda fora, para mostrar o que produzia aqui. Os dois ao fundo eram empregados do sítio, um deles se chamava Domingos. Essas outras crianças eram filhos dos empregados. Alfredinho organizava os lugares para fazer a foto, levava o fotógrafo para depois fazer propaganda. Estávamos colhendo uva para fazer vinho, italiano gosta muito. (LEITE, 2014)

O verso do original da fotografia contém a inscrição: “Tirada no sítio da família Brugin, as crianças de luto pelo falecimento do irmão”. Se a informação estiver correta, a imagem foi produzida após setembro de 1934, quando faleceu Fernando Brugin Neto, possivelmente de câncer.

86. Anúncio no *Álbum de 1939*. Reproduzido de Gomes (1938, p. 21).

No sítio de 150 hectares, a família plantava frutas, café e tinha pastagens. Trabalhavam ali os Srs. Domingos e Antônio Batistela. Eugênio Brugin era muito bem

relacionado com os moradores da cidade e a maior parte dos entrevistados o conheceu. “O Brugin era compadre do meu pai. No Natal a gente ia lá pegar uva. Não lembro quem crismou ou batizou quem, mas eram compadres. A gente ia bastante lá pegar laranja, várias frutas.” (CARVALHO FILHO, 2013). “Eu os conheci lá na chácara deles, de vez em quando a gente ia passear lá. Meu pai tinha muita amizade com eles.” (BERGOC, 2012)

Em anúncio reproduzido no “Álbum do Município de Londrina” (1939), o texto afirmava que Brugin era “trabalhador e honesto, de grande prestígio no município”, e que sua chácara era uma das melhores de Londrina, onde eram plantados pés de uva, maçãs, peras, cerejas, laranjas e abacaxis.

87. *Cafezal após a geada, cerca de 1940.*

Fotografia: Haruo Ohara

Acervo Instituto Moreira Salles

Negativo flexível 6x9 cm; Original 6x9 cm, PB, gelatina

Na imagem, o fotógrafo amador e agricultor Haruo Ohara registrou, na década de 1940, seus contrerrâneos sobre a base de um tronco de árvore cortado. Possivelmente, eles queriam enxergar melhor os estragos da geada na plantação de café, na Gleba Cambé. Segundo Toshihiko Tan (2014), imigrante que conviveu com Ohara, pela formação das raízes, a árvore seria uma figueira ou pau d'alho, abundantes na região.

Tan e Ohara chegaram a Londrina por influência do agenciador da Companhia de Terras Hikoma Udihara. “Uma das características que o Udihara falava, era que a terra era muito boa e que tinha figueiras, perobas, pau d'alho. Então isso comprova, aqui é o toco da base da raiz de uma árvore, talvez uma figueira ou pau d'alho, árvore grande. Não é peroba, pois a base seria mais reta.” (TAN, 2013)

Segundo Vicentini (2013), o pau d'alho recebeu esse nome porque suas folhas, esmagadas, emitem o cheiro do alho. “As toras dessas árvores tinham o diâmetro de 1,8 a 1,9 m”. Silva (2012) complementa explicando que os troncos eram tão grandes que as crianças brincavam de se esconder entre as rugas as raízes.

De acordo com Benatto (2013a), essas espécies eram muito difíceis de derrubar e muita gente se acidentou ao cortá-las. “Tinha que cortar parte por parte até cair e, se não soubesse fazer, as raízes pegavam na pessoa e machucavam. Muita gente morreu até.” Para tanto, era necessário construir andaimes da altura da raiz para cortar a três ou quatro metros do solo.

Era comum que os primeiros moradores da região tirassem fotografias em volta dessas árvores, símbolos da qualidade do solo presentes nas propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná. O ufanismo pela fertilidade da terra foi seguido pela depredação, com a derrubada de inúmeras árvores centenárias, em nome do progresso da região. O texto do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1º de abril de 1934 proclamava: “Olhe para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornan-se [sic] pigmeus, é padrão de terra boa, de terra virgem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza.”

PADRAO DE TERRA BOA

OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra vir-

gem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas á Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

88. Anúncio da CTNP na edição de 1º de abril de 1934. Reproduzido de *O Estado de S. Paulo* (1934, p. 1).

O objetivo do marketing da colonizadora era atrair compradores, e em seu discurso difundia a exuberância e potencialidade produtiva da região, tentando persuadir as pessoas de que tinham em mãos o “mapa do tesouro” (BENATTI, 1996, p. 63).

Quando os ingleses começaram a vender suas terras na margem esquerda do Tibagi, realizaram uma feroz propaganda. Em seus folhetos, baixavam a altitude das terras das colonizações vizinhas e aumentavam das suas. Era para espantar o medo das geadas. Era este o maior temor manifestado pelos compradores. Em altitudes mais elevadas, geava menos no Norte do Paraná. (WACHOWICZ, 1987, p. 152)

Muitas dessas árvores foram ceifadas para o cultivo do café, como possivelmente aconteceu na região fotografada. O café foi o principal produto cultivado nas terras dos japoneses, localizadas majoritariamente na região sul do município, sujeita a rigorosas geadas. A geada mais forte da década de 1940 aconteceu em 1942, conforme noticiou o jornal *Paraná-Norte* de 21 de junho.

Depois de contínuas chuvas desceu a temperatura e caiu sobre nosso rico solo uma destruidora geada. Grandes os prejuízos causados. As autoridades municipais apressam-se em levar o amparo moral e material ás [sic] populações prejudicadas. Depois de insistentes chuvas, surge radioso e belo o Sol. Trouxe, porém, consigo, uma intensa geada que, destruidoramente,

caiu sobre o Norte do Paraná, ocasionando sérios danos à lavoura, cujos elevados prejuízos não podemos ainda seguramente avaliar. [...] A riqueza do nosso solo saberá compensar esses inestimáveis imprevistos, que em tempo algum abateram as vontades fortes [...]. Com o povo, olhando por ele, estão nossas enérgicas autoridades.

Possivelmente foi essa a geada que causou o estrago observado pelos fotografados. No exemplar do *Paraná-Norte* de 28 de junho do mesmo ano, Dr. Manoel Macedo assinou um texto intitulado “A Geada”, onde destacou que a gelo “caiu em todo o sul do paiz [sic]”, acarretando em “sensíveis prejuízos para o café”.

Após várias outras geadas severas, nas décadas de 1950 a 1970, a cafeicultura londrinense entrou em crise, agravada pela ferrugem (doença do café), esgotamento do solo e mudanças na economia e política do país. “Quando a geada foi matando o café, foi ficando cada vez pior, meus pais resolveram vir para a cidade. Não fazia mais colheita boa, foi ficando difícil a situação e meu pai tinha problemas do coração. Então ele vendeu o sítio.” (PICCININ, 2013). Assim como a família de Maria de Lourdes Piccinin, as famílias de Toshihiko Tan e Haruo Ohara também se mudaram para a cidade anos depois de chegarem à cidade.

89. *Hideomi abanando café durante a colheita, 1948.*

Fotografia: Haruo Ohara

Acervo Instituto Moreira Salles

Negativo flexível 6x9 cm; Original 6x9 cm, PB, gelatina

A fotografia, de Haruo Ohara, enquadra seu irmão caçula Hideomi Ohara durante a colheita do café. Hideomi Ohara nasceu no Japão em 1925, veio para o Brasil em 1927 junto com os pais e os irmãos Haruo, Nobuaki, Masa, Setsu, Mutsu. Após trabalhar nas terras da família em Londrina, foi para a cidade de São Paulo, onde aprendeu pintura com o professor Yoshiya Takaoka. Fez parte da Associação dos Pintores da Colônia Japonesa de São Paulo, tendo sido colega de artistas de renome, como Manabu Mabe, Fukushima e Tomie Ohtake.

Na imagem, Hideomi abana o café na propriedade de seus pais, na Gleba Cambé, onde atualmente encontra-se o aeroporto de Londrina.

Essas escadas eram para derriçar os grãos de café maduro, caía tudo aqui em volta, juntava tudo, tinha que separar das folhas. Então, na peneira ele tirava as folhas e ficavam os grãos. Era um preparativo logo após a colheita, a derriçada dos grãos de café, e depois daqui levavam para a casa, secavam no terreiro e faziam a separação. Aqui é a primeira fase da colheita. Café era o principal produto, mas tinha os complementos. No entremeio desses pés de café era plantado milho, feijão, arroz, era multi. (TAN, 2014)

A chácara da família de Haruo foi denominada “Arara”. Lá se plantavam itens de subsistência, flores, frutas e o café, que passou a ser cultivado naquele local em 27 de agosto de 1933. A propriedade foi precursora na produção de várias espécies de flores, comercializadas em feiras (LOSACK, 2003, p. 37). Na entressafra de abril, maio e junho, todos da família trabalhavam intensamente para aplainar o terreno. Nessa região, denominada colônia Ikku, localizada na região sul da cidade, predominaram proprietários japoneses, entre eles Toshio Tan, vizinho de Massaharu Ohara, pai de Haruo.

Os seis primeiros lotes foram adquiridos pelos japoneses, entre eles o pai de Haruo e meu pai. Meus avós, assim como os Ohara, vieram em 1933, eu vim em 1935. Aqui trabalhavam com lavoura branca como milho, feijão, arroz, comum entre os pequenos agricultores para a subsistência, e por fim o café. Na década de 1920, a imigração europeia diminuiu e nesse período o Brasil foi buscar mão-de-obra no Oriente, no Japão, através de empresas. O Japão estava em crise e o governo tinha interesse em diminuir a população, então eles vieram. Trabalharam antes como colonos em Santo Anastácio, estado de São Paulo. Aqui compraram propriedades de 20 alqueires, e depois o Haruo, o primogênito, tocou as plantações. (TAN, 2013)

Nos primeiros anos, os colonos que passaram a morar nas terras adquiridas na área rural em Londrina, quase em sua totalidade, praticavam a agricultura de subsistência e

comercializavam o excedente da produção. O cafezal só dava a primeira colheita três ou até cinco anos após do plantio.

Na parte de baixada o colono geralmente constrói sua casa, planta um pomar e uma horta, cerca um pasto, enfim, produz o necessário para a subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estende o seu cafezal, que constitui a sua frente principal de renda. (CMNP, 1975, p. 114)

De acordo com os historiadores Cancian (1981) e Gonçalves (1995), o norte do Paraná não chegou a ser uma região de monocultura, ainda que as terras mais produtivas fossem reservadas para o plantio do café. O sistema de produção de vários itens dava condições à emergência de uma vigorosa pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1976).

Porém, pela fertilidade do solo e pelos incentivos ao plantio do gênero, durante muito tempo o norte do Paraná foi representado como uma espécie de oásis social, onde da terra brotava o ouro verde, uma “terra sem males, o melhor dos mundos [...]”. Enquanto os migrantes vinham nutridos por grandes expectativas e imensas esperanças, vendo na nova região realmente uma terra de inéditas e desmesuradas oportunidades de ‘subir na vida’.” (BENATTI, 1996, p. 66)

A riqueza do café em Londrina chamava atenção do Brasil e do mundo. Dizia-se que até ouro corria pelas sarjetas. Com essas notícias correndo mundo afora, Londrina logo se tornou referência como o centro de negócios de compra e venda de terras e café. A procura de negócios e trabalho era tanta que as pensões estavam sempre lotadas. Trabalhadores chegavam de todos os lugares, fosse de ônibus, trem ou caminhão. [...] Ao chegarem na praça central, as famílias eram “negociadas” e encaminhadas para o trabalho pelos agenciadores [...]. (BORTOLOTTI, 2007, p. 101)

Para os japoneses, o Brasil era tido como o país onde se plantava o kane no naruki (“pé de dinheiro”): o café. Dizia-se que toda a riqueza da terra estava num arbusto carregado de cachos formados por frutas vermelhas, plantado aos milhares pelas fazendas. “Dele se colhiam pencas de dinheiro. O mundo todo estava entornando xícaras e xícaras de café, uma bebida de cor negra, sorvida aos tragos, bem quente. Era o ouro brasileiro.” (LOSNAK, 2003, p. 20)

Foi uma epopeia, porque vieram para cá, derrubaram as árvores e demarcaram, então foi necessário derrubar, queimar, preparar o solo. Depois é que plantaram,

na última etapa foi a parte de café, antes plantavam arroz, milho, feijão. Porque quando derrubava uma floresta, não tinha como fazer plantio assim de imediato. Pode observar, nos meios dos pés de café, tem outras plantações e árvores remanescentes. Naquela região, todos trabalharam no plantio do café. (TAN, 2014)

Com a Segunda Guerra Mundial, vítimas de abusos e preconceitos, os japoneses enfrentaram uma situação desconfortável. Sob a justificativa de construir um aeroporto, mas talvez tentando desarticular a colônia, o governo do município de Londrina anunciou que os lotes da Gleba Cambé deveriam ceder espaço. Haruo e a família venderam o lote em 1951 e construíram uma casa no perímetro urbano, na rua São Jerônimo. Mais tarde, ele adquiriu um lote de terras na Gleba Ribeirão Palmital, no município de Terra Boa, nova fronteira do café, e o denominou Colônia Mineira.

Segunda Guerra Mundial

90. *Fila para tirar açúcar, 1943.*
Fotografia: Divino Bortolotto
Acervo João Baptista Bortolotti
Original 6x9 cm, PB, rugoso

O registro é de uma fila para adquirir açúcar em 1943, feito por Divino Bortolotto. A imagem não tem localização precisa. Acreditou-se que seria a rua Sergipe, conforme indicação do livro do irmão de Divino, João Baptista Bortolotti. Porém, nesse ano a Sergipe já contava com paralelepípedos. Considerando a largura da rua, a visão da paisagem ao fundo, onde ficavam os trilhos do trem, e pelo fato da via ser de terra, mas já contar com energia elétrica, pode tratar-se da Casa Vila Real, onde eram comercializados secos e molhados, na rua Duque de Caxias, identificada por vários entrevistados.

O dono da Casa Vila Real era o Sr. João Farias, que foi meu padrinho de casamento pela minha esposa. Ficava na Duque de Caxias, esquina com a rua Maranhão. Era um armazém onde vendia de tudo, arroz, feijão. Não existia mercado, era só secos e molhados, você comprava desde feijão até correntes. (CARMAGNANI, 2013)

No período da Segunda Guerra, em Londrina, houve uma grande paralisação econômica em todos os setores, diminuindo o fluxo de trens. “As mercadorias não eram embarcadas e também não se recebia ao menos os produtos essenciais para a população.” (BORTOLOTTI, 2007, p. 23). Foi aí que começou o racionamento.

Na fila, segundo Tozzetti (2011a), eram distribuídos três gêneros: açúcar, sal e farinha de trigo, e muitas vezes o produto acabava antes de chegar a vez da pessoa, após uma demorada espera. “Eu não tenho bem certeza se cada pessoa recebia um quilo por mês, meio quilo, nós tínhamos uma cota para comprar. Eu lembro que uma época, em São Paulo, tinha restrição de pão também.” Geir Rodrigues da Silva (2013) afirma que entrou na fila diversas vezes para sua mãe, pois morava nas redondezas, e comprava ali farinha de trigo, com limite de um quilo, e querosene, um litro. “Comprávamos na Casa Fuganti ou na Casa Vila Real. Quando se sabia que chegava, a gente ia para a fila, quantas vezes minha mamãe me mandou ir para a fila para comprar querosene e açúcar, tudo racionado. Tínhamos que acordar cedo, para não ficar sem e esperar por várias horas.” (SILVA, 2012)

Em sua tese de doutorado, Cytrynowic (2000) pesquisou a memória coletiva no período da guerra em São Paulo, e afirmou que “os episódios e os causos em torno da falta de pão e das filas para comprar o pão, além do uso do gasogênio nos automóveis, são os mais comumente contados em meios à memória familiar de guerra na cidade.” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 53)

Segundo Cytrynowic (2000), a ideologia do Estado Novo e o governo de Vargas definiram várias iniciativas de constituição de um *front* interno, dirigidas para mobilizar a população civil diante da guerra, que estavam mais conectadas aos ideais do Estado Novo do que efetivamente ao conflito. “Em muitas dessas iniciativas, a guerra foi muito mais um alibi para as medidas estado-novistas e a mobilização constituiu a forma de inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial [...]” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 18-19)

Nesse período, o trigo era importado da Argentina e a produção de açúcar estava toda comprometida com a exportação. O aumento das importações do trigo implicou no discurso do governo de criar uma população mais saudável com o “pão de guerra”, integral. Para o autor (CYTRYNOWICZ, 2000), a relativa escassez foi instrumentalizada como política e permitia que se impusesse uma disciplina em nome do *front* externo e do alinhamento externo anti-Eixo.

Mas havia um mercado negro, né? Principalmente para quem tinha dinheiro. Certo dia, meu avô estava numa fila e o gerente do Fuganti [casa de secos e molhados] chegou para ele e falou, “se quiser eu te arrumo”. Mas ele não quis e nem podia pagar. E lá no sítio dos meus tios eles não tinham nada disso, a gente comia polenta e de manhã a gente acordava cedinho e meus primos tinham pegado umas canas e passavam numa moenda e ferviam a garapa e adoçavam o café com o caldo da cana, e o gostoso era você tomar o caldo geladinho. Antes de tomar o café, eu tomava o caldo [risos]. (TOZZETTI, 2011a)

Luiz Vicentini (2013) lembra que muitas vezes o querosene estava indisponível para compra e que outros produtos também faltavam, devido à diminuição no fluxo de trens. Era comum que tentassem substituir os itens com produções caseiras, como o sabão. “A gente pegava a cinza de palha de feijão e colocava num saco, botava água e ia escorrendo, e com aquilo fazia sabão. Chamava ‘adequada’. Dava para fazer também com a madeira pau d’alho.” Depois de inaugurada, em 1938, alguns entrevistados afirmaram que a luz elétrica também era desligada à noite, no período da Segunda Guerra.

A luz também era racionada, só o centro tinha. E para substituir alguns itens, meu pai construiu um moinho de fubá, com uma roda d’água. [...] A fila era normal, às vezes a gente passava o dia todo lá para pegar um pouco e às vezes chegava a nossa vez e tinha acabado. Como era difícil ficar sem farinha e sem pão! Quando não tinha farinha, fazia de fubá. Tinha fubá, outros itens que misturava e fazia. Naquele tempo comíamos muita polenta também. É gostoso, mas não todo dia, não é? (CORDEIRO, 2012)

91. *Alcides Melo, motorista da Companhia de Terras Norte do Paraná, sem data.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Original 15,7x22x2 cm, PB, rugoso

No registro de José Juliani, o motorista da Companhia de Terras Alcides de Souza Melo posa ao lado de um Chevrolet ano 1938 adaptado para o gasogênio na Fazenda Primavera, propriedade de três alqueires que pertencia a Arthur Thomas. A fazenda estava localizada ao lado do atual Conjunto Aquiles Stenghel, região norte da cidade, e passou a ser a residência definitiva de Mister Thomas quando ele deixou a companhia, em 1949. Na ocasião, Alcides Melo também se mudou para a propriedade.

O motorista era casado com Josefina Ferracini e atendia principalmente Arthur Thomas. Morava na alameda Manoel Ribas, onde atualmente fica uma agência da Caixa Econômica Federal. Chegou a Londrina em agosto de 1934, procedente de Presidente Wenceslau, onde havia trabalhado numa serraria. Em Londrina, arrumou emprego na Serraria Pitta, começando como foguista, depois como serrador e plainista. Gostava de música, tocava nas orquestras e na banda da cidade, primeiro trombone e depois bombardino (ALMEIDA, 1995, p. 161).

Ali, Alcides conheceu Guilherme Rausch, para quem passou a trabalhar dirigindo carro de praça, até 1º de abril de 1938, quando entrou para a Companhia de Terras como motorista, servindo à diretoria, especialmente Mister Thomas, atividade que exerceu por 11 anos. Além de motorista, administrava os negócios da Fazenda Primavera, desde sua abertura até sua venda para Alcides Vezozzo, em 1960. “O pai dele foi fotógrafo, tinha o Foto Melo, um estúdio. E depois ele foi morar na fazenda do Mister Thomas. Era superbacana, competente.” (BENATTO, 2013)

Na fotografia também aparece o jardineiro Atílio Alexandrino e seu filho Arlindo. Nessa parte da fazenda, havia uma grande mesa ao ar livre, onde a família fazia suas refeições, quando se aproximavam macacos que moravam na mata da redondeza. “Nesse automóvel, que pertencia à Companhia de Terras, Alcides rodou 60.000 quilômetros, sendo 16.000 com o motor a gasogênio, cuja conversão foi executada na oficina da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, na cidade de Ourinhos. Uma viagem nesse carro para Curitiba levava no mínimo nove horas.” (ALMEIDA, 1995, p. 162)

A adaptação foi feita porque, no período da Segunda Guerra, além dos produtos alimentícios, houve o racionamento de combustível para veículos automotores.

As mercadorias não eram embarcadas e também não se recebia ao menos os produtos essenciais para a população. Iniciou-se o racionamento. [...] Os

caminhões e automóveis ficaram parados, o que fez com que muitos proprietários começassem a usar o gasogênio no lugar da gasolina e do diesel. O sistema de combustão do gasogênio utiliza o carvão vegetal, que era produzido em grande escala na região pela queima da madeira em fornos fechados, com aproveitamento dos galhos e das pequenas árvores derrubadas sem valor comercial. A própria produção do carvão vegetal era um tipo de economia que se desenvolvia em Londrina, sendo até exportada para as siderúrgicas. A maior restrição do uso do gasogênio era a baixa autonomia. Era difícil manter o fogo aceso e fazer a limpeza periódica dos tubos e filtros. Além disso, ficava reduzida a potência do motor. (BORTOLOTTI, 2007, p. 23)

A falta de gasolina, diesel e querosene foi a que mais afetou a população. O querosene era muito usado nas lamparinas nas casas onde não existia energia elétrica. Os mais atingidos foram os moradores da periferia e da área rural. “Assim como formavam filas para comprar produtos, formavam filas para abastecer os carros com combustível.” (BENATTO, 2013)

No mercado negro, os itens racionados, como a gasolina e o óleo diesel, eram comercializados a preços abusivos. Como alternativa à gasolina, foi implantado o uso do gasogênio. Amélia Tozzetti (2011b) explica que o gás, que funcionava mal, era alocado em tubos que ficavam na parte traseira dos automóveis. A adaptação, presente no veículo da imagem, faz crer que tenha sido tomada neste período, entre 1939 a 1945.

De acordo com Cytronowicz (2000, p. 69), em um filme produzido pela Comissão Estadual do Gasogênio em 1944, mostra-se o invento como o símbolo “milagroso” do movimento para o progresso, o “amigo de todas as classes”. “Por usar o carvão vegetal (chamado de gás nobre), o filme destaca que o gasogênio é ‘um pobre que fará o Brasil rico’. A ‘pobreza’ do gasogênio permitia [...] mobilizar um ideal interclasses, alinhando pobres e ricos por meio do *front* interno.” *Front* construído em torno da ideia de que todos eram afetados pela escassez de combustível, no esforço de superação da escassez via uso do gasogênio. “O alarme de 1944 tornou nosso pobre amigo, gasogênio, um ideal interclasses que faria a felicidade de todos e seria um exemplo do esforço de mobilização do país.” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 82)

A falta do óleo para os caminhões mudou a rotina de empresas como as Indústrias Mortari, serraria que buscava na mata sua matéria-prima. “No entanto, o ritmo de trabalho acelerou-se com as encomendas que iam daqui direto para a França. Eram pranchas largas de madeira, usadas na confecção de barcas.” (ALMEIDA, 1995, p. 169). Essas barcas foram usadas durante a Guerra.

Tocado pela situação, outro fotógrafo amador que também era mecânico, Divino Bortolotto, desenvolveu um invento: um sistema que economizaria combustível nos caminhões. Depois da invenção testada e aprovada, ele requereu sua primeira patente e ainda na década de 1940 tentou comercializá-la sem sucesso, pois o fornecimento de combustível fora normalizado após o conflito e muitas das estradas foram pavimentadas, melhorando o abastecimento de produtos em diversas regiões.

92. Autorretrato, 1945.

Fotografia: Haruo Ohara

Acervo Instituto Moreira Salles

Negativo flexível 9x6 cm; Original 9x6 cm, PB, gelatina

No autorretrato, Haruo Ohara se fotografou numa situação que parece ser um esforço para compreender um texto em japonês, com uma expressão confusa, na Chácara Arara em 1945. A expressão e as mãos na cabeça também poderiam ser reflexos de perplexidade diante do que estava lendo. Sabe-se que, desde antes da chegada ao Brasil, a leitura era um hábito da família Ohara.

Leitor assíduo, lia com avidez escritores modernos japoneses, haicais, clássicos ocidentais, história, filosofia, religião e política. Era assinante de várias revistas especializadas sobre fotografia, tais como: *Foto Cine Boletim*, *Fotoarte*, *Asahi Câmera*, possuía não apenas o talento mas também o conhecimento técnico sobre a fotografia, conhecimento esse conquistado através de constante estudo. (EDONGO; SILVA, 2009, p. 689)

Considerando que Haruo havia sido professor aos 17 anos no Japão, era um homem que trabalhava na terra, mas valorizava o intelecto dedicando-se à leitura - sendo um autodidata na área da fotografia -, outra hipótese é que na pose ele estivesse fazendo uma sátira à proibição da leitura de textos em japonês pelo governo brasileiro.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as proibições do governo passaram a abranger liberdades individuais, entre elas a publicação ou circulação de livros nas línguas maternas, que podiam ser apreendidos. O Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, dizia:

Art 85 § 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.⁶²

Segundo Toshihiko Tan (2014), no ano de produção da imagem a lei estava em vigor. Mais uma hipótese é que Haruo estivesse lendo alguma notícia ruim da guerra, vinda do Japão.

Isso porque eles eram muito patriotas, os japoneses, então não se admitia que o Japão havia perdido a guerra. Na colônia formaram-se duas correntes: os que acreditavam que o Japão tinha perdido e outra parte que não admitia. Daí

⁶² Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12803>. Acesso em: 10 jul.2014.

ocorreram muitos confrontos e muitas mortes. Meu pai ficou um ano e meio preso na penitenciária em Curitiba por causa da guerra. (TAN, 2014)

As restrições não se limitavam ao ensino e circulação de livros. Para se locomover dentro do país, os estrangeiros precisavam de um documento emitido pela Delegacia de Polícia, o salvo conduto.

Lembro que meu pai e minha mãe tinham muito medo. Acompanhavam apreensivos os acontecimentos da guerra. Meu pai viajava muito e para viajar no país e até mesmo no estado era necessário o salvo-conduto, um documento feito pela Delegacia de Polícia que permitia ir e vir, que estava restringido. Meu pai conseguiu o documento e voltou a viajar. [...] Muitos casos de discriminação contra japoneses e alemães eram contados pela cidade e nem mesmo padres eram liberados, não se livravam de serem chamados quinta-coluna. Um palotino da Áustria que tinha forte sotaque alemão e as freiras [alemãs] também sofriam constrangimentos. (TOZZETTI, 2011)

Susanne Behrend (2011b) explica que, nos primeiros anos na cidade, sempre quando japoneses ou alemães andavam nas ruas olhavam para os lados, para ver se atrás tinha alguém escutando. “Tinha um ex-ministro da Alemanha [Erich Koch-Wesser⁶³], era de descendência judia e estava em Rolândia. Ele e meu pai caminhavam na rua e conversavam em alemão, quando chegou um homem e falou ‘presos os dois’. [...] Eles foram soltos depois de um dia e uma noite.” (BEHREND, 2011b)

Em meados da década de 1940, o pai de Toshihiko Tan, que era motorista de taxi, também foi preso por transportar um membro da Shindo Renmei (ver nota 48) para Assaí (PR). O Sr. Toshio e seu amigo, Hiroshi Sogabe, ficaram mais de um ano no presídio em Curitiba, e após apurado que não tinham relação com o grupo, foram soltos. Outros japoneses da colônia foram presos na cidade por terem ligado o rádio para ouvir notícias do exterior (SCHWARTZ, 2005). “Nós [italianos] também estávamos sujeitos a prisão se sintonizássemos alguma rádio estrangeira, com noticiários desfavoráveis ao regime. Se não me engano, os rádios eram registrados nos Correios e seus proprietários eram responsabilizados se a lei fosse violada.” (TOZZETTI, 2011)

⁶³ Erich Koch-Wesser foi deputado de um partido liberal e Ministro do Interior do governo alemão. Foi também presidente da Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar (ou Além-mar). Criada em 1927, a instituição tinha como objetivo encontrar saídas para o grande desemprego na Alemanha. Através dela, Erich Koch-Wesser negociou com os ingleses da Companhia de Terras Norte do Paraná a compra de uma gleba para instalar a colônia alemã no norte do Paraná.

Política

93. *Visita do Interventor Manoel Ribas, década de 1930.*

Fotografia: Theodor Preising

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 7,7x12,4 cm, PB, gelatina, brilhante, resinado

Em frente ao Hotel Luxemburgo, posaram para Theodor Preising o interventor do estado, Manoel Andrade Ribas (1), Arthur Thomas (3), João Domingues Sampaio (2) e Ernest Rosemberger (4), engenheiro da companhia e filho do proprietário do hotel, Gregório Rosemberger. O estabelecimento ficava na atual esquina da rua Duque de Caxias com a rua Goiás e foi registrado possivelmente em maio de 1932, quando o fotógrafo, que atuava em São Paulo, foi contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Pesquisas no acervo do museu não permitiram situar o motivo da visita. O grupo era formado por executivos e funcionários da Companhia de Terras e compradores, que possivelmente se reuniram no hotel, onde existia um amplo salão, usado para festas e reuniões de autoridades. “[O hotel] tinha cercas de palmito. Da esquerda para a direita, o terceiro é mister Thomas, o quarto é o Dr. Sampaio. Recebia muita gente importante. Foi o advogado João Domingues Sampaio quem sugeriu o nome da cidade em 1932, quando era presidente da CTNP em São Paulo.” (BENATTO, 2011)

Manoel Ribas era nascido em Ponta Grossa, neto do brigadeiro Ribas, que comandou a defesa da fronteira da Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai. Aos 24 anos, em 1897, transferiu-se para Santa Maria, no interior gaúcho, para organizar a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sendo eleito prefeito de Santa Maria, em 1927.

Em 10 de janeiro de 1932, admirador de seu trabalho, Getúlio Vargas convidou-o para o cargo de interventor no estado do Paraná. Foi empossado em 31 do mesmo mês.

“Apelidado ‘Mané Facão’, era dado a repentes de benevolência e simpatias pessoais. Sua estratégia integracionista implicava conquistar aqueles ‘estrangeiros’ no sertão, onde paranaenses eram raríssimos.” (SCHWARTZ, 1997, p. 48). Como interventor, passou a incentivar o cultivo de café no estado, procurando atrair colonizadores de todas as partes do Brasil (TOZZETTI, 2011).

Esteve durante 13 anos à frente do Governo Estadual, sendo que, de 1932 a 1934, por nomeação de Vargas. Em 1934 foi eleito governador por eleição indireta pela Assembleia Legislativa, sendo empossado em 12 de Janeiro de 1935, e voltou a ocupar a interventoria em 1937, por todo o período que durou o Estado Novo, até 29 de outubro de 1945 (SPOLADORE, 2014, p. 8). Foi deposto junto com Vargas, falecendo seis meses depois, em 28 de janeiro de 1946, em Curitiba.

Em 1934, indicou ao cargo do prefeito de Londrina o engenheiro Joaquim Vicente de Castro, filho de um amigo, quando a população pedia pelo pioneiro Carlos de Almeida. Depois de seis meses, substituiu o prefeito por Rosalino Fernandes, até que fossem realizadas eleições. Quando era questionado sobre os méritos de uma pessoa indicada por ele para algum cargo público, Manoel Ribas explicava à sua maneira as razões: “É uma bunda para a cadeira que precisa ser preenchida, se não der certo a gente muda.” (FOLHA DE LONDRINA, 1997, p. 6)

94. Posse do prefeito de Londrina, 21 de janeiro de 1936.

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss
Negativo de vidro 13x18 cm; Original 30x40 cm, PB, rugoso

Na ocasião da produção da imagem, tomava posse o primeiro prefeito constitucional eleito pelos moradores de Londrina, Willie da Fonseca Barbazon Davids. Era instalada também a primeira prefeitura e câmara de veradores, em imóvel de Caetano Otranto, proprietário da Casa Caetano, de secos e molhados, e que foi, mais tarde, tesoureiro da ACIL. A casa estava localizada na rua Mato Grosso, esquina com a rua Maranhão, antiga residência do médico João Figueiredo, onde atualmente fica o Shopping Royal.

Apesar da inscrição do fotógrafo, de que o evento teria ocorrido em 1935, o fato se deu em 21 de janeiro de 1936. As eleições haviam sido realizadas em 12 de setembro de 1935.

Segundo o jornal *Paraná-Norte*, em Londrina 221 eleitores compareceram à urna e elegeram Willie Davids (8), do Partido Social Democrático (PSD) como prefeito e mais seis vereadores: Honório Martins Ribeiro (20), Jacintho Antenor Cardoso (18), o médico da CTNP João Figueiredo (17), João Wanderley⁶⁴ - juiz de paz e a partir de então presidente da Câmara (5), o contador da CTNP Luiz Estrella (15) e Seraphim de Almeida (2).

O mandato era de cinco anos, porém, o então prefeito já estava no cargo desde 2 de dezembro de 1935, com a saída de Rosalino Fernandes, nomeado pelo interventor Manoel Ribas.

O território de Londrina se estendia até Apucarana e, em sua gestão, o prefeito [Willie Davids] abriu estradas, construiu pontes, criou escolas em Nova Dantzig (hoje Cambé), Rolândia, Arapongas e Apucarana, ampliou a rede de água encanada, instalou iluminação elétrica, encampou um matadouro municipal de gado bovino, abriu o campo de aviação no patrimônio Espírito Santo, ajardinou praças, adquiriu tratores e caminhões irrigadores e implantou serviços públicos, principalmente o de Higiene. (MACARINI, 2004, p. 333)

Áurea Hadich de Souza (2012) complementa que, em sua breve administração, o prefeito foi muito bom para a cidade. Segundo Zortéa (1975, p. 191), no início, Londrina era como uma família, vivendo na mais pura harmonia, e Willie Davids desfrutava de prestígio sem par junto ao povo londrinense. “Tratava-se de cidadão culto e simples, cuja idade mediava aos cinquenta e poucos anos. [...] Engenheiro Civil que era, dirigia a Colonizadora

⁶⁴ João Wanderley foi dono da empresa “Wanderley e Comp.”, que tinha o nome fantasia de Casa Wanderley, onde eram comercializados combustíveis, secos e molhados, no atacado e no varejo. Ele era também chefe do diretório do Partido Social Democrático (PSD) em Londrina.

na parte técnica e secção de vendas de terras. A companhia estava praticamente entregue em suas mãos.”

Nascido em Campinas, Willie Davids (1883-1944) era filho de pai inglês e mãe brasileira. Estudou na Inglaterra e voltou ao Brasil para trabalhar na “São Paulo Tramway Light & Power e, posteriormente, na companhia elétrica da cidade de Santos”. (BONI, 2004, p. 117). Em 1911, adquiriu uma fazenda no Paraná, próximo à divisa com São Paulo, e passou a plantar café. Em 1914 foi prefeito de Jacarezinho e em 1932 mudou-se para Londrina para trabalhar como diretor técnico da CTNP. Com 178 votos, elegeu-se prefeito da cidade.

Em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas decretou o Estado Novo e fechou as casas legislativas do país, inclusive a Câmara de Vereadores de Londrina. Muitos prefeitos foram destituídos, mas Davids continuou no cargo graças ao interventor Manoel Ribas. Porém, sete meses antes do fim do mandato, o prefeito foi exonerado, pois havia sido acusado informalmente por inimigos políticos de ter misturado o dinheiro público com o privado, já que não se desligou do cargo de diretor técnico da Companhia de Terras para exercer o de prefeito.

Na fotografia estão ainda, de acordo com Leite (2012), Tozzetti (2013) e Benatto (2014), Francisco Soares, advogado e cartorário (1); o agenciador Hikoma Udihara (3); Guilherme Braga de Abreu Pires (4), proprietário do Cartório Pires e primeiro serventuário

da justiça londrinense; Arthur Thomas (6), diretor gerente da CTNP; o juiz de direito da comarca de Jatahy, Antônio Baltar Júnior (7); Willie Davids Junior (9), filho do prefeito; o médico da Higiene Gabriel Carneiro Martins (10); Caetano Otranto (11); o proprietário de oficina mecânica Octávio Tácola (12); o secretário da prefeitura Adriano Marino Gomes (13), até então agente de seguros e que em 1939 seria prefeito substituto; o farmacêutico Hilário Scharff (16); o jornalista Puigari Coutinho (14), fundador do *Paraná-Norte*; e João Cabral de Medeiros (19), escrivão do cartório de registro civil.

O quinto da esquerda para a direita, atrás, era policial, não lembro o nome. Esse outro era Octávio Tácola, também foi uma espécie de delegado em Londrina, ele tinha oficina mecânica, que em 1936 ele vendeu para o Sr. Pismel montar uma agência Ford. [...] Esse aqui era o Marino Gomes, foi secretário da prefeitura, era arroz de festa, genro do seu Puigari Coutinho. [...] Esse era o Dr. Gabriel Martins, que cuidava de endemias rurais, ele suicidou-se com um tiro na cabeça. Ele namorava uma jovem da família Victorelli, de cafeicultores. Ele era muito simpático, alto, gostava de andar a cavalo, veio de Castro (PR). Ele namorou a moça, só que ela era tuberculosa, tinha fugido de um sanatório ou coisa assim, e ficou aqui na casa dos irmãos, Hermínio Vicitorelli e Rene Victorelli. Era filha de Teodoro Victorelli. Um dia vieram uns homens a capturá-la e a levaram presa de novo. E Dr. Gabriel ficou muito aborrecido, chateado e acabou se matando. (BENATTO, 2014a)

95. *Carreata da visita de Ademar de Barros e Moysés Lupion, 10 de maio de 1947.*

Fotografia: Autor Desconhecido

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Original 6x9 cm, PB, brilhante

A fotografia, que faz parte do acervo de Arailde Ideriha doado ao Museu Histórico de Londrina, não tem autoria identificada. “Meu marido gostava muito de tirar fotos quando tinha acontecimentos, mas essa foto não é dele.” (IDERIHA, 2013). Na ocasião, acontecia a carreata da visita do governador do Paraná, Moysés Lupion, ao lado do governador do estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros. O local era a avenida Paraná, quando ainda era aberta para a passagem de carros, em frente à praça Marechal Floriano Peixoto. “Os desfiles eram todos ali, em frente às Casas Pernambucanas, Casa Castro e Casa Calderaro.” (CARVALHO FILHO, 2013)

Os carros, segundo Benatto (2013), são um Mercury conversível, ano 1947, seguido por um Chevrolet 1941 e dois Chevrolets 1942. “O primeiro carro era conversível, lindíssimo. Quem tinha um carro desses na época era muito importante.”

Lupion, do Partido Social Democrático (PSD), venceu as eleições realizadas em 19 de janeiro de 1947, governando de 12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1956. Já Ademar de Barros, que havia sido interventor federal do estado de São Paulo de 1938 a 1941, foi eleito governador com mandato de 14 de março de 1947 até 31 de janeiro de 1951. O governador paulista era médico, populista e seu estilo de administrar deu origem ao bordão “rouba mas faz”. Morreu em 1969, de ataque cardíaco, durante visita ao santuário de Lourdes, na França.

Já Moysés Lupion era um dos empresários mais ricos do estado, proprietário do maior grupo empresarial do Paraná, com negócios nas áreas de transporte, fábricas, serrarias, depósitos de madeira, bancos e revendas de automóveis. Foi responsável pela abertura política e a renovação dos cargos públicos no Paraná e acreditava que era preciso uma ação planejada para concretizar o progresso. Incentivou o cultivo do café no norte do estado e conduziu suas empresas de madeira na colonização do norte velho, norte novo e do oeste.

Na imagem consta a data de 10 de maio de 1947, porém, em outros registros de fotografos e em vídeos produzidos pelo agenciador Hikoma Udihara, a data da visita seria 7 de março do mesmo ano, após a vitória, mas antes de ambos assumirem seus mandatos. Alguns indícios na imagem fazem crer que a segunda data é correta, como a propaganda de Bento Munhoz da Rocha, do Partido Republicano (PR), na parede à esquerda. O candidato foi adversário de Lupion nas eleições estaduais, perdendo com 33,53% dos votos. Nas

eleições seguintes, em 1950, venceu Bento Munhoz da Rocha, que governou de 1951 a 1955.

À esquerda, em frente à inscrição, estão as alunas do Colégio Mãe de Deus, e no começo da fila é possível identificar as freiras. “Aqui já usavam os uniformes novos.” (LEITE, 2013). “Eu estava aqui nesse dia, não lembro onde, mas estava. Lupion veio para agradecer os votos. E Ademar de Barros veio para Curitiba para a posse de Lupion. Deve ter vindo junto na viagem para Londrina.” (CARMAGNANI, 2013). No ano seguinte, Ademar de Barros e Moysés Lupion visitariam novamente a cidade, ao lado do presidente Eurico Gaspar Dutra.

96. *Visita do presidente da República Gaspar Dutra a Londrina, fevereiro de 1948.*

Fotografia: José Juliani

Acervo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Negativo de vidro 13x18 cm; Reprodução 18,3x24 cm, PB, brilhante

Em fevereiro de 1948, a cidade recebeu uma visita oficial do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra, que chegou a Londrina com uma comitiva de aproximadamente 20 pessoas, entre elas os governadores Moysés Lupion, do Paraná, e Ademar de Barros, de São Paulo. Nessa ocasião, foi inaugurada pelo general Dutra a agência do Banco do Estado de Paraná S/A, localizada na avenida Rio de Janeiro, esquina com avenida Paraná. Após a inauguração, a comitiva visitou a prefeitura, indo, em seguida, para a casa de Arthur Thomas, para um coquetel (REVISTA NORTE DO PARANÁ, 1949).

Para a recepção de Dutra na cidade, a ACL [Associação Comercial de Londrina] designou em 29 de novembro de 1947 os sócios Hugo Cabral, José Bonifácio e Silva, David Dequêch, Pedro Nolasco Gomes da Silva, Joaquim Lopes Alho, João B. Gurgel Pismel, Jordão Santoro, Celso Garcia Cid, Nelson Antunes Egas, Octávio Tácola, Antônio Calderaro, Arthur Thomas, Aristides de Souza Mello e Nicolau Lunardelli. (SCHWARTZ, 1997, p. 120)

Também participaram do coquetel o governador Moysés Lupion, o farmacêutico Orestes Medeiros Pulin, Clemente Riseti e Salvador Biazono.

À direita da imagem está o Paço Municipal, localizado na rua Minas Gerais, entre as ruas Maranhão e Santa Catarina. O edifício havia sido inaugurado em 29 de julho de 1942, no governo de Miguel Blasi, prefeito nomeado pelo interventor Manoel Ribas. “Mário Romagnolli foi o mestre de obras, Harry Bottmann foi empreiteiro e construtor. A inauguração contou com bandeiras, banda de música, pipoqueiros, foi uma festa.” (BENATTO, 2014a). Segundo a edição do *Paraná-Norte* de 29 de julho de 1942, o prédio poderia ser “qualificado como o mais luxuoso e o mais rico do Norte do Estado. A magnitude de suas linhas é verdadeiramente impressionante.” Em estilo *Art dèco*, tinha área de 600m², dois pavimentos e porão.

Ali funcionavam os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário –, além dos serviços de saúde. As instalações da Prefeitura contavam com gabinete do prefeito, salão nobre, gabinete do secretário, secretaria, sala de espera, sala do departamento de obras e viação, contabilidade e tesouraria com salão de arquivo, auditoria, junta de alistamento militar, departamento de estatística, inspetoria de serviço municipal, biblioteca pública, serviço de rádio e transmissão, sala da fiscalização geral, almoxarifado e arquivo geral, além de instalações do foro judicial, com sala de júri, audiência, delegacia de polícia, inspetoria de

trânsito, três dependências para a assistência médica, sala dos guardas sanitários e visitantes, além de laboratório.

O prédio do Paço municipal foi desativado em 1972 e demolido anos depois. “Eu trabalhei aqui, o departamento de obras era bem aqui [janela do meio, à esquerda]. O prefeito Richa fez uma reunião com os vereadores e vendeu o prédio para um banco. Quando o povo ficou sabendo já estavam derrubando. Uma tristeza isso aí, era um prédio lindo” (CARVALHO FILHO, 2013).

À sua esquerda, estava a sede da Associação Comercial de Londrina, entregue em 31 de janeiro de 1942, com presença do interventor do estado, Manoel Ribas. “Foi num sábado e o vinho português legítimo correu solto. O Ribas, que não gostava de falar, foi traído pelo vinho e soltou a língua.” (ZORTÉA, 1975, p. 14). O engenheiro responsável pela obra foi Odilon Borges de Carvalho e Mário Romagnolli foi o construtor. O prédio tinha no topo um relógio e a imagem de Mercúrio em bronze, o “deus do Comércio”. Estava localizado onde hoje fica o edifício Palácio do Comércio, e nesse prédio a ACL, e posterior ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), funcionou até 1973. “Dequêch tinha na cabeça ‘o prédio mais alto e bonito do sertão paranaense’ ” (SETENTA..., 2007, p. 12), que custou 270 contos de réis e foi construído em terreno doado pela loteadora inglesa.

Aqui onde tem a estátua era a Associação Comercial, do lado era uma construção da Companhia. Essa estátua foi tirada, levada para universidade e depois foi colocada na entrada do edifício Palácio do Comércio, que foi construído exatamente aqui. E onde era o Paço antes ficava o Clube Redondo, local de encontro das pessoas. (SILVA, 2013)

Em 1948, quando tomada a imagem, o prefeito da cidade era Hugo Cabral, cearense de Fortaleza, diplomado pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro e fazendeiro em Londrina. No mesmo ano, ele congelou a aprovação de novos loteamentos até que se elaborasse um plano urbanístico para a cidade e uma legislação para novos loteamentos e edificações. Convidou profissionais como o arquiteto Carlos Cascaldi, de São Paulo, que era sócio no escritório de arquitetura de João Batista Vilanova Artigas, para elaborar alguns projetos (BORTOLOTTI, 2007).

Na imagem vê-se grande parte da população, estimada em 20 mil pessoas⁶⁵, que recebeu e aclamou o então presidente. “Os que ficavam na sacada eram os ‘leiteiros’, como chamávamos as autoridades.” (BENATTO, 2014a)

O *Diário Oficial da União*, de 17 de fevereiro de 1948, deu boas-vindas ao presidente, de volta à capital, e divulgou parte do discurso proferido em Londrina pelo então ministro da Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, que exaltou a fertilidade do solo e a cafeicultura.

De regresso da visita que acaba de fazer ao Estado do Paraná, o Presidente da República chegou ontem às 18.30 horas a esta Capital. No aeroporto Santos Dumont onde desembarcou, em companhia dos membros de sua comitiva, o Chefe do Governo era aguardado pelos Ministros de Estado, Chefe de Polícia, Senadores, Deputados e por inúmeros amigos e pessoas gradas, que foram levar a S. Ex. os votos de boas vindas. Durante a sua permanência no Estado do Paraná, o Presidente da República foi alvo das mais expressivas demonstrações de simpatia e apreço. Em Londrina, o Chefe do Governo recebeu grandiosa manifestação das autoridades, das classes conservadoras e do povo. Em nome do General Eurico Gaspar Dutra, o Ministro da Agricultura pronunciou o discurso que abaixo reproduzimos de reafirmação dos propósitos do Governo em levar avante o programa que se traçou de bem atender aos supremos interesses do país. ‘Senhores: Nada mais agradável ao espírito de um homem público do que o cantato [sic] com uma região que, mais do que qualquer outra, simboliza no nosso país a vitória do pioneiro sobre a selva bruta que desafiou e submeteu. Essa vitória oferece aqui o toque singular de um milagre, pois, em sítios onde há menos de vinte anos se erguia o arvoredo denso da mais virgem, agora se levanta o casario imponente de unidades como Londrina, que é uma verdadeira metrópole do sertão. Bem haja a feliz concorrência de fatores que contribuíram para esse surpreendente resultado, dentre os quais merece ser posto em relêvo, ao lado do espírito empreendedor da iniciativa particular, o terreno ubérrimo que esta encontrou.[...] Aqui veio terminar a grande corrida em busca de solo virgem para a plantação do café; aqui veio estacar também a derrubada e queima de matas centenárias para plantação de milho e criação de porcos; aqui, finalmente, veio encerrar-se o ciclo da agricultura nômade, herdada dos índios e que se pratica no país desde o descobrimento’. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1948)

Dutra visitou a cidade em 1948 e em 1949 foram realizadas eleições, nas quais Getúlio Vargas saiu vencedor. “Então, depois, em 1950, veio Getúlio Vargas. A recepção foi na praça Rocha Pombo, onde está o Museu.” (SILVA, 2013)

⁶⁵ A população total da época, considerando a área atual do município, era de 24.517 pessoas, segundo IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, de caráter interdisciplinar, qualitativo e exploratório, teve como objetivos utilizar a imagem fotográfica associada à técnica da história oral como acionadora de lembranças individuais e coletivas sobre a cidade de Londrina (PR); constatar a eficiência da metodologia proposta e recuperar micro-histórias e aspectos pouco conhecidos sobre a história da cidade no período recortado (1929-1948). A técnica e os métodos empregados no trabalho nos levaram ao estabelecimento de diretrizes e à determinação de pistas que, acreditamos, poderão ser úteis a outros pesquisadores que venham futuramente a desenvolvê-las e aplicá-las em suas investigações.

A fotografia, foco principal do trabalho, foi utilizada em dois sentidos: como acionadora de memórias e como fonte de pesquisa histórica. Para tanto, aplicou-se a análise técnico-iconográfica, que permitiu levantar datas aproximadas de produção de muitos dos registros selecionados, além de possível autoria, indicando nomes de fotógrafos e motivos pelos quais estiveram na região, contribuindo também para a história da fotografia no Brasil. Já a interpretação iconológica permitiu contextualizar e aprofundar informações sobre a história da cidade, apontamentos enriquecidos quando cruzados com os microrrelatos e bibliografia levantados.

Defendemos, ao longo dos quatro anos de estudo que, pelo intermédio de imagens fotográficas, os entrevistados narram diferentes experiências do passado, destacando aquilo que para eles tem importância e significado. Segundo Didi-Huberman (2002), se existe um pensamento próprio às imagens, é, decerto, o pensamento associativo, e os resultados obtidos, a despeito da capacidade de instigar lembranças, foram inquestionáveis.

Em muitos momentos, a narrativa dos entrevistados foi além do retratado, em um processo de rememoração no qual uma lembrança carregou outra, trazendo à tona informações importantes sobre lugares e personagens que vivenciaram os acontecimentos do período pesquisado.

Se, por um lado, a fotografia trata apenas daquilo que é visível e relevante o bastante para ser fotografado, por outro, por meio dos depoimentos e da interpretação iconológica, relações não documentadas são trazidas à luz, informações importantes para a

contextualização do momento que se pretendeu pesquisar. “O próprio aparente se carrega de sentido na medida em que recuperamos o ausente da imagem.” (KOSSOY, 2007, p. 156)

Assim como na dissertação de Teixeira (2013), durante as entrevistas deste trabalho, parentes de três fontes orais acompanharam a conversa, pois também queriam ver e comentar as imagens, tamanha a atração que esses documentos causam sobre as pessoas. Fotografias que pensávamos não ter relevância para alguns entrevistados mostraram-se reveladoras, ao mesmo tempo em que outras, sobre as quais esperávamos longos relatos, não despertaram muitas lembranças. Todas essas considerações acerca da metodologia foram pontuadas ao longo do trabalho e aprofundadas no capítulo 3, com intuito de colaborar com futuros estudos que poderão ser realizados em Londrina, assim como em outras localidades.

Dentro de seu universo, condicionado por suas histórias de vida e situação social, cada entrevistado lembrou fatos distintos, levantando informações sobre doenças da época, relações interpessoais entre personagens, atitudes e “causos” curiosos ainda não documentados em livros de história. Sob o ponto de vista individual, buscavam relacionar as fotografias com a memória coletiva da cidade, descrevendo histórias revisitadas por intermédio das imagens fotográficas, que fixavam um espaço-tempo de vida e de trabalho. As fontes relacionaram os lugares aos seus empregos, suas vidas e às pessoas de sua convivência, ao mesmo tempo em que descreviam acontecimentos históricos e relevantes para a compreensão do processo de colonização da região. Em seus depoimentos, recordaram fatos, tradições e certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo, saberes não oficiais, não institucionalizados.

É importante considerar ainda que, em alguns casos, uma mesma representação iconográfica fez lembrar informações distintas, que se completaram no mosaico que buscamos construir. Mesmo diante de confusões mentais, falhas de memória, e informações errôneas, os depoimentos trouxeram consigo dados relevantes sobre o cotidiano da época e a representatividade de alguns locais fotografados, lugares de pertencimento.

Em outros momentos, temas se repetiram nas imagens, fortalecendo as micro-histórias levantadas e possibilitando a checagem, entre as fontes orais, de acontecimentos históricos. Alguns dos entrevistados, como Tozzetti e Benatto, descreviam fotografias com detalhes, possibilitando uma riqueza de descobertas. Outros antigos moradores, por sua vez,

pouco falaram sobre os registros apresentados, o que evidencia a importância da seleção das fontes para futuros estudos.

É importante considerar que nem todas as falas puderam ser aproveitadas, pois muitas eram imprecisas e não obtivemos dados para confirmá-las. Além disso, sobre algumas imagens, todos os entrevistados pouco falaram, como foi o caso da chegada de moradores em Neu Danzig, fato não vivenciado ou não conhecido pela maioria deles.

Frequentemente, os idosos que participaram da pesquisa, utilizaram indicativos de tempo e espaço para explicar as imagens, dialogando com suas memórias e buscando vestígios dentro da imagem – e fora dela –, que auxiliassem no reconhecimento, comentando histórias familiares e pessoais que se relacionavam com elementos representados. Isso porque identificação pressupõe participação. O domínio do fato passado e a compreensão do tempo presente geram o enraizamento do homem, condição *sine qua non* para a construção da identidade. Além disso, todo ser humano tem a necessidade de recorrer a imagens do passado, estabelecer relações, ter a consciência de onde veio e para onde vai. A história é, dessa maneira, elemento constituinte da identidade desses idosos.

Para os antigos moradores, Londrina é o lugar onde a vida acontece, e na medida em que ele se sente autor dos fatos narrados nas entrevistas, acredita ter ação participativa na comunidade e na história da cidade. A atmosfera local faz com que reconheçam Londrina como um lugar antropológico, e que se renova constantemente.

A apropriação do lugar, que passa pelos sentidos e pela percepção, destaca-se pela experiência visual. É por meio da visão que o sujeito percebe seu entorno e, no processo cognitivo, lhe atribui significado. Os depoimentos orais apontam que a identidade vincula-se também ao “conhecido-reconhecido” e ligam-se aos lugares que são habitados e marcados pela presença, criados pelas histórias individuais através do tempo. No plano simbólico, o lugar liga-se à significação de um sentido social, enquanto no plano concreto, relaciona-se com o estabelecimento de um local onde o homem passa a existir.

Os pioneiros e primeiros moradores selecionados, não apenas utilizam a imagem para recuperar lembranças, mas organizam sua narrativa a partir dos elementos fotografados e deixam transparecer em seu discurso o afeto pelo lugar de vivência.

Na presente tese, assim como em outras pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Comunicação e História, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), a fotografia

afirmou-se como suporte de memórias, formando um espaço imaginário e contribuindo “para o melhor entendimento das formas por meio das quais, no passado, as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente”. (PAIVA, 2006, p. 13)

A fotografia consolidou-se, dessa maneira, como a principal fonte e instrumento desse estudo, documento histórico que trouxe consigo informações implícitas que precisaram ser desvendadas. Mostrou-se reveladora na intersecção das áreas da Comunicação, História e Antropologia, confirmando sua importância como representação sócio-histórica, produto de seu tempo, e a importância de abordagens multidisciplinares.

O papel da pesquisadora foi, na medida em que observava os elementos presentes na representação iconográfica, estabelecer relações, fazer conferências, questionamentos e conexões com o momento histórico no qual o artefato foi produzido, buscando sua finalidade, o contexto e os lugares por onde circulou, quem o produziu, ou seja, buscando aquilo que nem sempre se encontra documentado.

Existe um conhecimento explícito nas fontes não-verbais como a fotografia; descobrir os enigmas que guardam em seu silêncio é desvendar fatos que lhe são inerentes e que não se mostram, fatos de um passado desaparecido, nebuloso que tentamos imaginar, re-criar, a partir de nossas imagens mentais, em eterna tensão com a imagem presente que concretamente vemos, limitada à superfície do documento: realidades superpostas. (KOSSOY, 2007, p. 61)

Para compreender melhor as imagens, foi necessário mergulhar no passado da região em suas primeiras décadas, e para que o leitor também o fizesse, um capítulo foi elaborado com um breve histórico da cidade. Ao buscar referências para tanto, foi possível identificar uma série de discrepâncias e informações desconstruídas sobre fatos históricos e imagens. O próprio Museu Histórico de Londrina, que detém grande parte do portfólio utilizado, não tem conhecimento de quem são muitos dos personagens fotografados, fotógrafos ou a que locais da cidade se referem. Nesse sentido, na medida em que essas informações eram levantadas, eram repassadas para a instituição, e serão disponibilizadas em uma cópia do estudo doada ao museu.

Conforme pontuado no texto, muitas dessas representações iconográficas foram utilizadas para a publicidade do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná em outras localidades do Brasil e no exterior, como Europa e Japão. A finalidade de

produção influenciou sobremaneira sua composição e concepção, fato levado em consideração no momento da interpretação, para evitar distorções e possíveis manipulações.

Entre as contribuições para a história da cidade estão informações sobre fotógrafos de documentos com autoria até então desconhecida, datas de produção levantadas por meio dos indícios nas imagens e das entrevistas com os moradores, personagens e cenários registrados, elementos históricos que auxiliaram na compreensão das possíveis razões de produção das fotografias, seus usos e funções sociais, a conjuntura na qual foram produzidas, ou seja, histórias e informações implícitas que aguardavam para serem desvendadas.

Por fim, acreditamos que a fotografia, de fato, contribuiu para uma melhor compreensão da história da cidade e para a construção de sua memória, quando aliada a fontes orais, respondendo ao problema da pesquisa e confirmando a hipótese inicial e tese defendida. Fotografias que, a cada interpretação, possibilitam apreender e repensar a história no tempo presente. A imagem fotográfica foi utilizada como instrumento para interpretar a cena passada e documento para recuperar memórias, individuais e coletivas, permeadas por lembranças e esquecimentos. Apesar de ser um processo carregado de imprecisões, reconstruções e distorções, a memória, assim como a fotografia, reafirmou-se como instrumento de pesquisa imprescindível para a recuperação histórica.

Com base nesse e em outros estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e História, esperamos que futuros pesquisadores apliquem a proposta aqui pormenorizada em outras localidades, verificando sua eficácia e possíveis problemas, colaborando com seu desenvolvimento e contribuindo com a memória de outras cidades. Espera-se, também, que esses novos conhecimentos sejam democratizados e compartilhados, fim maior de toda pesquisa científica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ICONOGRÁFICAS DE ÉPOCA

BORTOLOTTI, Divino. Acervo pessoal de João Baptista Bortolotti: Londrina, 2012. seis fotografias digitalizadas.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Acervo fotográfico: Recife**, 2012. *Carte de visite* digitalizado.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Acervo Haruo Ohara**: São Paulo, 2013. quatro fotografias digitalizadas.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA PADRE CARLOS WEISS. **Acervo fotográfico**: Londrina, 2012. 45 fotografias digitalizadas.

FONTES ESCRITAS DE ÉPOCA

ATA CREAÇÃO DO MUNICÍPIO. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

CASAS Pernambucanas. **Paraná-Norte**. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 28 jul. 1935. p.8.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1 p.12, 17 fev. 1948. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2261538/pg-12-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-02-1948/pdfView>. Acesso em: 15 mar. 2014.

GOMES, Adriano Marino. **Álbum do município de Londrina**. Londrina: Edição do Autor, 1938.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951.

_____. **Dados do Recenseamento de 1950**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

O ESTADO DE S.PAULO. Página da edição de 31 dez. 1933. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19331231-19690-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. Página da edição de 1 abr. 1934. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19340401-19766-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. Página da edição de 28 jun. 1936. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19360628-20464-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 30 jun. 2013.

O FUTURO Prefeito. **Paraná-Norte**. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, 28 jul. 1935, p.11.

PARANÁ-NORTE. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 9 out. 1934.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 28 jul. 1935.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 7 jul. 1936.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 23 jan. 1938.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 3 set. 1939.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 24 set. 1939.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 21 jun. 1942.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 28 jun. 1942.

_____. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, edição de 29 jul. 1942.

REVISTA-JORNAL. ano 1. n. 3. Acervo do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Londrina, maio 1946.

REVISTA NORTE DO PARANÁ. Acervo do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Londrina, 1949.

UM BOM negócio, sem dúvida: para quem o fizer e para o povo. **Paraná-Norte**. Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Londrina, 15 out. 1939. p.4.

FONTES ORAIS

BEHREND, Susanne Stern. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Rolândia. 18 nov. 2011a. (65'25"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Rolândia. 13 dez. 2011b. (72'13"): gravação em áudio.

BERGOC, Odília Aparecida Negro. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 24 jul. 2012. (88'22"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 11 jul. 2013. (69'13"): gravação em áudio.

BENATTO, Omeletino. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 21 jul. 2010. (69'43"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 4 maio 2011. (95'34"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 23 jul. 2012. (71'00"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 5 jul. 2013a. (95'34"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 11 jul. 2013b. (52'25"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 5 abr. 2014a. (78'32"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 9 ago. 2014b. (69'01"): gravação em áudio.

CARMAGNANI, Sebastião. Entrevista concedida à autora no local de trabalho do entrevistado, em Londrina. 19 jul. 2013. (73'11"): gravação em áudio.

CARVALHO FILHO, José Leite de. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 21 jul. 2013. (77'00"): gravação em áudio.

CBN REPÓRTER. A CBN conta os 75 anos da irmandade Santa Casa de Londrina. CR-ROM, 2010.

CORDEIRO, Amábile Massaro Thibes. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 9 jul. 2011. (128'31"): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 24 jul. 2012 (87'20"): gravação em áudio.

IDERIHA, Arailde. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 10 jul. 2013. (68'35"): gravação em áudio.

KAISER, Armínio. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 5 nov. 2010. (69'15''): gravação em áudio.

LEITE, Maria Alice Brugin de Arruda. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 27 jul. 2012. (72'13''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 5 jul. 2013. (52'58''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 2 maio 2014. (44'47''): gravação em áudio.

LIMA, Enezila. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 10 jul. 2013. (61'00''): gravação em áudio.

PERSICHETTI, Simonetta. **Estética**: disciplina do Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina, nov. 2009, apresentação digital. Apresentação em sala de aula.

PICCININ, Maria de Lourdes. Entrevista concedida à autora no local de trabalho da entrevistada, em Londrina. 22 jan. 2013. (75'29''): gravação em áudio.

SILVA, Geir Rodrigues da. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 24 jul. 2012. (92'25''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 12 jul. 2013. (62'25''): gravação em áudio.

SOUZA, Áurea Hadich de. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 25 jul. 2012. (78'10''): gravação em áudio.

TAN, Toshihiko. Entrevista concedida à autora no local de trabalho do entrevistado, em Londrina. 31 ago. 2013. (67'52''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 28 mar. 2014. (58'55''): gravação em áudio.

TOZZETTI, Amélia. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 3 mar. 2011a. (80'41''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 12 nov. 2011b. (67'34''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 3 abr. 2012. (87'12''): gravação em áudio.

_____. Entrevista concedida à autora na residência da entrevistada, em Londrina. 10 jul. 2013. (45'18"): gravação em áudio.

VICENTINI, Luiz. Entrevista concedida à autora na residência do entrevistado, em Londrina. 18 jul. 2013. (72'11"): gravação em áudio.

LIVROS

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Inventário e proteção do acervo cultural de Londrina: memória e cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõe**. Londrina: UEL/MEC/SESU, 1995.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de; ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Memória e cotidiano do Bosque**. Londrina: EDUEL, 2007.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

ARRUDA, Maria Juliani de. **Juliani: um homem, sua máquina e a história de Londrina**. 3.ed. Londrina: Midiograf, 2002.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

AULICH, Werner. **Paraná und die Deutschen: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos**. Grupo Étnico Germânico do Paraná. Curitiba, 1953.

AZEVEDO, Militão Augusto de. **Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887**. Apresentação Ernani Silva Bruno; textos de Benedito Lima de Toledo, Boris Kossoy, Carlos Lemos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

BADGER, Gerry. **Eugène Atget**. London: Phaidon Press Limited, 2001.

_____. **Lewis Hine**. London: Phaidon Press Limited, 2002.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas v. 1).

BLOCH, Marc. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

_____. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BONI, Paulo César. **Fincando estacas!** A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Edição do autor, 2004.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias fotográficas**: a fotografia e fragmentos da história de Londrina. Londrina: Midiograf, 2013.

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 14.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**. Estudos paranaenses. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo 1870 – 1920. São Paulo: EDUSP, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOMA, Daniel; COSTA, Tati; VIEIRA, Edson Luiz (Orgs.). **Revelações da História**: o acervo do Foto Estrela. Londrina: Câmara Clara, 2012.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação Comemorativa do cinquentenário da CMNP. São Paulo: CMNP, 1975.

_____. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação Comemorativa do cinquentenário da CMNP. 2.ed. São Paulo: CMNP, 1977.

- COULAGES, Fustel de. **Histoire des institutions politiques de l'ancienne France**. Paris: Hachette, 1965.
- COLLIER JR, John. **Antropologia Visual**: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: EPU, 1973.
- COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina 25 anos de sua História**. São Paulo: Gráfica Universal, 1959.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **L'image survivante**. Histoire de l'Art et Temps des Fantômes selon Aby Warburg. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.
- DUARTE, Benedito Junqueira. **Crônicas da memória**: nas trilhas do cinema brasileiro. Vol.2. São Paulo: Massao Ohno – Roswith Editores, 1982.
- DUBOIS, Philipe. **El acto fotográfico**: de la representación a la recepción. Barcelona: Paidós, 1986.
- FLORÈS, César. **La mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**: elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- FREUD, Sigmund. (1900). A interpretação dos sonhos. **Edição Standart Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.IV. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- FREUND, Gisele. **La fotografia como documento social**. 2.reimp. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- GASSAN, Arnold; MEEK, A.J. **Exploring black and white photograph**. Madison: Brown & Benchmark, 1992.
- GIACOMELLI, Ivan Luiz. **A transição tecnológica do fotojornalismo**: da câmara escura ao digital. Florianópolis: Insular, 2012.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- _____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Coleção Memória e Sociedade).
- _____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé: confronto político e organização 1947-1968**. Cambé: Prefeitura Municipal de Cambé, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

ISNENGHI, Mário. **História da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JUBILEU DE OURO. **Catedral de Londrina**. Londrina: Paróquia Sagrado Coração, 1984.

KOSSOY, Boris. **São Paulo, 1900**. Imagens de Guilherme Gaensly. São Paulo: Kosmos, 1988.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. 2.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 4ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. **Fotografia e História**. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques et al. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1977.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade: Imigrante, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LOSNAK, Marcos; IVANO, Rogério **Lavrador de Imagens: uma biografia de Haruo Ohara**. Londrina: S.H. Ohara, 2003.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

MACARINI, Walmor. **Londrina Paraná Brasil: raízes e dados históricos**. Associação Pró-Memória de Londrina e Região. 1930-2004. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

MAINKA, Peter Johann. **Roland und Rolândia**. Die Gründungs- und Frühgeschichte einer

deutschen Siedlung im Nordosten Paraná. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Lucius. **A travessia da terra vermelha**: uma saga dos refugiados judeus no Brasil. Osasco: Novo Século, 2007.

MERLEAU-PONTY Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos** – a história da Shindo Renmei. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NIXDORF, Oswald. **Pionier im brasilianischen urwald**: die abenteuerreiche geschichte der deutschen siedlung Rolândia. Tübingen: Erdmann, 1979.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização do Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PANOFSKY, Erwin. **Estudo de iconologia**: temas humanísticos na arte do renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

PEDRIALI, José Antônio. **A santa luta da nossa casa**. Londrina: Midiograf, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ. **Cambé**: repensando sua história. Cambé: Imagem, 1992.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

ROBIN, Marie-Monique. **100 fotos do século**. Lisboa: Taschen, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SANTOS, Rubens R. dos (Org.). **Colonização e Desenvolvimento no Norte do Paraná**. São Paulo: Edanee Imp., 1975.

SCHWARTZ, Widson. **Poder emergente no sertão**. Londrina: Midiograf, 1997.

_____. **História da Imigração Japonesa no Paraná**. Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, 2005.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE LONDRINA. **Colégio Estadual Hugo Simas**: histórico em comemoração aos 70 anos. Londrina, 2007.

SETENTA anos de união e luta: a história e as conquistas da Associação Comercial e Industrial de Londrina, uma entidade que nasceu quando o norte do Paraná era apenas sertão. Londrina: ACIL, 2007.

SILVA, Armando. **Álbuns de família**: a imagem de nós mesmos. São Paulo: SENAC, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos históricos de Rolândia**. Cambé: Wgraf, 2003.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O Perigo Amarelo em tempos de guerra**. São Paulo: IMESP, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores no meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da Memória**: Paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

_____. **Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2013.

ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**. São Paulo: Juriscredi, 1975.

CAPÍTULOS EM LIVROS

BONI, Paulo César. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento dos municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p.51-66.

BONI, Paulo Cesar; SATO, Larissa Ayumi. A mídia fotografia como estratégia publicitária da Companhia de Terras Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história**: o surgimento dos municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p.243-267.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.7-37.

CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. Associação da fotografia aos relatos orais na reconstituição histórico-sociológica da memória familiar. In: LANG, Alice Beatriz da G. (Org.). **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. p.97-116.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Histórias de vida dos judeus refugiados do nazi-facismo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.269-281.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Arquitetura e fotografia no século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia**: usos e funções no século XIX. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p.131-172.

CORTEZ, Cesar; LAGOEIRO, Danilo. Cambé: os germânicos de Danzig Fundaram Nova Dantzig. In: BONI, Paulo Cesar (Org.). **Certidões de nascimento da História**: surgimento dos municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p.103-126.

DANILUK, Jan. Emigration from the free city of Danzig to the brazilian jungle. In: MAZURKIEWICZ, Anna (Org.). **East Central Europe in Exile Volume 1**: Transatlantic Migrations. Newcastle: Cambridge Scholars, 2013. p.177-188.

EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice. Introduction: photographs as objects. In: EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (Orgs.). **Photographs objects histories**: on the materiality of images. New York: Routledge, 2004. p.1-15.

KOSSOY, Boris. Fotografia e Memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec/SENAC, 2005. p.39-46.

LE GOFF, Jacques. História do cotidiano. In: DUBY, Georges et al. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986. p.73-82.

LEITE, Miriam Moreira; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Imagem e Linguagem: Reflexões de Pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org.). **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**. n. 3. São Paulo: CERU, 1992, p.117-140.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec/SENAC, 2005. p.33-38.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.133-161.

LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso - II. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p.59-82.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). **Pesquisa empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus/Compós, 2010. (Coleção Comunicação). p.27-50.

MARTINO, Luiz Cláudio. Panorama da pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). **Pesquisa empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus/Compós, 2010. (Coleção Comunicação). p.135-160.

MARTINS, Ana Luiza. Prefácio. In: CHOMA, Daniel; COSTA, Tati (Orgs.). **Ao Aroma do café: fotografias de Armínio Kaiser**. Atibaia: Câmara Clara, 2013. p.10-15.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.85-97.

POPOLIN, Cássia; SCHWENGBER, Cláudia. Rainha do Café: um resgate histórico e imagético dos primeiros anos da colonização de Rolândia. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p.67-84.

POPOLIN, Cássia Maria. UNFRIED, Rosana Reineri. Fotografia e memória: 77 anos do Hotel Rolândia. In: BONI, Paulo César; TEIXEIRA, Juliana de Oliveira (Orgs.). **Hotéis Históricos do Norte do Paraná**. Londrina: Midiograf, 2013. p.159-176.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER Vanessa Campos Mariano. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de.; GONZAGA, Maria Tereza Claro (Orgs.). **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011. p.101-120.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: FARIA FILHO, Lúcio Mendes(Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000. p.63-74.

_____. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne. (Org.). **O fotográfico**. 2.ed. São Paulo: Hucitec/SENAC, 2005. p.19-32.

SCHULZ, Christian Norberg. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. p.441-461.

SCHWARTZ, Widson. Pérolas – claras e obscuras – da história de Londrina. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p.207-242.

TAVARES, Mário Jorge de Oliveira. Hotel Luxemburgo: primeiro hotel comercial de Londrina. In: BONI, Paulo César; TEIXEIRA, Juliana de Oliveira (Orgs.). **Hotéis Históricos do Norte do Paraná**. Londrina: Midiograf, 2013. p.41-52.

TOMAZI, Nelson Dácio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 51-87.

TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARAÚJO, Marivânia da Conceição de. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, 2005.

BENATTI, Antônio Paulo. **O centro e as margens: boêmia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Feral do Paraná, Curitiba, 1996.

BERTAN, Tereza Canhadas. **A educação confessional protestante: Instituto Filadélfia de Londrina 1944 a 1972**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

BRUNO, Fabiana. **Retratos da velhice - um duplo percurso: metodológico e cognitivo**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. **Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia**. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FREITAS, Carina Dias de; BARTELLI JÚNIOR, Luiz Antônio. **A última sessão de cinema: histórias e crônicas das salas de cinema de Londrina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade do Norte do Paraná, Londrina, 2006.

GONÇALVES, José Henrique. **História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte-paranaense (1955- 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

GRATIVOL, Kariny. **Viajante incansável: trajetória e obra fotográfica de Theodor Preisling**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HARADA, Noemia Yoko. **Imigração japonesa na fotografia: memória e sociabilidades**. Monografia (Disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. **Avaliação de áreas públicas do centro da cidade de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930- 1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2006.

LUCCA, Ana Tereza Gôngora de. **Revelações da História, transmissão e preservação cultural por meio dos jogos e brincadeiras: os japoneses em Londrina**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MACHADO, José R. **As centralidades e as (Des)centralidades: um olhar geográfico sobre a espacialidade dos serviços da saúde na cidade de Maringá**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

MOREIRA, Reginaldo. **Memória, loucura e velhice: os ganhos no processo de envelhecimento pós reforma psiquiátrica (Serviço de Saúde Dr. Candido Ferreira - Campinas/SP)**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PAIVA, Michel Pompolini. **Notas para uma história oral do tênis londrinense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PANISSA, Giovan de Oliveira. **Fotografia e memória: histórias da Igreja Matriz de Cambé**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

POPOLIN, Cassia Maria. **Da Áustria ao Paraná: a trajetória imagética de Hans Kopp, primeiro fotógrafo de Rolândia (PR)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Visual) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RAZENTE, Nestor. **Ocupação do espaço urbano de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

TAKEDA, Marcos. **As transformações da área central de Londrina: uma outra centralidade**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória**: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Comunicação Visual) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

TOMAZI, Nelson Dácio. **“Norte do Paraná”**: História e Fantasmagorias. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMAZI, Zelma Francisca Torres. **Da medicina liberal à medicina previdenciária**: movimento de livre-escolha do médico pelo paciente (Londrina 1960 a 1968). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ARTIGOS

BONI, Paulo César. A fotografia como mídia visual da recuperação histórica de Londrina, **Domínios da Imagem**, Londrina, ano I, n.2, maio 2008. p.107-128.

_____. A história de sorte de Londrina com a fotografia. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.2, n.2, jul/2013 - dez/2013. p.127-137. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/09.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BONI, Paulo César; FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. Hikoma Udihara: um imigrante colonizador inaugura o cinema no norte do Paraná. **Doc On-line**, n.9, dez. 2010. p.43-59. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/09/dossier_boni_figueiredo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2014.

COSTA, Armando João Dalla. A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares. **Economia e Tecnologia**, Curitiba, 2005. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf. Acesso em: 28. jun. 2014.

EDONGO, Patricia July Souza; SILVA, Angelo José da. Poemas em branco e preto: os auto-retratos de Haruo Ohara. **RBSE**, João Pessoa, v.8, n.24, dez. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Edongo.SilvaArt.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, jul. / dez. 2002. p.314-332. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso em: 28 jan. 2012.

FRESCA, Tânia Maria. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 16, n. 2, jul./dez. 2007. p.143-166.

LUCENA, Célia Toledo. O uso de imagens em história oral: bricolagem de representações. **Historicidade Revista Virtual**, Univás (MG), 2002. Disponível em: <http://www.historicidade.cjb.net>. Acesso em: 24 jun. 2012.

MAMIGONIAN, Armen. O Processo de Industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, 1976. p.83-102.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. O processo de (re)ocupação do norte do Paraná e o discurso que o legitimou (1855-1970). **História e-história**, Campinas, ago. 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=456>. Acesso em: 20 set. 2013.

MULLER, Nice. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.22, 1956. p.55-97.

NOVA, Cristiane. A História diante dos desafios imagéticos. **Projeto História- História e Imagem**, São Paulo, n.21, nov. 2000. p.141-162.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n.46, jun./ago. 2000. p.6-29.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. p.3-15.

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr. 1997. p.13-49.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a idéias de cidade-jardim. **Aeta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 6, 2001. p.1569-1577.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n.25, 2008. p.37-54.

SILVA, Claudia Neves da. O Processo de consolidação da Igreja Católica no município de Londrina (1934-1957). **Serviço Social em Revista**, v.2, n.2, jan./jun. 2000. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_igreja.htm. Acesso em: 21. maio 2014.

SILVA, Valéria Mara Silva. O Brasil contra a saúva: considerações sobre a Campanha Nacional de 1935. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010. p.563-580. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/download/7682/7158. Acesso em: 18 ago. 2013.

SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo de Cidade-Jardim. **Terra e Cultura**, Londrina, ano XVIII, n.35, jul./dez. 2002. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/35/Terra%20e%20Cultura_35-3.pdf. Aceso em: 18 jan. 2014.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveria; BONI, Paulo César. A Revista do Ginásio Londrinense e as linhas da história: títulos, textos e imagens que evocam uma época, sob a ótica dos ginásianos pioneiros de Londrina. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 31, n. 1, 2010. p.25-40.

ANAIS DE CONGRESSOS E EVENTOS

BORGHI, Eduardo Baroni; DINIZ, Larissa Mattos. A população negra em Londrina: uma luta por reconhecimento. Anais do **XIV Encontro regional da ANPUH-RIO**, memória e patrimônio. Rio de Janeiro, 19-23 jul 2010 UNIRIO. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742904_ARQUIVO_ANPUH_AROL.pdf. Acesso em 15 jan. 2014.

MACHADO, Diva Riciolina; GUEDES, Silvana Muniz; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. As transformações no Calçadão de Londrina: elementos para a construção da identidade. Anais da **XIV Semana da Educação**. Londrina, 9-11 maio 2012 UEL. p.794-810. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/astransformacoesnocalcao.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

JORNAIS, REVISTAS E SITES

BELÉM, Alexandre. Brasil: terra de oportunidade para estrangeiros. **OLHA VÊ**. 13 set. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-magens/fotojornalismo/brasil-terra-de-oportunidade-para-estrangeiros/>. Acesso em: 15 out. 2011.

BOLETIM, MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA CARLOS WEISS. Londrina: Fundação Universidade Estadual de Londrina, n.1, jan./jul. 1980.

BRANCO, Gustavo; ADÃO, Anastácio. **Revista Construtores do Progresso**. 2.ed. Londrina: s/ed., 1970.

CHIQUIM, Giovana. Rumos da história. **Jornal de Londrina**. 15. set. 2013. p.17.

MECANISMOS complexos da memória separam o lembrar do esquecer. **ComCiência**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/marcia.shtml>. Acesso em: 10 maio 2012.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, Edição de 29 abr. 1975.

_____. **Política**. Londrina, 28 de jan. 1997.

PEDRIALI, José Antônio. Os pioneiros que dominaram o chão vermelho. **Jornal da ACIL**. Ano 5. n.72. jun. 2008. p.10-11

PELLEGRINI, Domingos. **Revista 50 Anos de Arte**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 1991.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Aeroporto. s/d. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=35&Itemid=124. Acesso em: 24 jun. 2014.

SCHWARTZ, Widson. O cinema grandioso que se foi. **Jornal de Londrina**. Londrina, 14 jan. 2002. JL Especial, p. 8A.

SPOLADORE, Hercules. **Vida e obra do irmão Manoel Ribas**: Interventor do Estado do Paraná durante a ditadura de Getúlio Vargas. 2014. Disponível em: <http://www.entreirmaos.net/wp-content/uploads/2014/02/VIDA-E-OBRA-DO-IRM%C3%83O-MANOEL-RIBAS-Hercule-Spoladore.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

THEODORO, Apolo. **Acidentes de avião nos tempos da colonização**. 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planetasercomtel.com.br/boas-historias/62561/acidentes-de-aviao-nos-tempos-da-colonizacao.html>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PESQUISA DOCUMENTAL

IBGE. **Dados do Recenseamento de 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=411370&search=parana|londrina|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>. Acesso em: 02 ago. 2013.

LARIONOFF, Eugênio Victor. **Diário**. Acervo do Museu Histórico de Rolândia, 1984.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Secretaria de Planejamento. **Perfil do Município de Londrina**. Londrina, 2007. CD-ROM.

CATÁLOGOS

AMARAL, Aracy; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. Britânicos no Brasil: modos de ver, modos de viver. In: **Os Britânicos no Brasil**. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico, 2001. Catálogo de exposição 31 jul. a 29 set. de 2001.

BONI, Paulo César. José Juliani o “documentador” das transformações urbanas do início de Londrina. In: Universidade Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. **Coleção fotográfica José Juliani**. Catálogo de Exposição por Áurea Keiko Yamane e Célia Rodrigues de Oliveira. Londrina: UEL, 2011. (Londrina Documenta 2). p.11-12.

CABRAL, Rui. Tênis no sertão. In: UNIVERSIDADE Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. **Caravana 80 anos**: Londrina sob o olhar de George Craig Smith. Catálogo de Exposição. Londrina: UEL, 2010. p.40.

MARTINS, Ana Luiza. Aspectos econômicos da presença britânica no Brasil. In: **Os Britânicos no Brasil**. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico, 2001. Catálogo de exposição 31 jul. a 29 set. de 2001.

NIXDORF, Klaus. Primeiro Hospital. In: UNIVERSIDADE Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. **Caravana 80 anos: Londrina sob o olhar de George Craig Smith**. Catálogo de Exposição. Londrina: UEL, 2009. p.94.

SCHWARTZ, Widson. **O povo que fez e faz Londrina**. Catálogo da exposição em homenagem aos 70 anos da cidade promovida pelo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss Londrina: Midiograf, 2004.

SOUKEF JR, Antônio. Ferrovias britânicas no Brasil. In: **Os Britânicos no Brasil**. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico, 2001. Catálogo de exposição 31 jul. a 29 set. de 2001.

UNIVERSIDADE Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. **Caravana 80 anos: Londrina sob o olhar de George Craig Smith**. Catálogo de Exposição. Londrina: UEL, 2009.

_____. **Coleção fotográfica George Graig Smith**. Catálogo de Exposição por Áurea Keiko Yamane e Célia Rodrigues de Oliveira. Londrina: UEL, 2010. (Londrina Documenta 1).

_____. **Cuidar, curar, lembrar – memória da saúde em Londrina**. Catálogo de Exposição por Áurea Keiko Yamane e Célia Rodrigues de Oliveira. Londrina: UEL, 2012. (Londrina Documenta 3).

ZANI, Antonio Carlos. *Casa sete*. In: UNIVERSIDADE Estadual de Londrina. Museu Histórico de Londrina. **Caravana 80 anos: Londrina sob o olhar de George Craig Smith**. Catálogo de Exposição. Londrina: UEL, 2010. p.40.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevistas realizadas durante a pesquisa

Entrevistas realizadas em 2011

- Amélia Tozzetti – 03/04
- Omeletino Benatto – 04/05
- Amélia Tozzetti – 12/10
- Amábile Massaro Thibes Cordeiro – 09/07
- Susanne Stern Behrend – 18/11
- Susanne Stern Behrend – 03/12

Entrevistas realizadas em 2012

- Amélia Tozzetti – 03/04
- Omeletino Benatto – 23/07
- Geir Rodrigues da Silva – 24/07
- Odília Aparecida Negro Bergoc – 24/07
- Amábile Massaro Thibes Cordeiro – 24/07
- Áurea Hadich de Souza – 25/07
- Maria Alice Brugin de Arruda Leite – 27/07

Entrevistas realizadas em 2013

- Maria de Lourdes Piccinin – 22/01
- Maria Alice Brugin de Arruda Leite – 05/07
- Omeletino Benatto – 5/7
- Amélia Tozzetti – 10/07
- Arailde Ideriha – 10/07
- Enezila de Lima – 10/07
- Odília Aparecida Negro Bergoc – 11/07
- Omeletino Benatto – 11/7
- Geir Rodrigues da Silva – 12/07
- Luiz Vicentini – 18/07
- Sebastião Carmagnani – 19/07
- José Leite de Carvalho Filho – 21/07
- Toshihiko Tan – 31/08

Entrevistas realizadas em 2014

- Toshihiko Tan – 28/03
- Omeletino Benatto – 05/04
- Maria Alice Brugin de Arruda Leite – 02/05
- Omeletino Benatto – 09/08

APÊNDICE B

Organização do Álbum de Divino Bortolotto

Imagens do álbum de Divino Bortolotto que pertence a João Baptista Bortolotti

Fotografia: Maria Luisa Hoffmann

APÊNDICE C

Ficha de Controle das Fotografias

Fotografia nº45

Entrevistas:

Amélia Tozzetti *OK*

Omeletino Benatto *OK*

Áurea Hadich *OK*

Maria Alice Brugin *OK*

Odília Aparecida Negro Bergoc

Maria de Lourdes Piccinin *OK*

Luiz Vicentini

José Leite de Carvalho Filho

Toshiriko Tan

Av. Paraná, 1938, autor Carlos Stenders
Museu Histórico

APÊNDICE D

Ensaio Revista LIFE

O ensaio fotográfico produzido pela revista Life, que contava com 25 imagens, apresentava seis imagens de imigrantes e negócios japoneses, três imagens de imigrantes e negócios alemães e uma imagem de um lavrador italiano, além de uma fotografia emblemática, de um navio com a bandeira nazista atracado no porto de Santos.

Papelaria Mikado em Bastos (SP) – 1939

Fotografia: John Phillips/Time & Life Pictures/Getty Images

Fonte: Blog Sobre Imagens

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/fotojornalismo/brasil-terra-de-oportunidade-para-estrangeiros/> Acesso em: 2 nov.2011

Pharmácia Allemã, São Paulo – 1939

Fotografia: John Phillips/Time & Life Pictures/Getty Images

Fonte: Blog Sobre Imagens

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/fotojornalismo/brasil-terra-de-oportunidade-para-estrangeiros/> Acesso em: 2 nov.2011

Trabalhador italiano em plantação de café, São Paulo – 1939

Fotografia: John Phillips/Time & Life Pictures/Getty Images

Fonte: Blog Sobre Imagens

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/fotojornalismo/brasil-terra-de-oportunidade-para-estrangeiros/> Acesso em: 2 nov.2011

Navio com bandeira nazista, Santos – 1939

Fotografia: John Phillips/Time & Life Pictures/Getty Images

Fonte: Blog Sobre Imagens

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/fotojornalismo/brasil-terra-de-oportunidade-para-estrangeiros/> Acesso em: 2 nov.2011

Se compararmos esses números com as demais imagens do ensaio, que mostravam a praia de Copacabana (2), Getúlio Vargas (1), lavoura de café (2), provadores de café (1), tropas do exército (1) empresas norte-americanas e inglesas (3), empresa brasileira (1), casa de uma família (1) e vistas gerais de cidades (2), podemos constatar que seu número e sua representatividade na revista foram grandes, e fizeram uma associação dos imigrantes moradores do país com suas nações de origem.

APÊNDICE E

Mapa região Central de Londrina com ruas

Elaborado pela autora, Maria Luisa Hoffmann.

APÊNDICE F

Mapa região Central de Londrina com estabelecimentos
e locais citados no texto

ANEXOS

ANEXO A

Mapa da Europa de 1919 a 1938

Fonte: http://www.luftwaffe39-45.historia.nom.br/historia/luft_dir.htm